



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO  
TRÓPICO ÚMIDO

SÔNIA MARIA FONSECA GAMA

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO PARA A  
AMAZÔNIA: A Internacionalização da Educação Superior no Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos (NAEA)**

Belém  
2023

SÔNIA MARIA FONSECA GAMA

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO PARA A  
AMAZÔNIA: A Internacionalização da Educação Superior no Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos (NAEA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutorado.

Linha de pesquisa: Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves.

Belém  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

G184c Gama, Sonia Maria Fonseca.  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA: : A  
Internacionalização da Educação Superior no Núcleo de Altos  
Estudos Amazônicos (NAEA) / Sonia Maria Fonseca Gama. —  
2023.  
227 f.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de  
Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2023.

1. internacionalização da educação. 2. cooperação  
internacional. 3. educação superior. 4. desenvolvimento. 5.  
Amazônia. I. Título.

CDD 320.109811

---

SÔNIA MARIA FONSECA GAMA

**COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DESENVOLVIMENTO PARA A  
AMAZÔNIA: A Internacionalização da Educação Superior no Núcleo de Altos Estudos  
Amazônicos (NAEA)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como parte das exigências para a obtenção do título de Doutorado.

**Aprovado em:** 26/06/2023.

**Banca examinadora:**

Profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves  
Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Luís Eduardo Aragón Vaca  
Examinador Interno – PPGDSTU/ AEA/UFPA

Prof. Dr. Thales Maximiliano Ravena Cañete  
Examinador Interno – PPGDSTU/NAEA/ UFPA

Profa. Dra. Isabel Rocha de Siqueira  
Examinadora Externa – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - IRI PUC-Rio.

Prof. Dr. Salomão Hage  
Examinador Externo – PPGEDUC/ICED/ UFPA

À Marina e à Milena, que me ensinaram o sentido de  
“dar à luz”. Obrigada pela reciprocidade da luz que  
ilumina nossos caminhos. Amo vocês infinitamente.

## RESUMO

O crescente processo de internacionalização da educação superior no mundo frente aos poucos estudos e pesquisas sobre o tema na região amazônica, o que se acredita parte dos desafios para a promoção do desenvolvimento, impulsionaram a construção desta tese. O trabalho visa se somar à construção de debates teórico-políticos e teórico-conceituais sobre a internacionalização da educação superior, tendo enfoque para a internacionalização da educação superior, na relação com a cooperação internacional nos temas ambientais, educacionais e regionais, que contribuiriam, ou não, para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. Contextualizando e partindo de uma análise sobre a política institucional de internacionalização do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), identificaram-se as concepções, diretrizes e estratégias desta política em consonância com os processos de internacionalização em nível internacional. Assim, analisase a internacionalização da educação superior nesse Núcleo, desde o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de oferecer respostas à construção de um corpus de conhecimento teórico-político sobre cooperação internacional para a internacionalização da educação na Amazônia. Supõe-se que a existência desse movimento de internacionalização da educação superior fez parte e, ao mesmo tempo, é parte fundamental da promoção do desenvolvimento na região amazônica. Ao refletir empiricamente sobre o processo, identifica-se o lugar da Amazônia, enquanto região, no processo histórico de cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável por meio de parcerias com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Para tanto, foram mapeadas estratégias e as principais ações institucionais da política de internacionalização do NAEA/UFPA, desde que o mesmo foi criado, na década de 1970, desde a abordagem metodológica da análise institucional. Foram analisadas as ações de internacionalização da educação conectadas com desenhos de políticas públicas de desenvolvimento e construção de uma cultura política, de diretriz única, absorvida e apreendida, que se argumenta que levou a um processo de institucionalização da internacionalização como parte do fortalecimento institucional da NAEA e da UFPA. Discutem-se, finalmente, questões e contradições presentes na promoção do desenvolvimento para a Amazônia e o lugar desta região na escala global.

**Palavras-chave:** internacionalização da educação; cooperação internacional; educação superior, desenvolvimento; Amazônia.

## ABSTRACT

The growing process of internationalization of higher education in the world compared to the few studies and research on the subject in the Amazon region, which is believed to be part of the challenges for the promotion of development, boosted the construction of this thesis. The work aims to add to the construction of theoretical-political and theoretical-conceptual debates on the internationalization of higher education, with a special focus on how this internationalization, in relation to international cooperation in environmental, educational, and regional themes, contributed or not to sustainable development in the Amazon. Contextualizing and starting from an analysis of the institutional policy of internationalization of the Núcleo de Altos Estudos Amazônicos of the Federal University of Pará (NAEA/UFPA), the conceptions, guidelines and strategies of this policy were identified in line with the processes of internationalization at an international level. Thus, the internationalization of higher education in this Nucleus is analyzed, from of the indescrivability between teaching, research and extension, in order to offer answers to the construction of a corpus of theoretical-political knowledge on international cooperation for the internationalization of education in the Amazon Region. It is assumed that the existence of this movement of internationalization of higher education was part and, at the same time, is a fundamental part of the promotion of development in the Amazon region. By empirically reflecting on the process, the place of the Amazon, as a region, in the historical process of international cooperation for sustainable development through partnerships with the Núcleo de Altos Estudos Amazônicos is identified. To this end, strategies and the main institutional actions of the NAEA/UFPA internationalization policy were mapped, since it was created, in the 70s, from the methodological approach of institutional analysis. Education internationalization actions connected with public policy designs for the development and construction of a political culture were analyzed, with a single guideline, absorbed and learned, which it is argued led to a process of institutionalization of internationalization as part of the institutional strengthening of the NAEA and from UFPA. Finally, issues and contradictions present in the promotion of development for the Amazon and the place of this region on a global scale are discussed.

**Keywords:** internationalization of education; international cooperation; higher education, development; Amazon Region.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Relações Internacionais das Organizações Brasileiras Para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - 2014 a 2016.....	62
Quadro 2-	Quadro de Repasses do Governo Federal para Ciência e Tecnologia/Subfunção: Desenvolvimento científico.....	66
Quadro 3-	Mitos da Internacionalização, segundo Jane Knight.....	76
Quadro 4-	Indicadores Considerados no PNPG 2011 - 2020.....	80
Quadro 5-	Referência a Internacionalização nos PNPGs.....	81
Quadro 6-	Metas do PNE 2014-2024 relacionadas à internacionalização da educação.....	81
Quadro 7-	Secretarias e Diretorias do MEC que Tratam da Internacionalização...	82
Quadro 8-	Setores de Internacionalização das Universidades na Amazônia.....	83
Quadro 9-	Ranking Geral das Universidades da Amazônia na Internacionalização	84
Quadro 10-	Ações de Internacionalização da UFPA pela PROINTER.....	125
Quadro 11-	Acordos / convênios de cooperação vigentes em 2021.....	127
Quadro 12-	Trajetória do NAEA a partir da visão de Armando Mendes.....	139
Quadro 13-	Curso Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas* - FIPAM - Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas.....	158
Quadro 14-	Cursos de Especialização Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas.....	159
Quadro 15-	Curso Internacional de Política Científica e Tecnológica Para a Amazônia CIPTAM - Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas.....	159
Quadro 16-	A primeira turma do FIPAM.....	160
Quadro 17-	Monografias do FIPAM de 2000 a 2019.....	161
Quadro 18-	Monografias dos cursos de especialização de 2000 A 2019.....	163
Quadro 19-	Linhas de Pesquisa e Grupos do PPGDSTU.....	166
Quadro 20-	Linhas de pesquisa NAEA.....	168



## LISTA DE SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ABC	Academia Brasileira de Ciência
ACE	<i>American Council on Education</i>
AGCS	Acordos Gerais de Comércio e Serviços
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Humana
ALCA	Área de Livre-Comércio das Américas
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
AOD	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ARNI	Assessoria de Relações Internacionais
AUGM	Associação de Universidades Grupo Montevideu
BASA	Banco da Amazônia
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
C&T	Ciência e Tecnologia
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBA	Casa Brasil-África
CBAI	Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial
CDP	Convenção sobre Diversidade Biológica
CENSE	Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade
CEPF	<i>Critical Ecosystem Partnership Facility</i>
CGCH	Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CLACSO	Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
CMES	Conferências Mundiais de Educação Superior
CNAT	Comissão Nacional de Assistência Técnica
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Cooperação Norte Sul
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONFIES	Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSECTI	Conselho Nacional dos Secretários Estaduais para Assuntos de CT&I
CONSUN	Conselho Universitário
COVID	Doença do Coronavírus ( <i>Corona Virus Disease</i> )

CRES	Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe
CSS	Cooperação Sul-Sul
CYTED	Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento
DAC/MAER	Departamento de Aviação Civil
DCE	Divisão de Cooperação Educacional
DOU	Diário Oficial da União
DRCA	Diretoria de Registro e Controle Acadêmico
DSTU	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
ECOSOC	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERC	<i>European Research Council</i>
EUA	Estado Unidos da América
FAO	Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP
FB	Fundação Butantan
FIPAM	Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
HBS	Heinrich Böll Stiftung
<i>HLPF</i>	<i>High-Level Political Forum</i>
IAC	Conselho InterAcademias
IB	Instituto Butantan
IBRACHICS	Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis
ICED	Instituto de Ciências da Educação
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicada
ICTP, Br	Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Educação Superior
IESALC	Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe
IGBP	Internacional Geosfera Biosfera
IIRSA	Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Departamento de Aviação Civil-DAC/MAER e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
ILC	Instituto de Letras e Comunicação
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPI	Instituto de Pesquisa Aplicada
IPEA	Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

IPPA	Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia
IRD	<i>Institut de Recherche Pour le Développement</i>
ISI	Instituto de Informação Científica
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das relações Exteriores
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NEIAM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OCIAA	Office of the Coordinator of Inter-American Affairs
ODA	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEA	Organização dos Estados Americanos
OECD	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OECE	Organização Europeia de Cooperação Econômica
OGU	Orçamento Geral da União
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGDs	Organizações não Governamentais de Desenvolvimento
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
OTIUM	Associação Ibero-Americana de Estudos do Ócio
OTTA	Observatório Torre Alta da Amazônia
PCT	Povos e Comunidades Tradicionais
PDI	Planos de Desenvolvimento Institucional
PDU	Plano de Desenvolvimento da Unidade
PgU	Programa Universitário
PIB	Produto Interno Bruto
PIUAL	Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal
PLADES	Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento
PNE	Planos Nacional de Educação
PNPG	Plano Nacional de Pós-Graduação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POEMA	Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia
POPs	Poluentes Orgânicos Persistentes

PPGDSTU	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
PPLS	Programa de Pós-Graduação Lato Sensu
PQTC	Programa dos Quadros Técnicos e Científicos
PROINTER	Pró-reitoria de Relações Internacionais
RIEC	Rede Internacional em Estudos Culturais
RUF	Ranking Universitário Folha
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEDEINS	Seminário Internacional Desenvolvimento, (In)sustentabilidade e Sociobiodiversidade
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAN	Secretaria de Planejamento da Presidência da República
SESu	Secretaria de Ensino Superior
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSMAI	<i>Sociedad, Medio Ambiente e Instituciones</i>
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras S.A.
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UNAM	Universidade Nacional do México
UNAMAZ	Associação de Universidades Amazônicas
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCCD	Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNILA	Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	13
<b>1</b>	<b>COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: REFLEXÕES TEÓRICAS.....</b>	24
<b>1.1</b>	<b>O Mundo Global: Globalização, Neoliberalismo, Capitalismo</b>	24
<b>1.2</b>	<b>A Economia Política Internacional do Conhecimento e do Ensino Superior.....</b>	32
<b>1.3</b>	<b>Conceituação e Características da Cooperação Internacional.....</b>	40
<b>1.4</b>	<b>Contextos da Cooperação Internacional: Cooperação Internacional na América Latina, no Brasil e na Amazônia.....</b>	43
<b>1.5</b>	<b>Cooperação Técnica Internacional Ciência e Tecnologia no Brasil e na Amazônia.....</b>	58
<b>2</b>	<b>INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....</b>	70
<b>2.1</b>	<b>Internacionalização da Educação: Conceitos e Perspectivas.....</b>	70
<b>2.2</b>	<b>Internacionalização da Educação Superior no Brasil.....</b>	77
<b>2.3</b>	<b>A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).....</b>	85
<b>3</b>	<b>DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL) NA AMAZÔNIA.....</b>	88
<b>3.1</b>	<b>Desenvolvimento: Processos e Conceitos.....</b>	88
<b>3.2</b>	<b>Desenvolvimento na e para Amazônia.....</b>	98
<b>4</b>	<b>A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....</b>	108
<b>4.1</b>	<b>Histórico Normativo Legal.....</b>	111
<b>4.2</b>	<b>O Planejamento da Internacionalização na Universidade Federal do Pará</b>	116
<b>5</b>	<b>O NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS.....</b>	131
<b>5.1</b>	<b>Da Concepção Intelectual à Normativa.....</b>	131
<b>5.2</b>	<b>Os Programas do NAEA.....</b>	152
5.2.1	Programa de Pós-Graduação Lato Sensu (PPLS) – Curso de Especializaçã...	154
5.2.1.1	<i>Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM).....</i>	154
5.2.2	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).....	165
5.2.2.1	<i>Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Posteriormente Chamado de Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES).....</i>	169
5.2.2.2	<i>Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU).....</i>	172
5.2.3	Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP).....	173
<b>6</b>	<b>DA UTOPIA À REALIDADE.....</b>	175
<b>6.1</b>	<b>Relatos de quem caminha.....</b>	175
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	195
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	202

## INTRODUÇÃO

### Importância do Tema

No contexto da globalização<sup>1</sup>, observam-se currículos internacionalmente adaptados e produções acadêmicas científicas dentro de padrões internacionais. A mudança no ensino superior ocorre em função das mudanças no mundo (Knight, 2004). Há muitas razões que impulsionam essa realidade, como a globalização, a promoção do crescimento econômico, com maiores investimentos privados visando lucro e reduzidos investimentos públicos.

Na sociedade globalizada, o conhecimento tornou-se um poderoso ingrediente para o desenvolvimento sustentável dos países e, num contexto de transformações, mediante os pilares da sociedade do conhecimento, as universidades têm investido em processos de internacionalização (Morosini; Corte, 2018, p. 99).

Para Knight (2020, p. 19), “à medida que o século XXI avança, a dimensão internacional da educação pós-secundária está se tornando cada vez mais importante e, ao mesmo tempo, mais complexa”. Este fenômeno é entendido como “internacionalização da educação”, e é assim conceituado como “processo de integração de uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, nas funções ou na oferta de instituições e sistemas de educação.” (Knight, 2004, p. 11)

Ao abordar a educação superior, Knight (2020, p. 19) afirma que “não só a dimensão internacional transformou a educação superior, mas ela também mudou substancialmente a si mesma”, apontando a internacionalização da educação como de extrema importância para as universidades. A autora aponta que há uma progressão da internacionalização da educação superior no Brasil por vários fatores. Como exemplo desse movimento, pode-se destacar políticas do Governo Federal que desconsideram o contexto regional, e lançam editais para impulsionar a internacionalização, fazendo com que as universidades da Amazônia, preparadas ou não, implantem ações e espaços nesta perspectiva.

No contexto brasileiro, na relação com processos de internacionalização em crescimento, Morosini e Corte apontam entre os principais fatores, permeados pela mobilidade acadêmica:

---

1 A globalização é fenômeno espacial fundado num continuum com ‘o global’ numa ponta e o ‘o local’ na outra. [...] Ela envolve uma extensão e um aprofundamento das relações sociais e das instituições no espaço e no tempo de tal modo que, por um lado, as atividades diárias estão crescentemente influenciadas por fatos que acontecem do outro lado do globo e, por outro lado, as práticas e decisões de grupos ou comunidades locais podem ter significativas repercussões globais (Held, 1998, p. 13, tradução nossa). O tema será aprofundado no decorrer da tese.

o alargamento de fronteiras transnacionais; o crescimento e a diversificação da pós-graduação em especial quanto à cooperação internacional pela formação de redes de trabalho e de pesquisa internacionais e; a integração regional (Morosini; Corte, 2018, p. 102).

Na direção de buscar o entendimento de processos de internacionalização da educação no Brasil, especialmente da educação superior, tendo como palco a região panamazônica, esta tese tem a intenção de contribuir para a reflexão sobre como esse processo tem ocorrido na Universidade Federal do Pará, a partir do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Sabendo que a educação superior possui papel relevante na promoção do desenvolvimento nacional, mas especialmente no regional, em contextos de desigualdade e de tentativa de redução das mesmas, acredita-se que a tese pode ser uma contribuição no sentido de refletir desde a região sobre a internacionalização da educação. Um a razão empírica para tanto é a detecção de que o processo de internacionalização da educação superior na região panamazônica, mais especificamente em sua porção brasileira, vem ocupando espaços no no desenvolvimento dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Instituições de Ensino Superior (IES), como é no caso da Universidade Federal do Pará (UFPA). O que se vê na evolução do PDI é que esse processo pode se constituir em um caminho para alcançar a melhoria da qualidade do ensino superior resultando em processos formativos e profissionais qualificados que efetivamente contribuam para o desenvolvimento de políticas públicas que resultem em justiça social. Acreditamos que as IFES, particularmente as públicas, tem o papel importante neste processo porque vinculam de forma indissociada o processo educativo (ensino) e a produção de conhecimento baseado em evidências e pesquisa continuada (pesquisa) à aplicabilidade dos resultados dessa conexão em andamento às ações de conexão com a sociedade (extensão).

Nesse diapasão, analisaremos como a cultura institucional da internacionalização da educação superior no NAEA pode ser pensada como um fator de promoção do desenvolvimento regional, respondendo à pergunta: a internacionalização da educação superior na Amazônia pode ser considerada um fator estruturante na promoção do desenvolvimento da Amazônia? Desde a observação de 1) como tem sido feita a internacionalização no NAEA/UFPA e sobre 2) quem faz a internacionalização no NAEA / UFPA, esperamos refletir sobre esta questão central.

Assim, esta tese busca refletir sobre a internacionalização da educação na região amazônica, no Brasil, enquanto um processo que se alinha e ocorre em simultaneidade a promoção de políticas de desenvolvimento na região. Por isso, apresentar-se-á o nexos entre esses dois pontos, esclarecendo as diferenças e defendendo a necessidade da promoção da

internacionalização da educação superior para que ocorra a promoção do desenvolvimento regional.

Para executar a análise sobre essa relação a fim de fortalecer a proposta de conexão entre desenvolvimento e qualificação da educação de nível superior, examinaremos o processo histórico que permeou a implementação de uma diretriz de internacionalização do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Acompanhando os resultados da produção de pesquisa, ensino e extensão deste núcleo, foi possível identificar que esse espaço interdisciplinar na UFPA funcionou em muitos momentos como sujeito proponente de processos ou de informação que serviu a processos de promoção do desenvolvimento regional. Importante ressaltar que para observar este caminho nos 50 anos de existência do Núcleo, optamos por relacionar a promoção do desenvolvimento regional na conexão com o trabalho do NAEA com foco no conceito de desenvolvimento sustentável, sem que as outras nuances conceituais e práticas sobre o desenvolvimento deixem de ser apresentadas.

### **As Contribuições da Pesquisa e as Hipóteses**

Em pesquisa bibliográfica nos bancos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desde as palavras-chave “internacionalização da educação superior” pudemos encontrar uma concentração de resultados relativos ao debate na forma de estudos de caso focados regionalmente na internacionalização em Instituições de Educação Superior (IES) no Sul e Sudeste do país. Entretanto, já em buscas realizadas compatibilizando com palavras-chave como “Amazônia”, bem como o nome dos estados que compõem a Amazônia Legal no Brasil, em adição às siglas NAEA e UFPA, não pudemos encontrar estudos problematizando as IES da Amazônia.

Frente a esta ausência, a pesquisa busca contribuir para a reflexão do lugar da internacionalização do ensino superior na região amazônica e sobre o papel que instituições específicas tiveram desde esta internacionalização, tanto na do ensino superior como um todo na região, como na contribuição que essa internacionalização possa ter tido para pensar o desenvolvimento sustentável, desde aportes teórico-conceituais e políticos emergentes na região, para a região.

Para tanto, situa-se o debate sobre o desenvolvimento na Amazônia, considerando o contexto atual das periferias do sul global, buscando o entendimento de quem são os atores, as



redes e como a internacionalização do ensino superior poderia promover o desenvolvimento sustentável na região.

Como o trabalho tem enfoque em refletir como essa internacionalização da educação superior, na relação com a cooperação internacional nos temas ambientais, educacionais e regionais, contribuíram ou não para o desenvolvimento sustentável na Amazônia, partiremos para refletir a análise da política institucional de internacionalização do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), assumindo que houve a construção de tal política.

Para elaborar tal análise, identificaram-se as concepções, diretrizes e estratégias dessa política em consonância com os processos de internacionalização da educação, olhando para o nível internacional.

Assim, analisa-se a internacionalização da educação superior nesse núcleo, desde o princípio da inseparabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de oferecer respostas à construção de um corpus de conhecimento teórico-político sobre cooperação internacional para a internacionalização da educação na Amazônia no sentido de fornecer instrumentos para projetos de intervenção.

A hipótese foi a de que a existência de um movimento específico de internacionalização da educação superior no NAEA/UFPA contribuiu e, ao mesmo tempo, é parte fundamental da promoção do desenvolvimento na região amazônica. Finalmente, é sobre esse processo de internacionalização que esta tese disserta, oferecendo uma descrição e interpretação sobre como o mesmo se desenrolou.

### **O Lócus da Pesquisa: Do Mais Amplo ao Específico**

Ao realizar a pesquisa para a elaboração desta tese, chegamos à conclusão que não seria possível pensar a internacionalização do NAEA sem que se conhecesse, ainda que parcialmente, o processo de internacionalização da educação superior na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Desse modo, a pesquisa tem como lócus a UFPA, a maior instituição pública de ensino superior na Amazônia, fundada em julho de 1957. Esta universidade tem a internacionalização como pauta central em sua gestão, sendo a cooperação internacional uma das formas encontradas e aplicadas para o fortalecimento da administração universitária em consonância com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) atualmente, mas, também no passado, nas décadas iniciais de sua criação.

No caso do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, fundado em 1973 como núcleo interdisciplinar de pós-graduação, tendo entre outros objetivos aquele de pensar criticamente os processos de desenvolvimento regional na região, bem como de formar especialistas para atuação e reflexão em áreas amazônicas, a cooperação internacional foi parte fundante do processo, seguindo o plano institucional desta subunidade em diálogo com o que se planejava para a UFPA. Como podemos observar abaixo:

No Plano institucional, tinha a finalidade (o NAEA), enquanto instituto interdisciplinar, de propiciar a integração da Universidade Federal do Pará (UFPA) em suas diversas áreas de conhecimento, além de iniciar propostas de integração de pesquisas e ensino de pós-graduação no plano internacional, principalmente no que diz respeito à Pan-Amazônia<sup>2</sup> (NAEA, 1973, não paginado).

A razão da escolha do NAEA/UFPA como lócus específicos da pesquisa, bem como a internacionalização da educação superior como objeto de pesquisa, está diretamente relacionada com a trajetória histórica do Núcleo.

Trata-se de uma iniciativa criada na lógica da internacionalização com o objetivo de promoção do desenvolvimento por meio da geração de conhecimento e produção científica e crítica sobre a região, partindo de uma visão local, com base na sustentabilidade econômica, social e ambiental e interdisciplinar.

O pensamento sobre uma das regiões mais importantes do mundo, a Região Amazônica, foi por muito tempo dominado por narrativas que eram produzidas fora da própria região, que apresentavam distorções e visões relativas a olhares sempre externos (PORTAL. UFPA, 2021, não paginado).

## **O Percorso Metodológico**

A pesquisa, de natureza qualitativa, tem sua abordagem centrada na avaliação institucional sobre o NAEA, sem perder de vista a UFPA, cujo percurso metodológico fez uso de estudo de caso, com base em Yin (2001, p. 19): “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador... se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”.

Na avaliação institucional, recorre-se a Baremlitt (1992, p.112), que coloca que esse processo “prioriza a crítica e a dissolução das formas alienadas das quais padece, incluindo entre elas boa porção dos conceitos com os quais as lê e as avalia”. Nos anos 1980, para Amorim

---

2 Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>

e Sousa (1990, p. 124), “o governo considera que financia a educação e que, portanto, deve obter respostas concretas para os seus programas[...]”.

É importante ressaltar que o processo de Avaliação Institucional das universidades brasileiras não é novo. Em 1977, foi criado o sistema de avaliação de programas de pós-graduação, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); em 1982 a Associação Nacional de Docentes (ANDES) propõe a avaliação institucional do padrão de qualidade e o trabalho docente; e no ano seguinte, em 1983, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) cria o Programa de Avaliação de Reforma Universitária (PARU), para avaliar a gestão das universidades brasileiras. No ano de 1993, é instituído o Programa Nacional de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), partindo das bases. Finalmente, em abril de 2004, o Sistema de Avaliação da Educação Superior Brasileiro (SINAES) é criado e transformado em Lei 1.086/04. Entretanto, esta tese não tem a pretensão de ser um amplo processo de avaliação como os exemplos acima.

A abordagem qualitativa, inspirada em Chizzotti (2003, p. 221).

implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa.

No campo documental, a pesquisa está baseada na legislação nacional, da UFPA e do NAEA e nos demais documentos das instituições analisadas. Nas pesquisas bibliográficas, fundamentadas, principalmente em autores de grande relevância nos temas, pois aprofundar estudos sobre conceitos, concepções e modelos de cooperação internacional, desenvolvimento e internacionalização da educação superior são pilares da pesquisa bibliográfica empreendida.

Foram levantadas as ações de planejamento de internacionalização da UFPA e do NAEA, por meio dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), planos decenais que sintetizam o planejamento de médio e longo prazo em que se pode observar a intenção com relação à internacionalização da educação. Aliado aos PDI, foram levantados as resoluções, regimentos gerais, estatutos entre outros, que se constituem aportes documentais fundamentais para o processo de investigação.

No decorrer do processo investigativo, recorreu-se às entrevistas semiestruturadas, para melhor alcançar os objetivos propostos no presente projeto de pesquisa, com roteiro previamente elaborado e perguntas conectadas umas às outras, considerando três palavras-chave: internacionalização da educação, desenvolvimento e o NAEA. Tal documento foi

enviado aos participantes previamente selecionados, gestores e professores que fazem ou fizeram parte do Núcleo, no sentido de proceder com a avaliação da instituição.

A tese está fundamentada teoricamente em Knight (1993; 2004; 2005; 2010; 2011; 2015), Morosini (2006; 2011; 2017; 2018), Dias (2017), Milani (2008; 2012; 2014; 2016; 2017; 2018), Aragón (2007; 2011; 2013; 2014; 2017; 2019), Hage (2011; 2018), dentre outros, como principais pilares nos temas Internacionalização da Educação, Cooperação Internacional, Educação, Desenvolvimento.

Retoma-se o tema-se, conceituado como “processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global com o objetivo, as funções ou o oferecimento do ensino pós-secundário” (Knight, 2004, p. 36). A internacionalização da educação superior, bem como as concepções de cooperação horizontal e vertical, relações Norte-Sul, Sul-Sul, são algumas das abordagens de Knight (2005). A autora alerta que na definição, geralmente, os elementos essenciais não mudam ao longo do tempo nem variam de circunstância para circunstância. Entretanto, em sua descrição sobre o que consistem os processos de internacionalização, animados por processos de cooperação, inclui outros elementos como características ou detalhes específicos como razões, estratégias, atores ou resultados. Neste sentido, amplia o sentido do conceito internacionalização, concluindo que “uma descrição pode mudar de acordo com o contexto, enquanto uma definição não muda. Assim, as descrições podem ser *ad hoc* e depende do contexto e da finalidade” (Knight, 2020, p. 22).

Morosini (2006), em sua publicação do estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior, resgata uma multiplicidade de concepções teóricas, aspectos que serão utilizados nesta tese, no diálogo sobre o tema, considerando o panorama mundial a partir da década de 1990 e a tendência da educação como serviço comercializado, conforme Dias (2017), que também corrobora no âmbito da discussão deste trabalho.

Freire *et al.* (2017) discutem a internacionalização da educação superior no Brasil e na Amazônia, a partir de vasta revisão de literatura, do enfoque da Cooperação Sul-Sul (CSS) e assume o conceito de Sul-Global proposto por Santos (2016, p. 26) como “as regiões periféricas e semiperiféricas e os países do sistema mundo moderno, que foram denominados de Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial”. É exatamente neste recorte que se encontra a Amazônia, sendo este um dos motivos pela opção da Amazônia neste trabalho.

No contexto de intensificação da internacionalização da educação superior e globalização, os estudos de Ianni (1998; 2001), entre outros, também serão referências para o presente estudo, ao tratar a globalização de forma dinâmica, rompendo estruturas e inaugurando processos, a exemplo da internacionalização da educação superior.

A partir do conhecimento gerado pelo alcance dos objetivos e compreensão do problema, são apresentadas recomendações para o fortalecimento da Internacionalização da Educação na Universidade Federal do Pará, que podem ser úteis em outras instituições.

### **A Estruturação da Tese**

A tese está estruturada em seis capítulos, além da introdução e as considerações gerais. Ao longo da introdução apresenta-se o motivo pela escolha do tema e o processo metodológico da pesquisa, nos primeiros capítulos, são apresentados os conceitos dos principais temas trabalhados: *cooperação internacional, internacionalização da educação superior e desenvolvimento*. Todos os três conceitos serão trabalhados em relação aos seus desdobramentos práticos, mas também conceituais na realidade amazônica, desde um pensar analítico e contextualizado nas ações do passado e dinâmicas contemporâneas, ao funcionamento do NAEA/UFPA. Ou seja, estes três conceitos serão aplicados desde a reflexão sobre o lugar do NAEA/UFPA, ações de cooperação desdobradas e executadas por esse núcleo, na universidade, para a promoção da internacionalização da educação superior na região, entendida como um vetor de construção do que pudesse e possa ser o desenvolvimento sustentável, de forma situada.

**O primeiro capítulo, intitulado Cooperação Internacional: Reflexões Teóricas**, faz uma síntese dos debates sobre Cooperação Internacional para explicar o que é o conceito e como ele é utilizado na reflexão proposta nesta tese. Inicialmente, é feita uma visita ao nível global, abordando temas como a globalização, seu surgimento na academia norte-americana e a forma linear e homogênea como foi transposta aos métodos e racionalidades administrativas e produtivas no mundo da produção do conhecimento. Este processo que levou a uma certa mercantilização do ensino superior se conecta, e é contemporâneo à crise do estado de bem-estar social, que tem nos anos 1980 sua expressão máxima com o advento neoliberal nas políticas econômicas e sociais, desde ajustes fiscais, austeridade e aumento sensível da dívida, externa e pública, incentivando processos de privatização, incluindo as próprias políticas públicas, como é a educação superior.

As altas taxas de inflação desta época e baixas taxas de crescimento econômico produziram desigualdade social e se refletiram em dificuldades na elaboração de planejamento no campo de um desenvolvimento mais territorializado e inclusivo. O desenvolvimento deste tipo, se é que podemos chamá-lo dessa maneira, acabou sendo um de integração da região a lógica de integração nacional, aumentando as dívidas, também sociais, econômicas e

ambientais, em sua dimensão regional. Assim, pensar na realização de uma cooperação internacional que não fosse mais reprodutora de dependência foi um desafio, no sentido do movimento de cortes e ajustes na política educacional e de emprego da cooperação em movimentos que não fossem mais urgentes na direção da diminuição da pobreza.

Neste mesmo capítulo, refletimos sobre como a neoliberalização das políticas educacionais comprometeu a cooperação internacional para o ensino superior, levando à geração de uma economia política do conhecimento e do ensino superior, que refletia as desigualdades e as relações de poder presentes em um sistema global neoliberal. Na contramão deste movimento e apontando sua criticidade, resgatamos o valor do conhecimento como poder nas sociedades globais e como o controle do conhecimento nas sociedades impacta no desenvolvimento econômico e social. Neste contexto, é feita uma reflexão do ensino superior como bem público, e não mercadoria a serviço do mercado financeiro. Desde esta reflexão, trazemos a elaboração sobre o conceito de cooperação internacional e a forma como será abordado na tese, com suas características específicas na relação com o conceito de desenvolvimento

**No capítulo 02, a Internacionalização da Educação Superior**, abordam-se, reflexivamente, os conceitos e as perspectivas presentes no debate sobre este processo, globalmente e nacionalmente. Neste contexto, apresentamos os mitos da internacionalização da educação superior, apontados por Knight (2011). Discutimos como no Brasil o tema está colocado no planejamento do Governo Federal, como nos Planos Nacional da Pós-graduação e no Plano Nacional da Educação. Destacamos nessa análise a ausência da discussão na Amazônia, chamando a atenção para a necessidade de tratar a questão de forma específica na região. Argumentamos que seja esse o caso, porque ainda que seja uma pauta recente, o Ministério da Educação (MEC) vem incentivando esse processo de internacionalização a fim de massificá-lo nas universidades em todo o país. No entanto, observa-se que mesmo que as universidades já estejam operacionalizando a pauta enquanto parte da política acadêmica e pedagógica, não há adequação na operacionalização das medidas cabíveis para gerar e garantir a internacionalização.

Nesta direção, apontamos os setores de internacionalização existentes nas Universidades Federais dos Estados da Amazônia Brasileira e a Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como exemplos de internacionalização da educação superior, como parte da política externa relativa à educação no Brasil.

**No capítulo seguinte, Desenvolvimento (sustentável) na Amazônia,** abordamos os diferentes conceitos sobre Desenvolvimento, com foco no debate sobre desenvolvimento sustentável na Amazônia, tratando das diferenças entre desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. Destaca-se o processo histórico do desenvolvimento e o seu discurso na e para Amazônia, e o contradiscurso do desenvolvimento sustentável, bem como os diferentes adjetivos agregados ao conceito. Trata-se, ainda, do indicador utilizado para medir o crescimento econômico e as alternativas para medição do desenvolvimento.

**Nos últimos capítulos,** apresentam-se, respectivamente, a Universidade Federal do Pará, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, destacando as análises e contextualizações da época e contemporânea que permitirá ao leitor entender o contexto histórico da criação e a dinâmica de funcionamento do NAEA. No sexto e último capítulo, abordam-se as entrevistas realizadas com professores e/ou gestores que construíram e constroem a história do NAEA e, a partir de palavras-chave, quais sejam, internacionalização da educação, NAEA e desenvolvimento apresentadas no decorrer do processo, reflete-se sobre o NAEA na internacionalização da educação superior na UFPA.

**No Capítulo 04,** apresentamos a UFPA. Neste capítulo, aprofunda-se a análise com foco nos Planos de Desenvolvimento institucional (PDI) e Relatórios de Gestão, no sentido de melhor analisar o processo de internacionalização da educação superior. Com base nas informações levantadas, fizemos uma comparação entre o que Knight (2011) chama de “Mitos da Internacionalização da Educação Superior” e as ações que a Pró-Reitoria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará (PROINTER) - setor responsável pela cooperação entre a UFPA e as diversas instituições internacionais de ensino, pesquisa e fomento à educação, na área científica e cultural - vêm realizando. Abordamos, ainda, a construção do Plano de internacionalização, que está sendo construído, e o Relatório do Comitê de Internacionalização Universidade Federal do Pará, de forma objetiva, considerando que não obtivemos as respostas necessárias para melhores análises.

**No capítulo 05,** trazemos para o foco de análise o que colocamos como o caso exemplar, para pensar a internacionalização da educação superior na UFPA, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e os caminhos percorridos para a criação do Núcleo, desde o planejamento até a atualidade, com o destaque para o processo de internacionalização da educação superior. Avaliamos como o processo de internacionalização da educação superior coincide com a implantação e implementação do Núcleo, sem desconsiderar as diversas formas de fazer a internacionalização da educação superior na universidade. Embora a maior parte das pesquisas desenvolvidas no NAEA estejam concentradas no Estado do Pará, concluímos que o

trabalho do núcleo tornou possível a aquiescência, pelo mundo, de muitos dos problemas e da realidade complexa da Pan-Amazônia.

**No sexto e último capítulo,** faz-se uma análise do material coletado sobre o programa, apresentando as entrevistas, desde a reflexão sobre os conceitos-chave elencados na tese. Fornecemos um panorama e a perspectiva que argumentamos leva o trabalho do NAEA da utopia, conforme chamava um dos seus planejadores, Armando Mendes (2011), à realidade concreta, quando este núcleo completa 50 anos, coincidindo com a entrega desta tese.



# 1 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: REFLEXÕES TEÓRICAS

## 1.1 O Mundo Global: Globalização, Neoliberalismo, Capitalismo

Os eventos ocorridos no século XX, as guerras e revoluções, se por um lado enfraqueceram países, resultaram no fortalecimento de outros, especialmente os do Norte.

Estas sociedades, compostas por diferentes tipos de atores como os estados nacionais, as empresas, as organizações públicas nacionais e internacionais, bilaterais e multilaterais, passaram a se interrelacionar a partir de seus interesses e/ou de forma solidária, e formaram subsistemas mundiais complexos em que se destacam os hegemônicos, com influências e poderes diversificados, tendo como base o capitalismo e o ocidentalismo.

O Grupo das 7 nações dominantes[...], inegavelmente dispõe de meios e modos para influenciar diretrizes não só de estados dependentes, periféricos, do sul ou do Terceiro Mundo, como também as organizações bi e multilaterais, compreendendo a ONU, o FMI, a OIT, a AIEA, entre outras (Ianni, 2001, p. 85).

Neste contexto, quando iniciam os estudos e assim vêm os conceitos sobre globalização e mundo-global, são as universidades norte-americanas que lideram tais estudos e, desta forma, são as que influenciaram (e ainda influenciam) outras universidades no mundo, limitando suas relações de cooperação internacional com as universidades que também tinham a perspectiva global de mundo, pois os currículos apresentavam essas características.

Há que se considerar, entretanto, que com a globalização:

As coisas, as gentes e as ideias movem-se em múltiplas direções, desenraizam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se. Alteram-se as sensações e as noções de próximo e distante, lento e rápido, instantâneo e ubíquo, passado e presente, atual e remoto, visível e invisível, singular e universal (Ianni, 1998, p. 36).

Abordando a globalização, Kamola (2013) relata que o conceito foi desenvolvido pela primeira vez nas escolas de negócios americanas durante a década de 1980, mas os cientistas sociais, focadamente norte-americanos, começaram a estudar o tal fenômeno em meados da década de 1990. “Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, o termo globalização emergiu como um conceito saliente e até mesmo indispensável para descrever a vida social, política e econômica contemporânea” (Kamola, 2013, p. 42),

Entretanto, o autor relata que embora o termo tenha se tornado quase universal, ainda há muita ambiguidade e diversidade. Para o autor, “esse deslize persistente na literatura da globalização; na verdade, funciona para obscurecer uma desigualdade profundamente

estruturada dentro da economia política do ensino superior, que molda quem determina (e não determina) o que conta como global” (Kamola, 2013, p. 42).

Embora a globalização seja de fato um fenômeno complexo, há que se refletir sobre o que pode ser considerado como global, considerando que a maioria dos estudos da globalização vem dos países do Norte.

Diagnosticar a maneira aparentemente arbitrária pela qual os acadêmicos decidem o que conta e o que não conta como “global” é importante porque isso torna visíveis as relações profundamente assimétricas de produção de conhecimento existentes na economia política do ensino superior (Kamola, 2013, p. 42).

Desta forma o autor toma como exemplo de comparação duas universidades em diferentes espaços geográficos, nos Estados Unidos e na África, e assim conclui:

Enquanto as universidades de pesquisa americanas se tornaram locais particularmente produtivos para a produção de conhecimento sobre a globalização, muitas universidades africanas pós-coloniais enfrentam considerável austeridade material e marginalização, tornando assim difícil para os acadêmicos competir dentro de um campo cada vez mais mercantilizado de produção de conhecimento (Kamola, 2013, p. 42).

A realidade encontrada nas Universidades Africanas não é diferente do que se pode encontrar na Pan-Amazônia, quer nas Universidades como nos Centros de Pesquisa, o que aponta para um mundo global bastante desigual e os conceitos de globalização definidos pelas universidades e centros de pesquisas norte-americanos ainda lineares.

Assim, qual o ‘global’ que cabe à Pan-Amazônia e à América Latina? Há o desafio de tratar a internacionalização da educação superior em um global desigual. Daí a dificuldade de conceituação, tanto do global como da internacionalização da educação superior.

Por outro lado, Batista Junior (1998) apresenta uma outra perspectiva a ser observada. O cientista argumenta que nos anos 1990<sup>3</sup>, os fatos relacionados à economia mundial não impactaram fortemente na economia brasileira que justificasse a preocupação com a globalização. Ao abordar os mitos sobre a globalização, destaca que:

Um exame cuidadoso da evolução da economia internacional não tardará a revelar o quanto são distorcidas as alegações da ideologia da "globalização", especialmente quando estabelece uma vinculação mecânica entre o avanço tecnológico, em áreas como informação, computação e finanças, e a suposta tendência geral à supressão das fronteiras e à desintegração dos Estados nacionais (Batista Junior, 1998, p. 2).

---

<sup>3</sup> Referindo-se aos últimos anos, em um artigo escrito em 1998.

Embora refletindo a (in)coerência da globalização, para Batista Junior (1998), o Brasil viveu uma grande mudança na política econômica interna, iniciada em 1994 com o Plano Real. Para a estabilização monetária, o governo implementou políticas públicas nas áreas cambial, financeira e comercial, sem que o país estivesse preparado, o que levou a economia nacional à competição internacional, resultando em um cenário macroeconômico de valorização cambial, elevadas taxas de juro internas e rápida abertura às importações.

Nesse cenário, relata o autor, as políticas macroeconômicas, as distorções do sistema tributário e as deficiências da infraestrutura econômica no Brasil destruíram muitas empresas, as de menor porte. Além disso, as empresas mais expostas à competição com produtores estrangeiros foram as mais afetadas. A economia tendeu ao desequilíbrio e ficou dependente de capitais externos, vulnerável às flutuações no contexto financeiro internacional. Nesta direção, conclui o cientista, foram as opções e omissões da política econômica nacional que resultaram em problemas para o país e que pouco ou quase nada está relacionado com a globalização.

Por outro lado, com base nas análises de Kamola (2013), há que se analisar se a crise brasileira é realmente global, pois a grande maioria do conhecimento sobre a globalização vem das universidades americanas e europeias. Para o estudioso, não há surpresas que a Internet, as instituições financeiras internacionais e as lojas IKEA, por exemplo, sejam “globais”; mas o genocídio em Ruanda, campos de refugiados no Quênia, favelas em Brasília e na Amazônia não são. Infere-se que se fossem considerados os conhecimentos sobre a globalização e o que é ou não “global” estes eventos poderiam ser considerados como tal.

Uma literatura de globalização escrita (ou [...] narrada) por refugiados, ...seria bem diferente daqueles produzidos no mundo do ensino superior. Da mesma forma, pode-se também imaginar uma literatura acadêmica sobre globalização que inclua contribuições de estudiosos e estudantes treinados e trabalhando na África, América, Europa Oriental ou Ásia Central. Em tal literatura, pode-se supor que esses objetos arbitrariamente colocados como “globais” pareceriam substancialmente diferentes (Kamola, 2013, p. 47),

Neste sentido, há que se considerar e analisar as condições que levam à conceitualização do que pode ser ou não globalização. Se o que conta é o “global”, como este pode ser linear em diversos e complexos “local”? Qual a coerência entre o “local” diverso e o “global” único?\*

Em Dias (2017), a globalização é um processo que facilita a mobilidade de ideias, pessoas, bens e serviços. Enfraquece a noção de Estado ao tempo que fortalece a interdependência. No campo econômico, funciona com três elementos: 1) Unificação de mercado mundial, com quadro institucional único, o liberal, e modelo uniforme de produção e distribuição de bens e serviços; 2) desenvolvimento de empresas globalizadas, competindo em escala planetária, na

concepção, produção e distribuição de seus produtos e serviços; 3) a divisão internacional do trabalho, em que os países dominantes controlam o conhecimento, o know-how, os serviços. Eles criam e os demais países ficam condenados à imitação e à dependência.

Assim, o contexto da economia-mundo capitalista e a conjuntura política e socioeconômica impactaram nas relações centro-periferia e provocaram consequências para a governabilidade dos países em desenvolvimento.

A concepção liberal não conseguiu responder às novas realidades econômicas, e já no final da II Guerra Mundial, as nações aliadas concordaram em promover a cooperação internacional de forma solidária e consensual e, assim, se reuniram na cidade britânica de Bretton Woods, em 1944, para definir as bases da política econômica global com o gerenciamento econômico internacional entre estados-nações independentes com a liderança dos Estados Unidos. Entretanto, o sistema Bretton Woods considerou bastante os interesses americanos, deixando de lado o discurso da solidariedade e vantagens iguais.

Neste sistema, foram fixadas regras para as relações comerciais e financeiras entre os países industrializados do mundo e criados o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), o atual Banco Mundial, com o objetivo de financiar a reconstrução das nações europeias destruídas, e o Fundo Monetário Internacional (FMI), para o fortalecimento do sistema monetário internacional. Em continuidade, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU).

O sistema Bretton Woods precisou ser adiado e, neste período, foi instituído o Plano Marshall, quando os Estados Unidos direcionaram, a fundos perdidos, recursos financeiros, especialmente para o Japão e para a Alemanha (Fiori, 1999).

Nesse fluxo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) também aumentou o poderio político com a incorporação de países da Europa oriental ao bloco geopolítico socialista mundial, originando a guerra fria, que marcou a política e a economia mundial na segunda metade do século XX, com a rivalidade entre a URSS e os EUA.

Assim, a história da humanidade observou a organização de dois grandes blocos: um por meio de acordos internacionais – o Pacto de Varsóvia, capitaneado pela URSS – e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), formada pelos países capitalistas da Europa Ocidental, sob o comando dos Estados Unidos.

Nos anos 1950 e 1960, segundo Dias (2017), parte dos países ocidentais, focadamente os Estados Unidos, enviaram ao terceiro mundo expertos, tidos como “difusionistas”, para “mo-

modernizar” os países “atrasados”. Assim, eles provocaram e estimularam mudanças nas instituições e no comportamento das pessoas, que abandonaram suas tradições, aceitando os valores de mercado de modelo ocidental.

Chamados a modificar as relações urbanas, sociais e políticas e buscar uma democracia baseada no sistema bilateral inglês, deixaram de lado a tradição e o poder local. “Buscou-se estabelecer um estado monoétnico, monocultural, com o abandono de línguas e costumes locais e, sistematicamente, colocando o mercado como elemento principal de regulação nas sociedades” (Dias, 2017, p. 19), como forma de modernização.

Para o autor, a teoria da modernização que influenciou a época estava baseada “num pressuposto etnocêntrico ocidental que considera ser universais as formas de organização das sociedades sem que se tomem em consideração a diversidade cultural, a formação histórica das populações e a variedade na conduta das estruturas sociais” (Dias, 2017, p. 20). O autor conclui que a ideologia da modernização reverbera por todos os meios, inclusive nas organizações internacionais e aceitam a comercialização, adotando uma posição passiva frente às forças do mercado que controlam a sociedade, inclusive a educação. Nesta lógica, consideram que o modelo válido para uma universidade de qualidade é o desenvolvido por grandes instituições ocidentais.

Neste contexto, as grandes empresas e organizações, com pautas de modernização, ampliaram seus espaços de mercado com vendas de máquinas, equipamentos e tecnologias para a agricultura e indústria e organizações, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que, muitas vezes, impunham aos países em desenvolvimento a compra de tais produtos, conferindo um papel especial às elites, que conduziram e influenciaram as massas.

Na época da globalização, mundanizam-se as instituições mais típicas e sedimentadas das sociedades capitalistas dominantes[...] Na esteira da modernização, colocam-se a evolução e o crescimento, o desenvolvimento e o progresso, sempre no âmbito da sociedade de mercado, do capitalismo (Ianni, 2001, p. 104).

No final dos anos 1960, os fatores negativos do crescimento econômico como mercados saturados, intensa competição de mercado com pressões de preços e de custos começaram sobrepôr aos positivos, e na década de 1970, o predomínio das políticas neoliberais.

Neste fluxo, foram estabelecidas alianças internacionais para processos políticos na América Latina que resultaram em golpes militares. No Brasil, dentre outros países da América Latina, como Chile, Argentina, Uruguai, viveram uma fase de governos autoritários e ditatoriais com políticas que resultaram em maior dependência econômica (Bastos; Castro; Ravena, 2010).

A CEPAL teve um papel importante na discussão e no assessoramento do planejamento governamental e na elaboração de modelos de desenvolvimento. Entretanto, apesar desse debate de caráter heterogêneo, da influência das ideias da escola estruturalista da CEPAL e da teoria da dependência em muitos governos latino-americanos, como é o caso do Brasil, na década de 70 acabou predominando as políticas econômicas mais conservadoras (neoliberais) (Bastos; Castro; Ravena, 2010, p. 6).

Os países latinos apresentavam dificuldade de exportar, além de instabilidade política, elevadas frequências de golpes de estado e a constituição de ditaduras. Neste contexto de inadiplência, recessão e austeridade fiscal, os planos de desenvolvimento deixaram de ser prioridade e os países em desenvolvimento sequer conseguiam prover serviços básicos às suas populações. É exatamente nesta década que se cria o Núcleo de Alto Estudos Amazônicos, inclusive com certa influência da CEPAL, conforme relata um dos entrevistados.

O NAEA foi muito criado como um quadro para alimentar uma estrutura de ensino e pesquisa para formar quadros para a SUDAM, no fundo, para a Operação Amazônia. Foi muito isso. Apesar de rapidamente se transformar em uma área de crítica a essa mesma operação, mas em princípio as coisas estavam pensadas assim, criar quadros que possam operar as ideias desenvolvimentistas cepalinas, que eram as dominantes, para o desenvolvimento específico, aqui que tem alguma especificidade, mas apenas alguma especificidade, na Amazônia.

O Brasil, desde 1964, passava pela ditadura do golpe militar, além de estar na periferia da economia mundial e dependente das agências multilaterais de financiamento. Assim, o país aceitou as condições e diretrizes destas agências que impuseram restrições e ações antidemocráticas, sob a alegação de que precisavam de garantias para que não houvesse prejuízo aos investidores e incertezas reduzidas e a fim de alcançar um ambiente econômico favorável. Esta situação, entretanto, afetava não somente a democracia, mas também a governabilidade brasileira.

Observa-se, assim, a hegemonia dos países do norte estabelecendo um desequilíbrio de forças e impondo perspectivas econômicas, políticas e culturais sob os países do Sul, e o endividamento norteou o modo de tratar a globalização econômica.

Nos anos 1980, a América Latina passou a ter sérios problemas na economia e na política com a crise da dívida externa e com o domínio implantado a partir do Consenso de Washington, sendo intensificado no final dos anos 1980, com o processo de globalização da economia.

A política neoliberal<sup>4</sup> impactou grandemente na região e prejudicou a tentativa de integração dos países latinos, transformando o capitalismo e a sociedade.

O neoliberalismo transformou profundamente o capitalismo, transformando profundamente as sociedades. Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida (Dardot; Laval, 2016, p. 402).

O neoliberalismo passa, então, a estabelecer forte disciplina fiscal, redireciona os gastos públicos e reduz o tamanho do Estado, altera os juros e o câmbio de mercado, resultando em baixo crescimento econômico; como consequência, houve aumento do desemprego e, assim, da pobreza e da fome.

Parte dos recursos financeiros internacionais que poderiam ir para as Universidades estavam sendo investidos em armas.

Nos anos 80, os países da OCDE se puseram a discutir a melhor maneira de administrar as universidades em um período de crescimento zero. Mas ninguém entre os participantes das reuniões da OCDE, onde o tema era debatido, ousava indagar as razões dessa postura. Jamais alguém perguntou por que o crescimento zero em educação, enquanto se observava, em muitos países, o crescimento de fundos investidos em compra de armas e o pagamento de juros extorsivos aos bancos e ao sistema financeiro internacional (Dias, 2017, p. 122).

O endividamento nos anos 1980 levou à desaceleração dos investimentos nos anos 1990 e essa limitação nos investimentos resultou em baixa prestação de serviços públicos econômicos e sociais necessários para fortalecer as bases para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

O fim da Guerra Fria, em 1989<sup>5</sup>, contribuiu para que o neoliberalismo econômico se espalhasse pelo mundo com ampla aceitação e foi tido como modelo de modernização para os países coloniais.

Na época de globalização do capitalismo, entra em cena a ideologia neoliberal, como seu ingrediente, produto e condição. Quando se criam, fortalecem e generalizam as estruturas globais de poder [...] (Ianni, 2001, p. 106).

A história relata, entretanto, que as demarcações arbitrárias da globalização fizeram com que o neoliberalismo fosse consolidado e o sistema capitalista se expandisse em um mundo globalizado e complexo.

---

4 Para Dardot e Laval (2016, p. 402): [ ] “a partir do fim dos anos 1970 e do início dos anos 1980, o neoliberalismo foi interpretado em geral como se fosse ao mesmo tempo uma ideologia e uma política econômica diretamente inspirada nessa ideologia”.

5 A queda do Muro de Berlim ocorreu em 9 de novembro de 1989.

A economia, baseada na força de mercado, garantiu o crescimento econômico e o desenvolvimento social, com: a livre circulação de capitais internacionais; a abertura econômica para a entrada de empresas multinacionais; a adoção de medidas contra o protecionismo econômico e da redução de impostos e tributos cobrados indiscriminadamente, ampliou o capitalismo, mas promoveu maior instabilidade nas economias periféricas.

Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a adotar o neoliberalismo. O Brasil, aderiu às políticas neoliberais com o então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 a 1998 / 1999 a 2002) que instituiu reformas que iriam modernizar o país e garantir a estabilidade econômica. Entretanto, em que pese a estabilização da economia temporária e o crescimento econômico, não resolveu os graves problemas sociais do país e as tais políticas neoliberais recomendadas para a América Latina pelos países ricos fracassaram.

Burmann (2017, p. 8), ao abordar o neoliberalismo no Brasil e na América Latina, relata que,

A concepção neoliberal propunha que os investimentos em Educação Superior eram muito onerosos e os resultados não eram rápidos. Os resultados de tais políticas, além da queda nos indicadores econômicos e sociais, foram catastróficos para o então frágil sistema educacional, levando ao sucateamento das universidades e ao aumento dos índices de evasão.

Há o desafio de melhor integração entre os países da região considerando suas especificidades e interesses, respeitando os interesses mútuos entre os governos latinos para que os países pudessem se fortalecer. A integração entre os países pode ir além da relação econômica,

A integração pressupõe uma convergência normativa e uma solidariedade econômica, social e, às vezes, até política. Ela configura uma harmonização de procedimentos para que permitam a construção comum e unificada de um projeto de integração que tenha como beneficiário final o cidadão. É a integração no desenvolvimento de políticas econômicas comuns, no aperfeiçoamento dos instrumentos de saúde, de educação, de segurança, etc. (Arslanian, 2011, p. 86).

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) poderia se constituir promissora, mas um acordo internacional desta magnitude em um mundo globalizado “de nada valerá tudo isto se os países latino-americanos continuarem a insistir em se dar as costas... Estou convencido de que, um dia, essa integração regional se fará e de que as universidades, em sua grande maioria, formarão cidadãos com consciência social” (Dias, 2017, p. 137). Mudanças são imprescindíveis.

Na Região Latino-americana, após décadas de governos neoliberalistas capitalistas,



alguns governos foram substituídos com bases democráticas. No início dos anos 2000, alguns países da América Latina mudaram seus modelos de desenvolvimento econômico e social, privilegiando o capital produtivo, adverte Burmann (2017).

A educação superior foi sendo recuperada lentamente e pautada nas agendas de desenvolvimento dos países, tendo como resultado o aumento dos investimentos em capital humano e importantes políticas e ações afirmativas.

Pessoas mais pobres e mais vulneráveis da sociedade tiveram acesso ao ensino superior público gratuito e puderam ascender socialmente e uma nova classe social passou a sonhar com uma sociedade mais fraterna e mais justa, aumentando o sentimento de pertencimento à universidade, conclui Burmann (2017). Dizer que a educação superior pública é para os ricos é um mito, pois pesquisas apontam o equívoco dessa afirmação.

No Brasil, entretanto, Burmann (2017) lamenta que algumas ações de política econômica equivocadas levaram a uma crise econômica, social e política que resultaram no contingenciamento orçamentário de áreas que deveriam ser estratégicas, como saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Para Milani (2017, p. 3), ao fazer referência ao Brasil, adverte que

a disseminação de políticas públicas, via cooperação bilateral e no âmbito do multilateralismo, também cumpre função estratégica de legitimação de um determinado modelo de desenvolvimento, hoje posto em xeque diante da crise política e institucional por que passa a nação.

Em que pese a mudança político-ideológica, no Brasil, o modelo neoliberal é fortalecido e o capital especulativo, no cenário macroeconômico, fortalece o agronegócio. A educação se mantém como mercadoria, embora seja um direito assegurado na Constituição de 1988 e as Universidades públicas federais enfrentam a falta de autonomia.

## **1.2 A Economia Política Internacional do Conhecimento e do Ensino Superior**

No contexto mundial, econômico-social, no período pós-guerra, buscou-se a promoção do desenvolvimento econômico também por meio da qualificação da educação superior e vice-versa e, desta forma, as atividades ligadas à geração, uso e difusão do conhecimento acadêmico foram bastante valorizadas. “A reestruturação acadêmica aparece na literatura não apenas como o resultado de uma mudança histórica do capitalismo, mas, igualmente, como uma mudança na história das próprias universidades” (Lau, 2022, p. 457-458).

Neste contexto, a história aponta para uma relação de mão dupla, visto que as mudanças na economia impactaram, e foram impactadas, pelas políticas de Educação Superior, pois a formação do conhecimento acadêmico sobre o mundo também foi transformada a partir da análise e disseminação do que poderia ser o global e a globalização, isso porque “a construção do conhecimento não é alheia às estruturas de poder, aos jogos políticos, como qualquer outro campo da sociedade” (Castro, 2019, p. 25).

O campo científico é também um campo de lutas. Ele é tão competitivo quanto qualquer outro campo, mas com a especificidade de que busca na luta interna ao campo, que é o monopólio da autoridade científica, unindo, ao mesmo tempo, capacidade técnica e poder social, com relativa autonomia do campo (Castro, 2019, p. 25).

Amaral e Nova (1993) fazem saber que o conhecimento do mundo, simbolicamente transmitido, é variável de indivíduo, grupo, categoria e sociedade.

Este processo de distribuição do conhecimento é, em grande medida, responsável pela diversidade de padrões culturais, pela aquisição do saber e, em consequência, pelas atitudes políticas, assim como pelo poder e controle de um grupo ou categoria de indivíduos sobre o restante da sociedade (Amaral; Nova, 1993, p. 184).

Desta forma, inferem as pesquisadoras: “esta estrutura social é constatada quer nas complexas sociedades do tipo urbano-industrial quer nas sociedades tribais. Este processo de poder pode ser denominado economia política do conhecimento” (Amaral; Nova, 1993, p. 184).

Diferente da economia política do conhecimento, a economia do conhecimento é, então, um metadiscurso que ofusca as desigualdades e disputas políticas envolvidas no trato com o conhecimento ao colocar o crescimento econômico como imperativo no qual o saber é, em si, uma benesse inquestionável (Lau, 2022, p. 457).

O “desenvolvimento industrial e econômico nos tempos modernos tem provocado uma diferenciação dentro da população das sociedades urbano-industriais, a qual não encontra equivalente em nenhuma sociedade tribal” (Amaral; Nova, 1993, p. 184). Nesse sentido, Lau (2022), em suas pesquisas, revela que os Estados deveriam mobilizar as instituições acadêmicas públicas em vista do crescimento econômico e que estas instituições deveriam se relacionar entre si para tal finalidade.

O fato é que a “OCDE, em associação com outros organismos, consegue estabelecer que o conhecimento legítimo, ao menos para o crescimento econômico dos Estados, é aquele gerado pelas universidades, porém aplicado na geração de desenvolvimento através do mercado” (Lau, 2022, p. 456).

Na valorização da educação superior, a informação qualificada e o conhecimento estratégico foram reconhecidos na economia dentro de um mercado altamente competitivo, ao agregar valor aos negócios, produtos e serviços que impactaram em mudanças nas políticas públicas educacionais, nas relações internacionais e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

As seguintes tendências são de particular importância entre as mudanças sociais e políticas que moldaram a nova economia política do ensino superior: (a) mercantilização; (b) competição não monetária enquadrada por uma expansão de avaliações e medições de desempenho; e (c) a perspectiva das hierarquias como características de relações sociais, institucionais e estratificação simbólica (Schulze-Cleven, *et al.*, 2017, p. 800, tradução nossa).

Quanto às avaliações baseadas em indicadores, a característica neoliberal voltada para a gestão do ensino superior é o uso de escalas para medir o desempenho da pesquisa e qualidade de ensino. Essas escalas dependem de dados altamente diversos, como contagem de citações, bolsas de pesquisa e julgamentos de cientistas ou estudantes, dentre outros, e as respectivas classificações comprimem os dados heterogêneos em muito poucas dimensões. Na atualidade, os rankings, cada vez mais, estão sendo produzidos e se tornado proeminentes nos discursos públicos.

Em 1975, o Instituto de Informação Científica (ISI) introduziu o fator de impacto como medida de importância de um artigo quando publicou sua primeira revista Citation Report, em 2003, e a Shanghai Jiao Tong University emitiu sua primeira classificação universitária. Em 2004, o Times Higher Education Supplement seguiu o exemplo com o Ranking Mundial de Universidades (Schulze-Cleven *et al.*, 2017).

Entretanto, essas comparações internacionais, analisam os autores (Schulze-Cleven *et al.*, 2017), e os efeitos desses instrumentos – ou suas diferentes “funções” para a competição – foram amplamente discutidos. Como a interpretação dos rankings está ligada a políticas, debates e categorizações em diferentes contextos acadêmicos, é de se esperar resultados complexos, porque rankings e indexações, muitas vezes, moldam diretamente a distribuição de recursos econômicos no campo acadêmico e também afetam a reputação que, por sua vez, determinam a atratividade de determinadas instituições para pesquisadores, estudantes e doadores, particularmente os estudantes e doadores mais ricos. O regime de avaliações, impacto e os rankings representam, portanto, uma economia igualmente material e discursiva.

Para Kamola (2013), a instituição de pesquisa americana tornou-se o principal modelo de organização do ensino superior replicado em todo o mundo. O intelectual lembra o artigo inovador de Theodore Levitt, de 1983, intitulado “The Globalization of Markets”,

argumentando que enquanto a corporação multinacional ainda ajustava os produtos e práticas por país, as grandes corporações já tinham a convicção de que era mais barato vender as mesmas coisas em todos os lugares.

Esta abordagem tida como inovadora muda a estratégia de marketing baseada na suposição de que as empresas poderiam desenvolver uma convergência mundial de gostos em vez de atender aos mercados nacionais existentes. O argumento de Levitt reverberou no capitalismo educacional.

Mudanças semelhantes na prática econômica entraram na universidade americana durante os anos 1990 [...] com a chegada de “uma nova linguagem financeira” importada do setor privado (Newfield, 2008:159) [...] muitas universidades públicas e privadas se envolveram em “campanhas de doações de bilhões de dólares” e “trouxeram novas ondas de doadores potenciais ricos para o campus e tornaram seus interesses, pontos de vista e preocupações centrais para o empreendimento acadêmico” (Newfield, 2008, p. 164; Kamola, 2013, p. 49, tradução nossa).

O conteúdo qualificado, todavia, estrategicamente voltado para fortalecer a dependência periferia-centro, aprofundou o capitalismo periférico, reproduzindo a exploração da força de trabalho.

O capitalismo global valorizou a economia do conhecimento<sup>6</sup> e o mercado do conhecimento contribuiu efetivamente para o processo de acumulação do capital, sendo o conhecimento a principal base material do capitalismo na nova economia.

Nos anos 1990, a economia do conhecimento foi um dos principais temas da OCDE que firmou o conhecimento acadêmico como economicamente útil e importante para o desenvolvimento.

A comercialização da mercadoria-conhecimento<sup>7</sup> e os resultados gerados também levaram a desigualdades na divisão internacional do trabalho, uma vez que as atividades relacionadas à comercialização do conhecimento geram rendimentos baseados na apropriação do valor gerado socialmente, fortalecendo as desigualdades na divisão internacional do trabalho.

---

<sup>6</sup> Economia do Conhecimento, conceito cunhado por Peter Drucker, é a fase econômica em que o conhecimento, ou aplicação do conhecimento, estimula o desenvolvimento econômico e têm protagonizado as principais mudanças na sociedade.

<sup>7</sup> Oliveira e Filgueiras (2019, p. 360) descrevem como mercadoria-conhecimento sistemas operacionais, dados, automação industrial e serviços em nuvem, franquias e pacotes de dados de internet, artigos acadêmicos, códigos genéticos e outros resultados da pesquisa científica básica, fórmulas químicas na indústria farmacêutica, bens da indústria de direitos autorais, da comunicação, cultural e do entretenimento, como filmes, séries, jogos esportivos, games, programas de TV, músicas e outras mercadorias (desde que estejam digitalizadas), serviços financeiros digitais, entre muitos outros.

De forma complementar, as Universidades, cada vez mais competitivas, vêm competindo no mercado internacional, utilizando as melhores estratégias de marketing, concorrendo entre si em um mercado interno e externo de ensino superior.

Nas últimas duas décadas, as universidades passaram a se conceber, e a seus pares, como existentes em relações de mercado cada vez mais competitivas, marcadas por intensa competição por receitas de mensalidades estudantis, bolsas governamentais de pesquisa, filantropia privada, financiamento corporativo e privado e laboratório com oportunidades de receita de mercado (Kamola, 2013, p. 49, tradução nossa).

Para Cusicanqui (2010, p. 65-66, tradução nossa), “é preciso sair da esfera das superestruturas e quebrar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que operam por trás dos discursos”. Para a autora, o discurso pós-colonial instalado na América do Norte aponta para uma economia mais ampla, uma “economia de salários, confortos e privilégios, bem como um certificador de valores, por meio da concessão de diplomas, bolsas, mestrados, convites para ensinar e oportunidades de publicação” (Cusicanqui, 2010, p. 65-66, tradução nossa).

Importante ressaltar que não se trata de negar a importância do conhecimento, mas a geração, uso e difusão deste não pode ficar em um discurso de igualdade e, ao mesmo tempo, limitada a uma elite. É preciso que seja acessível a todos os que buscam por tal mercadoria, caso contrário,

a retórica da igualdade e da cidadania torna-se uma caricatura que encobre privilégios políticos e culturais tácitos, noções de senso comum que tornam a incongruência tolerável e permitem a reprodução de estruturas coloniais de opressão. (Cusicanqui, 2010, p. 56-57).

Segundo Lau (2022, p. 462), é a “geopolítica do conhecimento que revela a desigualdade entre Sul e Norte Global, mas que só constitui hierarquias e estruturas sólidas de poder através da economia política do conhecimento”.

Assim, o conhecimento para a promoção do desenvolvimento humano, sustentável e inclusivo deve considerar um passado de negações coloniais e um presente de valorização dos saberes locais e ir além de uma elite privilegiada do norte e atender a todos que o buscam. A modernidade não é unilateral.

O mundo para revés do colonialismo, só se reerguerá cumprindo-se como história se conseguir derrotar aqueles que insistem em preservar o passado com todo o seu lastro de privilégios ilícitos (Cusicanqui, 2010, p. 55).

Neste sentido, a internacionalização da educação para a promoção do desenvolvimento da Amazônia precisa analisar criticamente o colonialismo e a globalização econômica.

A educação superior para responder às necessidades do desenvolvimento, especialmente na Amazônia, deve “sair do reino das superestruturas e quebrar as estratégias econômicas e os mecanismos materiais que operam por trás dos discursos” (Cusicanqui, 2010, p. 65).

Há que se considerar, ainda, o impacto da mercadoria-conhecimento no âmbito do neoliberalismo e a relação das universidades no mercado internacional competitivo. É necessário pensar a Universidade com acesso comum, pois “à medida que se agrava a crise das universidades públicas na América Latina, o tipo de estrutura [...] presta-se muito bem ao exercício do clientelismo como modo de dominação colonial” (Cusicanqui, 2010, p. 66).

Na 1ª Conferência Mundial de Educação Superior (CMES), em 1998, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) declarou a Educação Superior como bem público e direito de todos os cidadãos e deveria impulsionar o desenvolvimento econômico. Em 2008, na Conferência Regional de Educação Superior para América Latina e Caribe (CRES), iniciativa do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC/UNESCO), a Educação deveria preparar profissionais para o desenvolvimento social e econômico sustentável dos países, dentre outros, para a pesquisa estratégica, da educação para todos e para toda a vida e da integração regional, precisando para isso de transformações profundas em sua estrutura e organização.

Nessa linha, dentre os cinco eixos do “Plano de Ação” da “Declaração da CRES 2008” estava o “Fomento da integração solidária e da internacionalização da Educação Superior na América Latina e Caribe”.

Por outro lado, organismos internacionais como Banco Mundial (BM), o FMI e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), considerando o papel na Educação Superior no desenvolvimento das economias dos países, destacam a necessidade de as Universidades desenvolverem produtos para competir no mercado internacional. Essas organizações, segundo Dias (2017), atuaram na promoção da adaptação ao ensino superior dos princípios econômicos do consenso de Washington e defenderam: a redução de investimentos no ensino superior; o estímulo à educação privada; a aceitação do princípio de que a educação superior é um objeto comercial; e a regulação dos sistemas educativos em conformidade com princípios consolidados mais tarde no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Nessa linha, uma série de eventos internacionais incorporam a educação como serviço competitivo para a economia, ao invés de bem público.

Em 1999, a OMC tratou a educação como um dos serviços a serem regulamentados no âmbito dos Acordos Gerais de Comércio e Serviços (AGCS). E a OECD, de acordo com Dias (2017), alcançou a liderança da educação internacional e proferiu as seguintes orientações para

os países em desenvolvimento no contexto atual:

Não devem ser feitos investimentos no ensino superior nos países que ainda não resolveram o problema do ensino básico e/ou secundário; A solução para esses países pode ser encontrada em estratégias de assistência ao desenvolvimento, ou seja, eles devem buscar soluções no exterior; os países em desenvolvimento devem beneficiar-se do ensino superior de fornecedores estrangeiros [...] os guias para a qualidade da educação produzidos pela OCDE [...] facilitam a identificação dos fornecedores de alta qualidade (Dias, 2017, p. 24).

O intelectual ressalta que tais fornecedores dos produtos educativos estão em países como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Austrália, França, entre outros.

A Educação Superior, como mercadoria, se instala no mundo e em todo o continente latino-americano, e a globalização, a partir de uma perspectiva privada de negócios, alterou a dinâmica nas relações internacionais das universidades.

Para persuadir a comercialização da educação e a retomada da teoria da modernização, segundo Dias (2017), processos no âmbito internacional são implementados com o apoio de governos de várias regiões, inclusive da América Latina, mas sobretudo de instituições europeias e de grandes empresas.

Ainda na perspectiva de aceitar ou decidir sobre a privatização da educação, esclarece Dias (2017) que poderosos grupos de pressão<sup>8</sup> utilizam métodos sofisticados, ideias, concepção de sociedade e muito dinheiro, atuando de forma regional e global. Fazem pressão a partir de conceitos antagônicos, utilizando linguagens como ‘a guerra é a paz’ etc. Utilizam essa metodologia quando tratam de questões como desenvolvimento sustentável, globalização, carreira interdisciplinar, recursos suficientes, previsão do futuro, universidade privada e utilizam palavras com duplo sentido. Por outro lado, os que defendem os sistemas de ensino público quase sempre operam no âmbito nacional ou regional e com pouco ou sem dinheiro.

Para Dias (2017), os processos interconectados em direção à comercialização da educação se dão da seguinte forma:

implementação dos princípios do Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC [...], que transformam a educação...em mercadoria.[...]; Estabelecimento de um sistema internacional de credenciamento(acreditação); Revisão das convenções sobre reconhecimento de estudos, [...] exclusivamente com base na Convenção de Lisboa; O Processo de Bolonha, [...] que pode se tornar também um instrumento de dominação quando implementado em regiões em desenvolvimento[...]; Sistema de classificação – rankings – baseado em critérios que se ajustam, sobretudo, aos modelos dos países que dominam a economia, as finanças, a política internacional [...]; Desenvolvimento incontrolado dos Massive Open On-Line Courses (MOOCs) (Dias, 2017, p. 58-59).

---

<sup>8</sup> Dias (2017) toma como exemplo uma instituição conhecida como *European Round Table* (ERT), em português: Mesa Redonda Europeia, que se tornou geradora de ideias para os governos da Europa e governantes de todo o mundo por meio de processos de ‘cooperação’.

A publicação intitulada *Educação Superior como Bem Público: perspectivas para o centenário da reforma de Córdoba*, de 2017, assinada pelo intelectual Marco Antonio Dias, no entender de Maglia (2017), que prefacia a obra, tem o título do livro diretamente relacionado à preocupação da Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM), “a construção do ensino superior (ES) como bem público e como direito humano universal e os atributos e valores que derivam desse” (Maglia, 2017, p. 5).

O capital financeiro e o negócio da educação não devem mais ser considerados uma tendência, mas uma realidade escandalosa, que não contempla certamente: qualidade com pertinência, equidade, uma internacionalização superadora das assimetrias, formação de cidadãos críticos e comprometidos com as realidades e necessidades sociais voltadas para o desenvolvimento de nossas nações e para o bem-estar .... e, por isso, devemos enfrentá-la (Maglia, 2017, p. 6).

Para Maglia (2017), este trabalho deve contribuir para os encontros que irão se desenvolver na região para reflexão, posicionamento e proposta sobre Educação Superior em um contexto global, focadamente a Conferência Regional sobre Educação Superior para América Latina e Caribe 2018 (CRES) e as comemorações do Centenário da Reforma de Córdoba, e acredita que os que defendem a universidade como um bem público devem estar preparados para, pensar e planejar as transformações necessárias. Dias (2017, p. 17), traz sua preocupação com o tempo presente<sup>9</sup> e reafirma:

Estamos vivendo um tempo de obscurantismo [...] Governos teoricamente democráticos submetem-se às regras do mercado e transformam a educação em negócios lucrativos, abandonando seu sentido social. O poder, em muitos países, continua sendo controlado por minorias [...] os processos eleitorais considerados democráticos estão eivados de elementos que põem seriamente em dúvida os fundamentos da democracia nos países ocidentais, a começar pelos que lideram a vida política internacional.

Essa lógica capitalista de tratar a educação ainda impacta no sistema de cooperação internacional. Algumas instâncias internacionais partem de uma lógica econômica e financeira, em contraposição à concepção de Educação enquanto Direito e, assim, de serviço público baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Para Dias (2017, p. 60): “Cooperação continua então a ser sinônimo de manipulação e de dominação”.

Ao se analisar como funciona a cooperação internacional em questões de desenvolvimento e, em particular, no campo da educação, isto se torna mais claro. Durante muito tempo, falou-se na ‘ajuda’ como um instrumento de cooperação. Descobriu-se então que a ajuda beneficiava frequentemente muito mais os países doadores que os receptores. Passou-se, então, a se falar em ‘assistência’, mas logo a experiência mostrou que a assistência, baseada, por

---

<sup>9</sup> Notar que embora estejamos nos referindo ao tempo presente, o autor faz referência a uma palestra realizada em 2016.



exemplo, nas teorias ‘difusionistas’, não respeitava nem a diversidade cultural, nem os interesses daqueles que dela se deviam beneficiar (Dias, 2017, p. 60).

Neste sentido, o trabalho segue na tentativa de conceituar e caracterizar a Cooperação Internacional. Segundo Jorge Brovetto, ex-reitor da Universidade da República, em Montevideu, e ex-ministro da Educação e Cultura, do Uruguai, citado por Dias (2017, p. 30): “quem recebe a cooperação tem o problema e quem administra o programa tem a solução e os recursos para a sua implementação” (Brovetto, 1996, não paginado).

### 1.3 Conceituação e Características da Cooperação Internacional

Na literatura sobre o tema, não há consenso sobre a definição e origem da Cooperação Internacional. Para Milani (2014), o marco histórico da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento está relacionado com a II Guerra Mundial e a Guerra Fria, a partir de interesses econômicos, políticos, ideológicos dos países capitalistas e socialistas, levando, assim, à institucionalização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

O autor relaciona a consolidação com a necessidade de reconstrução da Europa e o processo de descolonização nos continentes Africano e Asiático, no Caribe e no Pacífico, entre 1950 e 1970, bem como a emergência do modelo econômico nacional-desenvolvimentista no pós-guerra, com o objetivo de promover o progresso das Nações com base no crescimento econômico ligado ao Plano Marshall e à instituição das ONU. Há uma vasta bibliografia, nacional e internacional, sobre o tema e com diferentes abordagens, entretanto, não temos a intenção de aprofundar conceitos e sim levantar a existência de diferentes posicionamentos. Em termos conceituais, Milani (2012, p. 211) assim define a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID):

um sistema que articula a política dos Estados e atores não governamentais, um conjunto de normas difundidas (ou, em alguns casos, prescritas) por organizações internacionais e a crença de que a promoção do desenvolvimento em bases solidárias seria uma solução desejável para as contradições e as desigualdades geradas pelo capitalismo no plano internacional.

Em Souza (2014, p. 12), observa-se que o conceito de assistência é empregado nos países desenvolvidos em lugar de cooperação, porém não espelha a mesma realidade:

Ao contrário de assistência, cooperação implica uma relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos; e serve ao propósito político de distinguir o fenômeno que ocorre no âmbito Sul-Sul daquele verificado há mais tempo e em extensão maior no âmbito Norte-Sul.

O autor esclarece não haver uma base conceitual e critérios para distinguir a CID de outras formas de cooperação.

A definição de Oficial Development Assistance (Assistência Oficial ao Desenvolvimento – ODA) adotada pelo CAD [...], não é adotada pela maior parte dos países emergentes, que não são membros do CAD. Tal definição privilegia claramente os empréstimos concessionais e o crédito, restringindo consideravelmente a CID prestada pelos países em desenvolvimento (Souza, 2014, p. 13).

A partir da complexidade apresentada, há que se considerar outros fatores que contribuem para tornar a expressão CID ainda mais complexa. Para o estudioso, países, como Índia, China e Brasil têm a maior parte da população pobre mundial, daí chamadas economias emergentes.

Não é por outra razão que tais países necessitam justificar politicamente em âmbito doméstico os gastos de CID, tendo em vista os consideráveis e persistentes desafios internos de pobreza e desenvolvimento a serem superados (Souza, 2014, p.14).

Como parte de ações voltadas para a cooperação e desenvolvimento, a Assembleia Geral da ONU instituiu, em 1948, o conceito de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico vinculada à ideia do progresso econômico e social.

Autores como Puente (2010) dividiram e analisaram a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em categorias básicas, considerando a origem, canais de execução, instrumentos e o nível de desenvolvimento dos países e em fases.

Assim, no que diz respeito à origem, a cooperação pode ser pública ou privada, financiada por empresas, organizações não governamentais e indivíduos.

Quanto aos canais, a cooperação pode se dar das seguintes formas: bilateral, trilateral, multilateral, descentralizada e as realizadas por ONGs de Desenvolvimento (ONGDs), dependendo do número de atores envolvidos no processo. A cooperação bilateral ocorre entre dois governos; a trilateral considera três atores, por exemplo, dois países ou um país e um organismo internacional, e mais um terceiro agente, que é o país receptor.

A cooperação multilateral é firmada por organismos intergovernamentais multilaterais, utilizando orçamentos próprios dos governos ou com recursos dos países doadores. Já a cooperação descentralizada envolve os entes subnacionais – estados e municípios ou instituições públicas como centros de pesquisa, universidades etc.

A cooperação pode ser realizada entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, neste caso tida como Cooperação Norte-Sul, ou Cooperação Vertical, e entre países em desenvolvimento intitulada Cooperação Sul-Sul, ou Cooperação Horizontal.

De acordo com os instrumentos utilizados e objetos, a Cooperação pode ser financeira, técnica e científica de assistência humanitária. Destaca-se, todavia, que não há consenso na literatura em relação a esta classificação, uma vez que são consideradas outras modalidades como cooperação em educação, operações de manutenção de paz e contribuições para as organizações governamentais (Milani; DA Conceição; M'Bunde, 2016).

Há que se destacar, ainda, as fases que a Cooperação vem passando. Puente (2010) distingue quatro fases: 1) Nas décadas de 1950 e 1960, quando os processos de descolonização e a participação de novos países provocaram críticas à forma assistencialista que havia nas ajudas dadas pelos países; 2) Na década de 1970; 3) os anos 1980; 4) De 1990 em diante. O autor reafirma que a importância da cooperação internacional nas relações internacionais, tanto no plano bilateral quanto no multilateral, e assim destaca a modalidade de cooperação técnica. Dentre suas modalidades, destaca-se a cooperação técnica, que representa parcela considerável do esforço global em prol do desenvolvimento (Puente, 2010, p. 31).

Há que se concordar com Souza (2014) que para a construção de uma agenda de desenvolvimento pós-2015, um dos maiores desafios da comunidade global é de definir os compromissos, as responsabilidades dos agentes, a forma como será implantada e financiada, além da elaboração de regras institucionais e normativas que possam efetivamente unificar e dar a coerência necessária para o processo de cooperação.

[...]a partir de uma abordagem mais inclusiva, estabelecer uma divisão de trabalho que explore mais e melhor as potencialidades, vantagens comparativas e complementaridades que os numerosos atores da CID contemporânea possuem, bem como as contribuições que eles podem oferecer ao desenvolvimento no século XXI (Souza, 2014, p. 22).

O Banco Mundial (2007), traz a abordagem da “ajuda” para o desenvolvimento em benefício do destinatário.

O principal objetivo da ajuda era o desenvolvimento econômico dos países beneficiários, justificado por uma combinação de considerações morais, políticas e econômicas relacionadas aos interesses dos doadores. O crescimento seria gerado por meio de assistência técnica e capital para investimentos em infraestrutura e agricultura[...] (Banco Mundial, 2007, p. 35, tradução nossa).

Para os autores Silva Junior e Kato (2016, p. 149-150):

A mundialização da economia impôs a internacionalização da educação superior e do conhecimento matéria-prima e produziu a convergência das reformas educacionais segunda à racionalidade financeira e exigiu a regulamentação da educação superior no Brasil [...].

Assim, em prosseguimento à reflexão sobre cooperação internacional compreendendo a relação com o meio ambiente, com a pessoa, com o desenvolvimento e com a Amazônia aborda-se a Cooperação Internacional, em que a Região Amazônia está inserida. Argumenta-se a necessidade de melhor fortalecer o sistema de cooperação para a promoção de uma relação de cooperação internacional capaz de promover um desenvolvimento construído endógeno e, desta forma, fortalecer a região.

#### **1.4 Contextos da Cooperação Internacional: Cooperação Internacional na América Latina, no Brasil e na Amazônia**

Ao relacionar cooperação internacional, internacionalização da educação e desenvolvimento, Aragón (2017, p. 153) afirma que “a cooperação internacional é um mecanismo para a internacionalização da educação, da ciência e da tecnologia”.

O mundo mudou e as Universidades têm um papel estratégico na formação de pessoas frente à globalização para o alcance do efetivo desenvolvimento, por meio da Internacionalização da Educação como instrumento para a cooperação internacional, “especialmente da transferência e utilização de conhecimento como métodos capazes de criar novos conhecimentos” (Chermann, 1999, p. 45).

Cooperar entre os países para promover a paz foi um ideal impulsionado nos pós-segundo guerra mundial. Alimentados pela esperança de um mundo melhor, os países foram envolvidos em mais um movimento de busca da Paz Mundial. A ONU foi formalizada, em 1945, como cooperação internacional multilateral, com objetivo de: manter a paz e a segurança mundial; desenvolver relações amistosas entre as nações; promover a cooperação internacional de caráter econômico, social, cultural ou humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, além de ser um centro destinado a harmonizar as nações para a consecução desses objetivos comuns, conforme estabelecido no Artigo 1º da carta da ONU (2021, p. 5).

Neste fluxo, foram criadas, ainda na segunda parte dos anos 1940, organizações internacionais multilaterais ligadas à ONU como: a UNESCO; a OMS; o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); e o Fundo das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), além de agências bilaterais de cooperação criadas pelos países para a promoção do desenvolvimento.

O governo militar brasileiro também promoveu cooperação internacional para a modernização da educação. Assinou acordos de cooperação técnica e financeira com a USAID

(United States Agency for International Development), Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento para a formação professores (inclusive bolsas para fora do país), consultorias no planejamento e investimento em infraestrutura e equipamentos, dentre outros.

Para Silva (2017, p. 467), “a modernização propagada pela USAID e empreendida pelos militares consistia em racionalizar os custos do sistema educacional e preparar o estudante tão somente para o mercado de trabalho”.

Quando se pensa na generosidade com que fundações, banqueiros e governos estrangeiros oferecem empréstimos dadivosos e patrocinam investigações, enviam especialistas [...] promovem conferências [...] nas quais a integração interuniversitária atinge o mesmo nível de importância que os problemas do mercado comum ou da defesa continental, cabe perguntar: que há por trás de tudo isso? (Ribeiro, 1969, p. 24).

Para Reis (2019), os acordos MEC/USAID, na época da reforma das Universidades, foram movidos pelos interesses do governo norte-americano na educação brasileira, no sentido de evitar a expansão comunista, embora com o discurso de desenvolver social e economicamente a América Latina.

No caso da UFPA esse interesse norte-americano já existia há algum tempo[...] professores norte-americanos que estavam propondo um projeto de campus universitário[...] visitaram o local onde seria instalada a cidade universitária [...] duas propostas de duas universidades americanas, trazidas pelo Departamento de Estado Americano, foram apresentadas e logo descartadas, por não coadunarem com o sistema de ensino local pretendido (Reis, 2019, p. 90).

Se, por um lado havia a necessidade de cooperação internacional para a realização de reformas na educação superior no Brasil, por outro lado, essa cooperação ao “introduzir o modelo educacional norte-americano no Brasil, as autoridades acabaram estimulando a reação do movimento estudantil, o qual via nessa iniciativa uma ingerência imperialista atrelada a uma submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos” (Reis, 2019, p. 90).

Por outro lado, na perspectiva da cooperação solidária, em 1965, no enquadramento das Organizações das Nações Unidas, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que contribuiu com o Brasil, especialmente na implantação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), marco histórico do Brasil na relação da Cooperação Internacional criada pelo governo federal brasileiro, com capacitação de recursos humanos na gestão da cooperação técnica brasileira.

Assim, a Cooperação Internacional buscou a promoção do desenvolvimento econômico e a disseminação de uma educação com ideais mercadológicos e com interesses diversos e recíprocos dos países envolvidos, nem sempre harmônicos, mas com discursos solidários.

A evolução das práticas e as próprias características da cooperação para o desenvolvimento refletem, em boa medida, a interconexão entre esses dois fatores complexos e não lineares, o motivacional e o do pensamento predominante sobre o desenvolvimento (Puente, 2010, p. 41).

Cooperar estava diretamente relacionado a um modelo de desenvolvimento voltado para o crescimento econômico, fortalecendo, desta forma, o capitalismo em detrimento de um sistema de educação mais protagônico dos países receptores.

Cooperar para desenvolver é, concomitantemente, uma necessidade histórica do capitalismo, um aspecto fundamental do pensamento liberal na política internacional e um elemento-chave dos processos de modernização nos diferentes continentes colonizados pelas potências europeias desde o início da Idade Moderna ou sob sua influência a partir do século XIX (Milani, 2018, p. 33).

Para Milani (2018, p. 35), “ambas as noções – cooperação internacional e desenvolvimento – dizem respeito ao ideal de progresso econômico e solidariedade social, bem como à necessidade de construção de amplos consensos políticos entre as nações”.

Retomando a relação entre a construção da Paz e Desenvolvimento, Barbosa e Alves (2013, p. 27) concluem que “se há uma lição que aprendemos dos grandes conflitos do século passado, foi essa: a paz anda de mãos dadas com o desenvolvimento econômico e social”.

A perspectiva do desenvolvimento no pós-guerra voltou-se para um desenvolvimento econômico e, assim, corroborando com o tema, Milani (2018) faz a seguinte reflexão para construção da paz: “como construir a paz sem promover o desenvolvimento, bem-estar social e econômico no mundo, sobretudo nos anos 1950 e 1960, marcados pelos processos de descolonização e pela disputa estratégica, política e econômica da Guerra Fria?” (Milani, 2018, p. 145).

Neste fluxo, os países passaram a cooperar. Os do Norte doavam para os países em desenvolvimento, que abriam suas agências, formalizando a relação de cooperação, estabelecendo o que passou a ser conceituada como Cooperação Norte Sul (CNS).

Nos anos de 1970, com o crescimento econômico dos países do sul e da importância geopolítica destes, dentro de uma perspectiva mais solidária, estes países em desenvolvimento passaram a cooperar mutuamente e a partir de 2000 passou a ser chamada de CSS. “Os princípios e o histórico da CSS são bastante diversos daqueles da Cooperação Norte-Sul” (Milani, 2018, p. 228). O autor destacou que a maior diferença entre as duas modalidades está

na colonização, pois a CSS tem ênfase muito maior na solidariedade e na horizontalidade, em função de um passado colonial, o que não ocorreu com os países do norte.

Para Lancaster (2007), a ajuda externa foi usada com fins diplomáticos, de desenvolvimento, humanitário, comercial e cultural. No caso do desenvolvimento, como apoio ao progresso econômico e social e redução da pobreza, a cooperação tem sido tanto um meio quanto um fim da política externa. Enquanto fim, a autora entende como melhorar a vida dos desfavorecidos no exterior, como reflexo dos valores de altruísmo, justiça social e solidariedade internacional por parte do país que fornece a ajuda.

Para Ribeiro (1968), quando se trata da cooperação internacional envolvendo as Universidades, um argumento utilizado para aceitação da ajuda externa no espaço acadêmico é que, se não aceita,

as universidades latino-americanas teriam que paralisar quase toda a atividade científica que realizam, porque a mesma depende quase que totalmente dessa ajuda. Disso se depreende, por um lado, que nossas universidades estão incorporadas a um sistema internacional de investigação com uma função subalterna bem definida; e, por outro, que os financiamentos externos se fazem em cumprimento de um programa que expressa uma política deliberada em relação a nós (Ribeiro, 1968, p. 24-25).

Finalmente, Ribeiro (1968, p. 25) propõe um desafio que é muito atual: “É indispensável enfatizar que a única maneira de responder a esta política internacional em relação a nós é termos, nós mesmos, uma política igualmente lúcida em relação a eles”.

Assim, Stein (2017), considerando que nem todos os países optam por cooperar, adverte que os países escolhem entre cooperar ou conflitar e, uma vez decidido, fundamentam as relações internacionais. Os países fazem a opção de Cooperação a partir de prioridades políticas. O que se conclui é que “a cooperação é um produto da escolha e das circunstâncias. As nações escolhem cooperar quando de seu interesse[...]” (Stein, 2017, p. 207). Por outro lado, mesmo na dualidade cooperação e conflito, “a cooperação, ainda que incipiente e afetada por vários tipos de disputas, garantiu a sobrevivência da espécie humana” (Abreu, 2013, p. 3). Tratando do recorte brasileiro, Milani (2017, p. 2) infere que:

Não se trata, por ser brasileira, de uma “cooperação desinteressada”. De fato, nenhum Estado coopera sem interesses; basta analisar as tensões entre interesses públicos e privados geradas pelas relações entre cooperação pública governamental, investimento privado e internacionalização das empresas em países como Angola ou Moçambique.

Os países que optaram pela cooperação internacional, para além do discurso do crescimento econômico e do fortalecimento da paz mundial, especialmente após a Segunda

Guerra Mundial, fizeram por interesses diversos: fatores econômicos, morais, éticos, contextos de conflitos e disputas geopolíticas e o pensamento preponderante de cada época, conforme destacam pesquisadores:

Considera-se, ainda, a necessidade de reforçar o capitalismo<sup>10</sup> em relação ao socialismo e reverberá-lo para outros países na disputa pela hegemonia do sistema político-econômico, dentre outros.

Pesquisadores como Milani (2018) e Huntington (1970) reafirmam os interesses dos países doadores e a necessidade de superar desafios do pós-guerra como: relações comerciais fragilizadas; avanço do comunismo; descolonização afro-asiática, resultado da perda da hegemonia econômica e militar europeia; fortalecimento dos movimentos nacionalistas; Guerra Fria com Estados Unidos e União Soviética apoiando movimentos de independência para conquistar colônias para seus respectivos blocos; movimento desenvolvimentista e a “modernização” da sociedade latino-americana.

Lancaster (2007, p. 13), em que pese destacar a solidariedade, exemplifica como os países se beneficiam da cooperação:

o uso de ajuda pelos Estados Unidos como ferramenta de competição da Guerra Fria ou como incentivo para a pacificação no Médio Oriente envolveu preocupações de segurança internacional. Ajuda francesa para a criação e manutenção de uma esfera de influência (que pode ser um fim ou um meio para outros fins diplomáticos) é um exemplo do uso da ajuda para fins políticos.

Huntington (1970) observa que os programas de ajuda dos Estados Unidos da América (EUA) na década de 1940 e no início da década de 1950, executados por meio do Plano Marshall<sup>11</sup>, foram amplamente dedicados à reconstrução e recuperação da Europa Ocidental, por serem de grande importância estratégica para os Estados Unidos.

Para o alcance dos objetivos, o Plano Marshall previa a concessão de empréstimos aos países com juros baixos e assistência técnica norte-americana. Dentre outras condicionalidades impostas, os países receptores da “ajuda” deveriam comprar dos EUA e implementar políticas fiscal, de estabilização monetária e anti-inflacionária e de integração e cooperação, além do que

---

10 Para Ianni (2001, p. 171-172) capitalismo é um processo simultaneamente social, econômico, político e cultural de amplas proporções, complexo e contraditório, mais ou menos inexorável, avassalador. Influencia todas as formas de organização do trabalho e vida social com as quais entra em contato. Ainda que se preservem economias de subsistência, artesanatos, patrimonialismos, tribos, clãs, nacionalidades e nações, entre outras formas de organização da vida e do trabalho, ainda assim o processo capitalista influencia, tensiona, modifica, dissolve ou recria todas e quaisquer formas com as quais entra em contato.

11 programa de ajuda bilateral com aporte financeiro dos Estados Unidos, implantado em 1948, tendo como base o Keynesianismo, objetivou a reconstrução dos países europeus aliados, devastados com a Segunda Guerra, no sentido de fortalecer e ampliar o sistema capitalista.



a redução do apoio dos EUA faz concluir que o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento não era prioridade para os Estados Unidos.

Lancaster (2007), refletindo sobre ajuda externa e pobreza, questiona e assim conclui:

Como a ajuda externa deve contribuir para o progresso econômico e social e beneficiar os pobres no exterior? [...] No início do pós-guerra a ajuda foi vista como uma ferramenta para aliviar as restrições financeiras dos pobres países e, assim, estabilizar as economias, para estimular a economia em crescimento e, eventualmente, para reduzir a pobreza (Lancaster, 2007, p. 14, tradução nossa).

Huntington (1970) ressalta que a justificativa da ajuda externa dos Estados Unidos para o desenvolvimento foi pauta de trabalho de inúmeros pesquisadores e cidadãos em comissões, grupos de estudo, conferências, forças-tarefa que tentavam desenhar um novo conceito ou propósito para tal ação, pois há riscos e consequências.

A Cooperação Internacional é um instrumento e “ocorre quando as políticas efetivamente seguidas por um governo são vistas por seus parceiros como facilitadoras da realização de seus próprios objetivos, como resultado de um processo de coordenação de políticas” (Keohane, 1984, p. 51-52, tradução nossa).

Neste contexto, infere-se que a cooperação internacional, consolidada em situações de interesses econômicos e solidariedade, desigualdades entre os países e contradições entre as reais necessidades e a preservação da identidade dos países pobres e as exigências da agenda capitalista das agências internacionais do Norte que, quase sempre, determinaram os caminhos a serem seguidos não é sustentável. Há que se observar ao longo da história:

O conceito de jogo de soma-zero, segundo o qual os ganhos de um Estado, na defesa de seus interesses, implicam, necessariamente, na perda de outros, passa a ser questionado, dando origem a novas teorias sobre cooperação internacional. O clássico equilíbrio de poder [...] mostra-se insuficiente para resolver os problemas de um mundo complexo, multicêntrico e interligado por relações que vão além da capacidade do Estado nacional de geri-las (Oliveira; Geraldello, 2016, p. 710).

Como agravante, nas relações coloniais de cooperação internacional com os países doadores foram reproduzidos, e assim aceitos e fortalecidos nas colônias, modelos econômicos e culturas como forma de progresso. Se por um lado os países pobres precisavam atender às exigências das cooperações internacionais, por outro deveriam preservar suas culturas e democracia, mas não havia interesse em fortalecer as políticas educacionais dos países receptores e a educação se constitui como fator determinante para o câmbio de uma cooperação mais equilibrada.

De forma complementar, Milani (2018, p. 145) avalia: “No bojo dos debates sobre modernização e teorias do desenvolvimento, a ONU começou a atuar na CID de maneira bastante intervencionista e etnocêntrica, representando fundamentalmente os interesses geopolíticos do Ocidente”. O autor aponta as contradições desta Organização que, ao mesmo tempo que estimulou o desenvolvimento econômico e defendeu uma Nova Ordem Econômica Internacional, estabeleceu debates internacionais sobre temas sociais, ambientais, abordando valores humanistas, reverberando fragilidades das dependências, no sentido de chamar a atenção do mundo.

A partir de um olhar crítico sobre as agências de cooperação (bilateral e multilateral), Easterly e Pfitze (2008), em outra perspectiva, concluem que não há dados consistentes sobre os gastos das agências de cooperação. As agências de cooperação, geralmente, não publicizam seus custos operacionais e como gastam o dinheiro. Além do que, o orçamento mundial para a cooperação é fragmentado entre muitos países e setores e a fragmentação cria problemas de coordenação e altos custos indiretos para doadores e receptores. Há recursos que podem ter ido para processos inapropriados e/ou gastos por meio de canais ineficazes. Os autores apontam a transparência como a melhor prática.

Bertrand (2005), embora assinando um trabalho com a marca da ONU, reconhece: “As Nações Unidas, seus fundos, programas e agências especializadas com sua variedade de órgãos de tomada de decisão, projetos de assistência técnica, mecanismos de entrega de programas e sistemas de responsabilização nem sempre foram bons exemplos de coerência e consistência” (Bertrand, 2005, p. 6).

Souza (2014, p. 21) reconhece a legitimidade da ONU ao tempo apresenta críticas:

a ONU abriga processos de negociação que são muitas vezes considerados ineficazes[...] Por dispor de relativamente grandes quantidades de recursos financeiros para promover tal agenda, financiam a participação nas discussões das delegações dos países de renda baixa, assim como de ONGs de países emergentes. [...] Ademais, a ONU tem demonstrado uma incapacidade crônica de monitorar a implementação das suas normas, o que gera incentivos para a busca de outros fóruns.

A cooperação internacional somente será capaz de promover melhoria de vida e, conseqüentemente, a paz no Mundo, se contribuir efetivamente com a melhoria do sistema educacional em todos os níveis do ensino, inclusive do superior, valorizando os saberes locais dos países receptores, a partir de uma educação crítica, dialógica e libertadora, caso contrário, a cooperação reforçará a relação de dependência já estabelecida entre países doadores e receptores.

Por outro lado, concorda-se com Atcon (1966, p. 17), pois “é altamente recomendável deixar a porta aberta, para melhorias constantes e novas iniciativas”, visando o equilíbrio do jogo de interesses que se apresentam em uma relação de cooperação internacional. O desenvolvimento a ser seguido para o alcance da paz e o bem viver dos povos ainda se constitui um desafio a ser superado.

Como forma de fortalecimento entre os países da Pan-Amazônia, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), acordo firmado em 1978 pelo Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, visando a equidade, o desenvolvimento harmônico e o fortalecimento da soberania dos Estados da Pan-Amazônia. Em 1998, passou por um processo de transformação e foi transformado em Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O TCA foi uma das primeiras ações estratégicas de cooperação internacional conjunta entre os países amazônicos, tendo como princípios fundamentais a soberania e proteção da natureza<sup>12</sup>.

Por meio deste instrumento multilateral o grupo de países da Pan-Amazon “manifesta o desejo de utilizar os seus recursos naturais, reitera a soberania sobre a região e, ao mesmo tempo, expressa a vontade declarada de manter sob equilíbrio ambiental uma região particularmente vulnerável à ação antrópica” (Filippi; Macedo, 2021 p. 202)

Há que se destacar, entretanto, a ausência da Guiana francesa, isto porque:

O Tratado [...] ficou restrito às nações sobre as quais se estende a Amazônia Continental ou Pan-Amazônia, não sendo admitida a inserção da Guiana Francesa como Estado-membro no bloco, não obstante ocupe uma parte do bioma amazônico, exatamente por não se tratar de um país soberano, mas sim de um departamento ultramarino vinculado à França, não sendo o documento em questão, ademais disso, aberto a outras adesões posteriores, como se vê da expressa dicção do seu artigo XXVII (Filippi; Macedo, 2021 p.195).

Aragón (2019, p.18) esclarece que “[...]a Amazônia ganha visibilidade mundial e as críticas às políticas públicas sobre a Amazônia brasileira tomam força. Surge, então, por iniciativa do governo brasileiro, o TCA”. Entretanto, este acordo internacional não resultou no que esperavam seus signatários, que estavam voltados para questões internas de seus países, dentre outras limitações, como as evidentes desigualdades socioeconômicas<sup>13</sup>.

---

12 Aragón (2019, p. 18) esclarece que “mesmo com o TCA assinado, durante a década de 1980 intensificam-se as pressões internacionais, especialmente sobre o Brasil, referente à destruição da floresta amazônica e a violação dos direitos humanos dos índios da região que até a própria soberania do país sobre a região entra em questão”.

13 “Basta mencionar que a soma dos Produtos Internos Brutos (PIB) do Peru, do Equador e da Bolívia alcançava em 2015 apenas 11% do PIB brasileiro” (Mitschein, 2017, p. 21).

Temas importantes foram deixados de fora da agenda do Pacto, a exemplo de “segurança, crimes transnacionais, migração e principalmente o desmatamento ilegal, não ganharam o mesmo cuidado institucional, não se tendo para tais temas sequer formalmente sido criadas comissões especiais específicas” (Filippi; Macedo, 2021 p. 199).

A gestão administrativa, de formato itinerante entre os países membros, para evitar a criação de mais organismo, burocracia e gastos, acabou se revertendo em problema.

É certo, contudo, que por muitos anos não conseguiria o Pacto Amazônico, com essa formatação originária, cumprir com as suas finalidades, não se tendo mostrado o rodízio entre os Estados-membros na ocupação da titularidade dessa repartição administrativa como um critério satisfatório a atingir a sua funcionalidade (Filippi; Macedo, 2021 p.199).

Aragón (2014) destaca outras diferenças fora a disputa pela hegemonia política entre os presidentes da região.

Alguns países ainda sofrem as consequências de enfrentamentos bélicos entre si (Equador e Peru), ou dentro dos próprios países (Colômbia e Peru) e que existe na região, queira-se ou não, a ingerência e soberania de um país europeu (França/Guiana Francesa), com quem deverão se relacionar os demais países na definição dos destinos da região (Aragón, 2014, p. 9-10).

Niño (2017), ao trazer a diversidade amazônica, aborda a necessidade de pensar a integração sul-americana como um tema primordial para a academia.

A Amazônia tem um peso diferenciado para cada país [...] metade do território brasileiro é constituído pela floresta amazônica [...] Peru é por extensão o segundo país amazônico depois do Brasil e Bolívia o país com maior extensão na região amazônica. Do mesmo modo, os países andino-amazônicos como Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (principalmente), têm domínio de 70% das nascentes dos rios do sistema hídrico amazônico [...] (Niño, 2017, p. 14).

Para Mitschein (2017, p. 21), para a cooperação inter-regional com esta natureza deve ser considerado o “princípio do tratamento igual aos desiguais que prevalece no âmbito do sistema das trocas internacionais”.

Ao conhecer os resultados do referido Tratado, nota-se que tal princípio não foi observado de forma suficiente para garantir os resultados pretendidos e, ao longo da cooperação, muitas mudanças ocorreram no sentido de buscar o melhor fazer público internacional e os resultados.

Ao longo da história, as pressões internacionais sobre o meio ambiente, dentre outros fatores, impulsionaram a retomada e valorização do TCA. Neste fluxo, na década de 1990, o TCA foi revitalizado e foi criada, em 2002, a Organização do Tratado de Cooperação

Amazônica (OTCA), pessoa jurídica, com competência para captar recursos financeiros e firmar acordos de cooperação internacional, possibilitando que países amazônicos pudessem participar nos organismos internacionais.

Aragón (2014, p. 9) assim descreve a OTCA:

[...] é um bloco sub-regional integrado pelos países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela) [...] para dar operacionalidade ao Tratado de Cooperação Amazônica [...]. Essa organização representa no momento atual o mecanismo necessário para induzir programas de cooperação que conduzam ao fortalecimento da integração amazônica

Em Aragón (2014), o TCA ainda não conseguiu responder às expectativas, pois não fortaleceu a integração regional, e no dizer de Dias (2017, p. 135), “a integração regional é necessária para a construção de uma sociedade mais justa, mas o que fazer na situação atual?”

A região ainda tem muitos desafios a serem superados para então implantar uma cooperação que efetivamente fortaleça a união entre os países amazônicos, e recomenda: “Há que se reconhecer as diferenças sociais, culturais, políticas, econômicas e de desenvolvimento existentes entre os países” (Aragón, 2014, p. 9).

O que a Amazônia tem em comum é o fato de ser formada por países periféricos, cuja economia resulta das decisões tomadas fora da região. São prioridades políticas, fatores geográficos e outras iniciativas isoladas que fazem com que os países amazônicos ainda não estejam firmemente constituídos para o diálogo internacional sobre a Amazônia. Para Niño (2017, p. 26):

Evidencia-se que as tentativas de ter um posicionamento conjunto por parte dos países amazônicos perante a comunidade internacional apresentam vários obstáculos. A primeira intermitência de ações orientadas à região amazônica e as assimetrias na política externa dos países da região na valorização e inclusão do fator amazônico nas suas ações externas.

Na Amazônia, a Organização dos Estados Americanos (OEA) firmou acordos com os países amazônicos a partir de programa intitulado “Programas Binacionales de Cooperación Fronteriza”, respondendo à solicitação dos representantes do Brasil, Colombia, Equador e Peru em 1991, e reiterada no Seminário técnico de Áreas Protegidas e Desenvolvimento Sustentável em 1992 (Soares, 2000). Sobre este programa, o então Diretor do Departamento de Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da OEA, Kirk Rodgers, diz:

O Projeto de Cooperação Amazônica Plurinacional da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) colabora desde 1985 com os países do TCA. Destina-se a prestar cooperação técnica em atividades binacionais ou multinacionais em bacias hidrográficas ou áreas de fronteira da região amazônica.

Apoia as atividades do Conselho de Cooperação Amazônica e sua Secretaria Pro Tempore no campo do desenvolvimento de recursos naturais e gestão ambiental e coopera na obtenção de recursos externos para projetos específicos (Rodgers, 2000, sem paginação, tradução nossa).

Na atualidade, de acordo com o sítio da Organização, a OEA operacionaliza o que denominou como o “principal fórum governamental político, jurídico e social do Hemisfério”, com 35 Estados do Continente Americano e “concedeu o estatuto de observador permanente a 70 Estados e à União Europeia (EU)<sup>14</sup>”.

O projeto de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), resultado da reunião de Cúpula Sul-Americana promovida pelo ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, em 2000, visando a integração física na região a partir de ações conjuntas, foi aprovado em 2004 e envolveu não somente a Pan-Amazônia, mas doze países sul-americanos para desenvolver as áreas de transporte, energia e telecomunicações, fundamentais aos países da América do Sul.

Ressalta-se que, embora visando o desenvolvimento, os projetos de infraestrutura no âmbito da IIRSA (rodovias, hidrovias, barragens e outras) não consideraram os interesses das populações locais, gerando prejuízos sociais e ambientais.

Em 2004, havia “335 operações com investimentos estimados de US\$ 37,4 bilhões. Em 2010, no final da primeira etapa da iniciativa, esse conjunto de projetos evoluiu para 524 operações de infraestrutura, representando investimentos na ordem de US\$ 96 bilhões”. Destes, 524, somente 12 (ou 2,3%) no âmbito trinacional ou multinacional, o que leva à conclusão de que os projetos são apresentados pelos países com a finalidade de solucionar problemas internos e resolver questões isoladas.

Ainda sobre a implementação desses projetos, Costa e Gonzalez (2014, p. 27) concluem:

a IIRSA apresentou dificuldades de partir de uma agenda propositiva[...] dos 31 projetos prioritários cuja execução estava prevista para até 2010, apenas três encontravam-se concluídos nesse período[...] A maior parte das operações estava em execução e um número não desprezível encontrava-se em estágios de pré-execução[...] Essa evidência leva à conclusão de que após dez anos de vigência da iniciativa, muito pouco se avançou.

A expansão de rodovias e hidrovias implantadas na região, financiadas com recursos públicos, possibilitaram a instalação de megaprojetos extrativistas, como petróleo e mineração, de grandes capitais privados, nacionais e internacionais, impondo uma nova forma de exploração. Assim, há que se refletir, a quem interessa, um modelo de desenvolvimento baseado

---

14 Disponível em: [https://www.oas.org/pt/sobre/quem\\_somos.asp](https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp). Acesso em: 16 jul. 2021.

na economia.

Milani (2017, p. 10) relata a relação do Brasil com as Nações Unidas, no que diz respeito à ausência de regras e procedimentos, fato já regularizado com a criação da ABC:

Os projetos eram aprovados individualmente na sede da ONU, em Nova Iorque. Não havia alocação de recursos financeiros ao Brasil para fins de planejamento, embora nesse período já houvesse, no âmbito nacional, preocupação institucional com planos e metas, por exemplo, durante a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1960) e estabilização econômica (pós-1964).

A evolução do Brasil no processo de cooperação internacional vai desde a condição de país recipiendário, com importantes impactos no desenvolvimento econômico, com evolução significativa, e quando atingiu níveis mais elevados de desenvolvimento, no aperfeiçoamento de suas instituições e no domínio de várias áreas do conhecimento, passou a compartilhar conhecimentos técnicos com outros membros da comunidade internacional (Puente, 2010).

Com o fim da Guerra Fria, em 1991, o Brasil passou a ter participação ativa na agenda multilateral. “A ação do Brasil é julgada essencial para que a consolidação dos regimes seja representativa dos interesses não só dos Estados do Norte, mas também dos Estados do Sul” (Leite, 2011, p. 164).

O Brasil vem doando, desde a sua instituição do GEF (Global Environment Facility), organização financeira independente que funciona como mecanismo de financiamento de cinco convenções internacionais: Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC), Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação (UNCCD) e Convenção de Minamata sobre Mercúrio. O Brasil também integra o Conselho Diretivo deste fundo, com projetos voltados para Amazônia e apresentados pelo Ministério do Meio Ambiente entre julho de 2014 e junho de 2018.

Os mecanismos de cooperação internacional se expandiram e grandes oportunidades para a promoção de um desenvolvimento mais sustentável foram esperadas no mundo, no Brasil e na Amazônia, onde havia (e ainda há) o desafio de elaboração de políticas integradas e de formação de capacidades intelectuais locais, embora a importância dada do campo de conhecimento das políticas públicas, considerando as instituições, implantação, implementação, monitoramento e avaliação destas políticas.

Na década de 1970, a UNICEF instalou escritório na Amazônia, com sede na UFPA, e como maior projeto da Região Norte, o Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (POEMA), iniciativa da UFPA. Ao longo da trajetória histórica de cooperação, implementou,

em 2008, a iniciativa *Agenda Criança Amazônia*, objetivando que as gestões estaduais da Região assumissem como prioridade absoluta políticas de saúde, educação, proteção, participação e questões migratórias voltadas para a infância e a adolescência.

A agência americana de cooperação internacional United States Agency for International Development (USAID) vem realizando a cooperação internacional na Amazônia e, em 2020, assinou carta de intenções com a Alcoa, empresa americana multinacional de alumínio, para promover o desenvolvimento da Amazônia.

O site da Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil<sup>15</sup> reproduz a fala do Embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Sr. Todd Chapman: “O governo dos Estados Unidos tem um grande compromisso com o Brasil de trabalhar junto para a criação de desenvolvimento econômico com respeito ao meio ambiente e geração de valor para as populações”.

Neste fluxo, o diretor da USAID Brasil, Sr. Ted Gehr, afirma que “a biodiversidade e a conservação da floresta amazônica dependem de novos modelos econômicos ecologicamente sustentáveis, viáveis financeiramente e que beneficiem as comunidades locais” (site da embaixada).

Ainda no site da Embaixada, há o anúncio de que, em 2022, a embaixada dos EUA ofereceu 140 vagas para curso de inglês, de forma on-line, para os indígenas que residiam na Amazônia Legal, objetivando o fortalecimento de liderança e conhecimentos em causas ambientais. As organizações envolvidas esperam que com o idioma os povos indígenas possam “advogar em causa própria”, impactando na vida de quem vive na região, como forma de inclusão.

Há um senso comum, fortalecido muitas vezes pela mídia, de que há os que pretendem “comprar”, “invadir”, “piratear” e/ou “roubar” a Amazônia por conta dos recursos existentes na Região<sup>16</sup>. Entretanto, a abordagem sobre Cooperação Internacional na Amazônia neste trabalho não considera tal perspectiva e nem tem a intenção de confirmar ou não a hipótese.

A Constituição Federal, no Art. 225, que trata do Meio Ambiente, estabelece que:

§ 4º – A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais (Brasil, Constituição federal, art. 225, 1988).

---

15 Disponível em: <https://br.usembassy.gov/pt/usaaid-assina-carta-de-intencoes-com-alcoa-para-promover-desenvolvimento-sustentavel-na-Amazônia/>

16 Como exemplo, pode-se ler como manchete em <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/02/26/investigacao-revela-terras-protegidas-da-Amazônia-a-venda-no-facebook.ghtml>: “Investigação revela terras protegidas da Amazônia à venda no Facebook”.



Neiman *et al.* (2014) advertem que “a Amazônia é constitucionalmente definida como bem e, portanto, a utilização de cada um de seus componentes deve ter em conta seu complexo relacionamento com o conjunto que conforma este patrimônio da nação”.

Especialmente na Amazônia, vista como um vazio demográfico de área colonial, cujo poder público nacional e internacionalizado ignorou e ignora seus povos e saberes, o sistema de cooperação internacional precisa considerar a necessidade de participação, solidariedade e inovação, o capital social deve ser formado e fortalecido para trazer resultados positivos nas políticas públicas integradas e interconectadas.

Para Silva (2013), a UFPA, bem como as demais universidades dos estados amazônicos, embora venham contribuindo na formação de pessoal e gerando conhecimentos, ainda não foram capazes de romper com o paradigma relacionado à ausência do saber que a universidade gera para a construção de políticas públicas de desenvolvimento regional.

Essa omissão da universidade na participação da vida pública regional reflete-se, inclusive, na baixa aderência da maioria dos programas de pós-graduação com foco em políticas públicas e desenvolvimento regional, que não possuem programas e projetos estruturantes de extensão que ajudem a sociedade na identificação e encaminhamento de soluções dos problemas básicos das diversas dimensões da vida comunitária (Silva, 2013, p. 5).

O texto de Moção aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral Ordinária de Sócios da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada em 28 de julho de 2022, em Brasília, por ocasião da 74ª Reunião Anual da SBPC, intitulada “Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável”, aponta para um diálogo da ciência com as sociedades locais, como uma nova forma de fazer ciência.

A Amazônia é o exemplo mais perverso da inexistência de um projeto nacional brasileiro... é um campo privilegiado para o desenvolvimento científico em todas as áreas de conhecimento. E deveria ser priorizada como laboratório de inovação, de interdisciplinaridade e sustentabilidade. A região tem potencial para ser um território totalmente orientado pelo conhecimento científico e pela interação empática com saberes e práticas milenares de relação do ser humano com a natureza (SPBC, 2022, não paginado).

Relacionando cooperação internacional e desenvolvimento de forma mais ampla, entende-se que a internacionalização da educação se faz importante. É preciso cooperar considerando os saberes e conhecimentos acumulados de cada ente envolvido no processo de cooperação, educar pessoas para o protagonismo da cooperação, do desenvolvimento e promoção da democracia.

Ainda nesta Moção, a SBPC recomenda que “é importante reconhecer o trabalho secular dos povos tradicionais na proteção da floresta, e a dívida mundial que a humanidade tem pelo sequestro de carbono realizado pela Amazônia nos últimos séculos” (SBPC, 2022, não paginado).

A Amazônia tem necessidade de uma forma de cooperação que leve ao desenvolvimento efetivamente sustentável, mas para este alcance, precisa de formação, conhecimento, gerando novas tecnologias capazes de transformar a vida das pessoas para melhor e a internacionalização da educação pode ser o caminho no alcance da qualidade da educação e promoção do desenvolvimento de forma protagônicas por meio da cooperação internacional. A guisa de conclusão, vale refletir o que escreve Mitschein (2017, p. 18 ):

Por mais que sociedades inteiras possam tentar reprimir um passado doloroso e traumático como a colonização da América Latina que, conforme Todorov (1986, p. 178), criou por parte dos invasores ibéricos um ambiente adequado para o saque e o massacre, considerando que este mesmo passado não pode ser extirpado como um simples tumor, ele acaba sobrevivendo nas profundidades da consciência coletiva e, em momentos aparentemente calmos, nos quais ninguém está esperando por turbulência alguma, possa vir à tona e se manifestar como a explosão de um vulcão.

A cooperação internacional na Amazônia precisa ser inclusiva e atender às necessidades da região que chama a atenção não somente pela exuberância de sua floresta, mas também pela regulação do clima no mundo, por seu potencial econômico, mineral, agrícola, energético e diversidade cultural e, ainda, por suas fragilidades socioeconômicas e ambientais.

Entretanto, Imbiriba (2017, p. 241) observa que ao invés de desenvolvimento, “o velho colonialismo deu lugar a formas mais sofisticadas de dominação: certamente as relações Norte-Sul estão aí para comprovar. E no meio delas a Amazônia, um continente superlativo, também está aí para exemplificar”. Desta forma, devemos observar os mecanismos de reprodução de desigualdades que podem ocorrer em processos de implementação e execução da cooperação internacional e de políticas de desenvolvimento baseadas nessa cooperação na Amazônia de forma positiva, uma vez que a

cooperação internacional tem um sentido mais amplo. cooperação internacional significa governos e instituições desenvolvendo padrões comuns e formulando programas que levam em consideração benefícios e também problemas que, potencialmente, podem ser estendidos para mais de uma sociedade e até mesmo para toda a comunidade internacional (Sato, 2010, p. 46).

Para Sachs (2004), “os países periféricos deveriam mobilizar as suas capacidades intelectuais e políticas para organizar em todos os foros internacionais, antes de mais nada na ONU, uma intensa campanha a favor da reforma necessária da ordem econômica internacional” (Sachs, 2004, p. 21), no sentido de chamar a atenção ou até mesmo reduzir os impactos negativos do que Sachs denomina como “globalização na sua forma assimétrica atual” (Sachs, 2004, p. 21).

O fato é que os países tidos como periféricos ou em desenvolvimento ainda não conseguiram intelectualidades suficientes para o enfrentamento político dessa realidade, e os países do norte buscam modalidades de cooperação menos agressivas.

Os sistemas de cooperação, guardadas as formalidades necessárias, precisam estar baseados na confiança, participação, solidariedade e inovação que são desenvolvidas pelos indivíduos, que podem estar conectando as várias formas do Capital Humano, construindo redes humanas de trabalho, conforme postula Burt (2005). Para este sociólogo, a gestão do Capital Social trouxe resultados bastante benéficos para as organizações, o que pode ser reverberado para políticas públicas integradas e interconectadas.

Entretanto, para chegarmos nesse contexto, faz-se necessária a formação de pessoas, relacionando Cooperação Internacional, Desenvolvimento e Educação de forma mais ampla. Na cooperação técnica internacional, os pesquisadores da Amazônia devem estar capacitados e empoderados para falar com pesquisadores do resto do mundo de igual para igual.

### **1.5 Cooperação Técnica Internacional Ciência e Tecnologia no Brasil e na Amazônia**

Marx, ao tratar do progresso técnico e o desenvolvimento capitalista em seus manuscritos, de 1861 a 1863, já fazia a relação entre ciência como um meio de alcançar a riqueza, que leva ao desenvolvimento.

Deste modo os processos produtivos se apresentam pela primeira vez como problemas práticos, que somente podem ser resolvidos cientificamente. A experiência e a observação (e as necessidades do mesmo processo produtivo) alcançam agora pela primeira vez um nível que permite e faz indispensável o emprego da ciência (Marx, 1982, p. 191).

Fundada em 1916, tendo como um dos objetivos contribuir para a promoção do desenvolvimento da ciência e da educação, a Academia Brasileira de Ciências teve uma atuação importante no pós-segunda guerra, nas relações internacionais, quando o mundo sentiu a necessidade da busca pela paz.

No Brasil colônia, a ciência era mais atrasada em relação aos países da América Latina e do mundo, sendo alterada com a extinção das escolas jesuítas e o estabelecimento de um novo regime<sup>17</sup>. Por outro lado, embora colônia, já havia brasileiros estudando em Portugal, como forma de dominação da colônia.

Como resultado das reformas pombalinas da Universidade de Coimbra, haverá uma inclusão de matérias científicas no currículo acadêmico [...]. No total, cerca de 430 brasileiros se formaram em ciências em Coimbra desde as reformas de 1772 até o final do século XVIII (Carneiro, 2005, não paginado).

A ciência e a tecnologia foram importantes e, assim, um sistema de educação mais fortalecido passou a ser demandado e visto como necessário no Brasil para fazer frente às transformações ocorridas.

A aplicação de conhecimento científico sofisticado para a construção de uma arma tão destrutiva como a bomba atômica gerou, no mundo, um grande debate sobre a atividade científica. A ABC participou ativamente deste debate, não apenas no âmbito nacional, mas também em eventos internacionais (ABC, 2022, p. 36).

Ainda em 1945, a Academia Brasileira de Ciências apresentou moção proposta por Álvaro Alberto, com inspirações internacionais, apontando o uso pacífico da energia atômica e a importância da cooperação internacional. Desde então, inicia-se no Brasil o debate sobre a política científica, uma vez que o crescimento econômico nacional, ao mesmo tempo que impulsionava, também demandava a ciência e a tecnológica.

Em 2017, foi lançado o livro que trata dos 100 anos desta Academia e assim é descrita a instituição: “Uma instituição que se nutre de sua experiência centenária para construir uma visão de futuro, contribuindo para um projeto de Brasil sustentável nos âmbitos econômico, social e ambiental” (Davidovich, 2017, não paginado). Passados 100 anos, os nossos cientistas ainda não estão dialogando com pesquisadores do resto do mundo em condições de igualdade.

Em fluxo histórico e como parte de ações voltadas para a cooperação, a Assembleia Geral da ONU instituiu, em 1948, o conceito de Assistência Técnica para o Desenvolvimento Econômico vinculada à ideia do progresso econômico e social, e a Resolução nº 1.383/1959

---

<sup>17</sup> Alvará de 28 de junho de 1759.

revisou o conceito de assistência técnica e o substituiu pelo de cooperação técnica, no sentido de estabelecer bases mais equitativas nas relações de intercâmbios e interesses entre os países mais e menos desenvolvidos.

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), de 1948, é também voltada para a produção de conhecimento, pois se constitui como uma escola de pensamento especializada em análises econômicas e sociais de médio e longo prazo dos países latino-americanos no sentido de estabelecer uma base institucional para a promoção do desenvolvimento dos países da região.

No Brasil, além da Academia Brasileira de Ciências (ABC), foi criada em 1948 a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), baseada nas sociedades científicas existentes em outros países, o que se pode concluir que, modelos de países desenvolvidos impactaram na criação brasileira. Limitados recursos financeiros foram aportados para a pesquisa científica no Brasil.

Em 1947, inseriu-se na constituição estadual paulista o percentual de 0,5% da arrecadação para a pesquisa científica (aumentada para 1% na constituição estadual de 1989). A comunidade científica começa sua articulação representativa com a criação da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) (Carneiro, 2005, não paginado).

Em 1951, foi criada a CAPES, juntamente com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), chamado na época de Conselho Nacional de Pesquisa. A CAPES se instituiu na direção de garantir pessoal especializado para atender às necessidades das instituições de desenvolvimento públicas e privadas como força de trabalho e o CNPq, inspirado na American National Science Foundation, organização norte-americana, e no Conselho Superior da Pesquisa Científica e Técnica da França, focou na pesquisa científica, nas ciências naturais para o desenvolvimento, no sentido de buscar “aperfeiçoar e dinamizar a gestão dos instrumentos de cooperação, diversificar e expandir as parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento” (CAPES, 2010, p. 239).

A CAPES firmou a primeira cooperação internacional com a Fundação Rockefeller, em 1956, para concessão de 200 bolsas de estudo nas áreas de medicina e biologia. Em 1964, firmou cooperação com a Fundação Ford, para a formação em Ciências Básicas. Neste mesmo ano, a parceria foi com o BID – Programa CAPES/BID, para fortalecer a infraestrutura das instituições de ensino superior, com vistas à melhoria das condições para os pesquisadores e à instalação de cursos de pós-graduação, estes como base nos programas estadunidenses.

Na década de 1950, foi criada a CNAT, para organizar as instituições brasileiras envolvidas com a ajuda técnica internacional, que resultou no fortalecimento de empresas públicas brasileiras como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS), o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o Departamento de Aviação Civil (DAC/MAER) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), impactando no crescimento da economia nacional.

Na década seguinte, 1960, o governo Federal realizou reformas no Sistema de Cooperação Técnica para responder às crescentes necessidades estruturais de coordenação da CNAT, em função do aumento de recursos financeiros recebidos.

Com o expressivo volume de recursos externos postos à disposição das instituições brasileiras de ensino e de pesquisa, tornou-se necessário fortalecer o sistema e adequar a demanda às diretrizes e prioridades definidas nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (Abreu, 2013, p. 13).

A partir de 1969, a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passaram a responder pela política pública de cooperação técnica internacional.

Neste fluxo, em 1980, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação possibilitou a formação do Sistema Nacional de C&T no Brasil. Em 1987, o Governo Federal criou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>18</sup>, ligada ao MRE, com funções técnicas e de política externa. O PNUD contribuiu com o Brasil na implantação desta Agência, marco histórico do Brasil na relação da Cooperação Internacional, com capacitação na gestão da cooperação técnica brasileira. O quadro a seguir apresenta algumas das organizações que se relacionavam com outros países no período.

---

18 À Agência Brasileira de Cooperação compete planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, do País para o exterior e do exterior para o País, nas modalidades técnica e humanitária, incluídas ações correlatas de capacitação estruturadas sob formato bilateral, trilateral ou multilateral, de apoio à cooperação técnica descentralizada, de intercâmbio de experiências e de disseminação de informações sobre suas áreas de competência". Art. 42 - Decreto Nº 9.110, de 27 de julho de 2017.

**Quadro 1-** Relações Internacionais das Organizações Brasileiras Para o Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia - 2014 a 2016

<b>Organização</b>	<b>Missão / Objetivo</b>
MCTIC	Órgão da administração federal direta, criada em 2016, para garantir e promover o avanço da ciência, tecnologia, inovação e comunicações, visando ao desenvolvimento sustentável e à melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira.
CNPq	Vinculada ao MCTIC com o objetivo de fomentar a pesquisa científica e tecnológica, e incentivar a formação de pesquisadores brasileiros.
FINEP	Responsável por promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à CT&I em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil.
AEB	Vinculada ao MCTIC. Responsável por formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira. A organização e execução das atividades são instituídas pelo Sistema Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (SINDAE), que define a AEB como órgão central e coordenador-geral das atividades.
CBPF	Vinculado ao MCTIC, é o instituto de excelência internacional na área de pesquisa e pós-graduação em física. Fomenta a infraestrutura de ciência e tecnologia no Brasil com laboratórios multiusuários. Serve de infraestrutura para pesquisas no Brasil e no exterior e para a indústria nacional. Faz pesquisa teórica e experimental em áreas como altas energias, astropartículas, nanotecnologia, física aplicada à biomedicina, informação quântica, ciência dos materiais, magnetismo e instrumentação científica.
CEITEC S/A	Vinculada ao MCTIC. Empresa pública. Projeta, fabrica e comercializa circuitos integrados para aplicações como identificação de animais, medicamentos, hemoderivados, pessoas e veículos, além de autenticação, gestão de inventário, controle de ativos, entre outras (radio-frequency identification – RFID e smartcards) e (application specific integrated circuits – ASICs).
CETEM	Vinculada ao MCTIC, atua no desenvolvimento de tecnologia para o uso sustentável dos recursos minerais brasileiros, com foco na inovação tecnológica para o setor minerometalúrgico.
CEMADEN	Criado com o intuito de, em parceria com várias instituições, implementar, complementar e consolidar a rede de instrumentos meteorológicos, hidrológicos e geotécnicos para monitoramento ambiental. Contribui para a consolidação do Sistema Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais.
CNEN	Vinculada ao MCTIC. Autarquia federal criada para desenvolver a política nacional de energia nuclear, estabelece normas e regulamentos em radioproteção, e é responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil. Investe também em P&D, buscando um uso cada vez mais amplo e seguro das técnicas do setor nuclear.
CTI	Vinculada ao MCTIC. Pesquisa o desenvolvimento em tecnologia da informação (TI), com foco em: microeletrônica, componentes eletrônicos, sistemas, mostradores de informação, software, aplicações de TI, robótica, visão computacional, tecnologias de impressão 3D para indústria e medicina, e softwares de suporte à decisão.
INB	Vinculada ao MCTIC. Empresa estatal de economia mista. Exerce, em nome da União, o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares. Atua na execução de serviços de engenharia do combustível e na produção de componentes dos elementos combustíveis.

IBICT	Coordena, no Brasil, as atividades de informação em ciência e tecnologia, buscando promover a competência, o desenvolvimento de recursos e a infraestrutura para a produção, socialização e integração do conhecimento científico e tecnológico.
INPA	Realiza estudos científicos do meio físico e das condições de vida da região amazônica para promover o bem-estar humano e o desenvolvimento socioeconômico regional, sendo referência mundial em biologia tropical.
INPE	Produz ciência e tecnologia nas áreas espacial e do ambiente terrestre. Fez parte de programas como o Comitê de Pesquisa Espacial (COSPAR) e o Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), participou do Experimento Troposfera Global na Camada Limite sobre a Atmosfera da Amazônia (GTE/ABLE), em colaboração com a Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos da América (NASA) e outras organizações, além do Smoke, Clouds, and Radiation-Brazil (SCAR-B). Destaca-se a cooperação do INPE com a INVAP da Argentina no âmbito do desenvolvimento do satélite Amazônia-1.
INT	Empreende pesquisas avançadas visando à transferência de tecnologia para o setor produtivo. Oferece diversos serviços técnicos especializados. Atua de forma multidisciplinar. Sua competência técnica é estruturada por meio das áreas de catálise e processos químicos, corrosão e degradação, desenho industrial, energia, engenharia de avaliações, ensaio de materiais e produtos, gestão da produção, inovação e prospecção tecnológicas, processamento e caracterização de materiais e química analítica. O foco das pesquisas atende a setores como petróleo e gás, energias renováveis, química verde, complexo industrial saúde, defesa e tecnologias sociais.
INSA	Vinculada ao MCTIC. Articula, realiza, promove e divulga CT&I como patrimônios universais para o bem da sociedade e, particularmente, do semiárido brasileiro. Tem inserção internacional como correspondente científico do Brasil na Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD).
Observatório do Pico dos Dias (LNA/OPD)	Vinculada ao MCTIC. Planeja, desenvolve, opera e coordena os meios e a infraestrutura para fomentar, de forma cooperada, a astronomia observacional brasileira, provendo serviços sofisticados para a comunidade científica desenvolver suas atividades de pesquisa no setor.
LNCC	Vinculada ao MCTIC. Líder em computação científica e modelagem computacional no país, atuando como órgão governamental provedor de infraestrutura computacional de alto desempenho para a comunidade científica e tecnológica nacional.
MAST	Vinculada ao MCTIC. Amplia o acesso da sociedade ao conhecimento científico e tecnológico por meio da pesquisa, da preservação de acervos e da divulgação da atividade científica brasileira.
MPEG	Vinculada ao MCTIC. Instituição de pesquisa. Realizar pesquisas, promover a inovação científica, formar recursos humanos, conservar acervos e comunicar conhecimentos nas áreas de ciências naturais e humanas relacionados à Amazônia.
NUCLEP	Sociedade de economia mista. Indústria de base produtora de bens de capital sob encomenda, que atua na área de caldeiraria pesada. Objetiva projetar, desenvolver, fabricar e comercializar componentes pesados relativos a usinas nucleares, construção naval e offshore, e outros projetos.
ON	Vinculado ao MCTIC. Instituto de pesquisa que atua em três grandes áreas de conhecimento: astronomia, geofísica e metrologia em tempo e frequência, nas quais realiza PD&I, com reconhecimento nacional e projeção internacional. Formam pesquisadores em cursos de pós-graduação; divulgam conhecimento produzido por meio de atividades especializadas.

Fonte : IPEA (2018).

Há outras organizações e programas brasileiros para a promoção da educação, ciência e tecnologia. Da perspectiva da conexão entre ciência, gestão territorial e ambiental e proteção da biodiversidade, pode se citar como estratégia de financiamento ao desenvolvimento



ambiental o Fundo Amazônia, que apoia projetos na linha da governança multinível congregando atores governamentais de vários níveis, incluindo instituições de pesquisa, e organizações não-governamentais de escala nacional e local. Na área da produção de conhecimento com o objetivo de garantir a sustentabilidade das florestas estão projetos como: o “Monitoramento do Desmatamento e das Mudanças de Uso da Terra na Floresta Panamazônia”, visando o compartilhamento de informações e de tecnologia brasileira; o Observatório Torre Alta da Amazônia (OTTA), que em parceria com a Alemanha, busca compreender a influência da Amazônia no clima, medir emissão de gases de efeito estufa e estudar partículas em suspensão que promovem a formação de nuvens, investigando o transporte de massas de ar.

Dentre as instituições brasileiras com inserção internacional para a educação e ciência, citam-se: O Instituto Butantan (IB), que com o apoio da Fundação Butantan (FB), desenvolve pesquisa fundamental, desenvolvimento tecnológico e produz vacinas, soros. No âmbito das relações internacionais promove pesquisas para o desenvolvimento de imunobiológicos e biofármacos; convênios de colaboração científico/tecnológicos organizações internacionais, a exemplo do NIH ([www.nih.gov](http://www.nih.gov)) e a Fundação PATH ([www.path.org](http://www.path.org)) para pesquisa em colaboração, desenvolvendo novos produtos. Mantém, ainda, acordos de transferência de tecnologia com grandes empresas multinacionais e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) que ofertou cursos de mestrado na Argentina, Moçambique e Angola e implantou uma fábrica de produção de medicamentos essenciais nestes dois últimos países, além de uma fábrica de medicamentos essenciais para o continente africano, como antirretrovirais no combate à Síndrome da Imunodeficiência Humana, transmitida pelo vírus HIV (AIDS). Compõem redes colaborativas internacionais no Cone Sul, América do Sul e Latina e Iberoamérica, exemplo: da AMSUDPasteur, ACTG – Adults AIDS Clinical Trials Network; HPTN – The HIV Prevention Trials Network; Rede Interagencial de Informação Network para Saúde e Rede Internacional de Geografia da Saúde.

Em 1986, a Academia Brasileira de Ciência passou a sediar a comissão brasileira do Programa Internacional Geosfera Biosfera (IGBP) composto por uma rede de cientistas do mundo com foco dos estudos nas mudanças climáticas e sistema terrestre na perspectiva de analisar as alterações ambientais no planeta.

Com os sistemas estruturados, a cooperação técnica internacional, caracterizada pela promoção do desenvolvimento de capacidades técnicas, geração de conhecimentos, informações, inovações e tecnologias, experiências e práticas em bases não-comerciais em todas as áreas do conhecimento tem crescido.

Países líderes em desenvolvimento humano, econômico e social têm ao menos um ponto em comum: todos mantêm sistemas estruturados de ciência e tecnologia. São arranjos complexos, que oferecem apoio equilibrado a toda a cadeia do conhecimento, desde a ciência básica até as aplicações tecnológicas e a inovação (ABC, 2021, p. 3).

Em 2013, a Academia Brasileira de Ciência e a Academia de Ciências da Hungria, com o apoio da UNESCO, Governo Federal, dentre outras entidades nacionais e internacionais, realizaram o Fórum Mundial de Ciências, no Rio de Janeiro, tendo como tema “Ciência para o Desenvolvimento Sustentável”, com a participação de aproximadamente mil pesquisadores para debater o papel e as responsabilidades da ciência no século XXI. A Academia Brasileira de Ciência participou ainda de diversos conselhos internacionais de ciência, a exemplo do Conselho InterAcademias (IAC), em que realizam projetos de pesquisa internacionais.

Observa-se, assim, que o Governo Federal trabalhou em diferentes formas de gestão pública no sentido de fomentar a Ciência e Tecnologia, bem como na relação com o Sistema de Cooperação Internacional e realizou a cooperação técnica internacional com mais controle dos programas dos organismos internacionais que possibilita a participação do Brasil no referido Sistema, quer como recipiendário ou aportando contribuições<sup>19</sup> sem que necessariamente houvesse transferência líquida de recursos para outros países. Estes projetos de cooperação técnica, geram maior visibilidade do Brasil em relação ao mundo.

O Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) implantou um Centro de Pesquisa em Ciência, Tecnologia e Sociedade para analisar “os impactos que a ciência e a tecnologia têm na economia, na sociedade e na qualidade de vida das pessoas, especialmente nas áreas de saúde, educação e sustentabilidade”<sup>20</sup>. Neste sítio, o IPEA apresenta como uma das atividades do centro o intercâmbio de pesquisadores que estejam pesquisando temas similares.

A ciência e a tecnologia têm impactado na economia, meio ambiente, na área social, com a busca pelo bem-estar social e, na atualidade, com o fenômeno da Doença do Coronavírus (Covid), impactou positivamente nas ciências da saúde, refletida no Sistema Único de Saúde (SUS).

Em um mundo globalizado, não é possível fazer ciência sem o diálogo mais amplo com o mundo. Cada vez mais as pesquisas científicas exigem a promoção da cooperação técnica internacional, com pesquisadores brasileiros capacitados, equipados e bem pagos para que possam ampliar suas participações de forma igualitária em nível mundial e conduzir pesquisas

---

19 Especialmente para os países da África e os da América Latina.

20 IPEA. Disponível em: [www.ipea.gov.br/cts/pt/](http://www.ipea.gov.br/cts/pt/). Acesso em: 17 mar. 2021.

de pesquisas. É necessário também que haja investimento na educação para promover ciência e novas tecnologias e reduzir as iniquidades.

Na 74ª Reunião Anual da SBPC, em 2018, temas como “Grandes Projetos de Cooperação Internacional da Ciência Brasileira”, foram debatidos valorizando a ciência e a tecnologia consideradas como forças motrizes do progresso econômico; entretanto, o mercado não oferece oportunidades equivalentes ao alto investimento feito pelo pesquisador, uma vez que o setor privado está vinculado à obtenção de lucros, daí a dinâmica do desenvolvimento científico tecnológico não includente e o governo não valoriza seus pesquisadores e cientistas.

Na gestão do presidente Jair Bolsonaro, iniciada em 2019, a ciência e a tecnologia, focadamente na subfunção Desenvolvimento Científico<sup>21</sup>, deixaram de ser prioridade nas políticas públicas e as parcerias entre a comunidade científica e governo federal foram alteradas significativamente. A Evolução histórica dos repasses do Governo Federal para a subfunção Desenvolvimento Científico aponta essa realidade.

**Quadro 2-** Quadro de Repasses do Governo Federal para Ciência e Tecnologia/Subfunção: Desenvolvimento científico

Ano	Valor Pago
2014	R\$ 8.645.427.766,04
2015	R\$ 2.130.192.842,25
2016	R\$ 1.817.799.979,52
2017	R\$ 2.085.917.187,27
2018	R\$ 2.076.911.101,25
2019	R\$ 1.978.906.024,33
2020	R\$ 1.478.970.807,34
2021	R\$ 1.070.771.507,48
2022	R\$ 2.099.242.606,91

**Fonte:** Portal da Transparência<sup>22</sup> - Controladoria-Geral Da União.

Diferentes moções e formas de repúdios foram apresentados sem que esse contexto fosse mudado. O financiamento para a promoção da ciência e tecnologia, desenvolvimento científico, foi reduzido significativamente; pesquisadores tiveram seus empregos ameaçados e usaram equipamentos defasados, sem condições de igualdade para dialogar com os demais pesquisadores do resto do mundo, principalmente dos países do norte, que têm laboratórios

21 Deixamos de analisar as demais funções.

22 Disponível em: <https://portaldatransparencia.gov.br/funcoes/19-ciencia-e-tecnologia>.

superequipados, ensino básico e superior de qualidade e ampla biblioteca à disposição, além de elevado número de bolsas de pesquisa.

A Revista *Science*, de 07 de abril de 2021<sup>23</sup>, publicou matéria de Herton Escobar, intitulada: “Um ambiente hostil. Cientistas brasileiros enfrentam crescentes ataques do regime de Bolsonaro. Assédio e cortes orçamentários fazem pesquisadores temerem por seus empregos e segurança”. Neste trabalho, o autor denuncia a relação agressiva que o governo do presidente Jair Bolsonaro tem com a comunidade científica brasileira, censurando estudos que conflitem com os posicionamentos do governo. Ainda no texto, faz-se um resgate histórico da relação, quando ainda em 2019 o presidente Bolsonaro demitiu o então presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, além de tê-lo acusado de informar dados de satélite mentirosos apontando o aumento do desmatamento na Amazônia.

Houve também confronto sobre as estratégias baseadas na ciência para combater a pandemia de *Covid-19*. Fez referência à fala de Philip Fearnside, ecologista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) que assim revelou: “A ciência está sendo atacada em várias frentes”, e completa “Há negação da pandemia, negação das mudanças climáticas, negação do desmatamento; sem falar nos cortes orçamentários”. Em julho de 2022, a SBPC emitiu a “Carta de Brasília”, denunciando que as ameaças que sofridas.

A Ciência e a Educação nunca estiveram tão ameaçadas no Brasil, com a desvalorização dos professores e da educação básica, laboratórios sendo fechados, institutos de pesquisas à míngua, e as universidades sem condições mínimas de cumprirem sua missão, além de uma forte fuga de cérebros para o exterior (SBPC, 2022, não paginado).

Em agosto de 2022, as entidades que compõem a Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento, conjuntamente com outras associações e instituições que fazem parte do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação, emitiram Nota para conclamar o Presidente do Congresso Nacional para devolução da Medida Provisória (MP) nº 1.136, de 26 de agosto de 2022<sup>24</sup> já que tal MP, de acordo com a Nota, pode levar a produção científica a uma situação de crise, ao retrocesso do desenvolvimento tecnológico e inovação, uma vez que reduz os recursos do financiamento da Ciência brasileira do FNDCT<sup>25</sup>

---

23 SCIENCE. Disponível em: [www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime](https://www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime). Acesso em: 21 mar. 2021.

24 - Esta MP altera a Lei nº 11.540, de 12/11/2007, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), com a seguinte explicação da ementa: “a fim de compatibilizar o relevante apoio financeiro da União às ações de Ciência, Tecnologia e Inovação por intermédio do referido Fundo, as quais são da maior relevância ao desenvolvimento econômico e social do país, ao regramento fiscal vigente bem como às restrições fiscais por que passa o Orçamento Geral da União (OGU)”.

25 - De acordo com a “Nota Do total previsto na LOA 2022 para o FNDCT (R\$ 9 bilhões), a MP autoriza a

Constata-se, assim, as contradições entre as ações do Governo Federal e a Constituição Federal que estabelece no Artigo 218 que “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação” (BRASIL, Constituição federal, artigo 218, 1988, não paginado). Quando observados os parágrafos - § 1º “A pesquisa científica básica e tecnológica receberá **tratamento prioritário do Estado**, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação” e o § 7º “O Estado promoverá e incentivará a atuação no exterior das instituições públicas de ciência, tecnologia e inovação, com vistas à execução das atividades previstas no caput”.

De forma complementar, concorda-se com Aragón (2013), quando afirma que:

a Amazônia, com toda a sua riqueza natural, é paupérrima do mais importante e poderoso dos recursos de nossos tempos: o conhecimento científico capaz de utilizar de forma sábia para benefício da Região e dos Amazônidas, a abundância de recursos naturais de que dispõe. Entretanto, pouco poderá fazer a ciência produzindo conhecimento pertinente, relevante, e comprometido, se as opções políticas não forem as corretas (Aragón, 2013, p. 22).

Fazer pesquisa no Brasil, especialmente na Amazônia, com todas as limitações de um país em desenvolvimento, como a baixa qualidade do sistema de ensino se agravada pela falta de prioridade nas políticas públicas, ou ainda, pelo ataque aos pesquisadores e à própria Constituição Brasileira.

Segundo Aragón (2017), ao relatar o Encontro Aberto Amazônia: Cooperação Internacional e o Papel das Instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil, realizado em julho de 2007, no contexto da 59ª Reunião Anual da SBPC, cientistas problematizaram questões historicamente estruturantes no debate sobre Ciência e Tecnologia (C&T) na Amazônia.

As questões levantadas pelos cientistas estiveram em torno das seguintes problemáticas: que pesquisa e educação superior são necessárias e indispensáveis para o desenvolvimento da Amazônia; a importância da cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da ciência e tecnologia na região; as redes como instrumentos de integração em C&T na Amazônia; quais as condições de participação de instituições brasileiras em programas internacionais de pesquisa; o poder público como incentivador da cooperação internacional.

Concorda-se com Aragón (2017, p. 154) que faz importante reflexão: “a possibilidade

---

liberação de R\$ 5,5 bilhões para o exercício. Desse montante, metade se destina às operações de empréstimos da FINEP, com impactos no setor industrial do país, e a outra para o financiamento de programas, estratégias e fomento à ciência, tecnologia e inovação (CT&I). Considerando que já foram liquidados e pagos R\$ 3,2 bilhões no fomento à CT&I, pode-se concluir que os valores empenhados de cerca de R\$ 2,7 bilhões não serão mais honrados em 2022. Punem-se as instituições por serem eficientes no uso e transparência dos recursos públicos”.

de transformar a cooperação em um mecanismo eficiente para transferir e gerar ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento depende da capacidade científica local para absorver, adaptar e ampliar o conhecimento transferido”

Entretanto, é necessário que as universidades na Amazônia estejam preparadas para fazer ciência, equipadas com laboratórios de pesquisas, bibliotecas, equipamentos e uma maior dinâmica na internacionalização da educação superior.

A população local tem um conhecimento muito rico. Pesquisadores internacionais fazem suas pesquisas, usufruem dos saberes e da riqueza da região, se apropriam, muitas vezes de forma violenta, levam as informas que precisam para depois utilizarem seus modernos equipamentos e transformarem os dados em mercadorias-conhecimento e colocarem a serviço do capitalismo. Geram conhecimento científico e produzem inovação que volta como dominação para os povos amazônicos.

Espera-se ainda, maior conhecimentos tecnológicos do processo produtivo para a produção tecnológica. O desequilíbrio entre produzir conhecimentos científicos e as demandas de conhecimentos tecnológicos também é prejudicial ao desenvolvimento.

Há que se investir em ciência e tecnologia na Amazônia não somente para a pesquisa, mas também para o ensino e a extensão e a produção de forma indissociável, que envolva toda a sociedade e com toda a infraestrutura necessária, que garanta a atenção e o cuidado com os povos que nesta região vivem, para a promoção do desenvolvimento gerado de forma endógena, para que se possa pensar em políticas públicas de desenvolvimento a partir do contexto local.

Em um sistema de cooperação internacional desigual, em que algumas instituições e organizações internacionais ainda pautam interesses hegemônicos americanos e europeus e a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ainda vista como carregada de interesses, há que se afirmar a educação e o desenvolvimento para a Amazônia, como um binômio indissolúvel, um direito a ser garantido para a uma região que até a atualidade padece com indicadores insatisfatórios de saúde, educação, renda, riqueza, dentre outros.

A população da Amazônia precisa que seu conhecimento seja transformado em ciência, para que seja conduzida ao desenvolvimento que exige a reinterpretação do conceito de progresso, cuja avaliação deve ser principalmente efetuada por indicadores de desenvolvimento humano, inclusivo e feliz, e não apenas pelos índices de crescimento econômico. A internacionalização da educação superior pode ser um caminho a ser seguido.

## 2 INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

### 2.1 Internacionalização da Educação: Conceitos e Perspectivas

No mundo globalizado, o processo de expansão do ensino superior se amplia a partir da internacionalização da educação superior com maior impulso e complexidade. O conhecimento, visto como instrumento capaz de contribuir para o desenvolvimento e a paz mundial foi impulsionado para além das fronteiras nacionais.

Stein (2017) identifica que o início da internacionalização coincide com o Renascimento da Europa Ocidental. Neste período, os principais elementos do engajamento educacional internacional era a mobilidade individual, o intercâmbio de pesquisas e a “exportação” dos sistemas acadêmicos europeus por meio do colonialismo. “As imposições coloniais do modelo universitário europeu ocorreram primeiro nas Américas e, posteriormente, na Ásia, África e Pacífico” (Stein 2017, p. 6-7). Em continuidade à análise, a autora conclui que foi no pós-guerra que iniciou uma nova era do processo de internacionalização, ainda sob o título de desenvolvimento internacional.

Os modelos de desenvolvimento presumem que o progresso humano é unilinear e universal, e que o Ocidente é o mais avançado e, portanto, exclusivamente adequado para liderar o resto da humanidade, compartilhando seu conhecimento e tecnologia com os “menos desenvolvidos” ou Regiões ‘subdesenvolvidas’ (Stein, 2017, p. 7).

Naquela época, os estudantes que saíam dos países do Sul para o Norte produziam conhecimentos e assim reproduziam uma política diferente de suas realidades. Esses são modelos de educação que ainda persistem e, por isso, têm sido objeto de crítica dos intelectuais.

Dias (2017, p. 27), defensor da universidade como bem público, faz críticas à aceitação global do modelo norte-americano e exemplifica o caso brasileiro, focadamente a reforma universitária de 1968, consolidada na Lei 5.540/69, e o processo de Bolonha, com a Europa quase toda sendo submetida a conceitos que vêm dos Estados Unidos.

Aceitar esse modelo como único e ideal é ridículo, quando se tem em conta dados da realidade, como fez *The Economist*, em sua edição de 1º de dezembro de 2012, (Higher education: not what used to be – ‘Ensino superior: não é o que costumava ser’). Hoje nem para os Estados Unidos esse sistema dominante é o mais adequado.

Em que pese as críticas, a valorização do conhecimento e a abordagem capitalista de quem defende a educação como comércio fizeram Estados, empresas e famílias valorizarem as universidades de países desenvolvidos que formam profissionais, o que gerou, e ainda gera, desequilíbrios entre os países.

Stein (2017) admite que há perspectivas críticas sobre a internacionalização como parte de um presente colonial, mas pouco se teoriza sobre a questão. Morosini e Nascimento (2017, p. 2), analisando as literaturas, inferem que a internacionalização da educação superior, na atualidade, é um dos principais componentes das universidades e “está relacionada à qualidade, à excelência, à inovação, ao conhecimento e a outros diferentes temas, destacando-se, na grande parte das vezes, a contribuição positiva dessa presença”.

Esses desníveis “se alargam à medida que há flagrante descompasso entre os ativos conquistados nos países centrais e periféricos” (Lima; Maranhão, 2009, p. 589). Para as autoras, há uma forte e direta relação: os países centrais têm interesse em atrair pessoas enquanto os países periféricos demandam vagas em universidades que se destacam por suas capacidades de formar profissionais e pagam por isso.

A internacionalização da educação é tida como uma resposta à globalização pois “o conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional” (Ianni, 2005, p. 239).

Para Knight (2020), a mobilidade de discente e docentes ocorrem desde que as Universidades existem, e cresceu muito no início da década de 1980. Antes deste período, “educação internacional e cooperação internacional eram expressões prediletas e ainda o são em alguns países” (Knight, 2020, p. 21). O novo está no aumento do número de estudantes, nas formas de mobilidade, os países destinos e as razões pelas internacionalizações que mudaram nas últimas décadas. A demanda de mobilidade estudantil continuará a se expandir, mas formas novas de educação transfronteiriça e virtual são necessárias para atender essa demanda.

Exemplificando o que a autora relata e considerando os dados levantados pela UNESCO (2017, p. 126), em 2010 houve um baixo número de estudantes internacionais na América Latina e Caribe, em torno de 0,3% do total de matrícula que participaram do processo de internacionalização. Entretanto, a maior parte desses estudantes se concentra no Brasil e Cuba. A tendência no número de estudantes internacionais mostra um contínuo crescimento.

O termo “Internacionalização da Educação”, com abordagem conceitual mais integrada e abrangente, foi instituído e popularizado na década de 1990 referindo-se “às múltiplas atividades, programas e serviços que se enquadram em estudos internacionais, intercâmbio educacional internacional e cooperação técnica” (Arum; Water, 1992, p. 202, tradução nossa). Os autores advertem, entretanto, que com o amadurecimento da educação internacional, definições usadas na área devem ser discutidas, no sentido de encorajar que outros também façam no sentido de encontrar consensos e, assim, os proponentes, participantes e a população



mais ampla da internacionalização da educação possam dialogar com mais conhecimento mútuo. “Essas fontes precisam saber o que os proponentes estão defendendo quando usam certos termos” (Arum; Water, 1992, p.194. Livre tradução). Entretanto, este é um dos desafios da internacionalização da educação superior: a unificação de conceitos.

Por se tratar de um conceito novo, há diversas concepções, interpretações e valores e, assim, há a necessidade de repensá-lo, porém, sempre ligado a educação superior de forma crescente e integrado à economia global do conhecimento, como consenso entre os pesquisadores do tema.

o discurso da internacionalização nem sempre parece ser associado à realidade, sendo a internacionalização mais frequentemente interpretada como um sinônimo de educação internacional – ou seja, uma soma de termos fragmentados e geralmente pouco relacionados entre si – do que como um processo e um conceito abrangentes (De Wit, 2013, p.13).

O fato é que, o ensino superior, na totalidade, precisa estar relacionado com o mundo-global e incorporado pelo processo de globalização e “isso exige uma definição mais ampla de internacionalização, que abarque todo o funcionamento do ensino superior e não apenas uma dimensão ou aspecto dele, ou as ações de alguns indivíduos que dele fazem parte” (QIANG, 2003, p. 248). O processo de internacionalização cumpre essa função, uma vez que, é conceituado por Knight (1993, p. 21) como “o processo de integração de uma dimensão internacional/intercultural nas funções de ensino, pesquisa e serviço da instituição”.

Para Knight (2020), os termos Internacional, intercultural e global, quando juntos, refletem a dimensão da internacionalização, pois a palavra internacional pressupõe a relação entre os países, resguardando as diferentes culturas. A palavra intercultural faz referência e reafirma a diversidade cultural e o global enquanto escopo mundial.

Analisando o conceito:

nenhum objetivo adicional do processo de internacionalização é indicado. Isso pode sugerir que a internacionalização é um objetivo em si, enquanto em muitos países e configurações é vista como um meio para alcançar um objetivo mais amplo, por exemplo, melhoria da qualidade, reestruturação e modernização dos sistemas e serviços de ensino superior (Knight, 1993, p. 249).

Ainda em Knight (2020, p. 20), pode-se ler que “o termo “internacionalização” é empregado de muitas formas na medida em que significa diferentes coisas para diferentes pessoas...há muitas vezes uma grande dose de confusão quanto ao que ela significa”. Daí que a autora trabalha com o sufixo “ização”, de internacionalização, para apontar como um processo de mudança e não ideológico, o que pode ser considerado importante para entender o fenômeno.

O internacionalismo é diferente da internacionalização, embora ambos os termos acentuem o conceito de “entre nações”. A globalização também é um processo, ainda que diferente da internacionalização por abordar a ideia de dimensão mundial ou global, e não a noção de relações entre países, como indica o termo “internacionalização (Knight, 2020, p. 23).

Para Lima e Maranhão (2009) internacionalização tem objetivos diverso com diferentes fornecedores e, por isso, é diferente em cada país e produz diferentes resultados. As autoras cunharam os conceitos de internacionalização ativa e passiva, fazendo referência às diferentes formas de como a internacionalização tem se manifestado nos países centro do sistema, da periferia e semiperiferia.

[...]a **internacionalização ativa** está limitada a poucos países, se presta a criar condições que favorecem a emergência de uma espécie de internacionalização hegemônica...e por isso mesmo capaz de exercer expressiva influência sobre a organização do sistema mundial de educação superior; a **internacionalização passiva** está presente na maioria dos países semiperiféricos e periféricos da economia-mundo e seus resultados tendem a responder mais a interesses comerciais do que culturais (Lima; Maranhão, 2009, p. 584, grifo nosso).

Lima e Maranhão (2009, p. 588), ao abordarem a internacionalização ativa e passiva, no que diz respeito aos pagamentos que os estudantes têm que arcar por meio de bolsas de estudos e financiamentos familiares, instigam a refletir

como associar a internacionalização da educação a processos de integração, baseados na solidariedade e cooperação internacional, quando os recursos humanos e materiais provenientes dos países da periferia da economia-mundo ajudam a financiar a educação dos países centrais?

Dentre outras definições que podem ser percebidas ao longo desta tese, destaca-se a internacionalização enquanto um processo dinâmico, integrado, que afeta diretamente a sustentabilidade dos processos internacionais (Qiang, 2003). O estudioso conclui que a internacionalização não se limita a um objetivo, mas sim de importante recurso para a promoção do desenvolvimento do sistema de ensino superior alinhado aos padrões internacionais e aberto e receptivo ao seu ambiente global. Não há dúvidas que a internacionalização é um processo dinâmico, complexo e impulsionador de mudança, focadamente na educação superior, estabelecendo não somente oportunidades, mas também, desafios.

A dificuldade de conceituar tal fenômeno passa, ainda pelo fato de ter que estar conciliada com um mundo global que ainda vê a educação com finalidades econômicas e não como um bem público a serviço da humanidade, desta forma usa a internacionalização como

fator de marketing e não como qualidade na de qualidade enquanto educação como bem público.

Há que se considerar que no mundo existem pessoas e instituições em vários países com situação socioeconômica, ambiental diferentes. “Reconhecer a importância e singularidade do contexto local é crucial e sugere que a internacionalização precisa ser customizada para a situação local e que uma abordagem da regionalização do tipo “tamanho único para todo mundo não é apropriada” (Knight, 2002, p. 13).

Assim, embora não havendo consenso entre os estudiosos e considerando a complexidade e ambiguidade no conceito, há quem afirme que “a internacionalização é inerente ao ente universidade” (Morosini; Nascimento, 2017, p. 1). Tanto no ensino como na pesquisa e extensão, a internacionalização pode ser um mecanismo de formação e geração de conhecimento para promoção do desenvolvimento econômico e social ao país, desde que com ações integradas as políticas públicas e solidárias.

Pode-se observar que os diferentes conceitos estão ligados aos objetivos de quem cria, a complexidade do processo e aos atores envolvidos que não estão limitados na área da educação, o que leva a disputas semântica com forte impactos na vida das pessoas.

Entre os significados mais comuns atribuídos ao conceito está a promoção de atividades internacionais de ensino e pesquisa, a extensão de campi para outros países, o recrutamento de estudantes estrangeiros com fins mercantis e, mais recentemente, as experiências de aprendizagem integradas on-line (Streeck, 2020, p. 8).

Para Morosini e Nascimento (2017, p. 7), “a internacionalização é dada como positiva e a discussão refere-se à resolução de problemas e à construção de estratégias para que o processo ocorra da melhor maneira possível”, o que Stein (2017) não concorda. Para esta autora, “a internacionalização, de fato, oferece muitas oportunidades, mas também gera uma série de problemas e dilemas políticos e éticos complexos, contestados e contraditórios” (Stein, 2017, p. 9). É fato que a internacionalização se apresenta como um caminho dinâmico e de grande utilidade para as universidades, já que têm baixa autonomia e estão quase sempre vinculadas a uma prioridade pública de orçamento do executivo federal, além de outros desafios.

Knight (2020, p. 29) apresenta os diferentes níveis e papéis de atores ligados à internacionalização da educação: 1) **Os níveis:** institucionais, nacionais, subnacionais, sub-regionais, regionais, inter-regionais e internacionais; 2) **Os papéis:** formulação de políticas, regulamentação, defesa de direitos, financiamento, oferta de programas, articulação em rede, pesquisa, troca de informações, garantia de qualidade, credenciamento. Esta multiplicidade de

níveis e papéis, somada aos interesses existentes, tornam o processo de internacionalização bastante complexo.

Na atualidade, a internacionalização vem ganhando cada vez mais espaços na academia, a ponto de ser considerado por Knight (2020, p. 11) “uma das principais forças que estão impactando e moldando a educação superior à medida que ela muda para enfrentar os desafios do século XXI”. Entretanto, a intelectual reconhece a necessidade de adaptar problemas e eventos mundiais como tensões políticas, desastres ambientais, migrações e refugiados, fenômenos como a *Covid 19* e a *Zika* e crises econômicas.

Na medida em que o setor da educação superior reage a esses fatores externos, a internacionalização tem um papel chave a desempenhar no sentido de contribuir no sentido de enfrentar problemas como, por exemplo, ...garantia de qualidade, a necessidade de modelos alternativos de financiamento, a tendência à comercialização[...]. A internacionalização é um agente e, ao mesmo tempo, um reator a essas mudanças (Knight, 2020, p. 12).

Knight (2011) chama a atenção para a necessidade de discutir alguns mitos sobre a internacionalização, considerando que à medida que o processo de internacionalização vai adquirindo uma maior abrangência, vai se tornando mais complexo, além do que, a internacionalização, em que pese os diferentes conceitos usado para descrever tudo e qualquer coisa remotamente ligada ao mundo, intercultural, global ou internacional, já está incorporado nas missões institucionais e nas agendas de políticas públicas, tornando-se uma área legítima de política, prática e pesquisa no ensino superior.

Ao analisar tais mitos, a autora adverte que um elemento comum é que os benefícios da internacionalização ou o grau de internacionalidade podem ser medidos quantitativamente, como o número de estudantes, o corpo docente estrangeiro, acordos institucionais, programas de educação transfronteiriços, projetos de pesquisa, credenciamentos estrangeiros, dentre outros. Quantificar os resultados como indicadores-chave de desempenho podem atender aos requisitos de responsabilidade, mas eles não capturam os desempenhos intangíveis dos alunos, professores, pesquisadores e da comunidade que trazem benefícios significativos da internacionalização.

**Quadro 3 - Mitos da Internacionalização, segundo Jane Knight (2011)**

Mito	Explicações
Estudantes Estrangeiros Como Agentes de Internacionalização	<p>Esse cenário fala sobre a suposição de que o principal motivo para recrutar estudantes internacionais é ajudar a internacionalizar o campus. Em muitas instituições, os estudantes internacionais não são valorizados. Em muitos casos, não são dadas oportunidades sociais e acadêmicas, além das frequentes tensões étnicas ou raciais.</p> <p>Principalmente os estudantes de graduação nacionais resistem ou são neutros quanto à realização de projetos acadêmicos conjuntos com estudantes internacionais, a menos que haja o envolvimento da universidade. Por outro lado, os estudantes internacionais tendem a se unir e, muitas vezes, têm uma experiência intercultural mais ampla, sem grande envolvimento com a cultura do país anfitrião.</p> <p>Muitas vezes este argumento é usado como forma de mascarar outras motivações, geração de receita ou desejo de melhorar as classificações nas tabelas de classificação globais.</p>
Reputação Internacional Como Qualidade	<p>Há um falso indicador de qualidade de que quanto mais internacionalizada for a Universidade em termos de alunos, corpo docente, currículo, pesquisa, acordos e associações de rede, terá uma forte reputação internacional.</p> <p>As Universidades buscam por classificações mais altas em uma tabela de classificação global ou regional, como o <i>Times Higher Education</i> ou o <i>Academic Ranking of World Universities</i>, o que torna esse mito complicado, pois é altamente questionável se as tabelas de classificação medem com precisão a internacionalidade de uma universidade e, mais importante, se a dimensão internacional é sempre um indicador de qualidade a ser observado.</p> <p>Universidades altamente dependentes da receita e do <i>brand equity</i> de estudantes internacionais são evidências concretas de que a internacionalização nem sempre se traduz em melhor qualidade ou padrões elevados.</p>
Quanto Maior o Número de Acordos Institucionais Internacionais ou Associações de Rede uma Universidade tem, mais Prestigiosa e Atraente ela é para outras instituições e estudantes.	<p>A quantidade de processos de Cooperação Internacional / Internacionalização da Educação é vista como mais importante do que a qualidade, e a lista de acordos internacionais é usada mais como um símbolo de status do que como um registro de colaborações acadêmicas funcionais.</p> <p>Os relacionamentos de Cooperação Internacional / Internacionalização da Educação ativos e frutíferos requerem um grande investimento de recursos humanos qualificados, financeiros, departamentos e escritórios internacionais. Do contrário, a longa lista de parceiros internacionais geralmente reflete acordos baseados em papel, não parcerias produtivas.</p> <p><i>A prática mostra que a maioria das instituições não consegue administrar ou mesmo se beneficiar de mais de cem acordos.</i> Na verdade, uma tendência mais recente é reduzir o número de acordos para 10 ou 20 parcerias prioritárias em toda a instituição.</p>
Acreditação Internacional - Quanto Mais Estrelas de Acreditação Internacional Melhor	<p><i>As creditações internacionais de agências nacionais estrangeiras de garantia de qualidade (especialmente dos Estados Unidos) ou organismos profissionais de engenharia e creditação de negócios são populares entre as universidades em todas as partes do mundo.</i></p> <p>Um reconhecimento estrangeiro de qualidade não fala sobre o escopo, escala ou valor das atividades internacionais relacionadas ao ensino/aprendizagem, pesquisa e serviço à sociedade, seja por meio de engajamento público ou iniciativa privada.</p>
Melhorar a Marca Global - Esquema de Marketing Internacional Como Plano de Internacionalização	<p><i>Refere-se à suposição incorreta de que o propósito dos esforços de internacionalização de uma universidade é melhorar a marca ou posição global.</i></p> <p>Confunde uma campanha de marketing internacional com um plano de internacionalização. O primeiro é um exercício de promoção e <i>branding</i>; o último é uma estratégia para integrar uma dimensão internacional, intercultural e global aos objetivos e funções de ensino, pesquisa e serviço de uma universidade.</p>

	<p>Os objetivos, resultados esperados e investimento em uma iniciativa de <i>branding</i> global são diferentes daqueles necessários para a internacionalização acadêmica.</p> <p>É um mito que um esquema de marketing internacional seja equivalente a um plano de internacionalização. Isso não nega o fato de que uma agenda de internacionalização estratégica e bem-sucedida pode levar a uma maior visibilidade internacional, mas o reconhecimento não é o objetivo – ou seja, é um subproduto.</p>
--	---

Fonte: Knight (2011).

Em tempos em que a Educação Superior é vista como negócio, as instituições vêm tentando imputar a qualidade da educação em função da internacionalização, ranqueando as instituições, pois “[...] à medida que os setores de ensino superior enfrentam esses tempos bastante turbulentos em que competitividade, classificações e comercialismo parecem ser as forças motrizes[...]”, faz-se importante destacar que os mitos sobre a internacionalização, que não se esgotam aos aqui apresentados, “refletem suposições muito comuns e enganosas[...]” (Knight, 2011, não paginado) e até mesmo campanha de marketing das Instituições de Ensino Superior.

Considerando que a CMES de 2009 assumiu a internacionalização da educação superior como um de seus principais pilares, a Declaração *As Novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social* (UNESCO, 2009) pautou uma seção com dez dispositivos referentes à internacionalização, regionalização e globalização. Dentre estes, “a Cooperação internacional na educação superior deve ser baseada na solidariedade e no respeito mútuo, além de na promoção de valores humanísticos e diálogo intercultural. Como tal, pode ser estimulada apesar da crise econômica”, o que na atualidade ainda não se constituiu como uma realidade amazônica. Este trabalho se constitui como tentativa de pautar o leitor sobre o tema para, em seguida, abordar a situação no Brasil e na Amazônia, sem a intenção de esgotar o tema.

## 2.2 Internacionalização da Educação Superior no Brasil

No Brasil, em que pese a reduzida produção acadêmica quando comparada ao acervo internacional, há um crescente movimento na direção da internacionalização da educação superior, tanto na literatura quanto no fazer acadêmico.

Para Morosini e Corte (2018), na década de 1990 em diante, no Brasil, com a alta nas importações, os mercados internacionais ficaram mais competitivos, o que gerou novas políticas públicas socioeconômicas e instituições interrelacionadas, impactando na internacionalização da educação superior.

as mudanças na economia [...] desencadearam mudanças nas áreas e setores sociais, impulsionando processos de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior (IES) para responder às demandas do mercado local e global. Devido ao contexto de concorrência mercadológica, entre outros aspectos, as relações entre os países se tornaram quase que universais, fundamentadas no rompimento de fronteiras e [...] e socialização do conhecimento pelos múltiplos meios de comunicação e pelo fluxo de mobilidade acadêmica entre países (Morosini; Corte, 2018, p. 99).

Assim, no Brasil e na Amazônia, como no mundo, o ensino superior vem tomando uma dimensão internacional cada vez maior, seguindo a complexa já identificada.

Dada a dimensão regional da Amazônia, a internacionalização da educação e o fato de ser enquadrada como uma resposta à globalização, percebe-se que o “o conhecimento acumulado sobre a sociedade nacional não é suficiente para esclarecer as configurações e os movimentos de uma realidade que já é sempre internacional”. Ianni (1994, p. 148), reafirmado por Qiang (2003, p. 248), esclarece: “o ensino superior não pode mais ser visto em um contexto estritamente nacional”.

Quer na Amazônia ou fora da região, evidencia-se a necessidade de maior e melhor atenção a ser dada ao Sistema de Educativo dos países em desenvolvimento com formação da cidadania nos amplos aspectos. No Brasil, em estudo para a reformulação institucional das Universidades Brasileiras, em 1965, havia a percepção que:

A estrutura vigente tornou-se, em todos os sentidos, estreita demais para a satisfação das necessidades contemporâneas e das reais obrigações que a vida moderna reclama da universidade. Quando uma instituição comprova, acima de qualquer dúvida, sua inabilidade para cumprir funcional e eficazmente com os objetivos a que se destina, corre o risco de desaparecer (Atcon, 1966, p. 14).

O estudo, naquela época, já ressaltava a realidade de hoje.

antes que essa autonomia institucional possa ser implantada com realismo e eficácia, a própria universidade tem que sofrer modificações administrativas para desenvolver mecanismos de controle internos, que lhe permitiriam exercer, com juízo e segurança, uma independência acadêmica e financeira que no momento não existe, por estar tudo controlado, em última instância, pelo Poder Executivo do Estado (Atcon, 1966, p. 13).

Na realidade Pan-amazônica, mesmo na condição de uma região transnacional<sup>26</sup>, à educação coube formar profissionais para o mercado de trabalho, com pouca capacidade protagônica de emancipação que levasse à promoção de um modelo de desenvolvimento endógeno e independente. O capitalismo avança e, junto com ele, segue um desenvolvimento predatório em uma região sob constante ameaça, sendo atacada em todas as dimensões.

---

26 A Pan-Amazônia é formada pelos países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Guiana francesa.

Para Morosini e Nascimento (2017, p. 20), ao analisar teses e dissertações sobre a internacionalização no Brasil, concluíram que “a dimensão institucional identifica uma visão positiva da internacionalização, mas, ao mesmo tempo, um desconhecimento do processo organizacional para tal e o levantamento dos desafios que se colocam”. A produção e o crescimento da estratégia assim se estabelecem:

Mesmo que a incidência da produção no país seja pequena, carrega uma visão positiva e possibilita prever o crescimento da importância da internacionalização na educação. Esse fato é acirrado pela força do Estado nas determinações do Ensino Superior no país e se reflete nos marcos regulatórios nacionais (Morosini; Nascimento, 2017, p. 3).

Se a produção no Brasil é pequena, na Amazônia é ainda menor frente a uma necessidade cada vez maior de fazer valer a voz dos povos desta região. O saber amazônida precisa ser desenvolvido para que o crescimento socioeconômico e a proteção do meio ambiente sejam efetivos.

Por outro lado, há uma história sobre a internacionalização que precisa ser considerada. Esta movimentação da internacionalização da educação vem sendo destacada nos documentos oficiais dos Governos como os Planos Nacional de Educação (PNE), focadamente o do período de 2014-2024 (Brasil, 2014), sendo apresentada, inclusive, como critério de qualidade para avaliar programas de pós-graduação.

No Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020, componente integrante do PNE, destina-se um capítulo para tratar da “Internacionalização Da Pós-Graduação e a Cooperação Internacional”. Parte do exame da produção científica, enquanto medida da presença internacional da ciência brasileira, para posteriormente abordar as ações e mecanismos de cooperação internacional brasileira e suas sinergias com as atividades de publicação (BRASIL, 2010), estimula a internacionalização da educação quando recomenda a ampliação de cursos e atividades da pós-graduação, no sentido de buscar excelência e novos conhecimentos, evitando a endogenia, além de promover o crescimento da ciência e o protagonismo do país no cenário internacional.

Como forma de atingir resultados, propõe-se a intensa interação entre instituições brasileiras e internacionais, e sugere-se o envio de estudantes para o doutorado internacional, “em vista da dinamização do sistema e da captação do conhecimento novo; o estímulo à atração de mais alunos e pesquisadores visitantes estrangeiros; o aumento do número de publicações com instituições estrangeiras” (Brasil, 2010, p. 303).



Este Plano Nacional justifica a expansão da cooperação internacional como uma das grandes metas, uma vez que:

[...] grandes universidades do mundo contam em seus quadros com 20% de estudantes estrangeiros. No conjunto das universidades brasileiras, segundo dados da Polícia Federal, entre 2006 e 2010, o número alunos estrangeiros saltou de 934 a 2.278, ou seja, cresceu 144%; mas esse número ainda é insignificante se comparado com o universo dos estudantes (Brasil, 2010, p. 21).

O Relatório 2019 da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 propõe cinco dimensões para avaliação dos Programas de Pós-graduação, dentre estes a Internacionalização. O referido documento alerta que a internacionalização deve ser um meio para o fortalecer programas, seus autores, e impulsionar o número de projetos e colaborações internacionais.

A internacionalização efetiva e enriquecedora de um programa deve ser representada por um conjunto de ações consertadas, fruto da reflexão dos seus membros e que, juntas, devem servir, entre outros, para alargar as fronteiras das pesquisas daquele programa, expandir o conhecimento e a experiência profissional de seus estudantes e demais atores e aumentar a visibilidade da produção do programa (CAPES, 2020, p. 18).

O documento aborda as condições institucionais e ressalta a importância de avaliar as ações e condições para incorporar avanços a partir da cooperação internacional, que levaram o programa a se tornar competitivo no cenário internacional, considerando os seguintes indicadores.

**Quadro 4 -** Indicadores de Internacionalização Considerados no PNPG 2011 – 2020.

Ordem	Indicadores
1	alinhamento das ações e estratégias de internacionalização do PNPG ao planejamento estratégico institucional;
2	estratégias e ações institucionais que contribuam para criar um ambiente de internacionalização;
3	existência de unidade de relações internacionais responsável por convênios e acordos bilaterais e multilaterais, que sejam capazes de apoiar a recepção de docentes e discentes estrangeiros;
4	existência de políticas e práticas institucionais para acolher discentes, pesquisadores e docentes estrangeiros, bem como incorporar em seu quadro permanente profissionais estrangeiros;
5	oferecimento de disciplinas e atividades acadêmicas em língua inglesa.

**Fonte:** CAPES (2020, p. 20).

Os demais PNPG assim abordaram a Internacionalização da Educação / Cooperação Internacional:

**Quadro 5** - Referência à Internacionalização nos PNPGs

<b>PNPG</b>	<b>ABORDAGENS</b>
2005 - 2010	Dentre as Propostas de Diretrizes Gerais está a Políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior.
1986 - 1989	Destaca a necessidade do fortalecimento e continuidade dos programas de cooperação técnica internacional que viabilizam o intercâmbio de docentes e pesquisadores objetivando o desenvolvimento de projetos comuns de ensino e pesquisa. Assim, os projetos de cooperação internacional devem ser articulados com os de cooperação nacional, para melhor aproveitamento de seus benefícios.
1982 - 1985	Não faz referência à internacionalização da educação e cooperação internacional.
1975 - 1979	Dá ênfase na formação de doutores no exterior justificada pela urgência com que determinadas áreas precisam para ter seus primeiros núcleos de pesquisa constituídos. Destaca que o atraso e a insuficiência deste apoio ao pessoal e instituições poderá agravar as deficiências de muitos setores nacionais. É prevista a titulação de aproximadamente 1.400 brasileiros que se encontravam no exterior cursando pós-graduação na época da construção deste Plano. É estimada a concessão de 7.650 bolsas-ano no exterior, assim distribuídas: 1975: 400; 1976: 950; 1977: 1.650; 1978:2.100; e 1979: 2.550 bolsas.

**Fonte:** CAPES – I, II, III, IV PNPGs (1974, 1981, 1985, 2004).

A Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024), também aponta estratégias específicas no que diz respeito à Política Brasileira de internacionalização, e considera as seguintes metas.

**Quadro 6** - Metas do PNE 2014-2024 relacionadas à internacionalização da educação

<b>ITEM</b>	<b>META</b>
12.12.	Consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;
14.9	Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;
14.10	Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;
14.13.	Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, instituições de educação superior (IES) e demais instituições científicas e tecnológicas (ICTs).

**Fonte:** Brasil (2014, p. 25).

Nos Órgãos do Governo Federal de atenção à Internacionalização a Educação, cita-se o Ministério das Relações Exteriores (MRE), focadamente a Divisão de Cooperação Educacional (DCE), que tem dentre as principais atribuições:

[...]- acompanhar e orientar a política externa em relação à cooperação educacional do Brasil com o mundo; tratar, em articulação com os órgãos públicos e privados competentes e em coordenação com as demais divisões interessadas, dos temas relativos à agenda do setor de educação no plano internacional, nos níveis bilateral, regional e nos foros multilaterais, auxiliando também na preparação da participação brasileira em comissões e subcomissões que tratem de matérias educacionais; [...] (GOV. BR, 2021, não paginado).

No MEC, o organograma apresenta a Secretaria de Educação Superior, com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior, e no âmbito desta a Coordenação Geral de Assuntos Internacionais da Educação Superior (CGAI/DIFES/SESu/MEC). Na relação internacional da educação, o Ministério da Educação distribui a competência entre diferentes Secretarias e Diretorias, conforme tabela abaixo.

**Quadro 7 - Secretarias e Diretorias do MEC que Tratam da Internacionalização**

<b>Art. 3º Ao Gabinete compete:</b>	
VI	<b>Acompanhar as atividades que, em âmbito internacional, contribuam para a atuação institucional do Ministério da Educação</b> , em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal.
<b>Art. 16. À Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica compete:</b>	
II	Formular, coordenar e implementar programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, especialmente em relação à integração com o ensino médio, à educação de jovens e adultos, à inovação, à internacionalização, à educação a distância, à difusão do uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores;
<b>Art. 18. À Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica compete:</b>	
I	Formular e apoiar programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à educação de jovens e adultos, à inovação, à <b>internacionalização</b> , à educação a distância, à difusão do uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas;
<b>Art. 19. À Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica compete:</b>	
II	Fomentar programas e ações destinados ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, especialmente em relação à integração com o ensino médio, à educação de jovens e adultos, à inovação, à <b>internacionalização</b> , à educação a distância, à difusão do uso das tecnologias educacionais e à certificação profissional de trabalhadores, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas;
<b>Art. 20. À Secretaria de Educação Superior compete:</b>	
X	Incentivar e apoiar a capacitação das instituições de educação superior para <b>desenvolverem programas de cooperação internacional</b> , a fim de proporcionar o aumento do intercâmbio de pessoas e de conhecimentos e <b>dar maior visibilidade internacional à educação superior do País</b> ;
XII	<b>Estabelecer políticas e programas destinados à internacionalização</b> no âmbito da educação superior, <b>articuladas com o PNE</b> e com os demais níveis de ensino;
XVI	Estimular e fomentar inovações pedagógicas e institucionais na formação dos perfis profissionais de conclusão dos cursos superiores, <b>alinhados às demandas e exigências do desenvolvimento nacional no contexto nacional e internacional</b> , inclusive por meio de premiações;

<b>Art. 22. À Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior compete:</b>	
IX	Realizar, fomentar, atualizar e divulgar estudos relativos a inovações pedagógicas e institucionais e à atualização dos perfis profissionais de conclusão dos cursos superiores pelas instituições federais de educação superior, em alinhamento com as demandas do setor produtivo para o desenvolvimento nacional no contexto de internacionalização;
XVII	Apoiar ações de internacionalização da rede de instituições federais de educação superior que fortaleçam a sua institucionalidade e estimulem parcerias com instituições científicas e educacionais;
XIX	Auxiliar na execução da política de validação de diplomas estrangeiros de graduação e promover a cooperação entre países para a validação de diplomas brasileiros no exterior;
XX	Estabelecer e executar políticas de fomento à capacitação dos estudantes do ensino superior em língua estrangeira, com foco na produção acadêmica para publicações internacionais.
<b>Art. 24. À Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior compete:</b>	
IX	Articular-se, em sua área de atuação, com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais, por meio de ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.

**Fonte:** Brasil - Decreto nº 10.195 (30 dez. 2019).

Embora haja toda a referência nos documentos brasileiros, não foram identificadas em pesquisas nas Universidades na Amazônia Brasileira acúmulos em estudos, pesquisas e práticas inovadoras de internacionalização da educação superior na Região. Conforme quadro a seguir, observa-se que em todas as Universidades Federais da Amazônia Brasileira há setores ou assessorias ligadas à internacionalização com diferentes missões e ações, e algumas delas interinstitucionais, relacionando tanto as ações de níveis nacionais com as internacionais.

**Quadro 8-** Setores de Internacionalização das Universidades na Amazônia

Universidade	Estado	Sector de Internacionalização na Universidade
UFPA	PA	Pró-Reitoria de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pará (PROINTER)
UFMT	MT	Secretaria de Relações internacionais (SECRI)
UFMA	MA	Diretoria de Internacionalização (DIN)
UFAM	AM	Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais - ARII
UFT	TO	Coordenação de Relações Internacionais
UNIR	RO	Assessoria de Relações Institucionais
UFRA	PA	Assessoria de Cooperação Interinstitucional e Internacional (ACII)
UFOPA	PA	Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais-ARNI
UFAC	AC	Assessoria de Cooperação Interinstitucional
UFRR	RR	Coordenação de Relações Internacionais - CRINT
UNIFAP	AP	Pró-Reitoria de Cooperação e Relações Interinstitucionais (PROCRI)
UNIFESSPA	PA	Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais – ARNI

**Fonte:** Sítios Institucionais das Universidades (2023). Elaborado pela autora.

De forma complementar, a pesquisa RUF, em 2019, analisou 197 universidades públicas e privadas do Brasil, utilizando dados nacionais e internacionais, considerando cinco aspectos: pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação, cujos resultados seguem abaixo. Especialmente no aspecto “Internacionalização”, que corresponde 4% da pesquisa, são considerados dois componentes: 1) citações internacionais por docente, com média de citações internacionais pelos trabalhos dos docentes; e 2) publicações em coautoria internacional, com percentual de publicações em parceria com pesquisadores estrangeiros. A base de dados, neste aspecto, é *Web of Science*, considerando de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações.

Conforme pode ser observado a seguir, ao fazer o recorte com os dados das Universidades Federais sediadas na Amazônia Legal Brasileira, pode-se observar que a UFPA tem a melhor posição na Internalização, e nesta posição ainda se encontra abaixo de 28 instituições no ranking geral e de 31 posições em internacionalização.

**Quadro 9 - Ranking Geral das Universidades da Amazônia na Internacionalização**

Ranking Geral	Instituição	Estado	POSIÇÃO				
			Ensino	Pesquisa	Mercado	Inovação	Internacionalização
29	UFPA	PA	44	34	25	17	32
33	UFMT	MT	39	43	33	93	71
51	UFMA	MA	65	58	56	54	89
60	UFAM	AM	84	62	56	44	80
115	UFT	TO	150	90	88	72	110
125	UNIR	RO	135	108	104	156	106
129	UFRA	PA	142	78	176	67	104
135	Ufopa	PA	141	82	189	132	37
140	UFAC	AC	159	84	176	116	64
155	UFRR	RR	122	141	153		155
156	UNIFAP	AP	148	117	176	153	121
182	Unifesspa	PA	136	181	189	91	180

**Fonte:** RUF (2022). Elaborado pela autora.

Neste sentido, “à luz das atuais crises ambientais, políticas, econômicas e sanitárias em nível global, prevê-se que diferentes formas de mobilidade internacional de programas e

provedores aumentem em importância, escala e alcance” (Knight, 2020, p.15). Há que buscar reformas nas Universidades da Amazônia, para além das propostas que chegam de forma massificada.

Atores como Docentes e Discentes, Autoridades Constituídas e a Comunidade Local e Internacional devem ser envolvidas e com maior empenho. Não há como impor. Qualquer alteração em espaço acadêmico realizada de forma massificada, pouco democrática, exógena, não têm obtido sucesso nenhum. Observa-se que processo exitosos, foram realizados a partir de diálogos contínuos, de debates com os envolvimento de todos os envolvidos em estratégias de implementação de qualquer reforma.

Como iniciativa de internacionalização, a UFPA, por meio do NAEA, tem apoiado a política externa brasileira de ensino superior e de integração regional, com a implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), colocando o Brasil e a Amazônia como protagonistas no cenário da Internacionalização e geopolítica mundial, conforme o subcapítulo a seguir.

### **2.3 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e a Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**

As universidades federais brasileiras, UNILA e UNILAB, espaços acadêmicos de política externa brasileira de educação superior e de relações exteriores com base no princípio da solidariedade, em contraposição a concepção de educação superior como mercadoria e negócio, tem foco na integração regional e políticas afirmativas de integração e internacionalização da educação superior criadas, respectivamente, nos anos 2009 e 2010.

A UNILA, criada pela Lei Nº 12.189/10, é uma autárquica vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa e promover a extensão universitária. Tem como missão específica formar recursos humanos aptos para contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. “A Unila caracterizará sua atuação nas regiões de fronteira, com vocação para o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do Mercosul e com os demais países da América Latina” (Brasil, Lei n. 12.189, 2010).

Esta Universidade Federal oferece 29 cursos na graduação, além de especialização, mestrado e doutorado. A seleção ocorre uma vez por ano, com diferentes formas de ingresso:

regular para brasileiros(as), para estrangeiros(as), para indígenas, vagas remanescentes e vagas ociosas. A UNILAB, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, com sede na cidade de Redenção, estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289/10 e instalada em 25/05/2011.

De acordo com a legislação, tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas e promover a extensão universitária, e sua missão institucional é formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, promovendo o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

A Unilab caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP (Brasil, Lei n. 12.189, 2010, não paginado).

A Lei estabelece que os cursos da UNILAB serão ministrados considerando as áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente os africanos, com ênfase em temas: formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas e a estrutura organizacional e a forma de funcionamento deve observar o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. De acordo com a Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA), até outubro de 2017, foram matriculados 6.803 estudantes nos cursos de graduação, pós-graduação, presencial e à distância. Nos cursos presenciais, foram registrados 3.995 estudantes, por nacionalidade: Brasil, 2.964; Guiné-Bissau, 622; Angola, 151; Cabo Verde, 91; São Tomé e Príncipe, 84; Timor-Leste, 51; e Moçambique, 32. Na pós-graduação *stricto sensu* presencial: 102. E em cursos à distância: pós-graduação *lato sensu*, 914; e pós-graduação *lato sensu* à distância, 1.792.

Implantadas no âmbito da globalização e voltadas para a promoção da cooperação acadêmica com continentes e países do hemisfério Sul, o Brasil buscava consolidar a liderança e potência do país neste Hemisfério, dada a centralidade de suas ações na geopolítica do Atlântico Sul, ofertando a internacionalização da educação superior para formar e qualificar pessoas e produção científica a partir do sistema educacional universitário brasileiro. Neste sentido, pode-se afirmar que se trata de duas universidades estratégicas da produção do conhecimento e da promoção da justiça social.

Por outro lado, observam-se as diferentes contradições estabelecidas com a implantação

de tais universidades no Brasil. No sítio da UNILA<sup>27</sup>, ao apresentar o acordo de cooperação assinado entre as duas instituições de ensino superior – UNILA e UNILAB, é assim noticiada a cooperação: “As duas têm ambições quase utópicas, e desafios igualmente grandes – ao mesmo tempo em que se instalam no interior, visam o além-fronteiras. E, em meio a um cenário de crise para as universidades públicas brasileiras, as adversidades tornam-se ainda maiores”.

Na época da implantação de tais universidades, o Brasil enfrentava, e ainda enfrenta, grandes desafios como altas desistências dos cursos, despreparo de alguns professores e técnicos contratados, produção científica de baixa qualidade, orçamento público reduzido, manutenção de pessoas, principalmente as mais vulneráveis, nas universidades, incorporação de saberes populares, dentre outros fatores. Estas universidades, que representem importante projeto de desenvolvimento e trazem a perspectiva de formação de uma sociedade mais forte, de integração regional, descolonização cultural e de valorização dos saberes, construindo e ampliando mecanismos de cooperação solidários, desenvolvendo políticas de cooperação, devem garantir não somente a integração regional, mas a interiorização e a internacionalização da educação superior, com políticas de cooperação efetivas e viáveis, considerando todos os desafios e limitações.

A relação de cooperação internacional educacional estabelecida é também justificada pelo governo federal como importantes para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Brasil, uma vez que com maior nível e qualidade educacional, cultural e social, os países aumentam as possibilidades de desenvolver melhores tecnologias, atrair investimentos, fortalecer intercâmbios de experiências e lições aprendidas, o que contribui para a integração e o desenvolvimento.

Neste fluxo, é importante ter em mente as diferentes iniciativas já realizadas visando à integração da região e a busca por um desenvolvimento que precisa considerar o fator Amazônico, para ser mais justo e equilibrado quando comparado ao resto do mundo e entre os países que formam a região. Realizado por meio de diferentes formas de cooperação, com diversos atores para que as políticas públicas sejam eficientes e efetivas e para que haja um forte sistema de governança e governabilidade. Neste sentido há que se realizar políticas públicas, programas e projetos de desenvolvimento que sejam elaborados com a participação das Universidades e não somente parcerias internacionais que as universidades executem.

---

27 Disponível em: <https://portal.unila.edu.br/noticias/unila-e-unilab-assinam-protocolo-de-intencoes-para-acoes-conjuntas>. 23 mar. 2021.



### 3 DESENVOLVIMENTO (SUSTENTÁVEL) NA AMAZÔNIA

#### 3.1 Desenvolvimento: Processos e Conceitos

Ao longo da história, o desenvolvimento tem sido buscado, quer como crescimento, como progresso ou outro conceito dado pela ciência de acordo com a geração do conhecimento.

Considero, portanto, desenvolvimento econômico e crescimento duas expressões sinônimas. Desenvolvimento sem o adjetivo econômico poderá ser algo mais amplo e melhor, poderá ser uma palavra para exprimir um conceito correlato ao de progresso. Desenvolvimento econômico implica não apenas aumento da renda per capita, mas transformações estruturais da economia (Bresser-Pereira, 2008, p. 4).

Para Bresser-Pereira (2008, p. 1), desenvolvimento econômico é o “processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de bem-estar de uma determinada sociedade”. Ele trata o desenvolvimento como crescimento econômico enquanto fenômeno histórico, entretanto, aceita que muitos autores tratem com distinção tais conceitos, isto porque, desenvolvimento, para os demais autores, seria considerado “normativamente bom, ou porque envolveria mudanças estruturais na economia e na sociedade, enquanto que o simples crescimento da renda por habitante não” (Bresser-Pereira, 2008, p. 2).

Bresser-Pereira (2008) ainda analisa o processo histórico e o desenvolvimento econômico a partir do ponto de vista moral, e destaca a necessidade de reconhecer que alguns deles, em determinado período, são acompanhados de desenvolvimento social, o que ele chama de melhoria na distribuição, e político, o avanço na democracia. Quando não ocorre o desenvolvimento social e político, não é por isso que o desenvolvimento econômico será descaracterizado.

A busca por um progresso que levasse ao desenvolvimento efetivamente sustentável, humano, inclusivo ou qualquer outro objetivo não é nova, entretanto, tal desenvolvimento ainda não é uma realidade, especialmente nos países periféricos, como o Brasil, e na Amazônia.

Com o fim da guerra e a criação das Nações Unidas, reconheceu-se, porém, que muitos países tinham ficado atrasados em relação a algumas nações industrializadas, e a ideia de desenvolvimento surgiu como substituta ou nova designação para o progresso, agora com forte viés econômico (Bresser-Pereira, 2014, p. 33).

Para Bresser-Pereira (2014), embora o progresso não tivesse correspondido às expectativas e esperanças da população, estas realmente tiveram uma melhoria em seus

padrões de vida, “o que confirmou que o desenvolvimento era possível” (Bresser-Pereira, 2014, p. 33).

O autor trata progresso e desenvolvimento como modernos: “o progresso é um conceito do Iluminismo do século XVIII, quando a França e a Inglaterra estavam envolvidas em sua Revolução Capitalista; o desenvolvimento, um conceito do pós-Segunda Guerra Mundial”(Bresser-Pereira, 2014, p. 35). Ele afirma que em ambos os casos os termos sempre tiveram envolvidos com a Revolução Capitalista. Desta forma, embora com origens diferentes, o autor estabelece como equivalentes os conceitos de desenvolvimento humano e progresso e assim desenvolve sua tese:

O desenvolvimento humano ou progresso é o processo histórico pelo qual as sociedades nacionais alcançam seus objetivos políticos de segurança, liberdade, avanço material, redução da injustiça social e proteção do meio ambiente a partir do momento em que realizam sua Revolução Capitalista (Bresser-Pereira, 2014, p. 36).

Quando a liberdade é, ao mesmo tempo fim e meio do desenvolvimento (Sen, 2000), o desenvolvimento então consiste “no processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (Sen, 2000, p.17), sendo fatores limitadores desta privação a “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social, sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2000, p.17). Então, a ausência de liberdade está relacionada com a pobreza, que rouba das pessoas a possibilidade de estarem alimentadas, nutridas satisfatoriamente, obterem remédios e tratamento para suas doenças, de se vestirem, morarem apropriado e terem acesso à água potável e saneamento básico.

Para Sen (2000), há restrições impostas à liberdade de participação na vida social, política e econômica da própria comunidade. “O exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação” (Sen, 2000, p.24). Dessa forma, são elencados cinco tipos de direitos, oportunidades ou liberdades que ajudam a promover a capacidade de uma pessoa: liberdades políticas (liberdade de expressão e eleições); facilidades econômicas (participação no comércio e na produção); oportunidades sociais (serviços de educação e saúde); garantias de transparências; e segurança protetora.

Para o historiador e filólogo irlandês J. B. Bury (2013 (1920)), a ideia de progresso humano baseia-se numa interpretação de história que considera os homens avançando lentamente em uma direção definida, desejável e contínua. É uma condição para a felicidade, o que justifica todo o processo de civilização, caso contrário, a direção não seria desejável. O

processo deve ser condição necessária para o alcance do resultado da natureza psíquica e social do homem e não deve ficar à mercê de nenhuma vontade externa, caso contrário, a ideia de progresso deveria ser trocada pela ideia da providência.

Ao longo da história econômica, verifica-se que o Brasil e os demais países da América Latina cresceram sem uma grande revolução capitalista e o progresso social e o meio ambiente ficaram ameaçados.

No Brasil, “a nação brasileira foi capaz de usar o Estado como instrumento de definição e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento, na qual a intervenção do próprio Estado foi significativa” (Bresser-Pereira, 2006, p. 6). O Estado não substituiu o mercado, mas foi fortalecido e possibilitou que as empresas pudessem investir e inovar.

Para Castro (2019, p. 25), “as teorias do desenvolvimento, do subdesenvolvimento, da dependência, e da marginalidade, entre tantas outras interpretações que tencionam o campo do desenvolvimento, determinaram os discursos no século XX”.

Entretanto, foram os economistas latino-americanos e internacionais que formularam a teoria econômica do desenvolvimento (development economics) que usaram “...as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais” (Bresser-Pereira, 2006, p. 6).

Na década de 1940, os danos que o rápido crescimento econômico causou ao meio ambiente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, já era pauta de discussão mundial. A política social nesta época era pouco desenvolvida. No Brasil, os benefícios trabalhistas como férias remuneradas, indenização por demissões, salário-mínimo, jornada de trabalho de 48 horas, sistema previdenciário e de saúde eram oferecidos pelo Estado como projeto de desenvolvimento e políticas sociais, embora limitados aos trabalhadores urbanos. A população rural não tinha o mesmo direito.

Nos anos 1960, a necessidade de manter conservado o meio ambiente tornou-se um fenômeno global, mas foi na década de 1970 que as discussões em torno dos temas ambiental, social e crescimento econômico ampliaram no cenário internacional. “Nesse período, houve diferentes propostas para a internacionalização da região amazônica, como consequência das críticas sobre o uso dos recursos naturais da região” (Ninõ, 2017, p. 18).

Assim, nas décadas de 1960 e 1970, como forma de desenvolvimento, a política econômica objetivava a concentração de renda para fortalecer a classe média e o mercado interno, desenvolvendo as indústrias de bens e consumo duráveis, que impactaria no aumento do nível de emprego e em outros setores produtivos, viabilizando o crescimento econômico.

Muitos governos na América Latina focados no desenvolvimento econômico, reduziram os esforços para proteger o meio ambiente, o que levou parte da região à tensão internacional. Além dos problemas com o meio ambiente, a região ainda enfrentava a alta migração do campo para as cidades, que geravam pobreza, desemprego e violência.

Na década de 1970, foram criados os Programas de Integração Nacional-PIN (1970) e Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste PROTERRA (1971):

O processo de desenvolvimento da Amazônia e do Acre está diretamente vinculado ao processo de desenvolvimento executado pelos governos militares na época do “Milagre Econômico”. Com o slogan “integrar para não entregar”, e objetivando promover a ocupação dos espaços vazios da Amazônia, o Estado promoveu um conjunto de políticas públicas, buscando realizar uma integração geográfica e econômica (Cavalcanti, 2015, p. 57).

Neste Contexto, o prof. Dr. Aragón Vaca (2019), rememora a época de criação do NAEA:

O conceito de desenvolvimento restringia-se, portanto, somente à dimensão econômica, deixando de lado outras dimensões. Era uma concepção derivada da revolução industrial quando a própria visão de mundo muda radicalmente, passando de uma visão fundamentada na fé, para uma visão racional onde a ciência é considerada capaz de resolver todos os problemas da sociedade (Aragón, 2019, p. 12).

Para o intelectual, o NAEA é criado como reação à visão iluminista da ciência e do desenvolvimento vigente e dominante nas universidades na época (Aragón, 2019). O NAEA deveria formar profissionais que respondessem à necessidade de promover políticas públicas de desenvolvimento em uma região carente de profissionais e de resultados concretos.

A escola econômica estruturalista equiparou desenvolvimento ao crescimento econômico. No raciocínio estruturalista,

embora crescimento econômico não seja por si só desenvolvimento por via de mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, ele é condição para que este desenvolvimento aconteça... são consideradas sociedades desenvolvidas e sociedades em desenvolvimento aquelas que são capazes de produzir continuamente e na mesma proporção de atendimento das necessidades das coletividades que também se multiplicam ao longo da história (Dias Sobrinho, 2013, p. 15).

Por esse motivo, justifica o pesquisador que os países buscam o crescimento econômico para o combate à pobreza e para promover o desenvolvimento social. O limite estava na concentração da renda.

A teoria estruturalista levou à reflexão de que países como Brasil e outros da Pan-Amazônia têm apresentado crescimento econômico, mas as mudanças nas condições de vida e na renda das pessoas, resultado do crescimento econômico, gera renda e está concentrada em poucos e a exclusão social é observada em grandes camadas populacionais.

Chambers (1997, p. 9, tradução nossa) esclarece que “diante de muitas dimensões mutáveis, a tentação é simplificar ou desesperar. A ambiguidade, a diversidade e a realidade plural podem ser difíceis de tolerar”. É fato que a contradição reside na má distribuição da renda e no aumento da pobreza e extrema pobreza.

Assim, ao abordar a evolução de consensos, Chambers (1997) destaca que palavras, conceitos e frases cresceram gradualmente e mesmo em condições de debates voláteis e turbulentos, chegou-se à conclusão de que há de se colocar as pessoas em primeiro lugar e não a economia.

Essa conclusão, inclusive, foi título de pelo menos dois livros, Cernea (1985) e Burkey (1993), isso porque a centralidade do desenvolvimento, na escola econômica estruturalista, tem sido a economia e não as pessoas.

O que se produz afeta a qualidade de vida das pessoas. Então, a manutenção da pobreza, da extrema pobreza, da exclusão e da desigualdade social apontam para um crescimento econômico que não tem foco nas pessoas, porque não chega em todas as pessoas, não há distribuição na renda, o que é contraditório.

Neste sentido, a reflexão de Chambers (1997) vai na direção de que a grande mudança ocorrida nas prioridades das Organizações, no pensamento intelectual e nas capacidades dos seres humanos de escolherem o que querem deve estar no foco na pessoa. “Em consonância com essa mudança, cinco palavras, tomadas em conjunto, parecem capturar e expressar muito de um consenso emergente. Estes são **bem-estar, qualidade de vida, capacidade, equidade e sustentabilidade**” (Chambers, 1997, p. 9, grifo nosso).

Não se descarta a renda, que é importante para a promoção do desenvolvimento, mas esta deve ser um meio para se alcançar o desenvolvimento e não o resultado final. É o que se espera para a Pan-Amazônia e os demais países em desenvolvimento.

Dessa forma, o enfoque do desenvolvimento muda de perspectiva, do crescimento econômico (a renda) para o desenvolvimento humano (a pessoa), este baseado nas oportunidades e capacidades das pessoas de escolher o que querem ser para que vivam com melhor qualidade de vida e de acordo com os seus objetivos, diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que foca os recursos que a Sociedade pode gerar. Ao abordar “qualidade de vida”, concorda-se que:

Qualidade de vida é um conceito abstrato, subjetivo e dependente do tempo histórico e da forma como cada indivíduo e cada coletividade se inserem e se relacionam com a sociedade na qual estão inseridos. Trata-se de um conceito diretamente relacionado com a percepção que cada indivíduo e coletividade têm de si e dos outros, do mundo interno e de seu redor. Qualidade de vida pode ser avaliada por critérios diferenciados, objetivos e subjetivos, e valorizados consoante às circunstâncias em que cada indivíduo se encontra (Dias Sobrinho, 2013, p. 16).

Para medir o desenvolvimento humano de determinado grupo, foi criado pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que combina três componentes básicos: a longevidade, a educação e a renda. Lançado pela ONU/PNUD em 1990, passaram a apresentar os resultados nos Relatórios de Desenvolvimento Humano do PNUD, desde 1990. Até então, o indicador utilizado para medir o desenvolvimento era o PIB per capita, que considerava apenas a dimensão econômica do desenvolvimento.

O IDH possibilitou e vem ampliando o debate sobre o desenvolvimento considerando outros aspectos além da renda. Ao longo dos anos, vem sendo atualizado no sentido estar cada vez mais alinhado ao nível de bem-estar das nações. Contribuindo com o reconhecimento da necessidade de interconexão global.

As discussões sobre desenvolvimento não se esgotam com a adjetivação no desenvolvimento humano. Há inúmeras outras já propostas como desenvolvimento inclusivo, sustentável, sustentado, includente, ecodesenvolvimento, dentre outros.

O debate sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável ocorreu na década de 1970, no mesmo período de construção ideológica e Legal do NAEA, da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrido em Estocolmo em 1972, e os estudos de Meadows *et al.* (1972).

Quando dos primeiros anos do NAEA, Aragón (2019) recorda que eles coincidem com

uma série de acontecimentos em nível mundial que questionavam o processo de desenvolvimento em curso, fundamentado na aceleração do crescimento econômico e a exploração predatória da natureza, e demandavam a incorporação da dimensão ambiental como componente fundamental nos modelos de desenvolvimento. Essas ideias em circulação em nível global foram paulatinamente absorvidas nos programas do NAEA, quando se debatiam as políticas de integração e desenvolvimento da Amazônia e se buscavam alternativas ao processo em andamento (Aragón, 2019, p. 16).

No estudo dirigido pelo Prof. Dennis Meadows, em 1972, intitulado “Os Limites do Crescimento” – conhecido também como Relatório do Clube de Roma, em que está sistematizada a primeira fase do projeto do Clube de Roma, cujo objetivo era examinar os problemas que afligiam os povos de todas as nações –, foram examinados cinco fatores que poderiam limitar o crescimento global: população, produção agrícola, recursos naturais,

produção industrial e poluição.

O resultado da pesquisa na primeira fase respondeu aos problemas globais.

Que métodos possui a humanidade para resolver problemas globais, e quais serão os resultados e os custos do emprego de cada um deles? Estas são as questões que estivemos investigando na primeira fase do Projeto do Clube de Roma sobre os Dilemas da Humanidade (Meadows *et al.*, 1972, p. 15).

Há que se ter em mente que no contexto mundial a situação era de catástrofe ambiental causada pelo crescimento econômico com quase esgotamento dos recursos naturais do planeta, e os estudos de Meadows *et al.* (1972) afirmaram que para o alcance do desenvolvimento, há uma grande carga de trabalho que precisa ser realizada em diversos campos de estudo, e em vários países, para que se ampliem os horizontes de espaço e de tempo e que todos estejam juntos na compreensão e na preparação para uma época de grande transição uma vez que:

O problema global do desenvolvimento está tão intimamente ligado a outros problemas globais, que uma estratégia geral deve ser desenvolvida para atacar todos os grandes problemas, incluindo especialmente aqueles que dizem respeito à relação do homem com seu meio ambiente (Meadows *et al.*, 1972, p. 187).

Meadows *et al.* (1972, p.188) propõe que “a estratégia para lidar com os dois problemas-chave, desenvolvimento e meio ambiente, deve ser concebida como sendo apenas uma”, pois o alcance do desenvolvimento passa por medidas internacionais planejadas e ajustadas conjuntamente a longo prazo, com o empenho de todos, independentemente de cultura, sistema econômico ou nível de conhecimento.

A responsabilidade maior deve ser das nações mais desenvolvidas, não por terem melhor visão e sentimento humanitário, mas por terem propagado o crescimento, serem tidas como fonte do progresso e, desta forma, à medida que entenderem melhor as condições de funcionamento do sistema mundial, compreenderão que em um mundo em desequilíbrio, seus altos níveis de desenvolvimento serão justificados e tolerados se servirem como plataformas para organizar uma distribuição mundial mais equitativa e não para alcançar níveis mais altos da riqueza e renda.

Nesse sentido, na atualidade, as discussões com seus consensos e dissensos sobre desenvolvimento e seus diferentes adjetivos se mantêm em várias perspectivas e nas diversas partes do mundo, assim como no NAEA.

Em Estocolmo, no período de 5 a 16 de junho de 1972, a ONU realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, que resultou na Declaração da Conferência de ONU sobre Ambiente Humano.

Neste documento, foi proclamado que embora seja parte do meio ambiente que o sustenta e oportuniza o seu desenvolvimento, o homem transformou esse meio ambiente em uma escala sem precedentes.

A declaração afirma que nos países em desenvolvimento, segundo proclama a Declaração, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento, o que foi questionado, uma vez que não se pode afirmar que a pobreza leva ao subdesenvolvimento. Dentre as conclusões, está a de que, com um conhecimento mais profundo e uma ação mais prudente, é possível chegar em melhores condições de vida, em um meio ambiente mais de acordo com as necessidades e aspirações do homem. Para chegar à plenitude de sua liberdade dentro da natureza, e, em harmonia com ela, o homem deve aplicar seus conhecimentos para criar um meio ambiente melhor.

A Conferência efetivamente pautou a questão do meio ambiente como necessidade de atenção mundial, bem como reconheceu a importância da ciência e da tecnologia e levou à formação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) que tinha como missão coordenar as ações da ONU sobre o Meio Ambiente. Entretanto, o PNUMA não teve muito sucesso como programa das Nações Unidas, pois o Relatório de Brundtland (1987) desenvolveu e ampliou o conceito de Desenvolvimento Sustentável e a destruição do meio ambiente se manteve mesmo após a Conferência de Estocolmo de 1972.

Por outro lado, foi a partir da reunião do Conselho Administrativo do PNUMA que o Diretor Executivo Maurice F. Strong lançou para o mundo o termo “ecodesenvolvimento”, posteriormente trabalhado e divulgado por Ignacy Sachs, que se tornou um dos economistas reconhecidos mundialmente neste tema.

O título do livro de Ignacy Sachs (1986), *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, resume a ideia: um estilo de desenvolvimento onde o crescimento seja baseado nas próprias potencialidades naturais e culturais de um país ou região que enfatize o nível local, o autóctone, o desenvolvimento endógeno sem as amarras de dependências externas, a participação comunitária, e o equilíbrio ambiental, tudo com o propósito de elevar a qualidade de vida das sociedades envolvidas (Aragón, 2019, p. 18).

Ignacy Sachs, teórico estruturalista do desenvolvimento, ou macroeconomista estruturalista do desenvolvimento, se apresenta como ecossocioeconomista e contribuiu no conteúdo da Declaração da Conferência das Nações Unidas de Estocolmo, de 1972, além de ter participado da Rio92 e Rio+20 e da aula inaugural do Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA, em 16 de agosto de 1994.

Faz-se importante destacar que Aragón (2019), ao escrever paper comemorativo aos 45 anos do NAEA, afirma que o NAEA não foi resultado desta Conferência de Estocolmo,



Conforme ressalta Mendes (2011, p. 3): “[...]começou a circular a interpretação de que o NAEA foi como que um subproduto da Conferência Estocolmo 72. Nada mais equivocado[...] o NAEA foi concebido e partejado pela inteligência amazônica, motu proprio [...]”.

Sobre Desenvolvimento Sustentável, é o resultado de um trabalho encomendado pela ONU para uma Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de caráter independente presidida por Gro Harlen Brundtland. Neste trabalho, intitulado Relatório Brundtland – Ou Nosso Futuro Comum, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado, amplamente divulgado e colocado na agenda política mundial.

De acordo com o Relatório, o desenvolvimento sustentável é capaz de satisfazer as necessidades da geração atual sem prejudicar as necessidades futuras (Relatório de Brundtland, 1987). Brundtland tentou manter o desenvolvimento com o crescimento econômico, preservando o que havia do meio ambiente, sem que um destruísse o outro. Entretanto, o conceito deixou de lado a preocupações com as necessidades vigentes da população. Diferentes debates sobre desenvolvimento foram realizados a partir do tema, inclusive na relação com a educação formal: “o ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade da população em abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento” (Nações Unidas. Agenda 21. 1992. Artigo 36, Parágrafo 3).

Para Sachs (2004), o Desenvolvimento Sustentável acrescentou, para além da dimensão econômica e ambiental, uma outra dimensão, a da sustentabilidade social e, neste sentido, tem cinco pilares: social (tido fundamental), ambiental (como provedor de recursos e “recipientes” de resíduos), territorial (relacionado à distribuição espacial dos recursos, populações e atividades), econômico (como indispensável para que as coisas aconteçam) e político (governança democrática como valor fundador e instrumento de execução).

Por outro lado, há diferentes discursos contrários ao desenvolvimento sustentável. Em 2003, sob a chancela da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), foi lançada uma publicação internacional intitulada “Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável”, organizada por Marciolina Fernandes e Lemuel Guerra. Nesta obra, dentre as críticas ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, bem como as dificuldades técnicas e políticas de implementação desta forma de desenvolvimento, “ele tem, entre outros, o mérito de apontar erros cometidos no passado quanto às formas de encarar o progresso, o crescimento e o desenvolvimento econômico” (Almino, 2003, p. 41).

Para Redclift (2003), que também compõe a obra do contradiscurso, ao argumentar que sustentabilidade tem sempre existido entre aspas, acrescenta que:

As ligações entre o meio o meio ambiente, a justiça social e a governabilidade têm se tornado crescentemente vagas em alguns discursos de sustentabilidade, e que as relações estruturais entre o poder, a consciência e o meio ambiente têm sido gradualmente obscurecidas. Temos também observado que, na busca de uma visão mais inclusiva da sustentabilidade, a retórica política tem, frequentemente, substituído a discussão sobre as questões ambientais (Redclift, 2003, p. 48).

Ao buscar a promoção do desenvolvimento mais sustentável, afirma-se que a formação nas universidades não deve estar relacionada somente com o mercado, há de pensar os resultados da educação na formação de pessoas que sejam capazes de revolucionar e, assim, transformar o mundo.

Entretanto, há que se observar a necessidade de analisar e fortalecer a educação nos países receptores, pois “a possibilidade de transformar a cooperação em um mecanismo eficiente para transferir e gerar ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento depende da capacidade científica local para absorver, adaptar e ampliar o conhecimento transferido” (Aragón, 2017, p. 154).

Devido ao escopo e ritmo destas transformações, a sociedade tende paulatinamente a transformar-se em uma sociedade do conhecimento, de modo que a educação superior e a pesquisa atuam agora como componentes essenciais do desenvolvimento cultural e socioeconômico de indivíduos, comunidades e nações (UNESCO, 1998, p. 2).

Neste sentido, concorda-se com Dias (2017, p. 119) sobre a missão das universidades.

deve-se visar à formação de um cidadão consciente, que lutará, por todos os meios, por um desenvolvimento inclusivo, que não exclua nenhuma categoria de pessoa, e pela construção de uma sociedade mais justa. Para fazê-lo, a instituição deverá responder às necessidades das sociedades às quais esteja vinculada.

O desenvolvimento para a Amazônia deve passar, necessariamente, pela qualificação da educação superior e a capacidade do sujeito em elaborar políticas públicas, pois o desenvolvimento é resultado de políticas públicas qualificadas, financiadas, ou não, por organismos internacionais.

Afirma-se, então, ser importante ampliar e fomentar a educação para fortalecer as pessoas, não somente para a preparação para o mundo do trabalho, mas visando à promoção da cidadania e à redução da desigualdade para o desenvolvimento da formação crítica e o empoderamento destes.

Há que se investir no sistema de educação, não para fortalecer grupos dominantes, nem como fator predominante para que um profissional possa tão somente se desenvolver financeiramente e sim contribuir com o crescimento econômico, mas sim como postula Frigotto (1993,

p. 26): “a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho”, pois isso é necessário para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Caso contrário, o ciclo da pobreza aumenta e se fortalece com o crescimento econômico.

O desafio está, entretanto, no fato de que para os países doadores o fortalecimento da cidadania protagônica geraria mais um problema a ser enfrentado: a perda da hegemonia. Para os países periféricos, a certeza de que o desenvolvimento de forma rápida, baseada exclusivamente no crescimento econômico, concentra a renda em poucos e amplia a situação de pobreza e extrema pobreza que leva à fome. A democracia e a educação são fundamentais para o desenvolvimento.

Para a UNESCO (2016), uma abordagem mais humana e holística do ensino pode contribuir para alcançar um modelo de desenvolvimento com crescimento econômico, uma gestão ambientalmente responsável e orientados por princípios éticos e morais que levem à promoção da paz, inclusão e justiça social. Estes princípios se posicionam contrários à violência, à intolerância, à discriminação e à exclusão num processo de desenvolvimento.

No que se refere à educação e à aprendizagem, significa ir além da estreita visão utilitarista e economista, buscando integrar as múltiplas dimensões da existência humana. Essa abordagem enfatiza a inclusão de pessoas frequentemente discriminadas... Ela requer uma abordagem aberta e flexível à aprendizagem... uma abordagem que ofereça a todos a oportunidade de concretizar seu potencial para construir um futuro sustentável e uma vida digna. Essa abordagem humanista possui implicações para a definição de conteúdo de aprendizagem e as pedagogias utilizadas (UNESCO, 2016, p. 11).

No caso de democracias, é fundamental que os interesses em jogo sejam conhecidos publicamente e discutidos o mais amplamente possível com segmentos políticos, atores sociais e operadores econômicos (Milani, 2017, p. 3), e para isso a educação é fundamental.

### **3.2 Desenvolvimento na e para Amazônia**

No pós-guerra, a teoria desenvolvimentista afirmou que a industrialização, por meio do progresso técnico ligado ao processo produtivo, levaria à alta produtividade e, assim, o aumento da renda seria o caminho encontrado para que os países pudessem promover o desenvolvimento, superando a pobreza. Essa teoria, difundida no mundo, não considerou as diferenças entre os países. Dessa forma, as nações que consolidaram o desenvolvimento industrial estavam em posições bastante diferentes das nações de industrialização retardatária, como é o caso dos países Amazônicos. Esse contexto implicou e ainda implica no desenvolvimento da Região até

a atualidade.

Até hoje, a Amazônia não pode competir nos diferentes mercados internacionais com produtos inovadores porque, além da ausência de emprego de tecnologias inovadoras (as grandes empresas e países do norte investem bastantes na identificação de tecnologias inovadoras) tem uma economia retardatária, limitada no aprendizado tecnológico.

Na Amazônia, a abundância de matérias-primas existentes permanece uma ilusão, isto porque não são vendidas para a indústria local a preços mais baixos do que os predominantes no mercado internacional e as poucas indústrias locais ainda padecem com os descasos das políticas públicas e os baixos salários, que poderiam ser uma vantagem competitiva no mercado, mas deixam de ser vantajosos porque, além de não promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável, o avanço tecnológico nos países desenvolvidos eleva a produtividade e os elimina; as indústrias que necessitam de mão de obra ou até mesmo matéria-prima, buscam países ou regiões com salários mais baixos para montar suas fábricas, e ainda recebem benefícios fiscais.

Abordar o desenvolvimento na e para a Amazônia, há que se ter em mente os diversos conceitos, amplitudes, complexidades e os esforços que ainda hoje vêm sendo realizados para uma definição final de conceitos e diferentes olhares. Em Aragón (2013, p. 30), “a definição passou a depender de sua utilidade, e talvez nunca se chegue a uma definição única”. Neste sentido, conclui: “A Amazônia é um conjunto de ecossistemas com impacto realmente mundial, pelo qual o seu desenvolvimento sustentável assume a maior importância, não só para os países envolvidos, mas também para toda a comunidade internacional” (Aragón, 2013, p. 38).

Desde uma perspectiva mais interdisciplinar com os estudos populacionais e aqueles sobre a sociedade Amazônica em relação às transformações espaciais na região de forma transfronteiriça, Aragón (2011) faz referência à Grande Amazônia, Pan-Amazônia, Amazônia Continental, Amazônia Sul-Americana, Amazônia Internacional, ou qualquer outro termo que indique a totalidade da região e não apenas a sua porção nacional.

Na geografia, física e política, há definições como:

A Bacia Amazônica abrange 7,3 milhões de Km<sup>2</sup> (Gutiérrez, et.al, 2004), enquanto a grande Amazônia representa quase a metade do território da América do Sul e é compartilhada por oito Estados: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e uma colônia, a Guiana francesa [...] dado o processo histórico de configuração territorial da época colonial [...], a Amazônia sul-americana se constituiu como uma região compartilhada, justamente pelo fato de estes países terem fronteiras comuns (Niño, 2017, p. 13-14).

Para Mendes (2011), a Amazônia é expressa como um “oikos” ou “oca”:

um ambiente em que são ambientados seres humanos, por definição amazônidas. Um ambiente que, todavia, já não se reduz ao meio natural, primitivo, original, senão também ao forjado pelo próprio habitante e seus hábitos, o ambiente antrópico. A casa natural e cultural dos amazônidas (Mendes, 2011, p. 31).

Segundo o intelectual, a Amazônia nos preocupa, ocupa e nos desafia por ser

uma esfinge em si mesma e um enigma enquanto situada no cenário mundial, razão pela qual é imperioso (re)pensar continuamente a arquitetura complexa da sustentabilidade da sua natureza, da habitabilidade da oca nela implantada pelo homem, e da governabilidade da própria Cidade humana mundial em que se insere... A Amazônia nos impõe, ainda que pareça não fazer sentido, tudo (re) ligar, vale dizer: tudo (re)ver, (re)criar, (re)inventar, [...] (Mendes, 2011, p.31).

Hage (2011) completa a informação e registra:

A Amazônia como comumente a conhecemos e denominamos, apesar de ser tratada enquanto região, não possui um conceito único para sua definição, pois dependendo dos aspectos levados em consideração como mais relevantes e, propriamente a concepção político-ideológica de interesse, pode ser definida e conceituada de múltiplas formas [...] (Hage, 2011, p. 2).

Freire *et al.* (2019), também apresentam Amazônia por um olhar mais poético, internacional

A Amazônia é, por natureza, internacionalizada. Considerado um dos maiores biomas do mundo, espalha-se por 9 (nove) países, constituindo a Pan-Amazônia ou a Amazônia Internacional, agregando a Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. Vastas florestas e caudalosos rios abrigam uma complexa socio biodiversidade, (Freire *et al.*, 2019, p. 21).

Neste sentido, pensar a Amazônia não deve se limitar a um recorte geográfico, mas é importante situar geopoliticamente a região.

Há que se pensar na sua importância econômica, social e ambiental. Neste sentido, retoma-se ao período da Segunda Guerra Mundial e em Loureiro (2002), quando a Região produziu borracha para os equipamentos dos países aliados, e foi explorada como fonte de ouro, em Serra Pelada, pagando a dívida Nacional, ficando como lembranças para a região fotos que rodaram o mundo com a condição do trabalho subumano realizado nos garimpos, ou gerando energia elétrica para outras regiões e grandes projetos que a consomem com preços subsidiados enquanto a pessoa da região paga caro pela energia que usa.

Na Amazônia, além de todos os males sociais e ambientais já observados, ainda se observa o trabalho infantil e análogo ao trabalho escravo, tanto na economia do cuidado como na economia produtiva. Observam-se políticas públicas federais massificadas elaboradas e

implementadas, apartadas da riqueza material e de saberes e experiências advindas dos povos que vivem nesta região.

a região vem se convertendo desde as últimas décadas num espaço onde se registram o conflito no campo, a miséria urbana e o desperdício de recursos naturais. Embora seja, talvez, a maior província mineral de todo o planeta e produza ferro e outros minérios, ajudando o país a manter sua balança comercial, pouco se tem beneficiado das exportações em geral, já que a maioria dos impostos não fica retida na região. Se a Amazônia tem gerado riqueza, a riqueza não se vê nem se fixa nela (Loureiro, 2002, p. 108).

A força do setor econômico e a intervenção estatal, muitas vezes em benefício do setor privado, impediram que o desenvolvimento para a Amazônia ocorresse conforme preconizava o relatório de Brundtland. Na Amazônia, o “desenvolvimento sustentável [...] não integra as políticas públicas como condição essencial. Quando aparece, está confinado e limitado a alguns programas específicos dos setores e órgãos ambientais” (Loureiro, 2002, p.112).

Sawyer (2015), ao prefaciá-las, ao prefaciá-las uma das publicações que compõe a série População e Desenvolvimento Sustentável, resultado do produto de pesquisa submetido ao Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), apresenta os principais desafios quanto ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

maior presença do Estado, com integração de políticas e justiça socioambiental; contenção do agronegócio nas terras já desmatadas com aumento da produtividade e sustentabilidade; viabilização de atividades econômicas sustentáveis no conjunto regional; infraestrutura e serviços públicos para uma população dispersa; interconexão e capilaridade da rede urbana rarefeita e desequilibrada; viabilização de macropaisagens ecossociais plurifuncionais; consentimento livre, prévio e informado da sociedade e compensações justas; prevenção do vazamento do desmatamento devido à expansão de áreas protegidas e reservadas; pagamento por serviços ambientais sem vazamento e expectativas falsas; participação efetiva da sociedade civil na governança (Sawyer, 2015, p. 15).

Passados oito anos desde que o texto foi escrito, o que se pode verificar é que ainda na atualidade os desafios permanecem, muito embora o autor tenha apontado como recomendações de políticas públicas. São ações que têm sido ecoadas por outros estudiosos da Amazônia e que se concorda, que podem ser resumidas na garantia do estado de direito e cidadania e desmembradas em

cooperação técnica e financeira entre entes federativos, biomas, países amazônicos e países desenvolvidos; acesso à terra e aos recursos naturais em terras públicas e privadas; fortalecimento da economia popular rural, destravando os marcos regulatórios impeditivos; cooperação entre gerações; equidade de gênero e garantia de direitos reprodutivos; transporte e tecnologia de informação e comunicação para atendimento à saúde em locais remotos; arranjos intermunicipais, interestaduais e transfronteiriços para extensão de serviços básicos a todas as áreas urbanas, rurais e periurbanas; análises abrangentes de impacto ambiental e social de projetos de infraestrutura e energia; economia verde com inclusão ecossocial (Sawyer, 2015, p. 15 ).

As políticas neoliberais não deram trégua para que o desenvolvimento pudesse ser efetivamente sustentável, inclusivo. Segundo Aragón, “percebeu-se, entretanto, que os preconizados ganhos do crescimento não sempre (ou muito pouco) fluíam para as camadas sociais menos favorecidas” (Aragón, 2019, p. 13). Dessa forma, o desenvolvimento social, a preservação da natureza e a reposição dos recursos naturais ainda não responderam à necessidade da Amazônia e o crescimento econômico se manteve em alta. Reformas governamentais não foram realizadas para que a eficiência governamental fosse assegurada.

De forma sistêmica, quando tratamos do desenvolvimento da Amazônia, não se pode deixar de olhar para os processos de integração regional na América do Sul e, mesmo, na América Latina. Assim, a pluralidade da Amazônia e a interdisciplinaridade devem se constituir como base de estudos e pesquisas para a promoção do desenvolvimento efetivamente sustentável e inclusivo.

Em que pese os diferentes contextos, políticas e proposições, é fato que as contradições sobre a Cooperação Internacional e Desenvolvimento se mantêm, bem como o desafio de promover o desenvolvimento de forma sustentável.

Um dos aspectos que mais chamam a atenção dos analistas é que, ao cabo de tantas décadas de investimento discursivo, institucional e, em menor medida, financeiro .... a desigualdade e a assimetria ainda são traços marcantes na configuração das relações internacionais e do contexto mundial do desenvolvimento (Milani, 2018, p. 77).

O desafio de implementar políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia confronta com a necessidade de ter uma visão sistêmica e, ao mesmo tempo, manter o meio ambiente conservado, promovendo o crescimento econômico e a inclusão social, mas ainda se observa a destruição ambiental lado-a-lado às opções de desenvolvimento, conforme observa Mitschein (2017, p. 25):

[...]os decision makers das administrações públicas precisam institucionalizar um padrão novo e inovador de aprendizagem social que põe os atores da sociedade regional à altura dos problemas e das possíveis soluções em seus respectivos territórios. Isto exige, de qualquer maneira, pesados investimentos públicos no campo da educação.

Há de se pensar, então, em um processo de desenvolvimento ético e harmônico, que contemple a educação das pessoas e suas diferentes necessidades, garantindo a melhoria da sociobiodiversidade e a sustentabilidade, considerando as condições de vulnerabilidade e invisibilidade que vivem os povos excluídos. Isso requer a reflexão das diferentes formas de desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico como melhoria da qualidade de vida é estratégico, mas não pode ser considerado como único modelo, pois não leva ao maior bem-estar de toda a população. Há que se considerar a igualdade política, econômica e entre gêneros, com maior proteção ambiental. Paz entre as Nações, segurança, fortalecimento da cidadania. O alcance do desenvolvimento para a Amazônia, com diferentes adjetivos, não pode estar baseado no medo, mas na liberdade, no equilíbrio de forças, na solidariedade e na capacidade de construir uma sociedade forte em um território humano. Aqui não há uma troca de adjetivos, mas a certeza do compromisso de cada um com a educação e o meio ambiente.

Loureiro (2002) desvenda alguns dos mitos e preconceitos que por muito tempo perduraram na Amazônia, o que contribuiu para o atraso no desenvolvimento, a exemplo do pensamento dos governos quando relacionam o desenvolvimento à tarefa e à virtude do (grande) capital, pois somente este seria capaz de desenvolver a região. Com a atração do capital, esclarece a pesquisadora, ter-se-ia a riqueza econômica da qual todos seriam beneficiados. Essa perspectiva não levou em consideração que a concentração de renda e sem uma política de desconcentração de renda a desigualdade somente aumentaria, levando a ampliação da pobreza, que contrasta com os grandes empreendimentos.

Considerando outro equívoco do governo apontado por Loureiro (2015), cita-se a política de trabalho e emprego. Para os governos, os grandes empreendimentos, como mineradoras, extração de madeiras etc., em que pese os danos ambientais, são mais valorizados porque geram impostos e empregam pessoas do que as atividades não geradoras de impostos. Nesta contabilidade governamental, não são consideradas as perdas econômicas e sociais, não se considera a grande massa de desempregados, constituída pelos habitantes locais que perdem suas terras, depois de expulsos, para que sejam implantados os grandes empreendimentos.

Nessa contabilidade governamental, não são considerados: a população migrante, atraída pelos grandes empreendimentos, que fica desempregada e vai para a periferias das cidades amazônicas; os altos custos dos subsídios, vantagens e facilidades financeiras concedidas pelo setor público que vai para o setor privado; os recursos naturais perdidos no processo de atração de novos capitais para a região; os custos de uma infraestrutura paga pelo governo para atender diretamente aos empreendimentos de grandes grupos econômicos em



detrimimento ao desenvolvimento da população.

Isso ocorre porque o extrativismo tem sido considerado antieconômico e, assim, os governos têm entendido que devem implementar políticas públicas de substituição da mata nativa por atividades econômicas, como relata a Loureiro (2015):

Para aproveitar economicamente a floresta..., há necessidade de investimentos continuados em pesquisa e na produção. Mas, lamentavelmente, não se estabeleceu até hoje um programa nacional consistente, duradouro e eficiente para esse fim, embora a Amazônia seja, sabidamente por todos, o maior banco genético do mundo (Loureiro, 2002, p.116).

O prof. Salomão Hage<sup>28</sup>, ao proferir palestra de abertura na 2 ANPED Norte, cujo tema foi: “Desafios da Educação nas Múltiplas Amazônias: ultrapassar fronteiras e superar limites” faz a seguinte afirmativa, que vai ao encontro de nossas reflexões:

Num contexto em que os processos de mercantilização e de colonialidade da vida e da educação são hegemônicos e afirmam a parceria público-privada como referente nas articulações e redes que protagonizam; as experiências que acumulamos e procuramos fortalecer apostam na aliança público-público como estratégia para a ampliação e fortalecimento da esfera pública e disputa com o padrão mercantil e eurocêntrico de educação, de pesquisa e produção de conhecimentos, de lógica de formulação das políticas públicas, e de sociedade. A aliança público-público imprime diferentes dimensões ao movimento que emerge nessa disputa (Hage, 2018, não paginado).

Neste sentido, para Hage (2018, p. 18), a aliança intitulada “público-público” assume o caráter:

**Reivindicativo**, mobilizar os povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais em condição de subalternidade nas Amazônias para demandar ações para o coletivo, [...]que pauta [...] alternativa ao desenvolvimento, onde se busca a vida em plenitude[...] **Propositivo**, ao produzir e visibilizar saberes, experiências e tecnologias sintonizadas com as distintas realidades e múltiplas matrizes epistemológicas que os povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes sociais da Amazônia comportam e ativam [...] para fortalecer uma relação de convivência e não de dominação[...] **Epistemológico**, ao oportunizar a produção de referências teóricas, conceituais e metodológicas que emanam do diálogo entre as contribuições científicas recentes e as matrizes de conhecimento ancestral-histórico [...] **Cultural**, ao promover alterações no imaginário social brasileiro e mundial, onde não predomina visões das Amazônias, mas visões sobre a Amazônia, e que se tornam centrais na formulação de políticas sociais[...] **Controle Social**, ao contribuir de forma qualificada e articulada com a formulação, implementação e acompanhamento das políticas[...] visando à efetivação da universalização dos direitos humanos e sociais nas Amazônias .

---

<sup>28</sup> O prof. Hage vem realizando pesquisas, formação de sujeitos e comunicando os resultados de estudos “e intervenções com professores/as, gestores/as, estudantes, pais/mães e integrantes das comunidades e coletivos rurais e urbanos, do estado do Pará, e das múltiplas Amazônias, do Brasil e do exterior. As experiências acumuladas com essas ações têm contribuído muito para redimensionar nosso modo de pensar, sentir e agir nas Amazônias e com os povos tradicionais” (Hage, 2018, informação verbal)

As universidades na Amazônia, mesmo em épocas de pandemias, não pararam de produzir conhecimento sobre Amazônia em seus diversos aspectos e desafios, mudanças climáticas, atividades humanas, povos que vivem na região, impacto Ambiental (mal) feitos dos governos e sobre o setor econômico. Há uma série de debates sobre como mitigar os problemas da Amazônia e práticas (in)sustentáveis vindas das indústrias mantidas por grandes capitais internacionais.

Há muito saber, conhecimento, ciência gerada que precisa chegar cada vez mais no cidadão que vive na Amazônia, no sentido de formar e conscientizar o indivíduo e aprender com ele, interagindo em sociedade, não de forma massiva, nem como massa de manobra, mas na construção de novas mentalidades dentro de um sistema com valores e ética que respeitem os direitos humanos dos povos e, dentre estes, o direito à vida digna.

O conhecimento é uma parte inerente do patrimônio comum da humanidade. Portanto, ao considerar a necessidade de assegurar o desenvolvimento sustentável em um mundo cada vez mais interdependente, educação e conhecimento deveriam ser vistos como bens comuns mundiais. Inspirado pelo valor de solidariedade, com suas raízes em nossa humanidade comum, o princípio de conhecimento e educação como bens comuns mundiais tem implicações para os papéis e as responsabilidades das diversas partes interessadas (UNESCO, 2016, p. 12).

Para que essa realidade seja possível, é necessário que as pessoas que vivem na região possam efetivamente participar da vida pública, fazendo valer seus direitos políticos e civis. Reafirma-se a necessidade da educação para o desenvolvimento, ao tempo que se destaca a importância de outras políticas de desenvolvimento a exemplo da saúde, assistência, empreendedorismo, moradia e demais políticas que garantam os direitos humanos e contribuam com a empregabilidade justa que leve ao desenvolvimento.

Importante conhecer para desenvolver com ações estratégicas em que “os processos e espaços de construção dessas políticas e práticas se pautem pela perspectiva da educação dialógica, que inter-relaciona sujeitos, saberes e intencionalidades, superando a predominância de uma educação bancária” (Hage, 2011, p. 10-11).

Para Aragón (2017), o desenvolvimento é resultado de políticas públicas qualificadas, financiadas ou não por organismos internacionais. Ao analisar a relação entre esses elementos, o autor discute conceitualmente a questão da sustentabilidade e enfatiza o conceito de pertinência social da educação superior introduzido pela UNESCO, que implica numa conceitualização da missão da universidade, em geral, e em particular na Região Amazônica e defende a necessidade de fortalecer o sistema educacional transformando em uma política de Estado com o orçamento necessário para esta ação.

a educação é a chave mestra para a melhoria do bem-estar humano, e deve ser vista como solução dos problemas e não como fardo para a economia. É por isso que ela deve ser encarada como política de Estado, criando mecanismos para a alocação dos recursos necessários para esse fim (Aragón, 2014, p. 16).

Assim, a educação superior pode ser fortalecida pela internacionalização que leva ao desenvolvimento, desde que observadas as questões éticas e morais e os ganhos necessários para os países. Da mesma forma, a Internacionalização da Ciência e Tecnologia também pode impulsionar o desenvolvimento, desde que as organizações estejam preparadas e possam dialogar em posição de igualdade com os outros países.

No cotidiano de suas relações sociais, as populações da Amazônia vivenciam situações próprias de trabalho e produção; enfrentam singularidades nos diversos ambientes em que vivem; e possuem um conjunto de crenças, valores, símbolos, e saberes que se constroem/reconstroem nas práticas de formação pessoal e coletiva, na vivência e convivência nos vários espaços sociais em que participam (Hage, 2011, p. 10).

Para a Amazônia, há que se considerar um modelo de desenvolvimento que leve à plenitude da vida e, assim, atenda à necessidade do ser humano de ter uma vida plena, considerando e maximizando suas “potencialidades, talentos e imaginação, na procura da autorrealização e da felicidade, mediante empreendimento individuais e coletivos, numa combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo dedicado a atividades não produtivas” (Sachs, 2004, p. 35).

O desenvolvimento sustentável, includente, equitativo, humano, na Amazônia deve ter como base o progresso social e a educação de qualidade para todos. Assim, o mundo do trabalho pode ser forte e capaz de absorver trabalhadores e garantir empreendedores na formalidade, sendo atendidos trabalhadores e suas famílias, em igualdade de posição, por políticas e serviços públicos eficientes e transparentes para o controle social.

Há que se ter em mente o que naquela época Loureiro (2002) chamava atenção em suas pesquisas com relação ao que se constituía como modelo de desenvolvimento vigente, que privilegiava grandes empreendimentos.

Eles não se integram à economia da região e não produzem efeitos em cadeia, isto é, não induzem à instalação de novos empreendimentos decorrentes dos primeiros, porque visam, simplesmente, a exportação de bens num estágio primário ou de semi-elaborados (Loureiro, 2002, p.116).

E, assim, conclui Loureiro (2002, p.116): “se persistir por mais tempo ainda, o atual modelo (de desenvolvimento) apenas aumentará as desigualdades sociais, aprofundará os desequilíbrios regionais e levará à destruição enormes estoques de recursos naturais que poderiam servir de real impulso ao desenvolvimento regional”. É o que temos na atualidade.

#### 4 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

A UFPA é uma autarquia pública federal de educação superior, que tem com base em um conjunto concatenado de princípios que revelam os valores e as decisões políticas fundamentais da instituição estabelecidas tanto em Regimento Interno como no Estatuto.

I - a universalização do conhecimento; II - o respeito à ética e à diversidade étnica, cultural e biológica; III - o pluralismo de idéias e de pensamento; IV - o ensino público e gratuito; V - a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; VI - a flexibilidade de métodos, critérios e procedimentos acadêmicos; VII - a excelência acadêmica; VIII - a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente (Universidade Federal do Pará, Regimento Interno, art. 2, 2006, p. 4).

A UFPA “foi pioneira na Região Norte em uma série de ações relacionadas à internacionalização, protagonizando um papel importante nas relações acadêmico-científicas-culturais com países da África, do atual Mercosul, da Europa e da América do Norte” (PDU/PROINTER, 2018, p. 10) e vem se destacando em diferentes pesquisas nacionais e internacionais.

Pelo RUF<sup>29</sup>, a Universidade ocupou, em 2019<sup>30</sup>, o primeiro lugar entre as Universidades Federais da Região Norte do Brasil e da Amazônia Brasileira e o 29º lugar entre as Universidades Federais Brasileiras, ficando na 32ª posição no aspecto internacionalização<sup>31</sup>.

Ocupou, em 2022, a 127ª posição entre as melhores universidades da América Latina, segundo a Quacquarelli Symonds (QS)<sup>32</sup>, dentre os critérios de classificação estão a Rede de Pesquisa Internacional (76,6) e corpo docente com doutorado (94,2). Com esse resultado, o *site* institucional da UFPA<sup>33</sup> comemora o fato de a UFPA estar entre as melhores do mundo e na 31ª posição entre as melhores universidades brasileiras, já que o *QS World University Ranking* classifica 1.400 instituições, destas 35 universidades brasileiras e 190 latino-americanas.

29 A RUF, de acordo com a Folha de São Paulo “é uma avaliação anual de todas as universidades ativas do país que usa dados nacionais e internacionais e duas pesquisas de opinião do Datafolha, em cinco aspectos (pesquisa, ensino, mercado, internacionalização e inovação)”.

30 Última pesquisa realizada antes da conclusão desta tese.

31 De acordo com a Folha de São Paulo, o componente internacionalização ocupa 4% do total da pesquisa e é composta por dois componentes: citações internacionais por docentes e publicações em coautoria internacional, tendo como fonte de dados a Web of Science (de 2012 a 2016 para publicações e 2017 para citações).

32 Disponível em: <https://www.topuniversities.com/universities/universidade-federal-do-para#p2-rankings>

33 Ver: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias/13721-ufpa-esta-entre-as-melhores-universidades-do-mundo-segundo-o-qs-world-university-ranking#:~:text=SIGAA-,UFPA%20est%C3%A1%20entre%20as%20melhores%20universidades%20do%20mundo,o%20QS%20World%20University%20Ranking&text=A%20Universidade%20Federal%20do%20Par%C3%A1,Ranking%202023%2C%20publicado%20neste%20m%C3%AAs>.

O reitor Emmanuel Zagury Tourinho relata que “[...]a Universidade Federal do Pará tem um desempenho notável, tanto em seu impacto social, contribuindo para o desenvolvimento da região Amazônica, quanto na excelência acadêmica, com produção científica de ponta reconhecida internacionalmente[...]” (Universidade Federal do Pará, 2020, não paginado). A pró-reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, Cristina Yoshino, avalia o fato de a UFPA ser classificada no QS World University Rankings 2023 como resultado de um amadurecimento institucional que leva à projeção internacional. A do *Times Higher Education Impact Rankings*<sup>34</sup>, de 2022, destaca a UFPA como a 75ª Universidade da América Latina e sua contribuição para o Desenvolvimento Sustentável, entretanto, chama atenção nesta pesquisa o fato de não haver nenhum aluno internacional estudando nos espaços na Universidade, conforme dados coletados em 2023 no World University Rankings, informados na referida pesquisa.

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES, de 2018, objetivou descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos discentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ratificando e desmistificando o senso comum de que os estudantes das Universidades Públicas seriam majoritariamente oriundos de famílias ricas, conforme defende o Banco Mundial desde a década de 1990<sup>35</sup>.

Esta pesquisa, ao investigar os estudantes de cursos de graduação presencial de 63 universidades federais, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES, concluiu que a Universidade Federal do Pará é a maior Instituição Federal de Ensino Superior com maior número de estudante na graduação, com 51.191 estudantes naquele ano.

Considerando o Anuário Estatístico da Federal do Pará 2022, ano base 2021, o documento apresentou dados e a força da Universidade, mesmo quando a instituição passava por três grandes desafios: a pandemia do *Covid*; os cortes orçamentários; e a falta de financiamento para a pesquisa.

Em 2021, de acordo com o Anuário, a Universidade matriculou na graduação 38.401 alunos e ofertou 144 cursos de pós-graduação *stricto sensu* por meio de 102 Programas de Pós-Graduação, sendo 48 de doutorados e 96 de mestrados. Em *Lato sensu*, foram registrados 56

---

34 Disponível em: <https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/federal-university-para>.

35 Ainda em 2017 o Banco Mundial publicou relatório intitulado Um Ajuste Justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. BRASIL REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS, v. 1: Síntese, nov. 2017, criticando o modelo universitário público brasileiro argumentando que “as despesas com ensino superior são, ao mesmo tempo, ineficientes e regressivas. Uma reforma do sistema poderia economizar 0,5% do PIB do orçamento federal [...] embora os estudantes de universidades federais não paguem por sua educação, mais de 65% deles pertencem aos 40% mais ricos da população” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 13).

curso com 9.424 matrículas, distribuídas em 2.877 em doutorado, 5.256 em mestrado, 944 em especializações e 347 em residências médicas/saúde, dos quais foram titulados 2.171 discentes de Pós-Graduação. Em termos percentuais, o anuário aponta para um decréscimo do número de matrículas em relação ao ano de 2020, no mestrado em 0,55% e, por outro lado, um acréscimo de 5,93% no doutorado. Em relação à titulação, houve um acréscimo tanto no mestrado (8,99%) como no doutorado (15,86%).

A evasão de alunos das universidades públicas e gratuitas, de um modo geral, é possível que esteja relacionada ao fenômeno da pandemia do *Covid* e ainda à falta de investimento na Educação Pública Superior, com cortes orçamentários na gestão do governo de Jair Bolsonaro, que impactou negativamente nas bolsas recebidas para que os universitários pudessem se manter ao tempo que estudavam.

A Extensão também apresentou acréscimos em relação ao ano anterior na execução de programas e projetos, enquanto em 2020 haviam sido executados 550; em 2021, foram 578, em 65 programas e 513 projetos, sendo atendidas 104.960 pessoas. Na realização de eventos e cursos de extensão, foram atendidas 16.904 pessoas. O anuário aponta que em 2021 havia 990 pesquisas em execução e 745 concluídas neste ano.

Ressalta-se que no Anuário de 2022, ano base 2021, da UFPA, focadamente na tabela 49 que trata do quantitativo de programas e projetos por unidade e público atendido, não estão computados ou não existem os resultados do NAEA, conforme pode ser observado nas páginas 107-108. No mais, o documento informa que estes números são resultados da Universidade.

Compõem a Universidade o campi de Belém, que concentra a maior parte das atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, como nos demais 11 campis<sup>36</sup> e 77 polos regionais<sup>37</sup>.

---

36 Municípios onde há campis da UFPA: Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Bragança, Breves, Cametá, Capanema, Castanhal, Salinópolis, Soure e Tucuruí.

37 De acordo com o Anuário, “em 1986, a UFPA passou a expandir suas atividades para o interior do Estado criando vários campis, destinados a serem Polos Regionais de atuação na Graduação, Pós-Graduação e Extensão” (Anuário da Universidade Federal do Pará 2022, ano base 2021).

Nestes espaços físicos, estão sediados 15 Institutos<sup>38</sup>, 123 faculdades<sup>39</sup>, 09 Núcleos<sup>40</sup>, dentre os quais o NAEA, 01 Complexo Hospitalar formado por 02 Hospitais Universitários<sup>41</sup>, 01 Hospital Veterinário, 01 Escola de Música, 01 Escola de Teatro e Dança e 01 Escola de Aplicação.

Todos esses componentes institucionais e seus resultados foram construídos ao longo de 66 anos e passaram por uma série de regularizações e reestruturações Legais.

#### 4.1 Histórico Normativo Legal

A UFPA completa 66 anos em 2032. Foi criada pela Lei nº 3.191/57, em 2 de julho de 1957, e desde o primeiro Estatuto da Universidade, aprovado em 12 de outubro de 1957, já havia orientação para bolsas de viagens e/ou de estudos fora do país, para “proporcionar os meios de especialização e aperfeiçoamento, em instituições do país e do estrangeiro, a professores e auxiliares de ensino ou a diplomados pela Universidade do Pará, que tenham revelado aptidões excepcionais” (Universidade Federal do Pará, decreto n.º42.427/57, cap. III, art. 98, 1957, não paginado), cabendo ao Conselho Universitário incluir no orçamento anual recursos financeiros para esta finalidade.

Na atualidade, a instituição federal de ensino superior tem como missão “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” e visão “ser reconhecida nacionalmente e internacionalmente pela qualidade no ensino, na produção de conhecimento e em práticas sustentáveis, criativas e inovadoras integradas à sociedade”. Ela está organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao MEC, através da SESu.

Dentre a trajetória histórica, a Lei nº 4.283/63, de 18 de novembro de 1963, que estruturou a Universidade, possibilitou que Centros de Estudos e de Pesquisas fossem criados para formação de pessoas, no sentido de possibilitar “o levantamento das riquezas minerais, da flora e da fauna da região, bem como a introdução de técnicas de cultura, visando ao **aproveitamento**

---

38 São Institutos da UFPA: Instituto de Ciências da Arte, Instituto de Ciências Biológicas, Instituto de Ciências da Educação, Instituto de Ciências da Saúde, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Instituto de Ciências Exatas e Naturais, Instituto de Ciências Jurídicas, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Instituto de Geociências, Instituto de Letras e Comunicação, Instituto de Tecnologia, Instituto de Educação Matemática e Científica, Instituto de Estudos Costeiros, Instituto de Medicina Veterinária e o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares.

39 São 54 faculdades em Belém e 69 nos demais municípios.

40 São Núcleos da UFPA: Núcleo de Meio Ambiente, Núcleo de Teoria e Pesquisa do Comportamento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Núcleo de Medicina Tropical, Núcleo de Pesquisas em Oncologia, Núcleo de Desenvolvimento Amazônico em Engenharia, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Núcleo de Inovação e Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão e Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia.

41 São Hospitais Universitários da UFPA: João de Barros Barreto e Bettina Ferro de Souza.



**das possibilidades econômicas da Amazônia e o equacionamento de seus problemas sociais”** (Brasil, lei nº 4.283/63, art. 14, 1963, grifo nosso).

Observa-se, assim, que desde 1963 a Universidade vem implantando novos cursos, novas atividades básicas, aperfeiçoando atividades-fins da Instituição, formando pessoas no sentido de buscar soluções para os problemas sociais que a Amazônia enfrenta, bem como para aproveitar as possibilidades econômicas com o objetivo de promover o desenvolvimento regional sem que, até a contemporaneidade este feito tenha alcançado resultado mais eficiente.

A Lei nº 4.283/63 possibilitou, ainda, a importação, com isenção de direitos alfandegários e sem licença prévia, de equipamentos de laboratório, as publicações e os materiais científicos e didáticos de qualquer natureza. Em que pese a oportunidade da época, até hoje a Universidade enfrenta a limitação de recursos financeiros, e laboratórios e materiais defasados fazem parte do cotidiano dos alunos.

Rudolph Atcon, consultor greco-americano, em grande atividade no Brasil na época, visitou 12 universidades federais brasileiras<sup>42</sup> em 1965, inclusive a Universidade Federal do Pará, realizando estudo para reformulação das estruturas destas Instituições de Ensino Superior, a pedido da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura, no sentido de avaliar a perspectiva de modernização das Universidades, de acordo com as Universidades norte-americanas, quando concluiu que a UFPA, em um curto espaço de tempo, “conseguiu criar uma dinâmica invejável, para lançar a instituição em rumos renovadores, dentro de uma filosofia universitária bem acertada” (Atcon, 1966, p. 23).

Em continuidade, fez referência à Lei 4.283/63 e aos seus benefícios. “Se não existissem certas restrições da Lei de Diretrizes e Bases e se se ampliasse a Lei Especial n.º 4 283, de 18/11/1963, que já concede à Universidade do Pará maior liberdade de ação do que a permitida às demais universidades federais[...]” (Atcon, 1966, p. 23), levando a concluir os benefícios direcionados à UFPA.

Ainda em Atcon (1966, p. 24), observa-se a argumentação do consultor em evitar a criação de Institutos Centrais, erroneamente dirigidos à pesquisa como meta principal”, e a internacionalização, tida como política de melhoria do corpo docente da Universidade do Pará, isto porque, na época, a Universidade havia enviado para fora do estado e do país, por um período de 01 a 03 anos, mais de 90 profissionais para treinamento e aperfeiçoamento, o que Atcon avaliou como boa iniciativa.

Destaca-se, todavia, que o trabalho de Rudolph Atcon aconteceu no contexto do governo

---

42 Além da UFPA, foram visitadas: A UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFBA, UFMG, UFSC, UFRJ, UFSM, UFRS e PUC/RS.

militar, que buscava a modernização das universidades, sob a crença de que a educação era capital humano, precisava ser modernizada a partir do modelo das universidades norte-americanas. Esta ação constava no Programa de Ação Econômica do Governo Militar (1964-1966).

No fluxo da história, o Brasil (Decreto n. 63.341/68, 1968) regulamentou a expansão do ensino superior no país, inspirado nos moldes norte-americanos e deixa bem claro a relação com o mercado. No art. 3º faz a relação com o mercado e estabelece: “Para efeito de verificação das exigências do mercado de trabalho, em confronto com as necessidades do desenvolvimento nacional ou regional, proceder-se-á ao levantamento imediato das condições de instalação e funcionamento das escolas existentes[...]”.

A Lei Federal nº 5.540, 1968, fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, estabeleceu no, artigo 2º, a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, no sentido de que todo professor deveria ensinar e pesquisar. No Art. 5º, estabeleceu: “A organização e o funcionamento das universidades serão disciplinados em estatutos e em regimentos das unidades que as constituem[...]” e no art. 20, as universidades “estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes”, criando, para o alcance de tais resultados, a dedicação exclusiva e as vantagens salariais a quem tivesse projetos de pesquisa.

O atual Estatuto UFPA foi reformulado e a nova versão aprovada pelo Conselho Universitário (CONSUN), resolução nº 614, de 28 de junho de 2006, e Portaria nº 337, do Ministério da Educação, de 10 de julho de 2006, publicado no Diário Oficial da União (DOU), de 12/07/2006.

Neste documento, no artigo 2º, é afirmada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio. Conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988, Art. 207, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Ao conceituar Extensão, no artigo 66, o Estatuto da Universidade expressa:

**é processo educativo, cultural e científico**, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que **visa estabelecer uma relação transformadora entre a Universidade e a sociedade por meio de ações interdisciplinares da comunidade acadêmica**, objetivando a formação cidadã, a produção e a socialização do conhecimento (Universidade Federal do Pará, Estatuto da Universidade, Art. 66, 2006, p. 15-16. Grifo nosso).

No artigo 3º do Estatuto, consta como uma das finalidades da Universidade:

**III. cooperar para o desenvolvimento** regional, nacional e internacional, **firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário e às demandas sócio-político-culturais** para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa (Universidade Federal do Pará. Estatuto da Universidade, Art. 3. 2006, não paginado. Grifo nosso).

Neste mesmo documento, no artigo 33, são definidos os Núcleos como “unidades acadêmicas dedicadas a programa regular de pós-graduação, de caráter transdisciplinar, preferencialmente em questões regionais, com autonomia acadêmica e administrativa”.

O Regimento Geral, conforme Artigo 1º, “disciplina os aspectos gerais e comuns da estruturação e do funcionamento dos órgãos e serviços da UFPA, cujo Estatuto regulamenta”, e reafirma o princípio da “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” no artigo 2º e confirma no artigo 3º, seguindo os mesmo termos do Estatuto, a finalidade da Universidade, acrescentando no artigo 4º que a organização da UFPA será “[...]em Campi, Institutos e Núcleos, e estas Unidades, em Faculdades, Escolas e Programas de Pós-Graduação, regendo-se todas as instâncias pelo princípio da colegialidade institucional, na forma do Estatuto e do presente Regimento Geral.

O conceito de Extensão é apresentado no Regimento Geral, diferente do Estatuto da Universidade, sendo objetivo da Extensão a “qualidade de vida da comunidade envolvida”:

A Extensão é um processo educativo, cultural e científico articulado ao ensino e à pesquisa, de modo indissociável, que promove a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade por meio de ações acadêmicas de natureza contínua que visem tanto à qualificação prática e à formação cidadã do discente quanto a melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida (Universidade Federal do Pará, Art. 192, Regimento Geral, 2006, não paginado).

Em continuidade, o primeiro parágrafo do artigo 192 estabelece como devem ser desenvolvidas as ações de extensão: “por meio de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, difusão cultural, ação comunitária e outras atividades a serem regulamentadas em Resolução, salvo quando previstas nos projetos pedagógicos respectivos”. No artigo seguinte, o Art. 195, indica-se o financiamento das ações de extensão que podem ser “com recursos próprios e com recursos externos, obtidos em agências de financiamento nacionais ou internacionais, órgãos governamentais e empresas, e captados por meio de projetos institucionais ou pelos próprios coordenadores de projetos, com apoio da Instituição”.

No Regimento Geral, pode-se observar a atenção com a Extensão, quer no acompanhamento, como na avaliação das ações, no estabelecimento de Fórum, na instituição de uma pró-reitoria específica. Na progressão funcional das carreiras do magistério, são

consideradas as atividades docentes de ensino, pesquisa, extensão, dentre outras especialidades não citadas.

Há que se refletir, entretanto, que se trata da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, visando conhecer os dados oficiais para situar a materialização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, recorreremos ao Anuário Estatístico da UFPA 2022, ano base 2021, e não encontramos dados agregados que pudessem apontar estes resultados.

O Anuário Estatístico de 2022, ano base 2021, deixou de informar na Tabela 49 – Quantitativo de programas e projetos por unidade e público atendido –, que trata da Extensão desagregado por Unidade, os resultados do NAEA, mesmo considerando que foram informados número de matrículas, bolsas, dentre outros, deste Núcleo. O princípio da indissociabilidade é naturalizado e o fazer universitário separa o ensino, a pesquisa e a extensão. Nas palavras de Tauchen (2009, p. 66): “a indissociabilidade vem sendo teoricamente aceita como indispensável, mas o questionamento ao mandato constitucional e aos fundamentos dessa tradição é quase nulo numa estrutura que é culturalmente voltada ao ensino” e à pesquisa, como o NAEA.

Os estudos realizados por Tauchen (2009) levam-nos a concluir a importância da indissociabilidade da tríade ensino, pesquisa e extensão, no espaço da Universidade e focadamente em um Núcleo de Altos Estudos, de Excelência e transdisciplinaridade.

A pesquisa e a extensão são inerentes ao ensino contextualizado. O ensino e a extensão são inerentes à pesquisa, que proporciona o desenvolvimento de inúmeras competências e precisa ser socialmente relevante. Da mesma forma, o ensino e a pesquisa também estão presentes nos processos de extensão (TAUCHEN, 2009, p. 132).

Neste sentido, concorda-se que a “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não é, portanto, apenas uma questão legislativa, mas um princípio epistemológico fundamental à instituição universitária (Tauchen, 2009, p. 135).

Mendes (2011), um dos fundadores do NAEA, questiona, ao tempo que critica, o Estatuto e o Regimento Geral da UFPA que entraram em vigor em 2006 e que permanecem vigentes, e o impacto no NAEA. Para o intelectual:

A indagação que se impõe é saber como está sendo, ou foi feita, a transição do ‘velho’ para o ‘novo’ NAEA. E em que medida este recebe o espírito daquele. Não é exagero nem crítica reconhecer que a migração entre os dois - modelos gera preocupações fundadas. Não por coincidir com a mudança da guarda. Mas porque possa insinuar-se uma possível mudança do tesouro guardado. A guarda do projeto utópico sempre mudará. O que, porém, precisa ser resguardada é a visão utópica que alimenta o projeto (Mendes, 2011, p. 8).

## 4.2 O Planejamento da Internacionalização na Universidade Federal do Pará

O então Reitor da Universidade Federal do Pará, Prof. Dr. Alex Fiúza De Mello, por meio da Resolução N° 665, de 2 de abril de 2009, seguindo o Estatuto e o Regimento Geral, e em cumprimento à decisão do Egrégio Conselho Universitário, em reunião extraordinária do CONSUN, realizada em 02.04.2009, criou a Pró-reitoria de Relações Internacionais (PROINTER). O mesmo documento extinguiu a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI).

No artigo 1º do anexo da Resolução n. 665, ficou estabelecido que a PROINTER

é o órgão responsável pela definição da política de cooperação internacional da Universidade Federal do Pará, cabendo-lhe intensificar a inserção e ampliação das parcerias com a comunidade acadêmica em todo o mundo, [...], cabendo-lhe ainda a coordenação, indução e acompanhamento das atividades pertinentes a essa área de atuação (Universidade Federal do Pará, Resolução . 665, 2 abr. 2009, não paginado).

No sítio institucional da PROINTER, pode-se encontrar outras atividades como formação de recursos humanos, intercâmbios de professores e alunos, articulação com instituições e organismos de cooperação e fomento, cooperação científica e cultural com organismos internacionais, com acompanhamento do desenvolvimento de acordos firmados entre a UFPA as diversas instituições internacionais, incentivo ao ensino e à pesquisa, tais como bolsas, programas de cooperação, fomento a projetos.

Como funções da Pró-reitoria de Relações Internacionais, no mesmo *site* institucional pode-se ler: assessoramento à reitoria nos assuntos de competência da PROINTER; promoção de intercâmbio internacional de discentes de graduação; divulgar notícias relacionadas a oportunidades de intercâmbios, eventos e editais de seleção de programas de intercâmbio, orientação para discentes e docentes sobre procedimentos para participar de cursos e intercâmbios internacionais; atendimento de pessoas interessados em estudar na UFPA, com informações necessárias de regularização, estadia, ambientação e acolhimento; receber e representar a UFPA em eventos com representantes de instituições públicas e privadas interessados em firmar cooperação com a UFPA.

Há, ainda, a função de “orientar os docentes e investigadores da UFPA ou de outras Universidades sobre a formalização de parcerias [...], de programas[...], projetos de pesquisa [...] e induzir a realização de protocolos e de convênios entre a UFPA e instituições de ensino” (PROINTER, 2019, não paginado).

O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA, de médio e longo prazo, foi planejado para o período de 2001 a 2010, elaborado na gestão do então reitor Alex Fiuza de

Mello, aprovado pela Resolução nº 604, em reunião extraordinária do CONSUN, em 21/11/2002.

Neste documento, apresentado como uma experiência nova e inovadora pelos autores, muda o paradigma de planejamento da administração da UFPA e tem como visão tornar a UFPA referência nacional e internacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na Amazônia.

O Plano de Desenvolvimento da UFPA 2001-2010 [...] na sua concepção, traduz o sentimento e a percepção dos principais desafios do momento presente [...] se configura como uma proposta básica para o início da implantação de um processo gerencial inovador (Universidade Federal do Pará, PDI-2001/2010, 2000, p. 22).

Pode-se destacar neste Plano o desafio apresentado de mudar de patamar a organização dos programas de pesquisa: “[...] para atender às necessidades da aplicação inovadora da ciência em soluções tecnológicas adequadas, precisam articular conhecimentos em âmbito transdisciplinar e interinstitucional (Universidade Federal do Pará, PDI-2001/2010, 2000, p. 19).

Observa-se como fator negativo no ambiente interno “a existência de pequenas ‘ilhas de excelência’ na Instituição” (Universidade Federal do Pará, PDI 2001-2010, 2000, p. 66) e por outro lado, a “existência de Núcleos de Integração que propiciam a interdisciplinaridade”, além de “conhecimento sobre a Região Amazônica gerado a partir de pesquisas desenvolvidas pela própria instituição; ter alcançado nível de excelência em algumas áreas do conhecimento” (Universidade Federal do Pará, PDI 2001-2010, 2000, p. 67). Estes são fatores elencados no PDI da Universidade e que provavelmente descrevem o NAEA.

A Universidade, em seu planejamento para 2001 a 2010, reconhece o estabelecido no Decreto nº 3.860, de 9/07/2001, art. 8º: “as universidades caracterizam-se pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão” em prol do desenvolvimento da Amazônia:

Em uma região como a amazônica, caracterizada pela fragilidade da organização social, pela pobreza da maioria da população, por uma crescente destruição dos recursos naturais, a Universidade tem que atuar como propulsora e líder de processos de desenvolvimento, de fortalecimento da cidadania, enfim, ser reconhecida como instituição a serviço da sociedade (Universidade Federal do Pará, Decreto nº 3.860, de 9/07/2001, art. 8, 2001, p. 125).

Focadamente na Internacionalização da Educação, há uma estratégia específica: “Intensificar a inserção internacional e ampliar as parcerias com a sociedade” (Universidade Federal do Pará. Decreto nº 3.860, de 9/07/2001, art. 8, 2001, p. 129) por meio desses dois

grupos de atividades. O desenvolvimento de ações integradas com outras instituições deverá ocorrer por meio das seguintes atividades:

consolidar e ampliar o Protocolo de Integração estabelecido entre as instituições de ensino superior do Estado do Pará; propor e implementar a formação de redes cooperativas regional e nacionalmente; fortalecer a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais ARNI, transformando-a em Secretaria; estabelecer parcerias com as bibliotecas das instituições participantes do Protocolo de Integração das IES paraenses (Universidade Federal do Pará, Decreto nº 3.860, de 9/07/2001, art. 8, 2001, p. 129).

Na trajetória histórica da Universidade, se observa a ARNI transformada não em uma Secretaria, e sim em Pró-Reitoria de Relações Internacionais quando da aprovação da Resolução nº 665, de 2/04/2009, pelo CONSUN, no contexto de massificação da política de internacionalização promovida pelo governo federal.

O segundo grupo trata de “estimular a cooperação e intercâmbio nacional e internacional”, cujas atividades são:

fortalecer o pacto Panamazônico de instituições universitárias, através da Associação de Universidades Amazônicas -UNAMAZ; desenvolver a inserção internacional da Graduação, da Pós-graduação e da Pesquisa e facilitar a estada e a participação de professores nacionais e estrangeiros nas atividades acadêmicas da UFPA (Universidade Federal do Pará. Decreto nº 3.860, de 9/07/2001, art. 8, 2001, p.129-130).

Para Freire *et al.* (2019), a UFPA já vem se consolidando como uma referência na produção e difusão de conhecimentos, saberes, técnicas e tecnologias na Amazônica. “Na trajetória de suas políticas institucionais, a internacionalização e a integração regional na perspectiva do Sul global emergiram vigorosamente na década de 1980, com destaque para a experiência da UNAMAZ.

Para a construção do Plano de Desenvolvimento Institucional PDI -2011-2015, a Universidade utilizou a metodologia aplicada em organizações corporativas, o *Balanced Scorecard* - BSC, “que permite a indissociabilidade do planejamento, gestão e avaliação, focaliza de forma diferenciada das demais metodologias os resultados, indicadores de desempenho, missão, visão e valores institucionais” como forma de aperfeiçoar o planejamento.

Ainda como inovação, este plano de desenvolvimento objetiva a qualidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, no sentido de buscar contribuir com as demandas socioambientais e o desenvolvimento da Amazônia.

O plano destaca a PROINTER como promotora da internacionalização do ensino superior, da pesquisa e da extensão, priorizando a mobilidade acadêmica de docente e discente para qualificar profissionais no sentido de competirem no mercado de trabalho globalizado.

Apresenta os principais programas: Erasmus Mundus, consórcio de instituições europeias e brasileiras, o Santander Universidades, projetos universitários e programas de bolsas compostos por quatro programas e o Projeto CAPES FIPSE, este mantido entre o governo federal e o *Fund for the Improvement of Post Secondary Education (Fipse)*, dos Estados Unidos, de mobilidade estudantil e docente em áreas estratégicas de pesquisa.

O plano conta, ainda, com a participação da UFPA em cinco consórcios/Redes, sendo: Rede do Porto; Rede de Coimbra; Rede de Munique; Rede de Santiago de Compostela; e Rede de Turim. O Plano de Desenvolvimento aponta ainda a participação da UFPA, em 2010, na criação do IBE, com outras universidades brasileiras e europeias, visando fortalecer a educação superior no Brasil. Esta iniciativa é financiada parcialmente pela Comissão Europeia. O Plano não informa as outras fontes de financiamento.

No PDI 2011-2015, o programa Amazônia 2020 planeja financiar pelo Banco Santander a mobilidade de alunos e professores com a distribuição de 26 mil bolsas e o desenvolvimento da pesquisa científica e do empreendedorismo sustentável na Região Norte. Serão beneficiados 100 mil alunos, professores e demais membros da comunidade de nove Universidades.

Um dos objetivos estratégicos, na perspectiva de resultados institucionais, é a articulação nacional e internacional do ensino, pesquisa e extensão, com a ampliação e o fortalecimento da interação das atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro e fora do País.

Quanto aos objetivos estratégicos voltados para os processos internos, está o de fomentar parcerias nacionais e internacionais, e para isso planejam:

Articular-se com organizações nacionais e internacionais de cooperação e fomento, promovendo ações que visem à realização e ao estabelecimento de cooperação científica e cultural, oferecendo à comunidade universitária instrumentos de apoio a projetos conjuntos de pesquisa e intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos (Universidade Federal do Pará, PDI, 211-2015, não paginado).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)<sup>43</sup> 2016-2025 da Universidade Federal do Pará traz o planejamento ao longo de uma década, ainda quando a Universidade se preparava para comemorar 60 anos. A atual complexidade do ensino superior vai exigir maior profissionalismo e melhor planejamento das ações considerando os desafios da Região Amazônica.

---

43 - “O PDI identifica a UFPA, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver para cumprir sua missão de produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 17).



Alguns desafios, como políticas públicas de desenvolvimento incipientes, baixa formação de jovens, “esgotamento de um ciclo de desenvolvimento econômico baseado na exploração não sustentável de recursos naturais impõem uma agenda de pesquisa que possa dar o suporte a um projeto de desenvolvimento ambientalmente sustentável e socialmente inclusivo” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, não paginado) para a Amazônia e a universidade, pois para gerar conhecimento precisa estar preparada para atender às necessidades impostas.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (Universidade Federal do Pará, 2014, PDI 2016-2025, p. 52), a UFPA, “única Universidade Federal no Brasil com uma Pró-Reitoria exclusiva para atender a essas temáticas, tem visto nos últimos anos um crescente protagonismo [...] que a tem levado à obtenção de prêmio [...] entre as 30 primeiras universidades em ranking nacional no item internacionalização”. Ainda neste documento, cabe à PROINTER coordenar processos de internacionalização, cujos principais programas são: Programa Erasmus Mundus, Programa Erasmus+ : de mobilidade criados e financiados pela União Europeia (UE); Programa Santander Universidades e programas financiados pelo Governo Federal (Idiomas sem Fronteira, CAPES, CNPq).

O PDI 2016-2025 aponta a incumbência da Universidade de contribuir para o desenvolvimento e a inserção da Amazônia no cenário internacional e com a globalização e a consequente integração econômica, social, cultural e educacional. Os que fazem a UFPA e assinam tal documento acreditam que “é necessário promover mais a internacionalização da educação por meio de parcerias com universidades do exterior, parcerias estas facilitadas pelo avanço no uso da tecnologia de informação” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 28).

Neste documento, ainda no que diz respeito à internacionalização, foi elencado como objetivo estratégico a ampliação e a consolidação das relações internacionais, descritas como fortalecimento de processos de internacionalização da educação superior por meio do estabelecimento de relações internacionais com universidades, centros de pesquisa, órgãos de fomento e consulares, qualificando acordos de entendimento e intensificando intercâmbios acadêmico e promovendo a interculturalidade. Os autores do Plano de Desenvolvimento entendem que a internacionalização, considerando o ensino, a pesquisa e a extensão, é um desafio para a educação superior, em geral. Por outro lado, é fundamental como financiamento para as universidades.

Neste documento, há o reconhecimento de que “a concorrência e o nível de exigência das financiadoras nacionais e internacionais aumentaram de tal forma que nossas instituições

acadêmicas precisam de um serviço de apoio, capacitado na atuação do mercado de cooperação internacional” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 51). No documento, elenca-se a finalidade:

Articular-se em redes internacionais, interinstitucionais e interdisciplinares; Aumentar o nível de informação sobre as possibilidades de captar recursos e abrir convênios de cooperação em nível internacional; **Aperfeiçoar a competência na formulação e execução de projetos** para poder fazer frente à concorrência nacional e internacional; **Aprimorar a capacidade de receber delegações estrangeiras** e de **prestar serviços à comunidade acadêmica em geral** na sua inserção na cooperação acadêmica internacional (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 51, grifo nosso).

Para a Universidade, a cooperação Sul-Sul, além de ser um ato de solidariedade, é uma estratégia de cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento. Nesse sentido, o programa de internacionalização deve contemplar iniciativas de cooperação voltadas para a expansão da cooperação internacional. Devem conter a iniciativa “internacionalização portas adentro”, possibilitando maior envolvimento dos alunos em ações de internacionalização da educação.

Ao analisar o referido Plano de Desenvolvimento, infere-se que a internacionalização da educação na UFPA ainda tem um longo caminho a ser percorrido para o fortalecimento. Expressões como “**é necessário promover mais a internacionalização da educação** por meio de parcerias com universidades do exterior” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 28), ou “acredita-se que é **fundamental iniciar um processo** que permita maior permeabilidade das ações de internacionalização dentro da UFPA” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 52), além de parcerias com organizações internacionais cujos objetivos são “**promover o ensino superior europeu**” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 53) e [...] “Favorecer a compreensão intercultural por meio da cooperação com países terceiros, **em harmonia com os objetivos de política externa da União Europeia** [...]” (Universidade Federal do Pará, PDI 2016-2025, 2015, p. 53), fazem perceber a fragilidade do processo de internacionalização da UFPA.

Ao analisar os três planos de desenvolvimento da Universidade, é possível concluir que a UFPA vem buscando alternativas para fortalecer os processos de internacionalização da educação superior, entretanto, ainda muito focada no financiamento de bolsas, projetos cujos financiadores, em alguns casos, já estabelecem os objetivos. É necessário, entretanto, fortalecer o protagonismo da UFPA na elaboração de projetos de captação de recursos internacionais de forma que possam implantar e implementar ações de internacionalização de educação superior a partir do contexto da Universidade e, assim, contribuir com o desenvolvimento da Amazônia.

Neste sentido, o Governo Federal, por meio da CAPES, em 2019, estabeleceu parceria com a comissão Fulbright Brasil, e inclui a Universidade Federal do Pará no programa “*Internationalization Laboratory*” do *American Council on Education (ACE)* para realizar o processo de internacionalização da Universidade Federal do Pará articulado com o planejamento institucional.

Entretanto, há que se considerar que o *ACE* é um órgão de coordenação das faculdades e universidades estadunidenses e que, embora tenham os discursos de que apoiam políticas de educação superior eficazes, a partir de práticas inovadoras e de alta qualidade, é fato que seguem modelos americanos, e cabe a reflexão: mais uma vez a Universidade do Pará utiliza modelos importados ou terá seu próprio modo de fazer a internacionalização, de forma endógena? Há que se considerar, ainda, que em 2003 foi criado o “ACE’s Internationalization Laboratory”, para apoiar universidades em suas metas de internacionalização.

Em continuidade, a UFPA criou o “Comitê Diretor de Internacionalização”, cuja composição dos membros foi definida pela Administração Superior, e “cuja escolha foi feita pelo Reitor a partir de critérios de ampla experiência em atividades internacionais e de disposição ao trabalho voluntário” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 4). Ao todo, foram 19 funcionários (dirigentes, docentes, técnicos administrativos) e um discente escolhidos. No sítio institucional<sup>44</sup>, consta a lista com os nomes dos profissionais.

Dentre as atividades destes membros do “Comitê Diretor de Internacionalização” estão: avaliar o atual estágio de internacionalização...considerando o planejamento estratégico e a visão institucional da universidade; Identificar os desafios atuais e propor soluções para o processo de internacionalização; Elaborar estratégias e ações para a internacionalização da universidade; **Oferecer suporte às ações de internacionalização das unidades acadêmicas**; Incentivar a participação da comunidade acadêmica no processo de internacionalização; Designar a criação de subcomitês para debaterem questões específicas do processo de internacionalização; **Outras atribuições específicas que poderão ser definidas ao longo do processo** (PROINTER, 2019, não paginado).

A reunião de instalação do Comitê Diretor de Internacionalização, que formou os subcomitês, ocorreu em novembro de 2019. Após três meses, em fevereiro de 2020, como resultado de oficina para realização de pesquisa, foram elaborados seis questionários para coleta de dados que deveriam ser aplicados em pesquisa na Comunidade Acadêmica, no sentido de verificar a percepção e a participação da comunidade sobre a internacionalização da educação superior na Universidade.

---

44 PROINTER. 2019. Disponível em: [http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br](http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br). Acesso em: 7 fev. 2020.

De acordo com o Relatório do Comitê de Internacionalização Universidade Federal do Pará – UFPA, de 31/01/2021: “Os públicos definidos foram: Dirigentes de unidades (campi, faculdades e Institutos), docentes, técnicos administrativos, discentes de graduação, discentes de pós-graduação e coordenadores de programas de pós-graduação” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 5). Não há qualquer esclarecimento sobre o fato de que os Núcleos que compõem a Universidade tenham ficado de fora da pesquisa, especialmente o NAEA, cuja formação já traz uma perspectiva internacionalizada.

De acordo com o relatório, as reuniões seguintes foram adiadas por conta da Pandemia do *Covid-19*, os questionários foram aplicados “a toda comunidade acadêmica, por meio dos sistemas internos SIGAA e SIGRH, obtendo um número de respostas de cada grupo satisfatório para a análise requerida” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 5).

Não há maiores informações estatísticas quanto ao processo de pesquisa como o percentual de questionários que deveriam ser aplicados por grupo, amostragem, indicadores ou se a pesquisa cumpre uma etapa de um modelo de internacionalização preexistente conforme esclarece a publicação: “O presente relatório abrange as questões essenciais do processo de internacionalização nas Instituições de Ensino Superior, aplicadas à Universidade Federal do Pará[...]” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 5).

Quanto à continuidade do processo, o relatório informa que “os próximos passos serão dados com base nas informações colhidas, uma reunião, provavelmente virtual, será realizada com o Comitê Diretor e os Subcomitês” (Universidade Federal do Pará, 2021, p. 5). Em seguida, espera-se que a análise *SWOT* e as recomendações para um plano de ação e planejamento estratégico sejam feitas, a fim de iniciar a produção do Plano Internacional de Internacionalização da UFPA. Fica o questionamento se a equipe seguirá essa linha de ação descrita no relatório ou se nova formação em planejamento será realizada para que o Plano Internacional de Internacionalização da UFPA possa ser um documento baseado em metodologia que assegure sua aplicabilidade.

Finalizando a apresentação do Comitê, o então reitor Emmanuel Tourinho, que assina o conteúdo postado em 16 de outubro de 2019 em sítio institucional, conclui:

[...] espera-se que toda comunidade da Universidade Federal do Pará seja envolvida no programa, participando de diversas formas, principalmente no que diz respeito à facilitação do fluxo de comunicação/informação entre as faculdades, institutos, núcleos e demais setores, quando acionados pelos membros do comitê e pela Administração Superior (PROINTER, 2019, não paginado).

É esperada maior integração entre a PROINTER e as subunidades, uma vez que, nos documentos institucionais pouco ou quase nada se lê na relação entre as subunidades que compõem a UFPA e a PROINTER, exceto nos editais.

Verifica-se um projeto creditado à professora Marília Ferreira, no PDU/PROINTER-2019/2022, quando pró-reitora da PROINTER, intitulado “Prointer Itinerante – Reuniões nos institutos com faculdades e programa de pós-graduação”. No Relatório de Internacionalização (Universidade Federal do Pará, 2021, não paginado), esta iniciativa foi implementada no mês de março de 2019, com os dirigentes do Instituto de Letras e Comunicação (ILC), envolvendo 15 pessoas e com os dirigentes do Instituto de Ciências Sociais Aplicada (ICSA), envolvendo 70 pessoas.

Em 05 fevereiro de 2020, o Centro de Internacionalização da UFPA foi inaugurado. Souza (2020), da Assessoria de Comunicação da UFPA, assina matéria publicada em sítio institucional<sup>45</sup>, e apresenta a fala do reitor Emmanuel Tourinho, durante o evento de inauguração do Centro de Internacionalização da UFPA, que destaca o espaço como uma estrutura que deve contribuir para o fortalecimento da Universidade como ambiente multicultural de diálogo, de diferentes visões de mundo e de sociedades, expandindo as possibilidades de intercâmbio acadêmico e cooperação científica que não somente prepara os alunos para estudar fora, como pode receber pessoas para o diálogo e a interlocução de forma mais ampla, garantindo um ambiente rico de formação, com novas ferramentas intelectuais e linguísticas.

O Centro de Internacionalização da UFPA está assim estruturado: 01) a Cátedra “João Lúcio de Azevedo”; a Casa de Estudos Germânicos; o Centro de Recursos Didáticos de Espanhol; a coordenação do Programa Idioma sem Fronteiras; a Casa de Estudos Francófonos (*Maison de la Francophonie*); a Casa Brasil-África; o Instituto Confúcio. O espaço abrigará também: um escritório para a recepção de pesquisadores e estudantes estrangeiros; a coordenação do Centro; quatro salas de aulas para até 30 pessoas; dois auditórios de 70 lugares; uma secretaria.

De acordo com o sítio institucional<sup>46</sup>:

A criação do Centro de Internacionalização na UFPA integra a política institucional de fomento e desenvolvimento da projeção internacional da Universidade. Entre as ações dessa política, estão a composição de um Comitê de Internacionalização; a oferta de diversos cursos de idiomas, como o de

45 PORTAL.UFPA. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11311-novo-centro-de-internacionalizacao-da-ufpa-amplia-as-oportunidades-de-internacionalizacao-da-instituicao>. Acesso em: 7 fev. 2020.

46 UFPA. <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11290-ufpa-inaugura-centro-de-internacionalizacao>

mandarim, cuja primeira turma na UFPA foi iniciada em 2019; o Programa de Apoio à Cooperação Interinstitucional (PACI); o incentivo à criação da Associação dos Estudantes Estrangeiros (AEE) da UFPA, entre outras iniciativas (Universidade Federal do Pará, 2020, não paginado).

O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU)<sup>47</sup>, 2019 a 2022, da PROINTER, instrumento de planejamento de médio prazo, estabeleceu como estratégias a qualificação de recursos humanos e a organização de “ações efetivas de internacionalização, em um novo contexto socioeconômico” (Universidade Federal do Pará; PDU; PROINTER, 2018, p. 7).

Embora o documento não apresente a conjuntura, o fato é que o Governo Jair Bolsonaro teve início no dia 1º de janeiro de 2019 o que, sem dúvidas, naquela época, havia muito a que se preparar. Na direção da construção do Plano de internacionalização, o Relatório do Comitê de Internacionalização Universidade Federal do Pará (Universidade Federal do Pará, 2021) apresenta as ações já realizadas a partir da gestão central da UFPA.

**Quadro 10-** Ações de Internacionalização da UFPA pela PROINTER

<b>AÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Divulgação da Universidade	Sítio Institucional em outras 10 línguas;
Reconhecimento de créditos e aproveitamento de atividades em intercâmbios	Neste caso, destacam-se os Acordos Internacionais para Cotutela <sup>48</sup> e a Resolução nº 3.870, de 01/07/2009, regulamenta o aproveitamento de créditos de outras instituições em pós-graduação.
Política de Apropriação do Conhecimento	Como experiências internacionais adquiridas no exterior, tanto em função da mobilidade de docentes, discentes e de técnicos.
Política de Contratação de Professores Estrangeiros como visitantes ou do quadro efetivo	Até o fechamento do Relatório de Internacionalização, a Universidade contava com 80 docentes estrangeiros efetivos, vindos principalmente da França (11), Alemanha (8), Peru (8), Chile (5), Colômbia (5) e Portugal (5).
Cursos Livres/Proficiência em Línguas Estrangeiras.	A proficiência é feita pelos Cursos Livres de Línguas Estrangeiras (CLLE), ofertados semestralmente, e pelos cursos de línguas estrangeiras da PROINTER.  <b>Cursos Livres de Línguas Estrangeiras (CLLE):</b> Atende, em média, 1.500 estudantes anualmente nos idiomas Inglês, francês, espanhol, árabe, alemão.  <b>Cursos em língua Estrangeira promovidos pela PROINTER: Tem, em média, 500 matrículas por ano nos idiomas mandarim, inglês e francês.</b>

47 No documento, não consta a data de elaboração deste Plano de Desenvolvimento, somente o período do Plano: de 2019 a 2022, entretanto, tal documento apresenta o contexto das ações realizadas até dezembro de 2018. Entende-se, desta forma, que o referido documento deve ter sido finalizado na última semana de dezembro de 2018, daí considerar 2018.

48 Os acordos de cotutela, segundo o relatório do Comitê de Internacionalização tem crescido na UFPA, dentre os países que mais se destacam estão: França (37%), Espanha (27%), Portugal (18%), Holanda (9%) e Chile (9%). As áreas que se destacam são a de humanidades (direito, letras, comunicação, psicologia), meio ambiente e geociências.

Programas de Fomento para a Internacionalização.	<p><b>6.1-Programa de Apoio à Produção Qualificada (PAPQ)</b> - Fomento à publicação de artigos científicos de autoria de docentes, técnicos e discentes dos PPGs <i>Stricto Sensu</i> em revistas internacionais. Editais anuais para despesas com tradução e revisão de textos, confecção de figuras e taxas de publicação.</p> <p><b>6.2 Programa Institucional de Apoio à Produção Acadêmica (PIAPA)</b> Apoiar pesquisadores em viagens a eventos científicos no país e no exterior para a apresentação de trabalhos científicos originais.</p> <p><b>6.3 Programa de Apoio à Realização de Eventos (PAEV)</b> Apoiar a realização de eventos científicos no Pará, coordenados por pesquisadores e/ou unidades acadêmicas. São concedidos recursos para despesas de custeio.</p> <p><b>6.4 Programa de Apoio à Cooperação Internacional (PACI)</b> - Por meio de Editais, o programa incentiva a realização de reuniões com Grupos de Pesquisa externos para elaboração de propostas para as agências de fomento, no âmbito da cooperação interinstitucional na Pós-Graduação.</p>
Estrutura de Internacionalização	Listada como estrutura, a PROINTER e o Centro de Internacionalização. Cabendo à PROINTER formalizar e induzir a cooperação internacional de ensino, pesquisa e fomento à educação, nas áreas científica, tecnológica e cultural e a responsabilidade pelo Centro de Internacionalização, espaço físico que reúne todas as representações internacionais da UFPA.
Organização de Eventos e Internacionalização	Eventos realizados entre a comunidade da UFPA e parceiros internacionais. Seminários, Reuniões, Oficinas, Diálogos, Lives, Webnários, reuniões virtuais.

**Fonte:** Relatório do Comitê de Internacionalização - UFPA (31 jan. 2021).

Não foram observadas atividades de monitoramento e avaliação das parcerias internacionais estabelecidas e análises de parcerias. Há que se analisar se, efetivamente, os cursos levam a proficiência ou possibilitam noções básicas e necessárias para o diálogo internacional. Não foram identificadas as diferenças e/ou complementações entre os cursos realizados pelo CLLE e pela PROINTER.

O Relatório de Internacionalização apresenta, ainda, dados dos Programas de Pós-Graduação que receberam professor estrangeiro e ministraram cursos em língua estrangeira no período de 2018-2020. Dos 103 programas de Pós-graduação da UFPA, “por volta<sup>49</sup> de 71 respondeu ao questionário” (Universidade Federal do Pará, 2020, p. 25).

Dos que responderam, 21 programas ministraram cursos/disciplinas e outros 33 receberam professores estrangeiros e não “criaram oportunidades para potencializar essa visita com oferta de cursos” (Universidade Federal do Pará, 2020, p. 25). O PPG-DSTU NAEA, representado pela professora Marcela Vecchione, informou que em 2019 foi realizada a

49 Não há nota explicativa sobre o fato de não haver o número exato de questionários respondidos.

disciplina *Research Proposal Preparation*, mas não informou carga horária e número de participantes.

A análise da descrição dos dados deixa dúvidas se a potencialização se limita em ministrar cursos ou se o professor visitante pode ter realizado outra ação devidamente planejada com o professor da UFPA. Observa-se, ainda, a ausência de muitas subunidades que fazem a UFPA nas respostas às pesquisas.

No relatório de Internacionalização de 2021, pode-se ler: “No final de 2020, por intermédio da PROINTER, a UFPA registrou por volta de 100 Acordos Internacionais distribuídos pelo Globo, mas com ênfase no continente europeu, com 52% dos acordos concentrados em Portugal, França, EUA e Espanha”.

**Quadro 11 - Acordos / convênios de cooperação vigentes em 2021**

<b>País</b>	<b>Nº de Acordos</b>	<b>Instituição</b>
África do Sul	01	North-West University.
Alemanha	06	Universität Leipzig, Technische Universität Dresden, Deutscher Akademischer Austausch Dienst – DAAD, Max-Planck-Institut für Menschheitsgeschichte, Instituto Goethe, Zentrum Fur Marine, Tropenforschung.
Angola	01	Instituto Superior de Ciências da educação do SUMBE.
Argentina	02	Universidad Nacional de La Patagonia San Juan Bosco, Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales.
Áustria	01	University of Applied Sciences Upper Austria, School of Engineering.
Bélgica	01	Université Libre de Bruxelles.
Bernin	01	Universidade de Abomey Calavi.
Brasil - Internacional	02	International Federation of Medical Student Associations (IFMSA).
Cabo Verde	02	Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais Cabo Verde, Universidade de Cabo Verde.
Camarões	01	Universidade de Dschang.
Canadá	03	Queen’s University at Kingston, University of Calgary, University of Guelph.
Chile	02	Pontificia Universidad Católica de Chile, Universidad de Playa Ancha.
China	03	Shangai Astronomical Observatory (SHAO) of Chinese Academy of Sciences (CAS), Beijing University of Chemical Technology, University of International Business and Economics.
Colômbia	04	Universidad Nacional de Colômbia, Universidade Pontifícia Bolivariana, Corporación Universidad de la Costa, Pontificia Universidad Javeriana.
Costa Rica	01	Universidad Nacional, Costa Rica (UNA).
Equador	01	Universidad Técnica de Manabí.
Escócia	01	University of Strathclyde.
Espanha	08	Universidad Católica de Murcia; Ministerio de Educación, Cultura y Deporte; CRDE- Embaixada da Espanha; Universidad de Sevilla; Universidade de Santiago de Compostela; Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação a Ciência e a Cultura; Universidade de Santiago de Compostela; Universidade Rey Juan Carlos.
Estados Unidos da América	09	University of Wisconsin–Madison; New York University – Wagner Graduate School of Public service; Western Michigan University; Fulbright; Middle Tennessee State University; Colorado State University; Michigan Technological University; University of California, Davis; University of Missouri.



França	17	Centre National de la Recherche Scientifique; Université Paris 3 (Sorbonne Nouvelle); Université Paris Nanterre; École D'Ingénieurs La Rochelle; Université Sorbonne Paris Nord; École D'Ingénieurs La Rochelle (França); L'ESIEA, École du Monde Numérique, Paris et Laval; Embaixada da França; Université Paris I Pantheon Sorbonne; Université Paris I Pantheon; Sorbonne; Institut National Polytechnique de Toulouse (INP); Université Le Mans França; Institut National de Jeunes Sourds de Paris; École d'Ingénieurs du Monde Numérique; École Nationale Supérieure D'Arts et Métiers; Institut national supérieur formation et recherche - handicap et enseignements adaptés; Université Paris 8 (Vincennes - Saint-Denis); IRD - Institut de Recherche pour le Developpement.
Guiana Francesa	01	Université de Guyane França.
Grécia	01	Democritus University of Thrace.
Ilha das Antilhas	01	Universidade das Antilhas.
Índia	01	Gurukula Kangri Institut.
Itália	04	Università degli Studi di Parma, Università Di Parma, Universidade de Trento, Instituto Rinald Fontani – Florença.
México	03	Colegio de Michoacán, Universidad de Guadalajara México, Universidad Juárez del Estado de Durango.
Moçambique	04	Associação dos Engenheiros do Ambiente de Moçambique, Universidade Licungo, Academia de Ciências Policiais (ACIPOL), Universidade Pedagógica.
Noruega	Diversos	Hydro Aluminum AS; Museu Paraense Emílio Goeldi; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universitetet i Oslo.
Noruega	01	Universitetet i Oslo Noruega.
Paraguai	02	Universidad Sudamericana, Universidad Nacional de Pilar.
Peru	03	Universidad para el Desarrollo Andino, Universidad Nacional de Juliaca, Universidad Nacional de Huancavelica.
Portugal	20	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Cooperativa de Formação e Animação Cultural), Instituto Camões de Cooperação da Língua/IP, Universidade de Aveiro Portugal, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra Portugal, Universidade do Minho, Instituto Politécnico Viana do Castelo, Universidade do Minho, Instituto Politécnico de Bragança, Instituto Politécnico de Coimbra, Universidade Lusíada do Porto, Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), Conselho dos Reitores das Universidades Portuguesas, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade do Porto, Instituto Politécnico de Tomar, Instituto Politécnico do Porto, Universidade da Beira Interior, Universidade de Trás-os-Montes e Alto D'Ouro, Universidade Fernando Pessoa.
Romênia	02	Universidade de Ciências Agrícolas e Medicina Veterinária da Iasi, Universidade de Stefan Cel Mare Suceava.
Rússia	01	Ulianov Chuvash State University.
Suécia	02	Department of Computer and Systems Sciences at Stockholm University, Uppsala Universitet.
Suíça	02	Universität Bern, Department of Earth Sciences – ETH – Zurich.
Suriname	01	Anton de Kom Universiteit van.

**Fonte:** PROINTER. Anuário estatístico (2022): ano-base 2021. Elaborado pela Autora. Grifo nosso.

Destaca-se neste quadro a renovação de acordo feito com a Noruega que compreende o período de 29/11/2018 até 28/11/2023. Com relação às instituições listadas, não há qualquer esclarecimento no Anuário, uma vez que instituições internacionais e nacionais estão listadas igualmente.

Não há maiores informações sobre como uma Mineradora, objeto de análise de uma série de pesquisa na UFPA, cuja conclusão das pesquisas levam a danos ao meio ambiente, pode ter um termo de acordo com essa mesma Universidade. Nesse sentido, há que se avaliar os critérios para a Cooperação Internacional na UFPA.

Em todos os documento de planejamento de Internacionalização da Educação Superior na Universidade, não foi observada a constituição de um Comitê de Ética que assegurasse a fonte de recursos para a parceria internacional.

Ainda com relação ao quadro 10, na grande maioria, trata-se de parcerias com acordo geral<sup>50</sup> ou renovação de acordo, com exceções para cooperações específicas como: Dupla Diplomação (2), Consórcio (1), Intercâmbio (2), Cotutela (8), Específico (8), Termo ou Protocolo do Cooperação (3), Memorando do Entendimento (4).

É relatado pelos planejadores da PROINTER que “os programas existentes priorizam as relações com o hemisfério norte, chegando a desprezar as necessidades regionais e a relação com o eixo sul-sul” (Universidade Federal do Pará; PDU; PROINTER, 2018, p. 35).

Entretanto, Freire *et al.* (2019) relatam importantes marcos na internacionalização da UFPA na relação da cooperação sul-sul a exemplo da Cátedra Unesco de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, da Casa Brasil-África (CBA), da Cátedra Brasil-África de Cooperação Internacional e da cooperação bilateral com Cabo Verde.

Professores da Universidade, como Aragón (2017), Silva *et al.* (2014) e Silva e Moreira (2015, 2017) relatam e analisam experiências significativas e importantes para a UFPA ocorridas na cooperação horizontal. “Baptista (2017) analisa a parceria da UFPA e Uni-CV, que tem destaques acadêmicos da maior relevância, a exemplo da implantação de turmas do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública (PPGSP), ofertado pela UFPA em parceria com aquela jovem universidade africana”.

Relatórios de Gestão da CBA de 2013 a 2017 possibilitam captar-se o quanto a Casa Brasil África buscou internalizar-se na UFPA como um locus de referência na cooperação com instituições do continente africano, bem como enraizou-se na interlocução com os estudantes internacionais, não apenas de países africanos, mas também de outras nacionalidades e de diversos cursos da universidade (FREIRE *et al.*, 2019, p. 24).

A guisa de conclusão do capítulo, há que se refletir a partir de Morosini e Corte (2018, p. 97), que “no global sul, há forte concepção de integração regional e no global norte há

---

50 Segundo a PROINTER, acordo geral é um documento que trata de atividades futuras passíveis de serem realizadas por meio de acordos específicos. Acordo específico é firmado visando a realização de um trabalho conjunto, de interesse comum, e apresenta natureza clara e objetiva das atividades, podendo ser: Acordos de Cotutela e Dupla Titulação e Acordos de Mobilidade.

priorização da internacionalização com fins econômicos”. A PROINTER, conectada com as demais subunidades da UFPA, não poderia fortalecer processos de internacionalização da Educação Superior para que a Universidade possa cumprir sua missão de “produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade inclusiva e sustentável” a partir da cooperação Sul-Sul?

Considerando os mitos descritos por Jane Knight e comparados aos planejamentos que vêm sendo realizando pela PROINTER, bem como os relatórios apresentados no Plano de Internacionalização, há que se refletir se a UFPA, por meio da PROINTER, poderia melhorar a qualidade da internacionalização da educação superior em um espaço acadêmico onde o princípio é a Educação como Bem Público.

## 5 O NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

### 5.1 Da Concepção Intelectual à Normativa

Ao chamar o NAEA de utopia, em artigo publicado em 2008, o professor Armando Mendes, que assume parte da construção do Núcleo, assim escreveu: “Talvez a única afirmativa categórica que se possa assumir em relação ao NAEA seja esta: O NAEA é uma utopia, não existe” (Mendes, 2008, p. 97).

Na condição de único pró-reitor na época, Armando Mendes assume que elaborou as minutas do Plano de Reestruturação do Estatuto e do Regimento Geral da UFPA e é autor dos documentos de concepção original do NAEA. Assim, declara que conduziu as providências de implantação do Núcleo, inclusive junto aos Organismos Internacionais, dirigindo seminários com a participação de convidados internacionais, dentre eles Jonh Friedman (Mendes, 1983).

Mendes (1983) faz lembrar que, desde seu “nascidouro”, o NAEA havia uma ambição mais utópica que o próprio NAEA: “[...] pôr em contato e promover a interfecundação mútua dos especialistas dos muitos saberes compartimentados, para debruçarem-se em conjunto sobre a esfinge amazônica na busca em comum de sua decifração” (Mendes, 1983, p. 99).

Ao tratar da criação do NAEA, Mendes (2011) pontua como ponto de partida “a Portaria 915/70, criando Grupo de Trabalho<sup>51</sup>, visando à elaboração do Programa de atividades do NAEA, seus projetos, sua organização e obtenção do apoio nacional e internacional”, diretamente subordinado ao Reitor, “para propor e adotar as providências preliminares indispensáveis à elaboração do Programa de Atividades do NAEA” (Mendes, 2011, p. 13).

Entretanto, os documentos apontam para uma dessintonia, pois no Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará, elaborado em 1969 e aprovado na Resolução nº 08, de 21 de maio de 1970, o NAEA foi instituído naquele documento para coordenar e sintetizar os estudos do progresso dos vários setores de conhecimento da realidade regional.

Para Turenko Júnior (1983, p. 102)<sup>52</sup>, “o NAEA começou a nascer em 1968, quando a Comunidade universitária paraense, reunindo o que havia de melhor entre os alunos e professores, balançou e abalou as estruturas oligárquicas e esclerosadas da universidade de opereta que se implantava entre nós”.

---

51 Portaria no 915/1970: integram o Grupo de Trabalho: Armando Dias Mendes, Maria Anunciação Chaves, Nelson de Figueiredo Ribeiro, José Marcelino Monteiro da Costa, Ramiro Fernandes Nazaré, Adriano Velloso de Castro Menezes, com a participação de Manoel Orlando Ferreira (da Confederação Nacional das Indústrias), sob a Presidência de Armando Dias Mendes.

52 Turenko foi ex-aluno e, como tal, apoiou o planejamento do NAEA.

Aragón (2019), nos 45 anos do NAEA, retoma o comemorado adjetivo utopia utilizado por Mendes e assim reflete: “o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia” (Aragón, 2019, p. 9).

Bastos, Castro e Ravena (2010), ao analisarem os registros do NAEA, entendem que o Núcleo foi criado para ser um “centro especializado em Desenvolvimento Regional e elegeu como área de estudo, além da Amazônia brasileira, os demais países vizinhos do Brasil com ecossistemas e florestas tropicais úmidas, alta diversidade cultural e biodiversidade”, isso quando nos anos 1970 os debates mundiais buscavam espaços de construção de diálogos nacionais e internacionais sobre o desenvolvimento, muitas vezes confundidos com crescimento econômico.

Em 06 de março de 1972, o NAEA teve seu primeiro regimento aprovado por meio da Resolução nº 80. Nesse documento, o NAEA “é órgão de integração da UFPA e destina-se a coordenação e síntese dos estudos referentes aos vários conhecimentos em função da realidade regional (Universidade Federal do Pará, Resolução 80, 1972, art. 2º, 1972, grifo nosso), tendo como objetivos fundamentais **o treinamento** de pessoal, **a pesquisa**, notadamente socioeconômica e a informação, obtida por meio da coleta, elaboração processamento e **divulgação dos conhecimentos científicos** e técnicos sobre a região Amazônica.

É o professor Armando Mendes quem afirma que o NAEA, além de ser uma utopia “sofre de irrecusável, mas estimulante, vocação polêmica” (Mendes, 1983, p. 97), argumentando a ausência de canais de comunicação e mídias sociais dinâmicas. Depois de reunir materiais e então se certificar, afirmou que:

o material reunido deixa incontroverso que a concepção, gestação e parturição do NAEA consumiram mais de três anos de intenso trabalho de proposta, debates, correção, testes, seleção, convocação, contratação no Brasil e no exterior, e instalação, até a aula inaugural em fevereiro de 1973 (Mendes, 2011, não paginado).

Para o intelectual, em seus escritos, relaciona as várias gênesis do NAEA:

Comemorando em fevereiro de 2011 os seus 37 anos de funcionamento ininterrupto. Na verdade, comemorou em dezembro de 2010 os 42 anos do seu prenúncio. E neste início de ano, os 41 de sua concepção formal. E os 38 de sua institucionalização. O NAEA é, assim, desde os idos de 1968, uma utopia que tem muito o que comemorar (Mendes, 2011, p. 8).

Ao longo tempo, desde a “formulação e aprovação do órgão [...] e início dos primeiros programas do NAEA, fizeram que ele se firmasse, desde o início, como uma grande inovação,

pioneira, na formação pós-graduada e pesquisa avançada nas universidades brasileiras” (Aragón, 2019, p. 14).

O Primeiro Regimento, ao tratar da Organização, subordina o NAEA diretamente ao Reitor, por ser um órgão de integração. Ele estabelece a posição de um Coordenador para dirigir o NAEA, indicado por livre escolha deste reitor. Institui dois Conselhos: o Conselho Deliberativo, presidido pelo Coordenador e formado por um representante de cada um dos centros que compõem a UFPA e dois representantes dos discentes; e o Conselho Consultivo, formado pelos sub-reitores da UFPA, um representante da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, Banco da Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (SUDAM, BASA, INPA) e dois técnicos de livre escolha do Reitor. Novamente, o NAEA é caracterizado como órgão integrador para além da UFPA.

O NAEA seria voltado para além dos muros da universidade, ou seja, atuaria como um elo entre a UFPA e a sociedade. Assim, foram criados, em sua estrutura, dois conselhos consultivos: um com a participação da SUDAM, BASA e INPA, e, o outro, formado por técnicos ou pensadores – da região e de fora dela (Moreira, 2019, p. 46).

A abordagem internacional, no primeiro regimento do NAEA, é tratada de forma secundária e pontual, no financiamento.

O NAEA disporá, anualmente, de recursos financeiros que lhe forem destinados no orçamento da UFPA., além dos meios monetários e materiais que lhe forem postos à disposição, por outras instituições técnicas, científicas, educativas e culturais **do País e do Exterior, em caráter global** ou para fins específicos (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Art. 18, resolução 80, 1972, grifo nosso).

A Resolução n° 591, de 06 de setembro de 1996, altera a Resolução n° 80/72-CONSUN, focadamente no Artigo 7°, dando uma nova e mais ampla composição ao Conselho Deliberativo, única alteração realizada.

Em 2008, houve uma nova alteração. A Resolução 647/2008-CONSUN, de 29/02/2008, aprovou Regimento com significativa alteração em relação ao de 1972. Neste novo documento, nota-se a internacionalização de forma concreta.

No Artigo primeiro, a área de atuação e abrangência é estendida para área de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e do Trópico Úmido, assim:

o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, unidade acadêmica de formação superior no nível de pós-graduação voltada para a produção e difusão de conhecimento na área de desenvolvimento sustentável da Amazônia **e do Trópico Úmido** [...] (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008, não paginado, grifo nosso).

Em seguida, é ampliado o ensino, pesquisa e extensão como objetivo e com mais autonomia quando comparado ao anterior: “é órgão interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, e tem como objetivo proporcionar o ensino de pós-graduação e a realização de pesquisa e de extensão por meio de programas multi, inter e transdisciplinares” (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Art. 2, 2008°).

A estrutura e a organização do NAEA são alteradas: sai a figura do reitor como centralidade e é dado espaço para a normatização da internacionalização. Para Mendes (2011, não paginado) é assim justificado:

Nos idos de 1969 o NAEA, por ser declaradamente inter ou mesmo transdisciplinar, além de inter e até trans-institucional, era vinculado diretamente à autoridade máxima da Universidade, o Reitor. Nos vindos de 2009 ele é ‘rebaixado’ à bancada comum das unidades acadêmicas de instância superior. E deverá disputar com os seus iguais um espaço não bem especificamente definido a priori (Mendes, 2011, p. 19).

Na estrutura, é criado o Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe como “uma subunidade do NAEA, com o objetivo principal de promover a realização integrada de ensino, pesquisas e intercâmbios científico-culturais com instituições públicas e privadas vinculadas a países sul-americanos e do caribe interessadas nas questões da Amazônia” (Art. 36.).

Este espaço internacionalizado é composto por uma Coordenação, uma secretaria e o Centro de Estudos Brasil-Venezuela, ao tempo que integram a estrutura acadêmico-administrativa do NAEA junto com outras:

I - Os Colegiados Deliberativos; II - A Direção do Núcleo; III - A Secretaria Executiva; IV - As Subunidades Acadêmicas; V - A Coordenadoria de Pesquisa; VI - A Coordenadoria de Extensão; VII - A Coordenadoria de Planejamento, Gestão e Avaliação; VIII - A Coordenadoria de Comunicação, Divulgação e Promoção Científica; IX - A Biblioteca Setorial “José Marcelino Monteiro da Costa”; **X - O Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe**; XI - O Comitê Gestor do Núcleo Art. 4. (Universidade federal do Pará, Resolução 647, 2008, não paginado).

Como especificidade do Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe, caberá à Congregação do NAEA definir a organização, as atribuições e os procedimentos do tal Centro.

Ainda no âmbito da internacionalização da educação, o artigo 46 estabelece que o “Núcleo poderá manter publicação com a finalidade de veicular a produção científica dos corpos docente e discente do Instituto e servir ao intercâmbio científico **em nível nacional e internacional** [...]”(Universidade Federal do Pará, Resolução 647, 2008, não paginado).

Assim, pode-se inferir que passados 36 anos entre o primeiro e o terceiro Regimento, o NAEA formaliza e normatiza o que planeja desde a sua implantação: A internacionalização da educação superior.

O apoio da Fundação Ford foi decisivo durante os primeiros anos de funcionamento do NAEA. Consoante à política de atuação dessa Fundação, a sua assistência financeira perdura somente até a consolidação dos programas básicos das instituições que recebem sua ajuda. Nesse sentido, o Núcleo foi contemplado com duas doações consecutivas (Costa, 1983, p. 26).

Passados 10 anos, um novo Regimento é aprovado pela Resolução nº 789, de 13 de dezembro de 2018, documento bem mais longo e mais detalhado que sua primeira versão de 1972, e a de 2008 expressa, de forma mais ampla, as mudanças ocorridas no NAEA, sendo mantida a autonomia acadêmica e administrativa, bem como a internacionalização da educação superior na sua abrangência de atenção [...] “produção e a difusão de conhecimento na área de desenvolvimento da Amazônia e **do Trópico Úmido**” [...] (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Resolução 789, Art. 1º, 2018, não paginado, grifo nosso). E também de gestão: “O Naea poderá propor a celebração de acordos com entidades nacionais e **estrangeiras** e prestação de serviços à comunidade, atendendo às suas demandas e necessidades” (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Resolução 789, Art. 4o. 2018, não paginado, grifo nosso).

Tal Regimento traz como base de sustentação das atividades do NAEA 10 princípios, dos quais se destacam o ensino público e gratuito, a excelência acadêmica e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, seguindo o Regimento Geral e o Estatuto da Universidade Federal do Pará.

Há uma relação direta entre esses princípios. A extensão universitária, desde que indissociabilizada do ensino e pesquisa como um bem público e gratuito, pode se constituir como importante instrumento de políticas públicas e de promoção do desenvolvimento incluyente, com profundo impacto na sociedade. “A extensão pressupõe justamente a imprescindível face da articulação entre a sociedade e a universidade, marcando sua relevância e referência social e mesmo sua própria legitimidade (Almeida, 2020, não paginado)”, ainda quando há princípios como a excelência acadêmica e defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente em uma região como a Amazônia com tantos “invisíveis”, pessoas que sequer têm uma certidão de nascimento que comprovem suas existências.

Na Estrutura da Organização do Núcleo, observa-se a retirada do Centro de Estudos Sul-Americanos e do Caribe, a coordenadoria de Pesquisa e de Extensão e o Comitê Gestor do Núcleo, instituídos em 2008, e foram criados Colegiados Deliberativos. Com a criação desses



Colegiados deliberativos, há uma maior autonomia que em 1972 e melhor gestão democrática que 2008.

Ressalta-se, todavia, que a limitação da autonomia do NAEA segue a autonomia da própria Universidade. Trata-se de uma autonomia relativa a partir da capacidade de orientar-se por seus regimentos. Assim, o Regimento do NAEA está subordinado ao Regimento Geral da UFPA, no cumprimento das finalidades a que se destina. Por outro lado, como órgão integrador, o NAEA se mantém ligado à Reitoria da Universidade, que também mantém uma autonomia limitada, inclusive pela Carta Magna Brasileira.

Quando observada a Constituição Federal, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, Constituição Federal, art. 207, 1988, não paginado). O princípio aponta a relação e limitação da autonomia, pois a Constituição entrega às Universidades a autonomia para executar atividades que lhes são próprias, didático-científica, mas de interesse principalmente da Sociedade e a de um bem público. O reconhecimento da autonomia das universidades, mesmo que limitada, não as isentam de serem amplamente avaliadas, monitoradas, financiadas e fiscalizadas por instâncias públicas que têm tal missão.

Ressalta-se, entretanto, que esta tese não tem a intenção de transformar a abordagem da autonomia das universidades em mera e simplista discussão, porém não é o tema central deste trabalho. Por outro lado, não se pode deixar de abordar questões como a autonomia e financiamento, pois dialogam diretamente com a internacionalização da educação; porém, muito recentemente, a Medida Provisória nº 914, de 24/12/2019, que dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, editada pelo governo Bolsonaro, o mesmo que promoveu cortes na educação, deu mais possibilidades ao presidente de não acatar o resultado da lista tríplice, ferindo a autonomia e o financiamento das universidades, o que reacendeu tais problemáticas.

A autonomia passa pelo direito de produção científica, de pensamento, de liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, socializar o conhecimento, a liberdade de cátedras, aos recursos necessários para garantir a qualidade da educação e fazer com que a universidade não tenha que se submeter a qualquer tipo de cooperação internacional para a internacionalização da educação superior que possa ferir seus princípios. A autonomia e o financiamento da universidade não podem ferir o princípio da Universidade Pública e Gratuita e têm relação direta com a internacionalização da educação superior.

No caso do financiamento, no artigo 4º do Regimento, está estabelecido que o “NAEA poderá propor a celebração de acordos com entidades nacionais e estrangeiras e prestação de serviços à comunidade, atendendo às suas demandas e necessidades” (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, art. 4, 2018). Se por um lado há restrições financeiras do governo Federal, de outro, o próprio regulamento autoriza os acordos de internacionalização da educação superior e as prestações de serviços.

O financiamento para a internacionalização da educação é um caminho que as universidades devem seguir. Mas não deve ser qualquer financiamento e nem de qualquer forma. Há de ser uma cooperação solidária, o projeto de pesquisa deve ser escrito em duas ou mais línguas.

O que se observa é que, muitas vezes, o financiador vem com o projeto pronto a ser implementado, a pesquisa de seu interesse, o aluno, e até mesmo o professor. Ele tem seu projeto de pesquisa a ser implementado. Cabe à Universidade, a partir de seus princípios e normas, avaliar o que pesquisar e o que financiar. A pesquisa não adentrou na verificação da fonte de recursos, mas considerando o caráter inovador e desafiador do NAEA, certamente esse desafio deve ser ou será vencido em breve.

Em continuidade aos relatos de Mendes (2011), o professor credita ao NAEA as primeiras experiências acadêmicas interdisciplinares brasileiras e a contribuição dada por esse Núcleo às instâncias avaliadoras nacionais, para ajustarem os seus procedimentos à nova realidade. A interdisciplinaridade foi um caso que a CAPES precisou se adaptar. Ao abordar o curso de mestrado profissional, abordaremos essa pauta.

Em função do ensino e pesquisa, o NAEA participou na fundação da Associação de pesquisa de pós-graduação como a Anpec (1973) e membro da ANPOCS (1978). A partir do NAEA, segundo Mendes (2011), outros espaços institucionais similares foram criados por ex-alunos e ex-professores dentro da UFPA. “São numerosos os ‘filhotes’ do NAEA, mesmo dentro da própria UFPA, tais como o POEMA e o NUMA” (Mendes, 2011, p. 7).

Direta ou indiretamente, o NAEA contribuiu ou vem contribuindo para que outras iniciativas internacionais possam ser concretizadas, a exemplo do Grupo de Pesquisa intitulado Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Amazônia (NEIAM), criado em 2014 na UNILA.

Em 1979, por iniciativa do MEC e motivado pelo prof. Armando Mendes (NAEA), foi instituído o Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal (PIUAL) Brasileira, contribuindo para consolidar a conexão entre a academia e a sociedade regional. Nesse evento, todas as universidades públicas da Amazônia Legal assinaram o compromisso de integração de suas respectivas ações.

Em 1985, a UNESCO lança um estudo que demonstra a necessidade de se ter uma Associação das Universidades da Amazônia Continental. Dois anos depois, em 1987, com o apoio de Organismos Internacionais como a UNESCO, a OEA, foi criada a UNAMAZ, reunindo universidades públicas e privadas da Pan-Amazônia e as “territorialmente não-amazônicas comprometidas com a revelação e transformação regional. Ousou mais: chamou para si institutos de pesquisa não universitários também comprometidos com o desafio de solucionar o enigma amazônico e conduzi-lo a bom termo” (Mendes, 2011, p. 23).

O NAEA contribuiu efetivamente para a criação da UNAMAZ, instituída como uma agência multilateral de cooperação no âmbito da sociedade civil, titulada como organização não governamental e sem fins lucrativos, que tem como pilares a cooperação científica, tecnológica e cultural.

Está instalada na sede do NAEA, desde 2006, a Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável com o objetivo de

produzir conhecimento científico para fortalecer a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento sustentável por meio da implementação de um amplo sistema de atividades e parcerias relacionadas com a educação superior, a pesquisa, e a documentação, e em particular com temas como população e meio ambiente na Amazônia e o Programa de Reservas da Biosfera (Aragón, 2014, p.11).

Sob a direção do catedrático Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca, a Cátedra UNESCO/UFPA/NAEA de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável tem entre suas ações a organização de eventos internacionais como seminários, simpósios, Conferências relacionados ao desenvolvimento, e no contexto da cooperação Sul-Sul dá suporte ao grupo de pesquisa MAPAZ, do NAEA, também coordenado pelo prof. Dr. Aragón, além de publicações. Como um dos projeto mais relevantes, a Cátedra implementa, desde 2010, o projeto “Desenvolvimento sustentável do meio rural e conservação da biodiversidade nas reservas da biosfera da Amazônia”.

Uma das ações realizadas pela Cátedra UNESCO/UFPA foi o projeto Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural e Conservação da Biodiversidade nas Reservas de Biosfera da Amazônia (2010-2016), envolvendo 12 RB<sup>53</sup> localizadas total ou parcialmente nessa região, na Bolívia, no Peru, no Equador, na Colômbia, na Venezuela e no Brasil (Aragón, 2019, p. 391).

Nas relações internacionais, Mendes (2011) destacou as celebrações de convênios e intercâmbios com as Universidades e instituições de pesquisa na Amazônia continental e no

---

53 As 12 Reservas de Biosferas citadas por Aragón (2019) são: **Bolívia**: Pilon-Lajas, Beni, Ulla Ulla Apolobamba; **Perú**: Manu, Oxapampa-Ashaninka-Yanesa; **Equador**: Yasuni, Sumaco, Podacorpus-El Cóndor; **Colômbia**: El Tuparro; **Venezuela**: Alto Orinoco Casiquiare, Delta del Orinoco; **Brasil**: Amazônia Central.

mundo. As pesquisas do NAEA, conforme Turenko (1983), fez com que a Comunidade Científica regional pudesse ver a credibilidade Internacional do trabalho científico sobre a Amazônia, feito pelos amazônidas do NAEA.

Mendes (2011), em 2009, fez uma comparação entre os anos iniciais do NAEA e o ano vigente, ano de maturidade do Núcleo.

**Quadro 12** - Trajetória do NAEA, a partir da visão de Armando Mendes

1969	2009
Pretendia-se que o NAEA tivesse por missão repensar e informar continuamente sobre a Amazônia e seus desafios. E, portanto, assumisse a responsabilidade de propor ações tendentes a transformar a região.	Consagrando tendência percebida aqui e ali no desempenho recente, o NAEA como que se recolhe à condição de só observadora da realidade regional. Embora, muitas vezes, indignada, irada.
O NAEA era proposto como a voz profética da Amazônia. O profetismo entendido, menos como a anunciação de coisas futuras, fatais, do que como a voz que fala e clama e reclama pelos que não têm voz.	O retrospecto da maioria de sua impressionante produção científica mostra-se mais a voz necrópsica de realidades superadas do que a anunciação do trabalho de parto de um porvir melhor.
O NAEA surgia, pois, como uma espécie de ativa incubadora de políticas públicas, comprometida com a prospecção e a proposição de futuros alternativos para a Amazônia.	O NAEA parece conformar-se com o papel reativo de um IML que diseca minuciosamente as entranhas de uma Amazônia falecida em razão de acelerada falência múltipla dos órgãos.

**Fonte:** Mendes (2011, p. 18). Elaborado pela autora.

Passados 14 anos da avaliação<sup>54</sup> feita por Mendes (2011), é possível observar os avanços do NAEA ao longo da trajetória histórica deste núcleo, bem como os desafios que ainda tem pela frente.

Na atualidade, o NAEA atua fundamentado em princípios conforme o Regimento de 2018, e tem como objetivo fundamental o ensino, pesquisa e extensão em nível de pós-graduação, beneficiando as pessoas que vivem na Amazônia e levando informações sobre a Região para o mundo todo, desvelando os grandes problemas e propondo soluções, no sentido de buscar promover o desenvolvimento com sustentabilidade, inclusão e justiça social.

Em 2019, o professor recebeu convite da Academia Brasileira de Ciências (ABC), para compor o Science Panel for the Amazon, da Sustainable Development Network Solutions (SDNS), iniciativa global de apoio a ONU para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Importante destacar o reconhecido feito ao referido professor por colaborar para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. O Prof. Dr. Francisco Costa concedeu entrevista sobre as múltiplas faces da Amazônia, abordando sua pesquisa e a publicação.

O NAEA participa do Fórum de Pesquisa e Pós-Graduação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia, tem a Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia (IPPA), que

<sup>54</sup> Considerando o fechamento deste trabalho em 2023.

consiste em um processo de extensão que visa contribuir na concepção, formulação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável para a região amazônica, a partir do conhecimento científico gerado no NAEA, dos saberes tradicionais e da participação qualificada dos atores regionais. Busca o resgate do papel da universidade para a sociedade e de integração da pós-graduação na Região Amazônia.

A IPPA, através da academia e dos institutos de pesquisa a ela filiados, busca compatibilizar, integrar e consolidar os estudos dos fenômenos socioeconômicos, político-institucionais e ambientais da Amazônia, a nível macro, meso e microrregional, com o propósito de contribuir para:... a formulação de políticas de desenvolvimento regional e outras políticas públicas;... a produção e transferência de tecnologias sociais para comunidades urbanas e rurais excluídas do mercado formal de trabalho na Amazônia (Universidade Federal do Pará; PDU, 2014, p. 12).

O NAEA participa de uma série de Rede de Saberes e Pesquisas, de pensamento interdisciplinar, no intuito de aprendizagens compartilhadas, em que os participantes são capazes de ampliar seus conhecimentos a partir do saber do outro e, assim, aprofundar a sua visão crítica e objetiva, ampliando e compreendendo a pluralidade e as perspectivas da ciência e do contexto pesquisado, sobretudo da Pan-Amazônia e mundo. O uso de Redes pela academia tem levado os participantes a diferentes convívios de saberes em um mesmo ambiente, fazendo com que haja uma convergência para a geração do conhecimento, o que é a marca do NAEA.

O NAEA, de forma institucional, ou por meio de iniciativa individual de seu corpo docente, participa de várias Redes. Em muitos casos, não ficam limitados ao convívio nas Redes, promovem outras iniciativas a partir delas, conforme pode ser observado.

A Rede Interdisciplinar de Pesquisa e Diálogos no Sul Global – Rede IntegraSul, “constituída em 2019 como culminância de um processo coletivamente tecido na UFPA, com IES, instituições e entidades parceiras” (Freire *et al.*, 2019, p. 21), contou com a efetiva participação do NAEA. Docentes, discentes e egressos participam desta rede de saberes internacional, contribuem efetivamente nas discussões e nos eventos. Freire (2019) assim justifica o nome dado à Rede.

Buscamos traduzir no nome da articulação o que nos congrega: os múltiplos sentidos de Sul que há em nós professores/as, pesquisadores/as e extensionistas, que são aportes de nossos projetos acadêmicos e ativismo social; o que nos moveu na constituição da Rede e lastreia sua continuidade na caminhada cotidiana, aliando a visão de presente e de futuro: a cooperação solidária entre países do Sul global (Freire *et al.*, 2019, p. 20).

De acordo com o Relatório Quadrienal do PDTU (2022)<sup>55</sup>, Docentes participaram de evento acadêmico da Rede IntegraSul, de cooperação sul-sul da UFPA, em Praia, Cabo Verde, intitulado “Colóquio Interdisciplinar de Integração no Sul Global: Territórios, Ambientes, Saberes, Educação e Políticas Públicas”. Esse evento foi realizado em cooperação com a UniCV (Cabo Verde) e, ainda no âmbito da Rede IntegraSul, docentes e discente têm artigos em e-book (ISBN 9788571431966) e os anais eletrônicos do Congresso (ISBN 9788571431966), bem como ocorreu o início de um projeto de cooperação congregando universidades de países de língua portuguesa na África, o NAEA e universidades na França.

O Comitê Internacional “UNESCO International Advisory Committee for Biosphere Reserves” contou com representante do NAEA por oito anos (2012 a 2019). O prof. Aragón Vaca participou de reunião deste Comitê Internacional na condição de integrante titular, com a importante função de avaliar propostas de criação de Reservas da Biosfera na América Latina, na categoria social, ecológica e ambiental.

A Rede de Pesquisa Interdisciplinar *Properties in Transformation* é composta pela Universidade de Antuérpia, na Bélgica, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), o Centro de Estudos Brasileiros de Análise e Planejamento (CEPRAP), a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP). Esta Rede<sup>56</sup> de Pesquisa é financiada pelo Newton Fund e pelo British Council.

A partir desta Rede, a prof. Dra. Marcela participou, em 2019, da pesquisa sobre propriedades<sup>57</sup> e sobre financiamento do desenvolvimento sustentável no Brasil<sup>58</sup>, acompanhando as Conferências da ONU do Clima e da Diversidade Biológica como delegada. Houve ainda a participação no workshop *Conducting research at global environmental negotiations*<sup>59</sup>, a convite do Departamento de Ciência Política da Universidade de Vienna (Áustria), e da Rede Maripoldata, financiada pelo *European Research Council* (ERC), quando foi apresentada uma primeira abordagem do livro organizado pela Rede, que será publicado pela *Cambridge University Press*. A professora conferiu palestra sobre *Whose Climate for What Politics? Attempts of a Political Ecology and Economy Analysis on Contemporary Brazilian Environmental Politics*<sup>60</sup>

---

<sup>55</sup> Relatório escrito com base na ficha de avaliação de Programa da CAPES, Instituição: Universidade Federal do Pará, Programa: Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (150011016002P5), modalidade: Acadêmico, área de avaliação: Interdisciplinar, período de avaliação: 2021, Data da Publicação: 02/09/2022.

<sup>56</sup> Disponível em: <http://propertiesintransformation.org/about-the-project/>

<sup>57</sup> Disponível em: <http://propertiesintransformation.org/propriedades-emtransformacao-expandindo-a-agenda-de-pesquisa-novos-temas-outras-disciplinas/>

<sup>58</sup> Disponível em: <http://propertiesintransformation.org/events/conferencia-financiamento-dodesenvolvimento-sustentavel-no-brasil/>

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.google.com/search?client=firefox-bd&q=maripol+data+conducting+research+at+global+environmental+negotiations>

<sup>60</sup> Disponível em: <https://www.maripoldata.eu/newsevents/#toggle-id-10>

A Rede Internacional em Estudos Culturais (RIEC), constituída por nove instituições IES, visa à promoção de desenvolvimento de ações de investigação, inovação, formação e difusão de Estudos e Pesquisas Culturais, articuladas a partir da colaboração de instituições sediadas na América do Sul e em África. Participam desta Rede os professores Silvio Figueiredo e Mirleide Chaar, e alunos egressos.

A Rede de Pesquisa Associação Ibero-Americana de Estudos do Ócio (OTIUM), composta por dezenove universidades, de nove países, é dedicada ao desenvolvimento de ações de investigação, inovação, formação e difusão dos estudos de ócio e temáticas afins, atuando como plataforma de colaboração regional e internacional. É representada pela profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia que, além de sua atuação na Rede, realiza as aulas, e internacionalizou o debate amazônico sobre o uso de áreas públicas para lazer como fator de desenvolvimento inclusivo e endógeno na Universidade de Aveiro, em Portugal.

Ainda no âmbito de Rede de Pesquisa, o prof. Dr. Ricardo Folhes vem contribuindo no fortalecimento de rede de pesquisa internacional estabelecida com instituições de pesquisa e universidades europeias lideradas pelas organizações francesas *Institut de Recherche Pour le Développement (IRD)* e *La Recherche Agronomique pour le Développement (Cirad)* para construção de métodos científicos e áreas, com estudos incipientes no Brasil, mostrando os efeitos das cadeias produtivas globais de alimentos sobre a agricultura familiar, modos de produção e condições socioeconômicas a partir da pesquisa-ação.

A Rede tem dois grandes projetos: a “Rede *Odysea*”, financiado pela Comunidade Económica Europeia, finalizado em 2019, e o outro, o “Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT; MCTI; CNPq; CAPES; FAPs, n.16, 2014)”. Esses projetos visam o desenvolvimento de pesquisa e mobilização social para soluções dos problemas socioambientais da Amazônia, e em outros ecossistemas do Brasil.

Como de *praxe* e promovendo a interdisciplinaridade, o Prof. Dr. Ricardo coordena atividades de extensão e pesquisa-ação com movimentos sociais do Baixo Amazonas, no Estado do Pará, com o desenvolvimento de pesquisa do bolsista de mestrado do NAEA, cuja bolsa teve o financiamento de pesquisa do INCT. Essa ação envolveu outras instituições, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), gerando fortes impactos sociais e econômicos. Destaca-se que foram elaboradas cartilhas usadas pela população local<sup>61</sup>.

Desta forma, há de se observar uma outra forma de fazer a internacionalização, ao levar a informação. O NAEA é uma referência internacional em estudos sobre o desenvolvimento

---

61 As cartilhas podem ser acessadas. Disponível em: <http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/>.

regional e sustentabilidade da Amazônia e nem sempre é o pesquisador internacional que vem em busca da (in)formação, mas a credibilidade dos professores do NAEA alcança uma plenitude suficiente para que recebam convites internacionais, conforme exemplificado anteriormente.

A produção e disseminação da pesquisa científica *latu sensu* sobre a Amazônia realizada por pesquisadores qualificados e que vivem a realidade da região é bastante expressiva, principalmente quando comparada ao tamanho do NAEA, um núcleo de pequeno porte e nem sempre com o financiamento necessário para produzir o que planeja. Entretanto, as produções ainda são muito limitadas ao Estado do Pará ou Brasil, para um Núcleo de Excelência e que desde sua criação é voltado para uma perspectiva internacional.

O NAEA também se destaca pela qualidade do corpo docente. A identidade do professor é notadamente de alto nível intelectual, com formação nacional e internacional, atuações em redes internacionais, participações em eventos com reconhecimentos individuais e publicações de relevância sobre a Amazônia de referência mundial, elaboradas a partir de suas atuações no Núcleo em mais de uma língua.

O catedrático prof. Dr. Aragón integrou o Conselho Consultivo Internacional do Programa Man and the Biosphere (MaB)<sup>62</sup>, no período 2012-2019, a convite da Diretoria Geral da UNESCO. A participação do NAEA, na pessoa do Prof. Aragón, reflete o reconhecimento internacional do Núcleo como gerador de conhecimento e impulsionador de debates sobre sustentabilidade e desenvolvimento em áreas tropicais. A última reunião ocorreu na sede da UNESCO, em Paris, em fevereiro de 2019. A direção da Cátedra UNESCO/UFPA/NAEA participou de um evento na UNILA, PR, em 2015, que resultou no fortalecimento e estruturação do NEIAM.

A profa. Dra. Edna Castro foi professora convidada pelo departement de Sociologie e pelo Institute des Sciences de l'Environnement, ambos da *Université du Québec à Montréal/UQUAM*, cidade de Montréal, França para atuar na disciplina Teorias e Estratégias de Desenvolvimento; além de realizar conferência organizada pelo Département de Sociologie e Institut de l'Environnement de *Université du Québec à Montréal*, em 1997. Também participou de intercâmbio com a Universidade de la República, Montevideo, Uruguay, e com a Universidade de Valparaiso, no Chile. Participa como membro do Comitê Científico, do Réseau International de Sociologie Clinique - Rede RISC<sup>63</sup>; estabeleceu parceria com o Centro

---

62 O Conselho era formado por 12 membros de 12 regiões do mundo, inclusive dois da América Latina e Caribe. As reuniões ocorriam uma vez por ano, em Paris.

63 Disponível em: <https://www.sociologie-clinique.org/>



Latinoamericano de Ciências Sociais/ CLACSO, Buenos Aires, Argentina.

Os trabalhos da profa. Dra. Edna Castro, em segunda língua, foram publicados em: *Agronomic or contentious land change? A longitudinal analysis from the Eastern Brazilian Amazon, 2020*<sup>64</sup>; *Discipline and Develop: Destruction of the Brazil Nut Forest in the Lower Amazon Basin*<sup>65</sup>; *Annals of the American Association of Geographers*, v. 1, p. 1-24, 2018; *Urbanization and Social Segregation: Work and Housing Conditions in a Metropolis of the Brazilian Amazon, Belém/PA*; *Revista Internacional de Língua Portuguesa (Pelotas)*, v. 1, p. 193-212, 2010. Há outros que não foram relacionados nesta tese.

Liderado pelo Prof. Fábio Fonseca de Castro, o projeto Comunicação e Desenvolvimento Sustentável - Perspectiva comparada Pará/*Québec*, sobre a relação entre as estratégias de comunicação social midiaticizada e o debate sobre o desenvolvimento sustentável de empresas mineradoras em duas entidades políticas subnacionais, o estado do Pará, no Brasil, e a província do Québec, no Canadá, em parceria internacional de 2017 a 2020, contou com a participação de quatro estudantes de doutorado e um de mestrado profissional, com vistas à geração de teses e tese internacional. Além do envolvimento destes estudantes, mais três professores do NAEA, de diferentes linhas de pesquisas, foram envolvidos, caracterizando, desta forma, a interdisciplinaridade, característica do Núcleo.

Além da Pesquisa e extensão, considera-se, no âmbito internacional, a contribuição dada pelo Prof. Dr. Fábio de Castro no ensino, quando considerados os anos de 2017 e 2018 em que ele foi professor visitante da Universidade de Cambridge, e na extensão conferencista da *London School of Economics*. Há de considerar a participação de muitos outros professores do NAEA nesta mesma atuação.

Seguindo a linha da interdisciplinaridade, da transdisciplinaridade e da internacionalização da educação, e dentro do princípio que rege o NAEA, “a defesa dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente” (NAEA, 2015, p. 128), a profa. Dra. Marcela Vecchione Gonçalves obteve financiamento internacional para dois projetos de pesquisa. O primeiro foi financiado pelo *Critical Ecosystem Partnership Facility* (CEPF), Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), intitulado *Networking and Social Participation for Conservation of the Cerrado Brazil*. Esta iniciativa de observação das estratégias de conservação de povos e comunidades

---

64 Autores que publicaram no livro: Aldrich, Stephen P.; Simmons, Cynthia S.; Arima, Eugenio; Walker, Robert T.; Michelotti, Fernando.

65 Autores que publicaram nos anais: Simmons, Cynthia S.; Walker, Robert; Aldrich, Stephen; Arima, Eugenio; Pereira, Ritaumaria; Castro, Edna Maria Ramos De; Michelotti, Fernando; Waylen, Michael; Antunes, Aghane.

tradicionais, povos indígenas e quebradeiras de coco babaçu, em áreas de transição entre a Amazônia e o Cerrado envolveu duas alunas do curso de doutorado e finalizou em 2020.

O segundo projeto de pesquisa, “Entendendo Sobreposições Entre Territórios Logísticos e Territórios Tradicionais no Nordeste Paraense e na Ilha de São Luís: um aporte para criação de instrumentos metodológicos de luta na Amazônia Oriental”, foi financiado pela Heinrich Böll Stiftung (HBS) e contou com a participação de outras IES e ONGs<sup>66</sup> e com a participação de uma mestranda e uma doutoranda, que confeccionaram mapas a partir de diálogos com as comunidades, percebendo a relação e a percepção da mudança do uso da terra e da degradação ambiental, em virtude da expansão de projetos logísticos portuários<sup>67</sup>.

O Prof. Dr. Durbens Nascimento, em cooperação com o prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez, Prof. Titular de Direito Penal da Facultad Derecho de la Universidad de la Habana e Vice-Presidente da Sociedad Cubana de Ciencias Penales, desenvolve o projeto de pesquisa Rede Brasil-Amazônia de Gestão Estratégica em Defesa, Segurança Pública e Desenvolvimento, onde é coordenador geral do projeto de pesquisa. Este projeto é financiado pela Capes, no âmbito do Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional (Pró-Estratégia).

O NAEA tem participado e promovido eventos científicos internacionais, tanto em Belém como no resto do mundo, lançando publicações internacionais e em coautorias divulgadas âmbito internacional, além de iniciativas nacionais não informadas nesta tese.

O Prof. Dr. Armin Mathis participou do Seminário de Políticas de Regulação por Violações de Direitos Humanos na América Latina, realizado em Lima/Peru e da Reunião sobre a proposta de implementação do Maria Sybilla Merian Center for Studies of the Anthropocene (MAS).

O NAEA, por meio das atividades do prof. Dr. Sílvio Figueiredo, organizou o III Simpósio Internacional “Tourisme, Patrimoine et Politiques Publiques”, em concomitância à IXI Conférence Internationale AsTRES (Association Tourisme, Recherche et Enseignement), em 2019, no NAEA, voltados para os estudos culturais e do patrimônio. Estes eventos contribuem para o debate internacional sobre turismo sustentável e patrimônio histórico.

---

66 Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, da Associação Agroecológica Tijupá e da Associação dos Produtores e Produtoras do Projeto de Assentamento Pirocaba, no município de Abaetetuba, no Pará.

67 Parte da pesquisa foi divulgada na Revista de Políticas Públicas. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/15155>. As reflexões podem ainda ser lidas em <https://www.landportal.org/blogpost/2021/02/privatization-and-dispossession-shadow-pandemic>. Acesso em: 12 ju. 2021.

No âmbito da Extensão, como objetivo institucional, sobretudo pela difusão dos conhecimentos gerados em parcerias com a comunidade e como forma de divulgação dos conhecimentos gerados sobre a Amazônia, a Prof. Dra. Marcela participou do Seminário Internacional sobre Amazônia, Democracia e Direitos Humanos, organizado pela Fundação HBS, em Berlin, 2019, quando também esteve presente na série de discussões “*Burning Futures: On Ecologies of Existence*”, promovida por grupo de intelectuais e artistas em residência no Teatro HAU Hebbel am Ufer<sup>68</sup>, cujo Seminário de Abertura “Facing Extinction” contou com a presença do filósofo italiano Franco Girardi Bifo e Antonia Majaca, da University of Graz, na Holanda.

Em setembro de 2020, a professora também compôs o painel *Covid-19 y comunidades: impactos y vías para la reconstrucción en América Latina*, organizado pelo Seminario Universitario de Sociedad, Medio Ambiente e Instituciones (SUSMAI) do Colégio de Humanidades da Universidade Nacional do México (UNAM).

O NAEA participou do Congresso Mundial de Florestas (IUFRO), em Curitiba, PR, em 2019. Este é o mais importante da área de conservação e manejo florestal no mundo, quando a Professora Dra. Claudia Azevedo-Ramos, responsável pela relação também passou a participar da rede de pesquisa internacional sobre comércio internacional de madeiras tropicais no contexto do Acordo UE-Mercosul em associação ao Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade (CENSE).

O NAEA teve destaque no seminário internacional denominado “Megaprojetos, Atos de Estados e Povos e Comunidades Tradicionais”, realizado em Cali (Colômbia), em 2018, representado pela Profa. Dra. Nírvia Ravena e pelos doutorandos na época, Elielson Pereira, em estágio doutoral PDSE, na Universidade da Antioquia, e Selma Solange Monteiro, orientanda do Prof. Dr. Armin Mathis e coorientanda da Prof. Rosa Acevedo.

O seminário organizado pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, pela Profa. Rosa Acevedo e pela Universidade do Ocidente, na Colômbia, resultou no livro<sup>69</sup> *Territorio, Cultura y Pueblos: Megaproyectos, Actos de Estado, Pueblos y Comunidades Tradicionales*, com a participação de docentes e discentes de vários países, incluindo os do NAEA. Outra publicação nesta mesma direção foi o livro<sup>70</sup> *Mineração e Garimpo em Terras Tradicionalmente Ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas*, que contou com a participação de vários

---

68 O PODCAST. Disponível em:

<https://www.google.com/search?client=firefox-bd&q=facing+extinction+hau+hebel+am+uffer>.

69 Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/territorio-cultura-y-pueblos-megaproyectos-actos-de-estado-pueblos-y-comunidades-tradicionales>

70 A publicação pode ser lida em: <http://novacartografiasocial.com.br/pre-lancamento-do-livro-mineracao-ega-rimpo-em-terras-tradicionalmente-ocupadas-conflitos-sociais-e-mobilizacoes-etnicas-no-dia-28-de-abril-de-2020/>

discentes e egressos do NAEA, em colaboração com pesquisadores de outras universidades do Brasil, da Pan-Amazônia e de pesquisadores filiados à SBPC.

Faz-se importante destacar, ainda, os egressos e alunos do NAEA que vêm se destacando no cenário internacional. Embora em menor amplitude, porém com bolsa PDSE-CAPES para pesquisar no CENSE e aprovação no programa de estágio com o BID. A pesquisa “*Impacts of International Policies and Markets on Combating Illegal Logging and Trade in Illegal Timber and Fostering Sustainability in Timber and Agricultural Supply Chains – IMPACT*” foi submetida ao apoio do governo alemão, com pesquisadores da Universidade de Freiburg, com a participação de discentes, há egresso participando de Rede IntegraSul e alunos com destaque internacional participando de pós-doutorado e cursos de especialização do outro lado do mundo.

Nos últimos anos, foram realizadas duas edições do Seminário Internacional América Latina SIALAT, uma em novembro de 2017 e outra em novembro de 2020, por meio do NAEA, com parcerias com centros de pesquisas e redes de saberes de vários países da América Latina. Estes Seminários Internacionais latinos de políticas e conflitos contemporâneos contam com a presença de vários países da América do Sul.

Em 2017, o SIALAT foi coordenado pelo NAEA, representado pela profa. Dra. Edna Castro, e objetivou uma maior reflexão sobre as transformações vigentes na sociedade no campo da economia e do meio ambiente, especialmente em países da América Latina, no sentido de contextualizar as mudanças a partir dos interesses de mercado sobre os territórios ocupados e os recursos naturais, uma vez que nestes espaços são evidentes os conflitos e as necessidades de novas formas de lutas sociais.

O evento possibilitou a integração dos povos amazônicos na realização de debate aberto sobre colonialidade, poder, rupturas e continuidades, dentre outros, em palestras, mesas redondas que promovem debates contemporâneos sobre a região latino-americana, além de grupos temáticos e minicursos, oportunizando intercâmbio acadêmico com professores de outros países da América Latina.

Estiveram presentes 50 pessoas vindas de outros países, como nomes internacionais importantes no debate sobre desenvolvimento, a exemplo de Sara Alonso, da Universidade de Barcelona, e Eduardo Gudynas, da Universidade Nacional de Montevideo e FLACSO Argentina, além de alunos vindos de várias universidades da Amazônia Oriental. Um dos principais resultados destes eventos foi a formação de um grupo de jovens latino-americanistas para pensar a América Latina, desde a ecologia política na Amazônia. Desta forma, o NAEA cumpre, mais uma vez, com seu papel integrador na Região.

Em função da Pandemia do *Covid*, o SIALAT, em 2020, ocorreu de forma virtual, entretanto foi garantida a qualidade e eficiência do evento, garantindo, inclusive, a presença de pesquisadores, discentes e docentes internacionais que não estariam presentes caso fosse presencial. Nesse evento, o Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), a Universidade de la República (Uruguai), a Universidade de Cuenca (Equador) e a Universidad Javeriana (Colômbia) participaram ativamente.

Se, por um lado, a pandemia do *Covid* trouxe dificuldades no sentido de aproximar as pessoas, por outro lado fez com que novas tecnologias fossem desenvolvidas para que pesquisadores, docentes e discentes pudessem estar mais próximos e dar continuidade ao que não pode parar: a ciência. Assim, durante todo o ciclo pandêmico, desde a ameaça à vida com alertas da OMS e decretos e portarias, o NAEA buscou viabilizar as atividades eletronicamente.

Desta forma, foi realizado o Seminário Internacional Desenvolvimento, (In)sustentabilidade e Sociobiodiversidade (SEDEINS). Foram apresentados trabalhos de pesquisa e debates, temática ligadas ao desenvolvimento e aos problemas da sustentabilidade na atualidade amazônica, proporcionando maior interação entre alunos, professores nacionais e internacionais. A realização do SEDEINS em formato virtual possibilitou a participação dos mais diversos parceiros e instituições internacionais, a exemplo de UMET - Equador, Universidad Javeriana - Colômbia e USBCALI – Colômbia, além das IES nacionais e outras.

Em setembro de 2020, O NAEA esteve representado na Live Virtual Forum on Earth System Governance, compondo o painel “How do practitioners view our work? A transdisciplinary debate about the relevance of (studying) intergovernmental negotiation sites”<sup>71</sup>. Espera-se a publicação de um artigo conjunto a ser publicado na revista Earth System Governance.

Deixamos de relatar as diferentes e inúmeras lives ocorridas no período pandêmico que efetivamente deu um salto de qualidade, quer nas relações internacionais, quer na criação de metodologias criadas para fazer face às necessidades do momento. Na atualidade, quando a ameaça do Vírus se afasta um pouco mais, alunos e professores buscam pela opção virtual para dar continuidade às relações acadêmicas via internet.

Há que se destacar, entretanto, que o uso de salas virtuais, dentre outras Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permitem o acesso e a propagação de (in)formações, e a comunicação entre pessoas é extremamente importante e, na atualidade, um caminho sem volta.

Mesmo sendo o NAEA um núcleo integrador de excelência com avaliação superpositiva pela CAPES, nota 7, este núcleo não pôde contar na pandemia, e nem depois, com tais recursos.

---

71 Disponível em: <https://www.journals.elsevier.com/earth-system-governance>.

É sabido que os estudantes nem sempre dispõem de equipamentos e acesso à internet. Nesse sentido, como promover e dar sustentabilidade ao saber em novos tempos a partir de um Centro que se encontra à frente em suas pesquisas, mas atrás quando comparado a tecnologia que usa com seus alunos no Brasil, enquanto no resto do mundo há uma outra realidade?

Neste contexto, a cotutela é um outro instrumento utilizado pelo NAEA para a internacionalização da educação superior. Professores do NAEA participaram da defesa de tese de discente, cuja orientação foi do prof. Dr. Sílvio. Esse regime envolveu a Universidade de Paris VIII e o NAEA em 2019. O professor participou, ainda, da mesa redonda intitulada “*Exposer la culture de l’Amazonie au musée*”, no Seminário Internacional *Créons ensemble au Musée*, organizado pelo Museu do Homem, em Paris, no mesmo ano. Além da cotutela de Monique de Bouteville, fortaleceu e colaborou com o conjunto de pesquisas sobre as diversidades socioculturais amazônicas como constituintes das diversidades estruturais amazônicas.

Outra situação de cotutela é de Tamara Lima. Seu processo de intercâmbio estimulou o fechamento de Acordo de Cooperação entre a UFPA e URJC de Tese para dupla titulação. A pesquisa de Tamara é sobre governança da saúde na Amazônia e demonstra a internacionalização da formação como meta. As Publicações internacionais selecionadas representativas demonstram a produção intelectual dos docentes em articulações com seus grupos de pesquisa, ou quando em estágio pós-doutoral ou em nível de extensão, fazendo circular informações da Amazônia ao resto do mundo.

Deixa-se de relacionar as inúmeras obras nacionais e de circulação no país que provavelmente devem chegar no mundo todo em detrimento das obras internacionais já citadas anteriormente e acrescenta-se a do professor titular do NAEA, Francisco de Assis Costa, que publicou a obra *A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)*, pela *Cambridge Scholars Publishing*, em 2019, sobre economia e ocupação campesina que vem despertando interesse internacional, que envolveu, aproximadamente, a formação de mais de 30 egressos.

Destaca-se a produção acadêmica da profa. Dra. Rosa Acevedo Marin, com publicação de vários capítulos no livro *Megaprojetos, Atos de Estado, Povos e Comunidades Tradicionais*, editado pela Editora Universitária da Universidad Autónoma de Occidente, em Cali, Colômbia. Em 2020, a obra foi considerada como uma das quatro produções mais relevantes da docente em função da inovação. O livro contou com a participação de egressos, docentes e discentes do NAEA e apresenta a metodologia do Projeto Nova Cartografia Social, faz crítica ao nacionalismo metodológico e apresenta instrumentos para compreender e descrever os megaprojetos de desenvolvimento, desde a chave analítica das violações territoriais específicas.

Uma abordagem sobre a importância da cultura local para a manutenção de ações conservacionistas de quelônios na região amazônica foi feita pelo Prof. Dr. Juarez Pezzutti, que publicou o trabalho “Commoning in dynamic environments: community-based management of turtle nesting sites on the Lower Amazon floodplain”, além do trabalho de redes para a sustentabilidade, “A conspiracy of silence: subsistence hunting rights in the Brazilian Amazon” quando trata dos aspectos legais o uso e manejo da fauna por povos tradicionais para sua alimentação.

O Prof. Dr. Josep Pont Vidal é autor de uma série de publicações internacionais, dentre as quais: e Administración y Estado en el contexto post Covid-19: ¿Hacia un nuevo tipo de vínculo? *Gestión Y Análisis De Políticas Públicas*, v. 1, p. 33-47, 2021; Creación de desinformación y sistema político durante la pandemia de *Covid-19*: un esbozo conceptual. *Marco (Marketing y Comunicación Política)*, v. 1, p. 58-74, 2021; Organizaciones en tiempos de incertidumbre: de la seguridad a la contingencia. *Revista del CLAD Reforma y Democracia*, v. I, p. 43-74, 2021; La operación? LAVA JATO? y el proceso político en Brasil: ¿Lucha contra la corrupción o interferencias sistémicas?. *Revista Mexicana de Análisis Político y Administración Pública*, v. 1, p. 41-59, 2020.

O prof. Dr. Josep compõe o Comitê Científico da RESURBE - plataforma aberta interdisciplinar, multissetorial e internacional, que tem a colaboração de mais de 60 organizações em todo o mundo e visa facilitar a criação e o intercâmbio de conhecimento entre governos locais e regionais, universidades e centros de pesquisa, organizações internacionais e outras partes interessadas dos setores público e privado. A RESURBE, assim como o NAEA, adota uma abordagem de desenvolvimento comunitário participativo, privilegiando a inovação dos sistemas socioecológicos para reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais e melhorar o bem-estar humano. Além do envolvimento acadêmico em várias outras Universidades, é membro do Conselho Científico da CÁTEDRA UNESCO de Desenvolvimento Sustentável (Universidade Politécnica da Catalunya).

Na internacionalização do ensino superior, em 2019, o Prof. Claudio Szlafsztein atuou como professor convidado, na *WSPA University College of Enterprise and Administration*, em Lublin (Polônia), para estudantes de graduação em Relações internacionais e Economia. Financiado pela Comunidade Europeia, programa Erasmus +, contribuiu com seminários sobre meio ambiente e a internacionalização da Amazônia.

O Prof. Dr. Hisakhana Corbin, colaborador do BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio do projeto Urban Development and Housing-Neighborhood Upgrading,

atuou como associado Sênior em Environmental Safeguards no referido Banco, em Washington, Estados Unidos.

A profa Dra. Nírvia Ravena, a partir do Regimento do NAEA, é consultora do Global Environment Facility Amazonas OTCA/PNUMA/OEA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica/Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Organização dos Estados Americanos) e com a Universidade de Externado (Colômbia) Universidade de Externado (Colômbia), Universidade de Groningen, Holanda, Centre for Global Cooperation Research-Alemanha e Universidade de Leeds, Inglaterra. Participou do Seminário Internacional América Latina: Política e Conflitos Contemporâneo, realizado pelo NAEA quando coordenou o Grupo de Trabalho intitulado “Estado e suas políticas na América Latina e na Amazônia”. Participou do 2nd International Conference on Public Policy, na University Cattolica del Sacro Cuore em Milan, além de outros eventos internacionais, atuou como coordenadora de painéis, apresentou trabalhos e *papers*.

A representatividade de docentes, suas obras e atividades internacionais relacionadas com o NAEA não devem omitir as inúmeras outras ações realizadas em português e muitos menos os demais docentes não relacionados. Trata-se apenas de uma exemplificação de ações de internacionalização de educação superior que o NAEA realiza.

Há que se observar as monografias, dissertações, teses e obras dos docentes, que são em grandes números, escrita em português, a maioria das pesquisas tem como recorte geográfico o Estado do Pará, o que chama a atenção para um Núcleo de Altos Estudos Amazônicos que se propõe a pensar alternativas para a Pan-Amazônia.

Para melhor exemplificação, tomam-se os trabalhos apresentados no II Simpósio Internacional Interdisciplinaridade, Sustentabilidade e Desenvolvimento: Crítica e Atualização do Debate na Produção do Conhecimento na Amazônia, organizado pelo NAEA, em 2018.

Dos 111 trabalhos apresentados, 80 tratavam de pesquisas no Estado do Pará, 17 nos estados brasileiros, estes com destaque para o Amapá e somente um trabalho com recorte geográfico fora do Brasil. Titulado “Pontos de Cultura Sem Fronteiras: Redes Sociais, Epistemologia de Fronteira e Práticas de Cultura Viva Comunitária no Chile”, apresentado pelo discente José Maria Reis e docente Souza Junior e Silvio Figueiredo.

Reforçando a afirmativa sobre o recorte geográfico limitado ao Estado do Pará, ao abordar os programas do NAEA, tomamos como exemplo o programa do FIPAM e suas monografias para demonstrar o caminho contrário tomado pelo NAEA, quando afirma ser um Núcleo que pretende ter uma visão da Amazônia, em um sentido mais amplo, da Pan-Amazônia, mas que ainda fica muito restrito ao Estado do Pará.



## 5. 2 Os Programas do NAEA

A Resolução nº 789, de 13 de dezembro de 2018, aprovou o Regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e estabelece que este Núcleo realiza o ensino, pesquisa e extensão por meio de programas interdisciplinares, com autonomia acadêmica e administrativa, voltada para a produção e a difusão de conhecimento na área de desenvolvimento da Amazônia e do Trópico Úmido.

Na Seção IV, que trata das Subunidades Acadêmicas, focadamente no artigo 25, relacionou os programas de pós-graduação, sendo: I – o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU); II – o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP); III – o Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS). Firmou como parágrafo único que o PPLS deve possuir a exclusividade na oferta de Curso de Especialização no âmbito do NAEA.

No Art. 27, se definiu que as Subunidades Acadêmicas do Núcleo, neste caso, os Programas de Pós-graduação, possuirão Regimento próprio, aprovado pelo órgão máximo desta, e, posteriormente, homologado pela Congregação, obedecidas às disposições do Estatuto e do Regimento Geral da Universidade, e às Resoluções do CONSEPE e da Congregação do NAEA.

No sítio institucional do NAEA, há muita informação sobre o programa, bem como sobre os cursos de mestrado e doutorado. Estas informações estão em português, espanhol e inglês americano. O programa vem, progressivamente, sendo bem avaliado pela CAPES. Em 2017, recebeu a nota 6 e no quadrimestre seguinte, em 2021, a nota máxima, nota 7.

Na Avaliação Quadrienal 2017, a avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concedeu ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), a nota 6. Neste processo, a Internacionalização da Educação Superior estabelecida no Núcleo é ressaltada pelos avaliadores do programa como avanço.

O Programa também avançou na internacionalização ao enviar 11 alunos para o exterior, receber alunos de diversas nacionalidades, enviar docentes para estágios pós-doutorais e manter diversos acordos e convênios internacionais que resultaram em projetos e publicações (CAPES, ficha de avaliação, 2017, p. 9).

Os avaliadores citam as universidades que o programa tem relações internacionais como a Columbia University (EUA), Waterloo University (Canadá), Indiana Univeristy (EUA), Lancaster Universit (Inglaterra), Imperial College (Inglaterra), Universidade de Kassel

(Alemanha), Universidad de la Habana (Cuba), City University of New York (EUA), Universidade do Suriname, Universidad de Deusto (Espanha), Universidad Católica Dámaso Antonio Larrañaga (Uruguai); Universidad Católica de Santiago de Quayaquil (Equador); Universidad de Aveiro (Portugal); Universidad Pedagógica Nacional de Colombia (Colômbia), Universidad de Puerto Rico (Porto Rico), Universidade de Amsterdam (Holanda), Universidade Livre de Berlin (Alemanha), University of Florida (EUA), Universidade de Kinshasa (República Democrática do Congo), bem como destacam “a liderança realizada por um professor do Programa da Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, tema central do Programa” Referindo-se ao excelente trabalho do catedrático e professor do NAEA (CAPES, ficha de avaliação, 2017, p. 9).

Na avaliação Quadrienal 2021, período 2017-2020, o NAEA conquistou a nota 7 - considerada nota máxima, na avaliação do programa de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDSTU.

Dentre os pontos positivos que levaram o programa a conquistar a nota máxima, cita-se o processo de internacionalização do programa e sua relação com a promoção do desenvolvimento sustentável para a Amazônia, isso porque é destacado na ficha de avaliação:

O Programa participa de projetos de cooperação internacional, de médio e longo prazo, assim como de ações mais pontuais, como a realização de eventos e missões. O relatório aponta um conjunto de projetos com fontes de financiamento externas e a participação em redes de pesquisa, assim como um amplo conjunto de publicações em revistas internacionais...Também há a indicação da mobilidade de discentes, com o intercâmbio com outras instituições de ensino e pesquisa no exterior. Tal processo garante a ampla atuação e a maior visibilidade às ações do Programa. CAPES, Ficha de Avaliação, 2022, p. 11).

Os avaliadores concluem que o Programa efetivamente se destaca na Internacionalização da Educação Superior quando também assume a responsabilidade de organizar eventos e missões para debater temáticas relacionada as áreas de conhecimento, de estabelecer convênios de cooperação internacional com diferentes países e de participar em redes de pesquisa e inovação internacionais.

Desta forma, o site institucional<sup>72</sup> afirma que “o PPDGSTU se consolida como programa de excelência em pesquisa e pós-graduação interdisciplinar sediado na Amazônia, reforçando a importância do Núcleo [...]. A nota máxima também reconhece programas *stricto sensu* como sendo de padrão internacional”.

---

72 Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/noticias/todas/1023-ppgdstu-nota-7-capes-2>

### 5.2.1 Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS) - Cursos de Especialização

O Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* (PPLS) é a Subunidade Acadêmica do NAEA constituída por Cursos de Especialização (Art 1º Regimento). É formado pelo Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas, atualmente denominado de Programa de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM). Aprovado pela Resolução nº 160, de 21 de fevereiro de 1973, compõe o referido programa cursos de especialização.

Conforme o Artigo Segundo do Regulamento, os cursos de especialização deste programa de pós-graduação destinam-se a qualificar graduados para atividades científicas, tecnológicas, profissionais, literárias e/ou artísticas, em setores específicos do conhecimento. Completado pelo artigo 11 que trata do financiamento e possibilita a criação de outros cursos de especialização de pós-graduação *lato sensu* voltados ao atendimento da demanda social, desde que: I – Gratuitos, respeitadas as disponibilidades financeiras, de pessoal e de infraestrutura da instituição; ou II – Autofinanciados, com os custos totais ou parciais sendo assegurados pelos alunos, desde que as propostas de criação de cursos gratuitos e autofinanciados obedeçam ao calendário previamente definido pela PROPESP.

De forma a garantir a excelência do NAEA, o Regimento estabelece que “a qualificação recomendada para o corpo docente de cursos *lato sensu* é o Título de Doutor ou Mestre, obtido em Programa de Pós-Graduação reconhecido no País (Art. 9º).

#### 5.2.1.1 Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM)

É o primeiro curso oferecido pelo NAEA e a primeira aula do FIPAM coincide com a efetiva instalação do NAEA.

A Resolução nº 127, de 12 de outubro de 1972, aprovou o programa de internacional de treinamento do projeto de desenvolvimento de Áreas Amazônicas, já titulado FIPAM, mas ainda como um projeto.

Neste fluxo, em 1973, o I Programa Internacional de Formação em Projetos de Desenvolvimento de Áreas Amazônicas (FIPAM) foi aprovado pela Resolução nº 160, de 21 de fevereiro de 1973, sendo a primeira iniciativa de ensino de pós-graduação em nível de especialização do NAEA.

No mesmo dia em que o NAEA foi declarado oficialmente instalado, iniciaram-se as aulas do FIPAM. Haviam-lhe sido, previamente, assegurados os recursos materiais indispensáveis, recrutados os professores, selecionados os alunos e dado começo à frutuosa cooperação com entidades estrangeiras (V.G, a Fundação Ford) (Mendes, 1983, p. 98).

A aula inaugural foi proferida pelo prof. Dr. Armando Dias Mendes e a coordenação do programa sob a responsabilidade do prof. José Marcelino Costa. O evento ocorreu entre fevereiro/março até dezembro de 1973, com 43 semanas, incluindo 40 horas semanais para elaboração das pesquisas, e de dedicação exclusiva. Para o Laboratório de pesquisas, elemento integrador do programa, foram previstas 20 horas semanais.

Conforme folheto amplamente distribuído para captação de alunos, no conteúdo programático do FIPAM constava a realidade da Amazônica, teorias, métodos e técnicas de desenvolvimento socioeconômico, cursos monográficos com inovações tecnológicas, conferências e seminários de avaliação de planos, programas, projetos, estudos de perspectivas e projetivas vigentes na época. Os trabalhos eram desenvolvidos por equipes de três a cinco membros, com a presença de um coordenador de alto nível acadêmico.

A formação objetivava contribuir para o desenvolvimento da Amazônia, atualizando e aprofundando conhecimentos sobre desenvolvimento da Amazônia, novas teorias e técnicas, intercâmbios entre os organismos, aumentando a base de conhecimentos sobre a Amazônia, a avaliação e a eficiência do setor público, além de avançar na elaboração de uma visão prospectiva global da região amazônica. Esperava-se, assim, consolidar o conhecimento sobre a Amazônia e aplicar o instrumental analítico adquirido nas aulas teóricas.

Para o planejamento do FIPAM, além dos professores locais, de alta experiência, o programa contou com a colaboração ativa de especialistas internacionais como: prof. John Friedman (Universidade da Califórnia), um dos maiores estudiosos na área de desenvolvimento e planejamento; Walter Stohr, da Universidade McMaster, Canadá; Lloyd Rowin e Lise peattie, de Massachussets Institute of Technology, USA; e Wener Barer, da Universidade de Vanderbilt, U.S.A. que assumiram o compromisso de apoiar o programa. “O norte pesou, como ainda pesa na construção de um pensamento mais crítico e de certa autonomia em pensar a Amazônia a partir de um olhar sul-americano” (Bastos; Castro; Ravena, 2010, p. 4).

Para Moreira (2018), o que justificava a criação do FIPAM era a necessidade de ter pessoal qualificado para acompanhar as mudanças que ocorriam na época, visando a mobilização das potencialidades da Pan-Amazônia e a importância da região com um todo. A formação de assessorias com múltiplos recursos institucionais da região deve constitui um elemento imprescindível para o planejador. Novos tipos de informação devem ser estudados e

desenvolvidos novos métodos de análise, e como devem ser utilizadas essas informações. O especialista, formado pelo FIPAM deve ampliar seu treinamento nesses métodos e técnicas de análise para tirar maior proveito dos projetos recentes e das informações resultantes e desta forma, para ser mais eficaz, os participantes devem ter conhecimento de planejamento integrado, a partir de equipes interdisciplinares, e conhecimento geral da região e de outros campos científicos.

Em 1983, o professor José Marcelino Monteiro da Costa apresentou o primeiro Relatório de Gestão do NAEA intitulado “Desenvolvimento Regional: NAEA, uma década de Experiência Amazônica”, ainda datilografado, em comemoração a uma década de atividades do NAEA. Em 2008, na direção da profa. Dra. Edna Castro, essa publicação foi reeditada e no prefácio pode-se ler.

O Relatório passa em revistas os professores [...]e convidados, vindos de instituições altamente renomadas no mundo acadêmico, nacional e internacional, o exercício e as dificuldades de construir uma metodologia interdisciplinar e a aplicação no âmbito da aplicação e da pesquisa, os temas tratados nas disciplinas, nos debates e nas pesquisas de docentes e discentes, e finalmente, a ousadia de criar a primeira experiência de pós-graduação da Pan-Amazônia, nas áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas (Castro, 2008, p. 9).

Nos 10 primeiros anos o NAEA, de acordo com o Relatório de Gestão, ofertou 21 cursos de nível de pós-graduação *lato sensu*, sendo 07 de especialização, 11 de aperfeiçoamento, 02 de extensão e 01 de atualização. Destes, 15 foram realizados em Belém (PA), 03 em Macapá (AP) e 01 em São Luís (MA). Aproximadamente 526 estiveram matriculados nos cursos pós-graduação *latu sensu*, sendo 19 alunos oriundos de países da Pan-Amazônia como Venezuela, Equador, Colômbia, Peru e Bolívia. Instituições como Universidades da Amazônia Legal e da América Latina, Órgãos Regionais de Fomento, Secretarias Estaduais e Municipais da Amazônia Legal, Governo Federal. Instituições Federais de Pesquisa, sociedades de economia mista também foram beneficiadas.

Destaca-se que, além do FIPAM, outros cursos podem ser realizados dentro do programa, conforme regimento.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* voltados ao atendimento da demanda social poderão ser: I - Gratuitos, respeitadas as disponibilidades financeiras, de pessoal e de infraestrutura da instituição; ou II - Autofinanciados, com os custos totais ou parciais sendo assegurados pelos alunos. § 1º - As propostas de criação de cursos gratuitos e autofinanciados deverão obedecer o calendário definido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP) para julgamento pelas instâncias competentes e implantação. (Universidade Federal do Pará, Resolução n. 4.065, art. 11º - Regulamento, 2010).

Assim, outros cursos foram realizados, como o Curso Internacional em Política Científica e Tecnológica para a Amazônia, em cinco edições, e os Cursos de: Especialização em Planejamento, Gestão e Educação Profissional; Curso de Especialização em Educação Ambiental e Manejo de Recursos Naturais, em cooperação com o Estado do Amapá; Curso de Especialização em Planejamento Urbano e Gestão Local, em cooperação com a Prefeitura de Parauapebas; Curso de Especialização em Desenvolvimento e Gestão de Cooperativas de Créditos da Amazônia. Houve, ainda, os cursos de especialização oferecidos para os servidores técnico-administrativos da UFPA e Desenvolvimento Institucional, Gestão Orçamentária e Financeira.

Para Costa (1983), os FIPAMs, em 10 anos, consolidaram a vocação do NAEA como centro irradiador de conhecimento e de análise crítica sobre a realidade regional, preparando uma nova geração de profissionais para atuarem tanto no setor público como na academia. Neste período, o NAEA contou com a ajuda financeira do BASA, SUDAM, SUBIN e Fundação Ford, para a realização dos cursos do FIPAM, formação da equipe permanente científica e de apoio, livros e equipamentos como móveis, máquinas, utensílios, dentre outros (Costa, 1983).

Concorda-se que o FIPAM objetivou e alcançou a preparação de equipes técnicas que participaram dos treinamentos, para a elaboração e realização de forma sistemática e permanente, de estudos e pesquisas sobre o processo de desenvolvimento da Amazônia.

O aspecto mais interessante, original e inovador dos cursos, além da interdisciplinaridade tanto da equipe docente como do alunado, foi o laboratório de pesquisa. Este funcionou como um fulcro de preocupações pragmáticas e teóricas: pragmáticas devido ao teor dos temas relacionados à perspectiva amazônica; teóricas devido ao seu potencial de inferências generalizantes (Costa, 1983, p.28).

Por outro lado, ficou comprometida a amplitude da informação sobre a Amazônia, uma vez que as pesquisas, sistematizadas nas monografias ficaram bastante limitadas no Estado do Pará, quer no FIPAM como nos demais cursos de especialização realizados dentro do programa.

No que diz respeito às áreas pesquisadas, há de se considerar que em 2000 o NAEA lançou um Catálogo com as monografias apresentadas desde o primeiro FIPAM, em 1973, até o ano de 2000. Em análise na referida publicação, pode-se notar que das 280 monografias relacionadas no catálogo, 60% pesquisaram em área geográfica no Estado do Pará, sede do NAEA. Outros 27% são de monografias nacionais, ou de outro Estado Brasileiro, com destaque para o Estado do Amapá, onde foram sediados alguns eventos, ou monografias regionais voltadas para a Amazônia Brasileira. Somente 11% referem-se a monografia cuja área pesquisada está na Pan-Amazônia ou voltada para a América Latina.

Considerando Aragón (2019, p. 15), “era um curso *lato sensu*, para a época, *sui generis*, principalmente pelo seu caráter interdisciplinar e internacional, composição de seu corpo docente e discente, e currículo, mas já pensando no mestrado”. Nesse sentido, refletindo a partir do caráter internacional do programa, especialmente da concentração geográfica da pesquisa refletida nas monografias situadas em um mesmo espaço geográfico, no Estado do Pará, o programa poderia ter alcançado melhores resultados se efetivamente tivesse uma melhor distribuição geográfica de pesquisa ampliada para toda Pan-Amazônia.

Entretanto, não se pode descartar que além de se tratar da escolha do aluno, ou do grupo de alunos, pois é possibilitado o trabalho em grupo, a opção pelo recorte geográfico é definida por estes. Por outro lado, nas análises realizadas, pode-se constatar que professores orientadores têm mais monografias internacionais que outros.

**Quadro 13** – Curso Internacional de Formação de Especialistas em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas\* – FIPAM - Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas.

ANO	CURSO	Número de Monografias	Área Geográfica			
			Estado do Pará e / ou Municípios	Região Amazônica		Não Identificado
				BRA-SIL	Outros Países	
1973	FIPAM I	5	-	5	-	-
1974	FIPAM II	5	1	4	-	-
1975	FIPAM III	5	-	5	-	-
1976	FIPAM IV	5	4	1	-	-
1981	FIPAM V	5	3	1	-	1
1988	FIPAM VI	22	9	5	7	1
1989	FIPAM VII	21	8	4	9	-
1992	FIPAM VIII	21	15	6	0	0
1993	FIPAM IX	13	10	1	1	1
1994	FIPAM X	6	3	3	-	-
1995	FIPAM XI	7	7	-	-	-
1997	FIPAM XII	9	6	3	-	-
1998	FIPAM XIII	12	10	2	-	-
1999	FIPAM IX	15	15			
TOTAL		151	91	40	17	3

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de Especialização do NAEA 1973-2000 (2000). Elaborado pela autora.

Observa-se que há uma descontinuidade nos cursos do FIPAM. Até 1976, foram realizados quatro FIPAMs seguidamente, quando o programa foi interrompido voltando a ser

ofertado somente em 1981, com o FIPAM V, novamente interrompido. O quadro acima apresenta a sequência de interrupções.

**Quadro 14** – Cursos de Especialização Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas

ANO	CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	Monografias Total	Área Geográfica			
			Estado do Pará ou Municípios	Região Amazônica		Não Identificado
				Brasil	Outros Países	
1978	Curso de Planejamento Agrícola III – Região Amazônica.	5	5			
1978	Curso de Planejamento Urbano I	5	-	-	-	5
1995	Curso de História e Cidade	5	4	1	-	-
1997	Curso de Planejamento do Desenvolvimento Regional	6	6	-	-	-
1998	Curso de Populações Tradicional da Pan-Amazônia	13	10	3	-	-
1999	Curso de Direito Ambiental e Políticas Públicas	20	12	2		6
1999	Curso de Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental (Amapá)	9		9		
TOTAL		63	37	15		11

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de Especialização do NAEA 1973-2000 (2000). Elaborado Pela autora.

**Quadro 15-** Curso Internacional de Política Científica e Tecnológica Para a Amazônia CIPTAM - Monografias Total x Área Geográficas Pesquisadas

ANO	CURSO	Número de Monografias	Área Geográfica			
			Estado do Pará e / ou Municípios	Região Amazônica		Não Identificado
				BRASIL	Outros Países	
1989	CIPCTAM I	19	2	4	9	4
1995	CIPCTAM II	4	-	-	2	2
1997	CIPCTAM III	17	10	2	5	-
1998	CIPCTAM IV	14	9	1	4	-
1999	CIPCTAM V	12	9	2	-	1
TOTAL		66	30	9	20	7

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de Especialização do NAEA 1973-2000 (2000). Elaborado pela Autora.



**Quadro 16** - A primeira turma do FIPAM foi assim constituída

Projeto de Pesquisa	Nome	País/Estado	Instituição	Área de Conhecimento
Modelo de Crescimento Regional e os Setores Dinâmicos e/ou Estratégicos.	Alfredo Jimenez Barros	Colômbia	-	Ciência Política, Direito Internacional
	Edna M R de Castro	Pará	UFPa	C. Sociais
	Roberto da C. Ferreira	Pará	UFPa	Economia
	Cléo C R Oliveira	Pará	IDESP	Economia
	Antonio A Correa	Amazonas	INPA	Química Industrial
	Nelson Chagas	Maranhão	S.P.Ma	Estatística
Modelos de Políticas para a Região (Planos Traçados para a Amazônia SPVEA-BRASIL)	Rosa Acevedo Marin	Venezuela	-	Sociologia
	Lindalva Teixeira	Pará	UFPa	C. Sociais
	Antonio W F Silva	Pará	BASA	Economia
	Augusto B Serra	Maranhão	S.P.Ma.	Economia
	Paulo Roberto Chagas	Pará	BASA	Engenharia Civil
	Francisco M. Filho	Pará	Banco Brasil	Direito
A Expansão da Fronteira Econômica e a População Economicamente Ativa	Julio Belandia	Colombia	-	Direito Internacional, Diplomacia
	Maria Frota	Pará	UFPa	Geografia e História
	Cleusa Correa	Amazonas	INPA	Economia
	Solfiere S Teive	Maranhão	S.P.Ma	Economia
	Olavo Reis	Pará	Receita Federal	Direito
	Antonio dos Santos	Pará	IPEA	Agronomia
A Rede Urbana Amazônica e/ou Núcleos Populacionais	Alfredo Samaniego	Venezuela	-	Agronomia
	Maria Elvira Sá	Pará	UFPa	Assistência Social
	Walter Silva	Pará	SUDAM	Economia
	João Tertuliano Neto	Pará	IDESP	Economia
	José Ferreira	Pará	UFPa	Arquitetura
	Savino Mombelli	Pará	CER-NORTE	Teologia
A Integração Nacional e suas Repercussões Regionais (Título Final: A Amazônia no Processo de Integração: ensaio sobre as repercussões, na Amazônia da Política Brasileira de Integração Nacional.	Patricio Duque	Equador	-	Direito
	Maria de F C Conceição	Pará	IDESP	Sociologia
	Argemiro Azevedo	Pará	Receita Federal	Economia
	Deise S Ferreira	Pará	BEP	Economia
	Jean Hebette	Pará	CER-NORTE	Teologia
	Albertina Oliveira	Pará	UFPa	Geografia

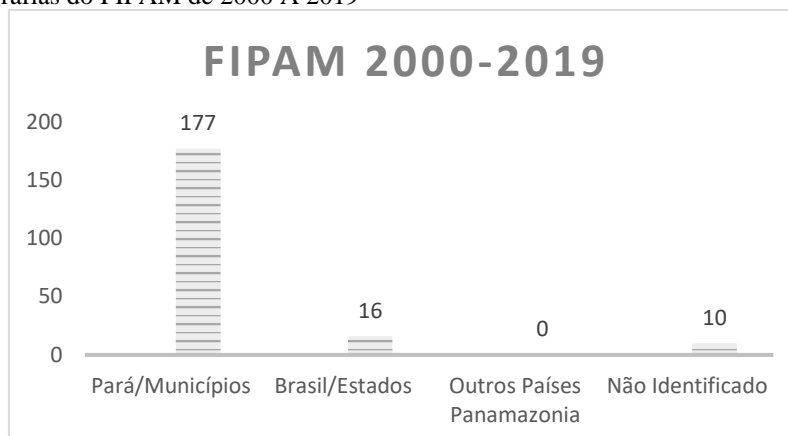
**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de Especialização do NAEA 1973-2000 (2000). Elaborado pela Autora.

Em 2019, o NAEA lançou o Catálogo de Monografias dos Cursos de Especialização do NAEA:2000-2017, com as monografias até 2019. Nesta publicação, pode-se observar que a área geográfica pesquisa ficou ainda mais limitada ao Estado do Pará, saindo um pouco mais da capital para os municípios, e quase nula quando para outros países da Região Amazônica. Os quadros e gráficos a seguir demonstram os registros realizados.

**Quadro 17-** Monografias do FIPAM de 2000 a 2019

Ano	Curso	Título	Número de Monografias	Área Geográfica			
				Estado do Pará e / ou Municípios	Região Amazônica		Não Identificado
					BRASIL/	Outros Países	
2001	FIPAM XV	SEM INFORMAÇÃO	10	10		-	
2002	FIPAM XVI	Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente	11	6	2		3
2003	FIPAM XVII	Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente	9	7	1		1
2004	FIPAM XVIII	Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente	12	9	3		
2004-2006	FIPAM XIX	SEM INFORMAÇÃO	9	7			2
2005-2006	FIPAM XX	Gestão Pública, Planejamento e Meio Ambiente	10	8	1		1
2007	FIPAM XXI	Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas	13	13			
2008	FIPAM XXII	Cidades na Amazônia: História, Ambiente e Culturas	17	17			
2010	FIPAM XXIII	Áreas Protegidas e Unidades de Conservação	14	14			
2012	FIPAM XXIV	Desenvolvimento Urbano, Políticas Públicas e Ordenamento Territorial	7	6	1		
2014-2015	FIPAM XXV	- Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do Lazer	22	22			
2016	FIPAM XXVI	Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural	20	18	1		1
2017	FIPAM XXVII	Gestão Ambiental e Manejo de Paisagem	23	20	2		1
2019	FIPAM XXVIII	Comunicação Científica na Amazônia	26	20	5		1
	TOTAL		203	177	16	-	10

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de especialização do NAEA:2000-2017 (2019).

**Gráfico 1-** Monografias do FIPAM de 2000 A 2019

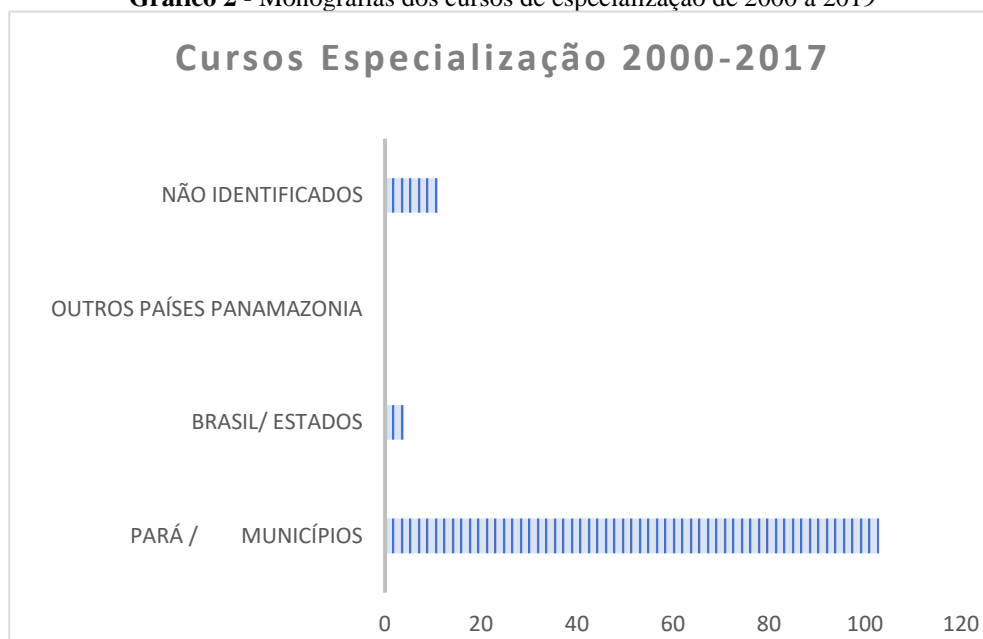
**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de especialização do NAEA:2000-2017 (2019).

Especialmente sobre o FIPAM, no período de 20 anos, pode-se afirmar que não foram verificadas pesquisa em outros países da Pan-Amazônia. Do total de monografias do FIPAM no período entre 2000 e 2019, ficaram concentradas no Estado do Pará 87%. Com relação aos Cursos de Especialização no mesmo período, seguiram o mesmo padrão dos cursos de especialização, sem que nenhuma pesquisa fosse realizada fora do Brasil nos últimos 20 anos levantados.

**Quadro 18** – Monografias dos cursos de especialização de 2000 A 2019

Ano	Curso	Número de Monografias	Área Geográfica			
			Estado do Pará e / ou Municípios	Região Amazônica		Não Identificado
				Brasil e/ou Estados	Outros Países	
2007	Desenvolvimento Regional e Gestão de Cooperativas de Crédito na Amazônia	18	13	2		3
2007	Planejamento Urbano e Gestão Local	12	11			1
2008-2009	Políticas de Desenvolvimento e Gestão Pública	31	28	1		2
2009	Desenvolvimento Regional e Gestão de Cooperativas de Crédito na Amazônia	15	10	1	1	3
2010	Planejamento do Desenvolvimento e Integração Regional	16	16			
2010 - 2011	Desenvolvimento Institucional: Gestão Orçamentária e Financeira	13	12			1
2014	Gestão Universitária	13	12			1
<b>TOTAL</b>		<b>118</b>	<b>103</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>11</b>

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de especialização do NAEA:2000-2017 (2019).

**Gráfico 2** - Monografias dos cursos de especialização de 2000 a 2019

**Fonte:** Catálogo de Monografias dos Cursos de especialização do NAEA:2000-2017 (2019).

A importância dada à monografia vem de Aragón (2019), quando trata dos laboratórios como iniciativas inovadoras.

Destaque-se também como iniciativa inovadora o estabelecimento no currículo do FIPAM da atividade denominada “Laboratório de Pesquisa”, com carga horária de pelo menos 50% do total de horas do curso, formando grupos de trabalho interdisciplinares, onde se elaboravam as monografias e se debatiam questões relacionadas ao desenvolvimento, à metodologia científica, e à Amazônia (Aragón, 2019, p.15).

Se as monografias ficam muito restritas em uma única parte da Pan-Amazônia, como tratar da eficiência e da complexidade da Região?

Há que se fazer rememorar os escritos deixados por Mendes (1974; 2011), anexos à publicação “A Cidadela Transversa -ad perpetuum rei memoriam” quando ressalta as lições deixadas após o término da primeira turma do FIPAM. Para o intelectual, foram três as lições aprendidas: sendo a 1) adequação ao programa: os métodos, as estruturas curriculares, o processo de seleção; a 2) integração do ponto de vista interprofissional e a 3) o caráter perfectível do programa, o que denomina de “não perfeito do programa”, alterando para o curso de 1974 as lições da primeira experiências. Em continuidade, Mendes ressalta:

Outras vivências merecem ser incorporadas à equipe de direção e orientação, ao grupo em treinamento[...] É necessário investigar novas alternativas de ação para solução dos problemas identificados. Um justo senso de proporções convence-nos, em resumo, que foi dado um passo, e que não há conclusões finais, resultados definitivos ou propostas insubstituíveis (Mendes, 1974; 2011, não paginado).

São pensamentos com quase 50 anos, mas que refletem uma realidade e necessidade vigentes. Finalmente, tomando emprestado as palavras do prof. Mendes em seu discurso na Aula Magna na primeira turma do FIPAM: “E porque há muitas soberanias sobre a Amazônia continental, que tudo seja numa ótica pan-amazônica. Daí porque desejamos, desde o início, que este programa adquirisse dimensão internacional” (Mendes, 1973, não paginado).

### 5.2.2 Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU).

Após quatro anos de experiências acumuladas com o programa FIPAM, um novo Programa de Pós-graduação é implementado no NAEA, conforme planejamento institucional.

Na atualidade, este programa é orientado pelo Regimento aprovado na Resolução nº 4.513, de 20 de maio de 2014, que aprovou o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido e cancelou as Resoluções anteriores.

Neste documento, o PPGDSTU tem por Objetivo Central “desenvolver a capacidade de análise e síntese de profissionais de Nível Superior em nível de Mestrado e Doutorado (Art. 1º), observando:

§ 1º Tem por objetivo desenvolver, ainda, nesta direção, uma visão abrangente dos processos de planejamento e desenvolvimento, incorporando suas dimensões ambientais, sociais e econômicas; § 2º Objetiva, também, estimular a capacidade de crítica e criar a aptidão para a pesquisa científica e para a extensão interdisciplinar, especialmente relacionadas à Região Amazônica continental e ao Trópico Úmido em geral (Universidade Federal do Pará, Resolução, nº. 4.513, 2014).

Na Organização Administrativa, focadamente nos Art. 2º: “O PPGDSTU é uma Subunidade Acadêmica do NAEA” e no Art. 3º “O PPGDSTU é constituído pelos Cursos de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) e Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU)”

O Curso PLADES foi criado em 1977 e o Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU) em 1994<sup>73</sup>.

No que se refere à internacionalização da educação superior, o regimento faz breves abordagens, como: no artigo 13, se define como competência do Colegiado do Programa

---

73 Em menor proporção, embora existente, o sítio institucional atribui ao PPGDSTU, a possibilidade de estágios de pós-doutorado, supervisionado por um professor permanente desde que os projetos de pesquisa tenham relevância e pertinência aos objetivos do Programa e consideradas as demais normas estabelecidas. A abordagem feita ao programa (PPGDSTU) a seguir nem sempre reportará ao pós-doutorado, restrito aos cursos de mestrado e doutorado.

apreciar e propor convênios e termos de cooperação com entidades internacionais de **interesse do Programa** (grifo nosso); no Artigo 32, cria-se uma modalidade de admissão para os cursos do Programa a seleção internacional; e no Art. 74, se possibilita a bolsas de estudo concedidas ao Programa a partir de Instituições de fomento internacionais.

O programa tem como área de concentração o desenvolvimento socioambiental que se divide em quatro linhas de pesquisas em que estão baseados grupos de pesquisas e os respectivos projetos de pesquisa que resultam na produção intelectual (teses e dissertações) de discentes, ligadas aos temas trabalhados pelos respectivos docentes de cada grupo.

**Quadro 19 – Linhas de Pesquisa e Grupos do PPGDSTU**

Linha de Pesquisa	Descrição	Grupos
Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário	Trata de questões do desenvolvimento econômico em perspectiva interdisciplinar. Tem foco no desenvolvimento regional e dinâmicas agrárias, com destaque para as complexidades da interação entre sociedade e natureza.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia.</li> <li>2. História Econômica e Planejamento Público na Amazônia.</li> <li>3. ReExisTERRA - Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos.</li> </ol>
Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas	Trata dos impactos das modificações institucionais econômico-sociais e como são interpretados nesta linha de pesquisa a partir de um esforço de integração metodológica, permitindo que tanto estudos históricos quanto temas atuais tenham uma abordagem interdisciplinar.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Análise e Avaliação de Políticas Públicas.</li> <li>2. Defesa, Fronteira e Políticas Públicas.</li> <li>3. Comunicação, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia.</li> <li>4. Núcleo de Estudos de Governabilidade e Políticas na Amazônia.</li> </ol>
Gestão de Recursos Naturais	São realizadas pesquisas a partir de uma abordagem interdisciplinar, que buscam identificar e compreender as diversas formas de acesso e uso de recursos naturais e os desdobramentos destas ações nas mudanças globais, regionais e locais.	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Cadeia produtiva, mercado e desenvolvimento sustentável.</li> <li>2. Economia, Conservação e Governança Ambiental da Amazônia.</li> <li>3. Desenvolvimento e Uso dos Recursos Naturais na Amazônia.</li> <li>4. Políticas Públicas e Governança na Amazônia.</li> </ol>
Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais	As complexidades das questões sociais e culturais nas cidades e os fenômenos de migração são abordados de forma integrada nesta	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Trabalho, Empresas e Mercados Globalizados.</li> </ol>

	<p>linha, que também examina temas como populações tradicionais, cartografias sociais, territorialidades humanas e espacialidades de atividades e grupos sociais diversos.</p>	<p>2. Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia – MAPAZ.</p> <p>3. Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia – GEOURBAM.</p> <p>4. Turismo, Cultura e Meio Ambiente.</p> <p>5. Laboratório Nova Cartografia Social: Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais.</p> <p>6. Grupo de pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade.</p> <p>7. Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no Escudo das Guianas.</p>
--	--	---

**Fonte:** Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/areas-de-concentracao-e-linhas-de-pesquisa>. Elaborado pela autora.

O programa tem por objetivo formar pesquisadores, professores para pensar criticamente a promoção do desenvolvimento na e para a Amazônia, considerando o homem com prosperidade social, a economia, a conservação e a preservação ambiental sem desconsiderar a diversidade social e cultural a partir da visão sistêmica e o enquadramento interdisciplinar.

Os professores coordenam grupos de pesquisas de acordo com as linhas de pesquisas que estão atuando. Assim, no Diretório do CNPq, desde 2014, estão registrados 18 grupos liderados por professores do NAEA, conforme abaixo.



**Quadro 20-** Linhas de pesquisa NAEA

<b>Linha de Pesquisa 1: Desenvolvimento Econômico, Regional e Agrário</b>	
<b>Nome do Grupo</b>	<b>Docente Líder</b>
1.1 - Dinâmica Agrária e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia	Prof. Dr. Francisco de Assis Costa
1.2 - História Econômica e Planejamento Público na Amazônia	Prof. Dr. Fábio Carlos da Silva
<b>Linha de Pesquisa 2: Gestão de Recursos Naturais</b>	
2.1Cadeia produtiva, mercado e desenvolvimento sustentável	Prof. Dr. Antonio Cordeiro de Santana
2.2Economia, Conservação e Governança Ambiental da Amazônia	Prof <sup>ª</sup> Dr <sup>a</sup> Claudia de Barros e Azevedo Ramos
2.3Políticas Públicas e Governança na Amazônia	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> . Nirvia Ravena
2.4Desenvolvimento e Uso dos Recursos Naturais na Amazônia	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> . Oriana Trindade de Almeida
<b>Linha de Pesquisa 3 - Estado, Instituições, Planejamento e Políticas Públicas</b>	
3.1Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Prof. Dr. Armin Mathis
3.2 Defesa, Fronteira e Políticas Públicas	Prof. Dr. Durbens Martins Nascimento
3.3Grupo de Pesquisa Comunicação, Cultura e Desenvolvimento na Amazônia	Prof. Dr. Fábio Fonseca de Castro
3.4 Núcleo de Estudos de Governabilidade e Políticas na Amazônia	Prof. Dr. Josep Pont Vidal
3.5 ReExisTERRA Povos Indígenas e Tradicionais em Tempos de Mudanças Climáticas: Adaptação, Persistência e Resistência em Terras e Territórios Amazônicos	Prof <sup>ª</sup> Dr <sup>a</sup> Marcela Vecchione Gonçalves
<b>Linha de Pesquisa 4 – Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais</b>	
7.1 Trabalho, Empresas e Mercados Globalizados - GETTAM	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> . Edna Maria Ramos de Castro
7.2 Meio Ambiente, População e Desenvolvimento da Amazônia – MAPAZ	Prof. Dr. Luis Eduardo Aragón Vaca
7.3 GEOURBAM – Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia	Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
7.4Turismo, Cultura e Meio Ambiente	Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo
7.5Laboratório Nova Cartografia Social	Líder: Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> Rosa Acevedo, em parceria com Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida – UFAM
7.6Processos de Territorialização, Identidades Coletivas e Movimentos Sociais	
7.7Grupo de pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> Mirleide Chaar Bahia
7.8Biodiversidade, gestão dos recursos naturais e sociedade no escudo das Guianas	Prof <sup>ª</sup> . Dr <sup>a</sup> . Ligia Terezinha Lopes Simonian

Fonte: Site do NAEA.

Por decisão do Colegiado, em 2023, o Programa de Pós-Graduação em PPGDSTU/NAEA/UFPA abriu edital para seleção especial para o Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento destinado a Candidatos/as Indígenas/Quilombolas e Povos

e Comunidades Tradicionais (PCT), quando deverão ser preenchidas 06 vagas<sup>74</sup>. Publicou, ainda, Edital de Seleção Especial para os Cursos de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento e Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental, para preenchimento de até 06 vagas de mestrado e 08 de doutorado, com vistas à formação de turma especial no segundo semestre de 2023, respondendo à necessidade da Amazônia de formação da população local para conhecer e fazer valer seus direitos de formação profissional e o NAEA poder contribuir com políticas de ações afirmativas. O evento, e todas as ações decorrentes (aulas, avaliações e bancas de qualificação e defesa), será realizado no Campus Universitário de Bragança, saindo, desta forma, da sede do NAEA em Belém.

É esperado que, com este Programa, a UFPA, por meio do NAEA, possa contribuir na formação de professores e pesquisadores que possam, a partir da qualidade necessária, intervir no desenvolvimento na e para a Amazônia, considerando a amplitude da área.

#### *5.2.2.1 Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Posteriormente Chamado de Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES)*

O Conselho Nacional de Pós- Graduação decidiu pela qualificação do curso de mestrado de acordo com os termos da Resolução do CNPG, publicada no Diário Oficial de 5 de janeiro de 1976. Em continuidade, a criação do Curso de Mestrado foi autorizada pela Resolução nº 388, do Conselho Universitário, em 3 de novembro de 1976: O Conselho “Autoriza a criação do PLADES”.

Em 06 de maio de 1977, o MEC autorizou o funcionamento do PLADES, por meio do Ofício nº 1015 MEC/SEG/GAB, quando, então, foi formalizado junto ao Conselho Estadual de Educação, direcionado a profissionais que atuam ou planejam atuar com planejamento na Região Amazônica.

A Resolução nº 376, do CONSEPE, de 27 de outubro de 1976, em ementa, aprovou a Criação do Curso de Planejamento do Desenvolvimento.

Art. 1º- O Curso de Planejamento do Desenvolvimento de que trata o Programa Internacional de Especialização e Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) criado pela Resolução nº 388 do CONSUN, será ministrado em nível de Mestrado, o qual se regerá pelo disposto no capítulo 3 e 4 do Regimento Geral, pela presente Resolução e demais normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto, e pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e pelo Conselho Universitário (Universidade Federal do Pará, CONSEPE, Reg. Geral, art. 85 e art. 147, alínea “r”, 1976, não paginado) .

---

74 Até o encerramento deste trabalho, o processo de seleção não havia sido iniciado.

A Resolução n° 409, de 19 de abril de 1977, apresenta uma nova ementa: Altera a Resolução n° 376, de 27 de outubro de 1976, do CONSEPE, retirando do parágrafo primeiro a especialização.

Art. 19-0 Curso **Internacional** de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) de que trata o Programa Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, criado pela Resolução n. 9 388 do Conselho Universitário, será ministrado em nível de Mestrado, o qual se rege pelo disposto no capítulo 3 e 4 do Regimento Geral, pe la presente Resolução e demais normas legais e regula mentares pertinentes ao assunto, e pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e pelo Conselho Universitário (Universidade Federal do Pará, CONSEPE, Reg. Geral, art. 85 e art. 147, alínea “r”, 1976, não paginado) .

Dentre as exigências para obtenção do grau de Mestre, nesta Resolução n° 409, estava a de demonstrar a capacidade de ler literatura técnica em uma língua estrangeira, escolhida pelo candidato, entre Inglês, Francês e Alemão.

Em ato contínuo, a Resolução N° 460, de 19 de dezembro de 1977, em ementa, aprova o Projeto do Curso **Internacional** de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, PLADES, para o período de 1978/1979.

O Projeto do Curso **Internacional** de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento - PLADES - pela presente Resolução obedecerá, em sua execução, às diretrizes e procedimentos nele consignados e às disposições constantes da (Universidade Federal do Pará, CONSEP, Resolução de n° 409, 1977, não paginado).

Na Resolução 460, de 19/12/1977, não há qualquer referência em relação à internacionalização da educação.

De acordo com o sítio institucional<sup>75</sup>, “o (PLADES)[...]foi pioneiro dos programas de pós-graduação *stricto sensu* das áreas de humanidades e ciências sociais aplicadas na Amazônia. O curso foi, desde o início, temático, voltado à formação e à pesquisa sobre o planejamento do desenvolvimento”

Aragón (2019) relembra, ao elaborar *paper* sobre os 45 anos do NAEA, os desafios para criar um programa de pós-graduação *stricto sensu* no NAEA na década de 1970, considerando como a CAPES então atuava. Sabe-se que o governo federal atua de forma massificada e, naquela época, de acordo com o relato de Aragón, não existia pós-graduação interdisciplinar desta forma, difícil de avaliar e, na sequência, aprovar e supervisionar tal curso de mestrado.

---

75 Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>

O PLADES era considerado um curso ora de ciências sociais, ora de economia, ora de outras áreas, e avaliado, conforme os critérios dessas áreas de conhecimento. Foi necessário, portanto, que os cursos de pós-graduação de caráter interdisciplinar se multiplicassem no país, aumentando a pressão para serem avaliados de maneira especial, para que a CAPES, em 1999, abrisse uma nova “caixinha” para classificar esses cursos, ou seja, uma nova área é considerada formalmente pela CAPES, com o nome de área multidisciplinar (Aragón, 2019, p. 22).

Em 2008, após ajustes na CAPES, em função do crescimento dos cursos de pós-graduação com base interdisciplinar, é que “surge uma metodologia específica para avaliar esses cursos” (Aragón, 2019, p. 22).

Dada a similaridade entre os dois programas, pode-se concluir que o PLADES é efetivamente um programa em nível de mestrado que nasce em função do FIPAM. Para Aragón (2019, p. 15), “efetivamente após quatro anos de FIPAM, em 1977, e com a experiência acumulada, inicia-se o curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), um dos primeiros, se não o primeiro curso de mestrado interdisciplinar do país”.

A primeira turma do PLADES foi em 1978, com sete alunos. Ministrado em bases técnicas e experimentais, agrupadas em área de conhecimento e de concentração, exigia a suficiência em língua estrangeira para a obtenção do título. Nas aulas teóricas, eram utilizados instrumentais analíticos, seminários de avaliação de planos, programas, projetos, estudos de perspectivas; pesquisas de campo, com aplicação de teoria, testes de hipótese e retroalimentação do processo ensino-aprendizagem (Costa, 1983).

O PLADES foi, inicialmente, planejado para ser um programa de mestrado interdisciplinar visando à formação de profissionais de alto nível na análise e formulação de políticas e programas para o desenvolvimento e mudança socioeconômica e, ainda, a organização e o planejamento do espaço físico da Amazônia, atendendo ao que objetivava o Plano Nacional de Pós-graduação: suprir as demanda insatisfeita das instituições por técnicos e profissionais de alto padrão, que pudessem atuar na promoção do desenvolvimento; a formação de pesquisadores para o trabalho científico, suprimindo os espaços existentes ou que seriam criados; e a formação de professores universitários, para a expansão qualitativa do ensino (Costa, 1983).

Ao longo dos primeiros 10 anos do NAEA, conforme reporta Costa (1983), o PLADES passou por duas reformulações curriculares, a primeira em 1979 e a segunda em 1983,

quando foram efetuadas modificações e ajustamentos em função de avaliações sobre o seu funcionamento, mormente da necessidade de melhor adaptação do Curso à filosofia do NAEA, a fim de manter uma certa adequação entre o que se pretende e aquilo que desta espera a sua clientela, o corpo discente (Costa, 1983, p. 32).

No *site* institucional, é comemorado os resultados alcançados pelo programa ao longo da implementação do programa. De acordo com o *site*, o Programa tem alcançado resultados expressivos por meio do sucesso de seus egressos, possibilitando a qualificação de profissionais tanto como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, como os que se desenvolvendo atividades em outras instituições no Brasil e em outros países, principalmente da Pan-Amazônia como Colômbia, Venezuela, Peru, Bolívia e Equador. Ressalta também a participação de discentes do Programa oriundos desses países e concluem:

Diante disso, as contribuições do PPGDSTU para a construção do espaço acadêmico na Amazônia são amplamente visíveis, **garantindo ao Programa reconhecimento e liderança, além de relativa facilidade de organizar redes de pesquisa em nível nacional e internacional** (PPGDSTU. PROPESP.UFPA, 2020, não paginado).

À guisa de conclusão, embora o PLADES tenha alcançado resultados positivos, é possível afirmar que o programa vem desenvolvendo a Internacionalização da Educação da forma como foi idealizado ou há muito o que conquistar?

#### 5.2.2.2 *Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU)*

Não se pode afirmar que há uma única razão para a criação de um curso de Doutorado, mas se há uma motivação para a implantação do **Curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (DSTU)**. Os relatos do prof. Dr Aragón (2019) fazem saber que na III Assembleia Geral, da Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), ocorrida em Manaus, em 1992, com o apoio da UNESCO e outros Organismos Internacionais, com a decisiva participação de Ignacy Sachs, intitulada Conference on Environmentally Sound Socio-Economic Development in the Humid Tropics, tinha como objetivo identificar ações estratégicas que pudessem resultar nas recomendações da Agenda 21 adotadas na Conferência de Rio. Como proposta, estava de se estabelecer um programa de doutorado em meio ambiente e desenvolvimento dos Trópicos Úmidos, no NAEA, uma vez que era a instituição que apresentava melhores condições.

Neste sentido, o curso de doutorado foi criado, a aula inaugural realizada em 16 de agosto de 1994 com a participação de Ignacy Sachs, que proferiu palestra na Aula Magna.

Em quase 50 anos de existência do NAEA e de discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia, o termo Desenvolvimento Sustentável ainda continua no Programa, como motivo para a discursão. Há quem conteste, outros concordam, entretanto, há que se considerar que

a criação da pós-graduação *stricto sensu*, especialmente do doutorado em 1994, demandou, também, esforços redobrados para atender à missão da interdisciplinaridade no NAEA... entender a noção de desenvolvimento sustentável demandava incorporar na análise as dimensões ambiental, social e econômica, ou seja, exigia uma interdisciplinaridade ampla (Aragon, 2019, p. 22-23).

### 5.2.3 Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública (PPGGP)

A Resolução N° 4.258, de 22 de Março de 2012, aprova a criação do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, em nível de Mestrado Profissional (**PPGGP**) e a Resolução n° 4.258-A, do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), de mesma data, aprovou o Regimento do Programa e estabeleceu no Art. 1º, como Objetivo Central,

desenvolver a capacidade de análise e síntese de profissionais de nível Superior em Nível de Mestrado Profissional. Pretende desenvolver uma visão abrangente dos processos de gestão pública para o desenvolvimento, incorporando suas dimensões ambientais, sociais, econômicas, estimulando a capacidade de crítica e criando a aptidão para a intervenção na realidade social da Região Amazônica continental. Para tanto, propõe-se a formar profissionais que pretendam exercer atividades de gestão na Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou em organizações públicas (Universidade Federal do Pará, Resolução N. 4.258, art. 1º, 2012, não paginado).

A Organização Administrativa define, no Artigo 2º, que “O PPGGP é uma Subunidade Acadêmica do NAEA, constituído pelo Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública (MPGP) e pelos Cursos de Especialização da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia”.

A referência internacional diz respeito a uma das Competências do Colegiado do Programa, no Art. 11, X: “ apreciar e propor convênios e termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais de interesse do Programa.

De acordo com o sítio institucional<sup>76</sup>, o Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento amplia a atuação do NAEA, formando e qualificando profissionais para o desenvolvimento local e regional da Amazônia. Assim, como objetivos específicos, o Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública pretende desenvolver uma visão abrangente dos processos de gestão pública para o desenvolvimento, incorporando suas dimensões ambientais, sociais e econômicas, estimulando a capacidade crítica e criando a aptidão para a intervenção na realidade social da Região Amazônica continental.

O PPGGP, conforme esclarece o sítio institucional, tem sido ofertado como cooperação para instituições públicas que financiam a execução dos cursos e/ou reservam vagas para seus servidores ou quem indicarem. Entretanto, em todos os cursos, são garantidas as vagas para as

---

76 Disponível em: <https://www.ppggp.propesp.ufpa.br/index.php/br/pesquisa/cooperacoes>

demandas sociais. O ingresso no Programa, entretanto, é sempre por meio de processo seletivo amplamente divulgado; as reserva de vagas pelas instituições parceiras não implicam na aceitação de seus candidatos sem passar por tal processo.

A abertura de turmas levou em conta a elevada procura pelo curso e as necessidades diagnosticadas pela IPPA, no sentido de apoiar a capacitação dos gestores públicos da Região do Marajó, no Estado do Pará, que apresenta baixíssimos índices de desenvolvimento humano e de sustentabilidade socioambiental. Assim, foram lançados dois editais de seleção em 2013. Um dos processos seletivos lançados neste ano teve como instituições parceiras a UFPA e a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). O programa continua trabalhando no sentido de obter novas parcerias, visando ampliar seu leque de atuação na Região.

## 6 DA UTOPIA À REALIDADE

### 6.1 Relatos de quem caminha

Tomando emprestado a expressão de Mendes (2011), que o NAEA é uma utopia, este capítulo é dedicado à sistematização das entrevistas. Apresenta o relato de professores, gestores, ex-alunos que vêm constituindo a história do NAEA.

Como parte da metodologia da tese, foram usadas entrevistas semi-estruturadas, no sentido de favorecer a relação intersubjetiva entre entrevistador e o entrevistado, possibilitando que o entrevistado pudesse ficar mais à vontade para abordar os diferentes temas apresentados.

A opção pela entrevista, ao privilegiar a comunicação, permitiu atingir um nível de compreensão da realidade das relações humana que resultaram e impactaram fortemente nos rumos seguidos pelo NAEA, além de perceber o posicionamento teórico e prático quanto à internacionalização da educação superior, com foco na UFPA/NAEA, e o desenvolvimento para a Amazônia.

O uso de comunicação não-verbal também se fez importante, pois permitiu uma melhor compreensão dos fatos, a partir das mensagens repassadas por suas posturas e gestos, considerando seus significados, valores e opiniões de relações interpessoais, uma vez que as pessoas entrevistadas têm um papel na construção da interpretação desta pesquisadora da tese.

As entrevistas foram previamente agendadas, o que possibilitou aos entrevistados estarem preparados, apontando a relação do NAEA com os temas Desenvolvimento, Amazônia, Internacionalização da Educação Superior, Cooperação Internacional, Interdisciplinaridade, dentre outros. Por se tratar de intelectuais com grande domínio nos temas e com prévio conhecimento das perguntas a serem respondidas, os entrevistados não seguiram à risca o roteiro, o que também não foi uma imposição da pesquisadora. O que se observa é que cada entrevistado abordou temas que para cada um deles lhes pareceu de maior relevância.

Segundo Amorim e Sousa (1994, p.125):

Os princípios norteadores de uma proposta avaliativa e de seu próprio processo de construção, representam uma explicitação do posicionamento de sujeitos frente a um determinado segmento da realidade, sujeitos esses que ocupam diferentes lugares sociais, o que leva ao afloramento de divergentes e conflitantes ênfases na avaliação.

Pode ser observado neste processo as contradições dos posicionamentos, a exemplo do conceito de Desenvolvimento Sustentável, o que o tal conceito, até hoje presente no programa, representa para cada um dos entrevistados. Surgiram também as crises, que, de certa forma,



perpassam pela relação de poder existente nos grupos.

Enfim, em um contexto de avaliação institucional somente com a realização de entrevista seria possível alcançar esses resultados.

Neste contexto, considerando palavras-chave, analisam-se e sistematizam-se as falas dos entrevistados. Ressalta-se, ainda, a opção de manter o nome dos entrevistados em invidência, sem que isso fosse uma condição de qualquer um deles. Optamos por identificá-los como “X”, “Y”, “Z”, “W”, “J”.

### **a) INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR**

A Internacionalização é um fato histórico, político no contexto da globalização, ligado à cooperação internacional praticado pelas universidades.

Tem uma inflexão na década de 70 sobretudo quando há uma criação, um maior número de universidades e tem uma repercussão para a Amazônia, com maior movimento para a criação da pós-graduação no Brasil e isso vai impulsionar essa cooperação acadêmica. A universidade nasce dentro desse plano, em uma cooperação (Entrevistado “X”, 11/02/2023).

Assim, pode-se inferir que a Internacionalização da educação superior tem suas origens na prática da cooperação internacional com as Instituições de Ensino Superior, pouco sistematizada como tal.

A partir da década de 1990, com o conceito em evidência, este passa a ser melhor observado na prática das Universidades e assim, planejado e sistematizado. Desta forma,

é um processo que guarda uma questão de interesse acadêmico, científico, mas ela se propõe dentro de um outro contexto de globalização, um outro contexto que nem o liberalismo está funcionando dentro dessa Internacional de tal forma que vai pressionar e vai ser rico para essa internacionalização que é a mercantilização da educação. Eu penso que isso é importante, então eu entendo que esse processo de cooperação Amazônica que na década de 80, vai ter a ARNI, vai ter a UNAMAZ, é um processo que está vinculado a este incremento, esta potencialidade da cooperação (Entrevistado “X”, 11/02/2023).

Entretanto, o processo de Internacionalização da Educação Superior não pode ser simplesmente trocado de nome ou acrescentado novos conceitos.

É um tema bem forte hoje. Tem um autor Pierre Dardot que faz a conexão da educação e o neoliberalismo. É essa conexão é extremamente violenta para estar nos processos de formação e constitui hoje o grande desafio da universidade, em que o que estamos formando esse empreendedorismo que toma conta esse tipo de subjetividade que é muito forte nas nossas formações (Entrevistado “X”, 11/02/2023).

A Universidade Federal do Pará, por meio da PROINTER, anuncia a elaboração de Plano de Internacionalização com a participação de uma agência internacional e isso “ é bem problemático”. É importante destacar que na organização deste Plano, embora tenha sido criado um Comitê, não foi observada a participação dos docentes do NAEA”. Considerando o Plano de Internacionalização, a entrevistada, embora anuncie que pouco conhece, sugere que:

A Universidade tem que comprar um pacote do que significa essa assessoria, para fazer internacionalização que é produtivista totalmente produtivista. É uma internacionalização em que aquele princípio de cultura eu vou ao Peru para conhecer a cultura do Peru e conhecer a história do Peru não ocorre (Entrevistado “X”, 11/02/2023).

Na relação entre o a UFPA e o NAEA, a entrevistada marca a trajetória histórica descrevendo:

A Universidade é recente e entra na década de 70 num processo de criação do seu primeiro curso de pós-graduação. É o FIPAM oferecido pelo recém-criado NAEA. Tinha um capítulo muito interessante dessa criação do FIPAM um ano antes, ou meses antes da Conferência de Estocolmo de 1972, que mostra a conexão interessante que precisa ser feita entre essas preocupações, a da Conferência de 1972 e o que está dentro do NAEA. Está dentro do NAEA a ideia desses movimentos, está dentro do NAEA a ideia dos efeitos que ainda não podia ser previsto dessas intervenções desenvolvimentistas (Entrevistado X, 11/02/2023).

Um segundo entrevistado faz uma relação entre os processos de Internacionalização da educação superior da UFPA e do NAEA, e embora o NAEA seja uma subunidade da UFPA, é fato que em termos de internacionalização:

O NAEA dá uma contribuição muito importante na internacionalização na UFPA, porque é um programa de pós-graduação, interdisciplinar e já internacionalizado., no sentido de que o debate que se produziu aqui era também sobre a Pan-Amazônia. Sobre o Peru, Amazônia peruana, Amazônia colombiana, Amazônia venezuelana, Amazônia Brasileira, Amazônia, equatoriana etc. Então como pensar um programa de pós-graduação que discute Amazônia, nessa perspectiva, “pan” sem ser internacional? (Entrevistado “Y”, 25/01/2023).

Quanto ao processo de internacionalização, a entrevistada “Y” nos informa que este recurso está presente em todos os departamentos da Universidade, nas pós-graduações, sobretudo por causa das pós-graduações. “hoje nós não podemos dizer que a internacionalização é o NAEA que puxa.

A Pesquisa é parte integrante da Universidade e, desta forma todos os programas de pesquisa têm, de alguma forma, relações internacionais, seja com Europa, com os Estados Unidos, com a Ásia e com a África. “A universidade está toda internacionalizada, tem muitos grupos que têm colaboração com a China, com o Japão, com Portugal com a França, com a

Alemanha, bastante com Alemanha, com a Itália”. Embora se afirme que “A ARNI é um avanço da Universidade, antes da ARNI já existia o NAEA e o debate Internacional estava no NAEA”.

Quanto ao Centro de Internacionalização e a necessidade de formalização dos processos de internacionalização, a entrevistada tem o seguinte ponto de vista: este Centro tem uma outra missão, uma outra função que não é da pesquisa, pois em função de uma reitoria ou em função de uma estrutura universitária, como estrutura, é de dar acolhida a estrangeiros e pesquisadores que chegam do exterior. No que diz respeito à formalização,

A realidade é maior, as relações elas extrapolam, elas são muito mais rápidas, elas escapam a burocracia porque às vezes a burocracia, ela demora um pouco. É importante institucionalizar, mas tem relações que não são tão institucionalizadas. É muito complexo, porque há diferentes formas de cooperação Internacional. Há diferentes formas de construir redes internacionais. Redes são isonômicas. Uma rede gera outra, que gera. Então você não tem como operar todo esse processo de cooperação (Entrevistado “Y”, 25/01/2023).

Para um terceiro entrevistado, a história da universidade, quanto à internacionalização, está dividida em dois tempos. Antes e depois do período de 1985-1989. Em 1986, foi criada uma equipe com o objetivo de internacionalizar a UFPA, no sentido de aproximar instituições congêneres que estão aqui na Amazônia.

Em 1987, foi criada a UNAMAZ, localizada em várias universidades sediadas na Amazônia Continental. Entretanto, as universidades fora da Amazônia Brasileira eram voltadas para outras realidades como geração de conhecimento em criação de gado e similares, muito pouco voltadas para os interesses das comunidades, para os interesses das regiões.

Assim, relata o pesquisador “Z”, a “UNAMAZ começa, de certa maneira, com seus projetos, com suas reuniões, com seus congressos, com suas assembleias a mudar essa percepção e converter isso em universidades amazônicas”, o que foi bem recebido pela divisão de educação superior da UNESCO, por meio do Centro de Educação Superior que funciona ainda hoje em Caracas.

Quando da criação da UNAMAZ e da Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (ARNI), o NAEA também começa a se internacionalizar, porque começa a fortalecer o FIPAM e o outro programa, que durou aproximadamente cinco anos, o curso sobre política de instrumento científico e tecnológico dentro da Pan-Amazônia, dirigido principalmente aos gestores de política na Amazônia.

## **b) O NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**

Sobre o NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS, há uma unanimidade, o

FIPAM é o primeiro curso do NAEA.

O FIPAM, então, estabelece essa relação entre essa conferência de 1972. O FIPAM foi criado como um produto de uma forma de Cooperação com a fundação FORD, a Fundação Rockefeller. Embora os documentos oficiais tragam bem definidos os objetivos do NAEA e do FIPAM, uma entrevistada afirma que a CAPES autorizou a constituição deste curso para tratar do desenvolvimento da Região Amazônica.

Quanto às contribuições do NAEA para o desenvolvimento, o entrevistado “X” afirma que não há uma palavra final sobre qual é a contribuição do NAEA para esse debate. Para a entrevistada, sobre o NAEA, por meio do FIPAM: “esse mundo que foi conectado nele o NAEA tem essa linha horizontal que representa esse conjunto de universidade, a maior parte da UNAMAZ, tinha uma pequena universidade, tinha uma Universidade Federal do Pará”.

Com a criação do Curso de mestrado, o PLADES, na visão da entrevistada, o NAEA reatualiza a problemática do desenvolvimento com novas orientações. Em seguida veio o Doutorado, com o título em Desenvolvimento Sustentável.

A entrevistada faz um resgate histórico e localiza a Amazônia em uma região periférica de desenvolvimento. Quando em 1973 o NAEA é criado, se estava estabelecendo o Milagre Economico, o que é a firmado na Conferência.

Nós temos recursos naturais e nós vamos desenvolver a qualquer custo. E o NAEA embora tivesse restrições, com alguns professores resistentes a isso, isso foi extremamente pensado. Não houve resistência a esse projeto, muito de nossas propostas está na proposta de Armando Mendes. Que deveríamos estar produzindo políticas pública para essa região. Isso era muito visível, ele chegava a dizer que o NAEA e a UNAMAZ deveriam ser uma fábrica de produzir essa política. Contudo há um desconhecimento de que estas políticas partem de um outro nível de influência. A própria economia, quadros políticos, intervenções empresariais, a questão do mercado, o interesse nessa região (Entrevistada X, 11/02/23)

Ao tratar do NAEA, uma segunda entrevistada opta por uma abordagem histórica: “é produto de uma reflexão de professores da Universidade Federal do Pará que queriam criar um espaço para discutir o desenvolvimento e o planejamento e pensaram em fazer um Núcleo, daí o nome Núcleo de Altos Estudos Amazônicos”. E, então, traça o perfil da instituição.

Tinha um **perfil Internacional** desde o início porque trazia pessoas de outros países e discutir a realidade de outros países e um **perfil interdisciplinar**, porque aceitava alunos das diferentes áreas de conhecimento, com predominância da área de humanidade, mas poderiam ser de outras áreas, poderia ser um biólogo, um ecólogo, enfim, os professores também tinham um perfil interdisciplinar. Essa ideia da interdisciplinaridade era realmente inovadora (Entrevistada “Y”, 25/01/2023).

Sobre a organização do FIPAM, assim descreve:

Eram 05 grupos de pesquisa - 30 alunos distribuídos em 05 grupos. E cada grupo tinha uma organização interdisciplinar, não era da mesma formação, eram misturadas as formações e também tinha pessoas de outros países em cada grupo, eles não estavam concentrados em um só grupo de estrangeiros, eles estavam distribuídos nos diferentes grupos. Então com isso a havia uma discussão interna dentro do grupo sobre a questão Internacional e sobre a questão interdisciplinar (Entrevistada “Y”, 25/01/2023).

Aborda, ainda, como se dava (ou ainda se dá) a renovação de professores com os próprios alunos do FIPAM: “O NAEA se realiza, se produz, é gerado pelo FIPAM porque o FIPAM forma os alunos e quando termina[...] o NAEA absorvia alguns desses alunos[...] Alguns alunos eram absorvidos dentro da equipe de pesquisadores”. Foram os alunos do FIPAM que contribuíram positivamente na elaboração do Livro de Armando Mendes, a “Invenção da Amazônia”, preparando todo material, os dados, como uma espécie de consultores.

Como forma de internacionalização, a entrevistada ressalta que “havia uma incorporação de pesquisadores nacionais ou internacionais que estavam formados e que vinham para o NAEA e acabavam ficando em Belém. Há quem esteja até hoje na universidade”.

Destacou ainda os grandes feitos do Núcleo: “o NAEA foi capaz de criar cursos bons, de formar boas pessoas, de influenciar a criação da UNAMAZ, de influenciar a criação da ARNI, de influenciar a criação e de outras ONGs”.

Em continuidade ao destaque dos feitos realizados pelo NAEA a entrevistada assim elabora sua fala.

Em 1998, a perspectiva internacional do FIPAM foi reformulada. Embora com 15 estrangeiros, em uma turma de 30 alunos, de todos os países da Pan-Amazônia. **O debate sobre a Pan-Amazônia, sobre a internacionalização, foi bastante fecundo** e gerou um livro chamado **Amazônias em tempo de transição**, publicado pela UNAMAZ. É uma coletânea organizada por duas gestoras do NAEA. Nessa coletânea, verifica-se que são temas de todos os países da região amazônica (Entrevistada “Y”, 25/01/2023).

Na criação do doutorado, quando “ele redefine as problemáticas de pesquisa da instituição”, segundo a entrevistada 02, retoma a perspectiva internacional e interdisciplinar.

Nomes importantes como é o Altvater, Thomas Hurtienne, o Bunker que vieram para essa discussão sobre a questão ambiental. Então é um outro momento que a década de 94-95-96-97-98-99, vai na sequência do doutorado. Aí nós vamos ter uma entrada na temática. O doutorado vai puxar a temática ambiental. Começa em 94, quando o doutorado foi instalado, a primeira aula inaugural foi com o professor Ignacy Sachs. Foi iniciado no NAEA uma virada com abertura para a questão ambiental. Em 1995 Altvater veio aqui para dar um curso sobre globalização. Veio também o professor Alain Lipietz, personalidades importantes da teoria da regulação só que na perspectiva ambiental, que deu curso intensivo para os alunos do doutorado (Entrevistada “Y”, 25/01/2023).

Sobre a contribuição efetiva do NAEA para o desenvolvimento, ao afirmar que o NAEA contratava alunos como professores, faz a autocrítica que outros cursos como na geociências, na antropologia, na geografia também aconteceu a mesma coisa. Assim, retoma o raciocínio para então retificar que foi a “formação de quadros sobre o tema desenvolvimento na perspectiva do trabalho interdisciplinar”.

Para a entrevistada, os profissionais que não ficaram no NAEA foram absorvidos pela Universidade em outros departamentos, em outras universidades da Amazônia, pelo setor público, no Basa, na Sudam, porque era desenvolvimento. Então como resultado mesmo podemos afirmar que o NAEA forma quadros profissionais, formação de pesquisadores

Ressalta a Interdisciplinariedade como um produto a ser observado, porque fazer pesquisa nesta perspectiva interdisciplinar beneficiou o Museu Goeldi, a UEPA, a FCAP, a Embrapa. “O NAEA formava as pessoas e as pessoas estavam logo empregadas”, destaca a entrevistada.

Como contribuição, apresenta o NAEA como um “lugar de reflexão teórica, epistemológica, crítica ao longo da sua história, esse é o grande trunfo do meu ponto de vista, é a maior contribuição do NAEA”. Neste sentido, a intelectual, que também foi gestora do Núcleo, afirma:

A maior contribuição é [...] o NAEA mantém vivo o espírito crítico. Mas mantém vivo o espírito crítico do mundo. Não é da Amazônia, mas do mundo. Nós estamos dialogando com o pensamento de fronteira do mundo. Quer dizer, o que está se discutindo lá na COP nós podemos discutir porque nós estamos nessa perspectiva. Então, a contribuição do NAEA é se manter vivo. O espírito crítico de um debate que é fundamental no mundo, que é o debate sobre desenvolvimento, sobre o capitalismo. Então nós temos falado do capitalismo, nós temos falado da globalização, nós temos falado da violação de direitos. Evidentemente, do destino e do futuro da humanidade (Entrevistado “Y”, 25/01/2023).

Na criação do curso de doutorado, o NAEA passou por um processo crítico de discussões, planejamento, conflitos internos e crise de perspectivas que resultaram na saída de alguns docentes, mas se concluiu que:

mantida uma ideia de discutir desenvolvimento e meio ambiente. Então o doutorado e redefine o NAEA. Ele redefine o modelo de formação da pós-graduação do NAEA. **Vamos continuar trabalhando desenvolvimento, mas nós vamos contextualizar no grande debate mundial que se dá hoje que é o debate da Globalização, da modernidade, da crítica da modernidade, o que significa crítica ao desenvolvimento.** O NAEA vai formar para ter uma visão de desenvolvimento, mas uma visão crítica, porque o desenvolvimento é uma coisa crítica (Entrevistado “Y”, 25/01/2023).

Na atualidade, a destruição avançou e o que “acontece hoje no mundo com todos esses

desastres ambientais estão ocorrendo com todas as mudanças climáticas, naquela época já se discutia no NAEA”.

Era crítica “feita à modernidade, que Giddens, Foucault, Bauman, Häbermas faziam e que muitos outros autores faziam na Europa, nos Estados Unidos; no Brasil, estavam sendo feitas sobre o processo de desenvolvimento”. Tratava-se de um modelo de desenvolvimento capitalista que não conseguia reduzir a desigualdade e a pobreza no mundo.

O nome dado foi Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA), “porque dentro desse conceito estava a crítica ao capitalismo, a crítica a esse desenvolvimento. Não era Desenvolvimento Sustentável para conseguir sustentar, mas como sequência do debate, o que foi escrito naquela época”, sustenta a entrevistada “Y”.

A docente apresenta duas importantes conclusões, a primeira sobre o capital político e o acadêmico: “na área da economia, tivemos professores formados pelo NAEA extremamente brilhantes... para propor”. Contudo, o mundo acadêmico e o político não têm o mesmo capital. O Capital intelectual não é compatível, ou seja, ele não tem o mesmo peso que o capital político.

E ainda, quanto às contribuições do NAEA no desenvolvimento da Amazônia nesses 50 anos de existência:

As contribuições do NAEA para o Desenvolvimento na Amazônia foram extremamente contraditórias. Por um lado, estamos formando intelectuais, técnicos, para acompanhar os processos de desenvolvimento de forma crítica, por outro lado, formamos mestres e doutores para trabalhar nas grandes empresas, que estão do outro lado (Entrevistada “X”, 11/02/2023).

Ampliando as contradições, acrescenta que no período de instalação do NAEA foi instalado o “Núcleo de Geociências, com toda a sua contribuição para as empresas. A contribuição para as empresas de mineração fora muito mais avassaladora em termos do ambiente amazônico e da sociedade amazônica”. Ela reitera que “nosso capital intelectual não concorre, não tem condições de concorrer com o capital político”, além das ameaças sofridas por colegas de profissão.

O que se institucionalizou foi o Fórum de Davos, que é o Reino do Neoliberalismo, mas o foro Universitário, o Fórum Social. O último fórum que se realizou na Universidade Federal do Pará não ecoou como no primeiro Fórum, ou seja, o neoliberalismo que avança na segunda metade desse século tem sido bastante violento. Não encontramos como na fase mais perigosa que foram esses 4,5 anos que realmente deixou a universidade sem controle dos seus projetos e controlar seus projetos significa recurso, estar ligado com possibilidade de influenciar (Entrevistada “X”, 11/02/2023).

Um outro entrevistado entende que a lógica do FIPAM consistia em preparar quadros para planejar o desenvolvimento e, embora com muitos cursos realizados, todos tinham um objetivo: formar capacidade de planejar.

Ao formar o curso de mestrado em planejamento do desenvolvimento, o entrevistado 03, em sua fala, afirma que a perspectiva desenvolvimentista estava relacionada ao curso ligado a duas possibilidades-chave: “o processo de industrialização que era possível uma industrialização induzida, e essa industrialização, catalisaria todo o conjunto de elementos necessários para fazer um *take off*, uma dinâmica autossustentável de evolução”.

O fato é que as ideias da CEPAL influenciaram a preparação de quadros aqui na Amazônia. Celso Furtado, dentre outros pensadores, impregnaram toda a noção de desenvolvimento do pós-guerra até nos anos 1970, sob a operação das ditaduras.

Assim considera que:

nossa ditadura[...]era muito marcada por isso, desenvolvimentista nesse sentido e para cumprir as perspectivas de desenvolvimento criou primeiro essas formas de ação, então um projeto chamado de Operação Amazônia com a SUDAM, [...] no desenvolvimento como industrialização, e o NAEA foi muito criado como um quadro para alimentar uma estrutura de ensino e pesquisa para formar quadros para a SUDAM, no fundo, para a Operação Amazônia[...] Apesar de rapidamente se transformar em uma área de crítica a essa mesma operação, mas em princípio as coisas estavam pensadas assim, criar quadros que possam operar as ideias desenvolvimentistas cepalinas, que eram as dominantes, para o desenvolvimento específico, aqui tem alguma especificidade [...] na Amazônia (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Importante ressaltar a relação que faz entre o NAEA e a CEPAL no contexto das relações internacionais, o que não encontramos nas pesquisas realizadas. Desta forma, o intelectual relata:

quando se pensava desenvolvimento, tinham as coisas específicas daqui, mas sempre tinha a história da América Latina, e nesse sentido, desde o FIPAM e quando começou o PLADES, [...] dois anos depois, uma quase exigência de preparação de quadros para os outros países da América Latina que tinham a ver com a Amazônia. Então, desde o FIPAM, toda turma tinha um número, uma porcentagem, e era uma porcentagem alta, eu acho que de um terço mais ou menos de estudantes que deveriam ser dos países latino-americanos, que tinham bolsas concedidas pela própria CEPAL, eu acho, mas por outras instituições internacionais (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Além desse processo de internacionalização marcado por estratégias de desenvolvimento com formação de conhecimento e demanda específica, no dizer do entrevistado 03, marca “uma primeira fase no NAEA muito importante até crises da ditadura”. Há, ainda, um segundo movimento, então intitulado pelo entrevistado 03 como da pesquisa, isso porque na metade dos anos 1970 “não tem uma base de pesquisas bem estabelecida na



região. Não tem uma capacidade de pesquisa endógena. Vai ter trabalhos de pesquisas que vão gradativamente se fazer”.

Depois do primeiro FIPAM[...]se forma um núcleo de pesquisa importante do agrário, mas de dois ex-alunos do FIPAM e começam fazendo trabalho de campo, talvez uma coisa pioneira de fato nesse processo de produção de conhecimento. Vai ter também ainda com alguns ex-estudantes outros núcleos pequenos, mas o primeiro de pesquisa urbana[...]. O de pesquisa agrária eram basicamente dois ex-alunos. As pessoas fazendo estudo aqui e ali, mas muito com dado secundário, coisas muito incipientes. Então pesquisa sólida de campo com rigor e tudo, tem basicamente esses dois grupos, pequenos grupos, porque não tinha uma capacidade instalada. Era muito secundário, com dado secundário e muito elucubrativo. Pesquisa dura mesmo tem dois ex-alunos que vão inaugurar (Entrevistado “W”,28/01/2023).

A dificuldade é a “baixa capacidade local de fazer pesquisa na área de desenvolvimento”.

Para o entrevistado, é na década de 1970 que o NAEA se torna uma referência para os pesquisadores estrangeiros, uma “espécie de base de operação que vai ser cada vez mais importante para grandes pesquisas ou grandes pesquisadores[...] não foram grandes operações de pesquisa, mas eram pesquisadores muito bons”. Nesta direção, o entrevistado cita nomes de importantes intelectuais como Stephen Bunker, que fez uma pesquisa e publicou um livro que na atualidade é referência no mundo, *Underdeveloping the Amazon*<sup>77</sup>. John Friedmann é outro economista renomado na área de desenvolvimento regional que pesquisou na Amazônia e ministrou aulas no NAEA.

Bárbara Weinstein, a partir de pesquisa na Amazônia Paraense, publicou o livro sobre o *boom* da borracha da Amazônia<sup>78</sup>. “Foram anos pesquisando no NAEA, ...fazendo pesquisas muito importantes e profundas pelo NAEA. O NAEA vira uma espécie de ponto de suporte. Nessa condição é um processo de internacionalização, um vetor, mas é muito coadjuvante para o NAEA”, lembra o entrevistado “W”.

O entrevistado ressalta, ainda, as contrapartidas advindas com o processo de internacionalização. “Por outro lado essas pessoas, o Bunker, o John Friedmann, por exemplo, davam aulas, cursos e ajudavam no ensino. Então existia uma certa troca, limitada talvez”.

São ressaltadas, ainda, as entrevistas as crises existentes no Núcleo, “uma delas vai acontecer entre 1986-1987”, quando aparenta estar dividido por dois grandes grupos de

77 A publicação de Stephen G. Bunker, título original *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State* foi publicada pela University of Chicago Press; 1ª edição (20 março 1990) e atualmente é vendida por R\$ 362,47 (<https://www.amazon.com.br/Underdeveloping-Amazon-Extraction-Unequal-Exchange/dp/0226080323>).

78 Título original da publicação: *The Amazon Rubber Boom, 1850-1920*. Publicado pela Stanford University Press em 1 janeiro 1983. Atualmente é vendida por R\$ 317,47 (<https://www.amazon.com.br/Amazon-Rubber-Boom-1850-1920/dp/0804711682>).

pesquisadores, professores muito heterogêneos, os que “vinham das ciências sociais, sociologia, antropologia, ciência política e outro conjunto que era da economia, da economia do desenvolvimento, da economia do planejamento etc.”. Assim divide o entrevistado “W”.

O grupo de economistas, identificados com a lógica do Planejamento do Desenvolvimento, marcado pelos projetos desenvolvimentistas e o grupo de cientistas sociais, sociólogos, antropólogos começou a criticar severamente o papel reflexivo e de ação do grupo de economistas, e como resultado, “criou-se uma tensão que foi se acumulando e findou levando a uma primeira crise que finaliza em 1987, no primeiro semestre de 1987, quando então os economistas saíram em bloco do NAEA”.

Com a saída dos economistas, inicia um novo momento no NAEA, quando as preocupações com as questões sociais passam a ser fundamentais; há um posicionamento mais crítico e emerge a internalização das necessidades dos grupos marginais, dos camponeses na análise das dinâmicas gerais do desenvolvimento.

Há uma outra crítica relatada, entre o final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, “que vai produzir uma crítica cada vez mais severa em relação à lógica geral do desenvolvimento” Internaliza-se a discussão do desenvolvimento sustentável. Temática discutida mundialmente, com autores internacionais, a exemplo de Helmut, da Alemanha, Bunker. O entrevistado cita ainda:

Ignacy Sachs que àquela altura talvez fosse o principal teórico ou filósofo que elevou a percepção do que seria essa noção do desenvolvimento sustentável desenvolvida pela conferência de Estocolmo, cria um corpo de ideias que vai ter uma importância enorme em torno e a partir da discussão do desenvolvimento sustentável. O Alain Lipietz, da Escola da Regulação Francesa, que mais se aproxima dessa discussão, todos eles foram professores visitantes do NAEA, vieram nessa fase a partir de 1992 até a formação do doutorado (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Essa crise pode ser caracterizada como um choque de geração que resultou na saída dos sociólogos, antropólogos e na permanência de uma geração mais nova, interdisciplinar com economistas, sociólogos, antropólogos, em 1992.

O processo de internalização desse novo momento, pensar desenvolvimento em perspectiva de sustentabilidade, trazendo com essa ideia uma capacidade de reflexão que nos colocava em relação a vários grupos de pesquisa e de pensadores no mundo, então uma nova internacionalização e nisso se construiu uma nova base de ensino (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Após a crise, o curso de doutorado foi formatado, com o conteúdo específico; o mestrado foi reformatado; foi feita uma redesignação do que seriam os FIPAMs, que passaram a ser temáticos com propósito específicos e não somente de planejamento.

Quanto ao conceito de desenvolvimento sustentável, “colocava para o NAEA um desafio enorme, um desafio intelectual, desafio acadêmico muito forte. Era necessário que os discentes do NAEA, como um todo, discutissem melhor o conceito para entender bem o que é que o mundo crítico estava propondo com esses novos conceitos e como o NAEA se situava nesse contexto.

O NAEA tem um papel fundamental de criar capacidade de reflexão e novas formas de transmissão dessa reflexão, portanto, novas estruturas de ensino, novos conteúdos para preparar capacidade de ação sim, mas a partir de um novo conhecimento sobre o desenvolvimento. Essa discussão do desenvolvimento sustentável é a rigor uma espécie de atualização, a tríade do desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento econômico prudente, aliado a uma capacidade distributiva, uma correção de desigualdade social, uma sustentabilidade social. (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Estendendo o diálogo sobre o desenvolvimento sustentável, “como se fosse uma atualização dos princípios da modernidade ocidental, de certo modo” e, nesse sentido, no plano filosófico e ético, ele veio para ficar. E assim contribui:

A crise de insustentabilidade está dada para o mundo. A Amazônia tem um papel nessa crise. ...O que o NAEA tem que fazer é se apropriar, entender bem, dar consistência, criar uma capacidade analítica que dê substância esse ideário. É transformar essa nova capacidade reflexiva em operações que combinem desenvolvimento com a sustentabilidade (Entrevistado “W”,28/01/2023).

O entrevistado faz lembrar a estratégia geral da pesquisa brasileira conduzida pelas grandes agências CNPQ, CAPES. Estas agências entendem que a ciência avançará na medida em que a ação internacional, o conhecimento se forme por interações cada vez mais dinâmicas e estreitas com o resto do mundo. É uma diretriz que vem sendo dada por essas grandes agências. No decorrer da tese, foi tratada a implantação de setores de internacionalização por orientação do MEC / CAPES.

As bolsas ficam mais fáceis, se existir já uma iniciativa bilateral fica pronto para receber os alunos, são estabelecidas uma série de mecanismos que vai imputando, colocando essa estratégia de maneira cada vez mais tensa nos diferentes níveis, e os diferentes níveis vão respondendo. Em alguns casos são respostas mecânicas (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Assim, o entrevistado adverte que, “há que se qualificar essa relação internacional. Se ela é uma relação estritamente subalterna, coadjuvante, que a gente entra para fornecer dados, como em Ciências Sociais, por exemplo, isso é um grande problema”.

Sobre os resultados concretos do NAEA, o pesquisador faz críticas à expressão “concretude”, entretanto assim responde:

a concretude que se espera do NAEA é a capacidade de reflexão. Essa é a principal. Capacidade de reflexão, operação desta capacidade em conhecimento específico, conhecimento do lugar, da região, das coisas, e em seguida a oferta disso. A sociedade em geral, as suas diversas agências, os seus diversos aparatos para operações práticas. Mas a operação prática, ela não pode substituir a reflexão. Sem reflexão não é possível produzir um conhecimento consistente, ajustado às necessidades; sem esse primeiro passo não é capaz de fazer o segundo passo. E sem o segundo passo não há o conhecimento necessário para você ter uma prática, uma prática ajustada, adequada, acurada que possa de fato gerar os efeitos que você espera. Pois bem, então há uma hierarquia o ensino, pesquisa e extensão que tem que ser cumprida como uma espécie de estratégia única de formação de conhecimento (Entrevistado “W”,28/01/2023).

Um outro entrevistado relata a trajetória da UFPA, desde sua criação em 1957, e já naquela época o fato de a UFPA estar na Amazônia já despertava um certo interesse mundial. “ Com a reforma universitária na década de 1960, e quando se formula o NAEA, isso implica que a universidade já tinha um certo fermento na ideia, pelo menos de que se deveria ter mais visibilidade na região”. (Entrevistado “Z”,22/02/2022)

Assim, desde o primeiro estatuto da UFPA, quando se inseriu na reforma universitária que a universidade deveria ter um órgão integrador de conhecimento, foi criado o NAEA como Núcleo e permanece esse nome até a atualidade, na certeza de que Amazônia não pode ser vista somente como Amazônia brasileira.

Para o entrevistado, desde então, o NAEA tem a característica de uma instituição internacional. Armando Mendes, na aula inaugural do FIPAM, faz “uma declaração clara... de que a Amazônia não pode ser vista como foi tradicionalmente vista. E nessa nova visão já se vê que a Amazônia não é só brasileira. Em uma visão intra da Amazônia não pode ser restrita a essa Amazônia brasileira. Ela integra outras Amazônias”.

É neste contexto que surge a ideia de um livro intitulado: A invenção da Amazônia, que contou com a contribuição de ex-aluna do FIPAM já entrevistada para esta tese. O pesquisador 04 esclarece que, de acordo com Mendes, “a definição da Amazônia mesmo é uma visão inventada... Já que essa é a visão da Amazônia, nós temos que criar nossa própria invenção. Nós temos que inventar nossa própria Amazônia”.

Fazendo a correlação com o livro, o intelectual faz a relação do sucesso do NAEA, “em grande parte, e de certa maneira à sobrevivência do FIPAM até hoje”, destacando a participação do prof. Armando Mendes e de outras pessoas que estiveram envolvidas desde o princípio com essa criação do NAEA, a exemplo do prof. Marcelino e do prof. Nelson Ribeiro, além outras pessoas. Assim como os demais entrevistados, nesta entrevista também foi destacado os intelectuais internacionais da economia, da sociologia que estiveram a convite da universidade para contribuir na forma de funcionar e qual seria o conteúdo do FIPAM.

Hoje, o FIPAM era para ter morrido, para ser eliminado. Porque passavam de nível. O mestrado que se tinha, essa era um concorrente, porque o FIPAM daquela época era um ano de duração, uma monografia e tal. Então o mestrado eram dois anos, mesmo assim os professores eram os mesmos, o lugar era o mesmo então iria enfraquecer o mestrado (Entrevistado “Z”, 22/02/2022).

O intelectual lembra que o FIPAM foi suspenso e depois recriado, porque era dirigido principalmente para os institutos de órgãos brasileiros. Em continuidade à entrevista, o entrevistado ressalta o apoio nacional recebido pelo NAEA do Ministério das Relações Exteriores, que apoiava o curso para estudantes da Amazônia, além da Fundação Ford e outros organismos.

Para o entrevistado, Armando Mendes era um visionário e já falava que o NAEA seria centro de pós-graduação com as aulas de mestrado, em uma época que praticante não existia mestrado, de pós-graduação *stricto sensu* é um pouco mais de longo prazo.

O NAEA deve ser uma instituição de transformação. Então por isso era que se enfatizava muito a questão de planejamento, de ações, de ações públicas, de políticas públicas no FIPAM para que o curso que estava levando as políticas na época, na época militar mesmo, fossem transformadas, fossem criticadas e se você vir as primeiras monografias dos FIPAMs, dos primeiros FIPAMs sobretudo, são realmente análises críticas muito fortes à ocupação da Amazônia da maneira que se estava dando (Entrevistado “W”28/01/2023).

Segundo um dos professores entrevistados, depois de quase 50 anos, há coisas das quais o NAEA não se desviou, uma delas é o centro de atualização. Para o entrevistado, o NAEA mantém todas as pesquisas em biblioteca própria. Agregado a essa biblioteca, tem a editora, que publica os próprios livros. Daí o NAEA atua na região por conhecê-la. Isso é o que o NAEA tem feito ao longo da história.

O docente destaca a visibilidade internacional do NAEA ao afirmar que ao viajar pelos países Amazônicos o NAEA está sempre presente representado por seus livros, seus seminários e conferências. Observa-se a participação de professores do NAEA convidados para conferências internacionais de diversos tipos, quase todos com pós-doc no exterior e um corpo docente internacional, como Aragón, Hisakhana, Vidal, Armin, dentre outros.

Um dos resultados positivos do NAEA, relata o entrevistado, é que o Núcleo avançou muito sobre a dimensão internacional na Amazônia. É atribuído ao NAEA o fato de que as pessoas que pesquisam sobre a Amazonia aceitam que hoje, com certa facilidade, que a Amazônia não é somente brasileira e que para entender os fenômenos que se dão na Amazônia brasileira tem que inseri-la em uma dimensão internacional.

Um outro destaque dado pelo entrevistado sobre o NAEA é o lugar de produção de

propostas para o melhor desenvolvimento da região amazônica, a incubadora de políticas públicas, o IPPA, coordenado pelo NAEA.

Embora já elencada uma série de feitos e resultados, o entrevistado elege como a grande contribuição do NAEA “a amazonização”, e assim explica que “a amazonização da academia vem através desses formandos, ao atuarem nos organismos e que têm supostamente outra mentalidade, outro compromisso com a região. O NAEA se vê refletido nessas políticas”.

Nessa entrevista, foi destacada a Cátedra UNESCO de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável, criada em 2006, para trabalhar para o bem-estar das comunidades. No âmbito da Cátedra, está o programa de reserva de biosfera, da UNESCO, embutido num programa ainda maior, o programa o homem da biosfera.

Para o entrevistado, a internacionalização é definida de mil maneiras, pois não há um conceito único, e como não há, é preciso criar nosso próprio conceito e lutar por ele.

Internacionalização, segundo o intelectual, não é só receber conhecimento, não é só o que chamam de transferência de conhecimento. A cooperação não gera frutos se não encontrar uma resposta importante, do contrário só absorve e, assim, se torna dependente. É necessário fortalecer com novas ideias a cooperação dentro da instituição, avaliando para que a Internacionalização?

Na cooperação tradicional, relata o entrevistado, quem mais se beneficia não é a instituição menos desenvolvida, é a instituição mais desenvolvida, porque cria dependência, acelera, fortalece a evasão de cérebros. Isto é, o aluno que vai estudar fora do país termina não querendo mais trabalhar no seu país de origem, vai trabalhar no exterior.

Então, ele declara que vê na América Latina o Brasil se tentar fortalecer nesse sentido com seus programas de bolsa sanduíche, pós-doutorado, pós-doc. Só que isso também é frágil, porque depende dos interesses de quem está no poder. Não há na América Latina, talvez México tenha alguma coisa parecida, mas o que mais se tem é a CAPES, ainda tem o bolsa sanduíche no exterior, pós-doutorado etc.

O entrevistado acredita que é muito mais fácil conseguir uma bolsa, por exemplo, de pós-doc aqui no Brasil na CAPES, CNPQ, do que um doutorado completo. Porque a pessoa é mais madura, vai focada exatamente no que quer e vai trazer conhecimento, importar conhecimento de lá e fortalecer a instituição nacional, a ciência brasileira. A possibilidade de ficar lá fora é muito reduzida do que quando faz um doutorado completo,

Outro entrevistado recorda que na Universidade de *Freie Universität Berlin*, Alemanha, tinham três orientadores com pesquisas voltadas para a Amazônia. Nesta Universidade, nas décadas de 1970 e 1980, as literaturas de referência sobre a Amazônia usadas eram as

produzidas pelo NAEA. Assim descreve o entrevistado 05 ao tratar do NAEA:

Faz lembrar, ainda que antes a referência para a Amazônia era o NAEA, entretanto, na atualidade essa concepção mudou, desde final dos anos 1990, quando o pessoal do sul descobriu, por vários motivos, a Amazônia também e devido às reputações que são diferentes, o pessoal do exterior começou a contactar a USP para saber alguma coisa da Amazônia. Até então éramos nós o ponto focal. (Entrevistado “J”, 24/01/2023)

Dentre os desafios do NAEA, cita a manutenção dos professores após o pós-doutorado em outros países, bem como a construção e continuidade de uma possível proposta de cooperação internacional com o NAEA a partir das relações estabelecidas; a manutenção da Rede de Saberes e a contratação de bolsistas para projetos internacionais que não coincidam com seus próprios projetos de entrada no mestrado / doutorado;

Ao tratar do curso de doutorado, o entrevistado “J” infere que “de certa maneira também foi um incentivo da Fundação Ford e que neste mesmo ano ocorreu a Rio-92. Assim, falar de desenvolvimento, era tratar de desenvolvimento sustentável”. Então, o NAEA inicia uma discussão na frente de muita gente aqui no Brasil.

A discussão foi “possível porque grande parte do público docente veio de fora, foi formado fora, estava mais ligado a essa discussão sobre sustentabilidade do que o pessoal aqui tradicionalmente atuando na Academia da Amazônia, portanto no Brasil”, pois essa discussão na época era nova, “e aí tinha uma ideia de realmente vamos pensar agora um desenvolvimento diferente para a Amazônia que seja esse desenvolvimento sustentável, levando em consideração que, bom, até hoje está claro que esses projetos de desenvolvimento para a Amazônia não deram certo”.

Uma sociedade sustentável “significa que você precisa organizar o seu metabolismo com a natureza, consumo de matéria e energia de tal maneira que isso se reduz ao máximo”. Entretanto, há que se considerar que é mais difícil criar estruturas dentro da sociedade que tornem essa sociedade sustentável, no sentido que você tenha uma correção social, você tenha um mínimo de conflitos, ou tenha como conseguir instrumentos para mediar esses conflitos. Neste sentido, afirma:

O NAEA não tem como fazer desenvolvimento, o NAEA não é política, não faz política de desenvolvimento. O que o NAEA pode fazer é mostrar análises ou elaborar análise de problemas cuja profundidade é maior do que um artigo de um jornalista ou de uma ONG, no sentido de mostrar visões alternativas, diferentes sobre os problemas que fogem do senso comum e esperar ou desejar que alguém leia isso e a partir da sua competência busca solucionar os problemas. (Entrevistado “J”, 24/01/2023)

E dá como alternativa a possibilidade de

o que pode é pensar em soluções, não necessariamente nós temos a capacidade de implementar essa solução. A nossa capacidade, agora do ponto de vista do ensino, assim pelo menos eu vejo a nossa contribuição, é formar pessoas que primeiro tenham uma noção que pensar desenvolvimento não é uma tarefa simples, que tenham uma certa visão do mundo que é baseada em uma certa ética, em uma preocupação com a natureza, preocupação com a igualdade, tudo isso (Entrevistado “J”, 24/01/2023)

E assim descreve o perfil do profissional, “com uma certa ética, mas que trabalham sério e que esse trabalho sério não é uma questão só de não fazer plágio, mas também é sério no sentido de ter uma empatia para o objeto de estudo deles e de trabalho”.

Essa seria uma forma de o NAEA contribuir com o desenvolvimento na Amazônia. Uma outra contribuição do NAEA está na consultoria feita para os governos

na elaboração de planos para governos ou para prefeituras. Isso a gente faz muito. Mas a princípio a gente nem deveria fazer isso, porque a gente sabe pelos nossos estudos que esses planos muitas vezes são meramente instrumentos de propaganda ou não estão sendo levados em consideração. O funcionamento da política é diferente, mesmo assim a gente faz porque acha que tem que fazer, não pode ser, também se negar a isso (Entrevistado “J”, 24/01/2023)

Também aponta o que o NAEA não faz.

NAEA não se pronuncia em relação ao plano de governo. Tem um plano de governo, tem uma política específica, uma lei, nós não temos o hábito, não posso nem dizer competência, mas o hábito de fazer um *policy brief*[...]. O NAEA não promove desenvolvimento, mas faz análises de problemas, mostra alternativas de problemas que foge do senso comum e a partir de sua competência mostra nossa capacidade do ponto de vista do ensino é formar pessoal que tenha uma visão. O NAEA contribui também na elaboração de plano para prefeitura, mas não se pronuncia, não faz *policy brief*. ]( (Entrevistado “J”, 24/01/2023)

### c) DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZÔNIA

Considerando o desafio de pensar o desenvolvimento para a Amazônia, os entrevistados, ao tempo que apontaram os desafios para a Amazônia, apontaram os caminhos para o desenvolvimento.

Um dos entrevistados entende que:

as próprias realidades sociais entraram em conflito. É, entraram em conflito com o próprio modelo de desenvolvimento e entraram em conflito também com a ideia de uma sustentabilidade que foi condenada, em princípio, pelo problema modelo da década, do Plano Nacional de Desenvolvimento, do Plano Militar, Planos dos Governos, Programa de Aceleração do Crescimento e retomada e crescimento (PAC) (Entrevistada “X” 11/02/2023).

Entretanto, as pesquisa na Amazônia levaram à observação da “transformação do que



poderia ser condições de ocupação de desenvolvimento da Amazônia com base na própria construção de uma relação entre sociedade e natureza”. Para ela,

o modelo de Comunidades Tradicionais de uso de recursos vai ser totalmente confrontado com a exploração madeireira, exploração pecuária, com o monocultivo e isto foi o que provocou originariamente uma forma muito rápida no nível de devastação e destruição, cujos sujeitos não foram esses povos, mas sim as empresas de mineração ou grande empresas vinculadas à agropecuária, hoje ao chamado agronegócio e à exploração mineral que se questão fundamental com isto, uma economia Castanheira, que poderia estar se desenvolvendo em base diferente, foi destruída (Entrevistada “X” 11/02/2023).

Neste contexto, lamenta a resistência dos trabalhos de base comunitária e a destruição da floresta, cujo limite ou condições de reversibilidade não é conhecido. Lamenta na transformação da região como uma das mais violentas e que assim continua e avança. Para a entrevistada 01: “Não há Direitos Humanos respeitados nessa região, isso faz parte desse credo no Neoliberalismo, que produz a morte dos povos indígena, condenação desses povos, dos quilombolas, e é isso, é a forma de apropriação”. Embora a Universidade possa mudar essa realidade, a entrevistada acredita que “a Universidade tem a capacidade de influenciar, mas é limitada e cada vez mais parece que é mais limitada”.

Para outra docente, “o NAEA nunca deixou de discutir desenvolvimento... Eu diria mais desenvolvimento que planejamento... e a questão ambiental, ela entra na dimensão do desenvolvimento”. Entretanto, a entrevistada afirma que o “Desenvolvimento é insustentável. O desenvolvimento é excludente, o desenvolvimento é injusto, enquanto injustiça social, injustiça ambiental. É o que ocorre no mundo hoje”. Em continuidade, a docente apresenta sua discordância em relação a outro professor: “Mudanças climáticas é destruição da sociedade, ela só faz referendar a crítica ao desenvolvimento[...] Há professores que não pensam desta forma, que acreditam que têm práticas boas. Não têm nenhuma prática boa”.

Como melhor forma ou prática de desenvolvimento, assim sugere

o modo de vida que não é somente para a Amazônia, mas com o modo de vida no mundo é aquele mais adequado à natureza, ao planeta é o modo de vida que respeite a natureza como sujeito. A natureza como sujeito não é a natureza como o outro que eu possa explorar que eu posso violentar, que eu posso exterminar, é a natureza como sujeito. Sujeito de direito, o sujeito é aquele que existe e que é reconhecido, que é visto e que tem direitos, esse é o sujeito. Então, enquanto todos os modos de vida que não sejam capazes de funcionar assim, são antinatureza, são antívida (Entrevistada “Y”, 25/01/2023).

E assim conclui a entrevistada : “porque a vida ela só pode existir se ela conseguir ser preservada na sua totalidade”.

Uma outra proposição de desenvolvimento para a Amazônia vem a partir de um

desenvolvimento endógeno. Neste sentido:

Trago algumas noções sendo o elemento catalisador de uma série de convergências teóricas de diversas ordens que a gente vem qualificando como um movimento de ideias sobre desenvolvimento endógeno. É um conjunto de teorias que nos ajudam a pensar de que modo as capacidades estabelecidas localmente e os recursos que essas capacidades mobilizam são capazes de produzir dinâmicas virtuosas (Entrevistado “W”28/01/2023).

O intelectual propõe um desenvolvimento baseado, ancorado em capacidades locais, no sentido de transformar em forças cada vez mais firmes e traga para o local os resultados dos seus feitos, dos seus movimentos.

A ideia então é trabalhar com princípio conjunto de teorias flexíveis, as noções teóricas, em última instância, baseadas em complexidade, ou seja, os modelos determinísticos de que o futuro vai ser assim, vai ser assado, não funcionam, então tem que ser capaz de controlar bem, portanto, ser científico com a complexidade e a complexidade que permita futuro em aberto, visão histórica. Então isso é muito mais complicado do que trazer uma fórmula, como a CEPAL, a industrialização, mas é necessário, é absolutamente necessário para que realmente tenha a possibilidade de formar pessoas que possam ver o processo histórico de uma maneira e o modo como pode, mais ou menos, intervir nele de maneira positiva, de modo construtivo, para as sociedades locais e o contexto local (Entrevistado “W”28/01/2023).

Ao propor uma forma de desenvolvimento para a Amazônia, este docente aborda a seguinte questão: precisa definir desenvolvimento do ponto de vista desenvolvimento para quê? Essa ideia de desenvolvimento da Amazônia há que se perguntar: para quem? Para a Amazônia, para o Brasil, para o mundo, para quem? Esses questionamentos, de acordo com entrevistado, levam a outros conceitos:

Eu parto do pressuposto que você deveria pensar inicialmente o desenvolvimento da Amazônia de tal maneira que a sua escolha de desenvolvimento não prejudica outros. Ou não impede outros a se desenvolver, no sentido de que eu não posso, nesse caso, escolher a pecuária, por exemplo, porque sei que o desmatamento vai prejudicar outros, não só aqui dentro da região, mas também fora da região (Entrevistado “J”, 24/01/2023).

Por fim, no decorrer da entrevista, outros pontos foram citados, como a UNAMAZ, a Cooperação Internacional na Amazônia e o Contexto Político Amazônico.

Neste sentido, uma das entrevistadas resgata a UNAMAZ como um processo de Cooperação Internacional na Região Amazônica, criado em 1987. Para o entrevistado: “é problematizado o processo de desenvolvimento na Colômbia, na Venezuela, na Bolívia [...] Eu acho que foi uma das iniciativas, mas interessante da UNAMAZ em termos da cooperação”.

Considerando os Recursos Financeiros Internacionais aportados na Amazônia, destaca o papel da UNESCO na década de 1990 em importantes áreas como saúde e educação e meio

ambiente, com estudos e publicações. Outro agente de financiamento internacional foi a “Fundação Ford, que financiou outros debates como terras e as comunidades tradicionais no Panamá. Foram realizados outros eventos como foro social Pan-amazônico, em Manaus e eventos em Belém, também com apoio da fundação Ford”.

Por outro lado, observa o contexto político e a crise na UNAMAZ em função, dentre outros fatores, da falta de recursos financeiros e o envolvimento de pessoas e gestão da iniciativa, comprometendo, assim, a sustentabilidade das ações de uma proposta de tão grande porte como a UNAMAZ:

já não tinha mais a quantidade de recursos financeiros para mobilizar grandes conferências. Os reitores das universidades reduziram. A UNAMAZ chegou a ter 67 universidades porque ela é uma cooperação interuniversitária. E essa cooperação interuniversidade gerava muito recurso. Passamos a procurar outro apoio, outras atividades (Entrevistada “X”, 11/02/2023).

Analisando a gestão, faz a seguinte crítica,

O que ocorreu com a UNAMAZ foi uma administração interna da UFPA, porque a UFPA foi a grande promotora desse evento, através da própria ARNI, das conexões internacionais que tinha na Universidade Federal do Pará que permitiu construir esta Organização. Se teve efeito em termo de cooperação, estou certo que em alguma parte, e aí a crítica que eu faço à UNAMAZ, é que a UNAMAZ se tornou um momento, um clube dos reitores e havia dificuldade para penetrar nas estruturas (Entrevistada “X”, 11/02/2023).

E assim conclui: “Eu acho que a UNAMAZ, eu tenho a percepção que está em relevância para esta região, esperamos que se recupere”.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 50 anos de existência, o NAEA consolida a condição de realidade, e a utopia, apresentada por Armando Mendes (2011) é deixada nos registros iniciais de um núcleo criado com força, vontade, capacidade, articulação nacional e internacional. Aragon (2019, p.09) assim descreve a Utopia de Mendes

o NAEA foi concebido como uma instituição integradora do fazer universitário, capaz de romper com estruturas e conceitos vigentes na época ancorados no positivismo. Na construção dessa utopia, o NAEA foi visionado envolvendo três pilares interdependentes que o identificariam e imprimir-lhe-iam personalidade própria. Os três pilares se resumem nos conceitos-chave de Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia.

Esta pesquisa conclui que, o prof. Armando Mendes foi, de fato, um grande estrategista além de todas as qualidades já imputadas a ele ao longo desta tese e por toda sua vida. Tinha um sonho, o NAEA, e em seu notório saber fez com que sua utopia virasse realidade e talvez nem tenha se dado conta de tamanho feito.

Esta pesquisa é reveladora que, no campo da internacionalização, Mendes transformou em realidade o que sonhou. O NAEA se constituiu como uma instituição integradora do processo de internacionalização da educação superior, reunindo países para inicialmente pensar e planejar o NAEA e, em seguida, pesquisar e socializar a Amazônia no sentido mais amplo, fazendo o mundo “ver” as Amazônias reunidas em uma Região Amazônia, ou na Panamazonia, ou na Amazonia Continental, considerando os 03 pilares que, após 50 anos se mantêm firmes: Desenvolvimento, Interdisciplinaridade e Amazônia, promovendo o desenvolvimento de todas as formas: incluyente, sustentável, humano etc.

Esta tese mostra que o processo de internacionalização é um dos caminhos para a promoção do desenvolvimento, mas que precisa estar estreitamente ligado ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, porque o capital político é muito maior que o capital intelectual e somente com a força de toda a sociedade é que este mundo chamado chamado AMAZÔNIA pode ser plenamente desenvolvido. Cada um fazendo a sua parte e a Universidade Pública tem um papel importantíssimo na história da Amazônia.

O processo de Internacionalização da Educação Superior no NAEA, realizado de diferentes formas, não se limita a grupos específicos de profissionais, mas envolve todos os docentes, os discentes e a comunidade acadêmica.

Ainda há muitos desafios a serem superados, como o próprio rumo que o NAEA deve tomar, a integração das Amazonas, o processo de internacionalização da UFPA, o resgate da

UNAMAZ e das Redes desfeitas ao longo da história, o que descrevemos com melhor detalhe a seguir.

Neste sentido, os seguintes resultados envolvendo a internacionalização foram identificados no decorrer da pesquisa.

1) O NAEA **Pautou os grandes temas internacionais sobre a Amazônia para o Mundo**. Organizou acervos de publicações nas bibliotecas do Brasil e do mundo. Os estudos, debates, seminários, fóruns e outros eventos internacionais realizados de forma presencial ou on-line possibilitaram discutir questões como o desenvolvimento, meio ambiente, crescimento econômico e suas diferentes formas e operacionalizações, integrando a Amazônia com o resto do mundo e, assim, apoiando o desenvolvimento da Amazônia;

2) O NAEA **Reuniu docentes de qualidade intelectual** que: i) Dialogaram com intelectuais de diferentes países com a mesma capacidade intelectual e, acima de tudo, comprometidos com a ciência e com a (in)formação sobre e para a Amazônia; ii) buscaram editais de forma institucional e pessoal, partiram para o debate internacional sobre a Amazônia; iii) Participam de Redes Internacionais de Saberes e Pesquisa e pautam a Amazônia, fazendo com que a Região seja reconhecida em todo o mundo e, desta forma, a atenção e a sustentabilidade de ações possibilitam e contribuem para o desenvolvimento da Região; iv) Estabelecem inúmeros contatos com o resto do mundo, que operacionalizam a internacionalização da educação e levam a informação sobre a Amazônia. Por outro lado, estas ações ainda ficam muito restritas ao corpo docente e não chegam aos discentes, muito menos à comunidade acadêmica.

3) O NAEA **Formou pessoas nacionais e internacionais** e, dessa forma, multiplicou e socializou a informação. Há os que ficaram no NAEA, outros ficaram no Brasil. Houve os que retornaram para seus países de origem e levaram na bagagem livros, muitos deles escritos pelos grupos que formaram no FIPAM, no PLADES, no doutorado, no mestrado em Gestão Pública. De qualquer forma, ouviram e falaram da Amazônia. Alunos nacionais em regime de cotulela e ou com bolsas de estudo em outros países são acompanhados pelos professores do NAEA. Espera-se que voltem, mas cabe ao país que motivem o retorno. O NAEA formou profissionais no sentido de fortalecer o planejamento de políticas públicas para o desenvolvimento socioambiental da Amazônia, embora o próprio Governo Federal ainda hoje atue por meio de editais para a implantação de políticas massificadas. A Amazônia padece de invisibilidade quando se trata da abordagem do efetivo desenvolvimento e os discursos nacionais e internacionais parecem tratar de um outro lugar.

4) O Núcleo é coroado com a nota **07 na avaliação da CAPES**, que se efetiva como um Centro de Excelência comparado a poucos existentes. A internacionalização foi avaliada positivamente.

5) A **UNILA e UNILAB**, experiências positivas de política externa educacional brasileira, **contou com o saber de professor do NAEA** que criou grupo de pesquisa sobre a Amazônia e **de ex-aluna que foi Professora UNILAB** no período de 2010 a 2018.

6) **Intelectuais internacionais** vieram para o NAEA, apoiaram o planejamento, ajudaram no replanejamento dos programas e na implantação de cursos, realizaram palestras, ministraram aulas, realizar pesquisas na Amazônia e levaram informações sobre a Amazônia, fazendo com que a região seja conhecida internacionalmente.

Entretanto, o princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão ainda é um desafio a ser superado pelo NAEA. Em momento de consolidação da interdisciplinaridade na conformação das formas de fazeres científicos, bem desses fazeres científicos na Amazônia estarem associados à proteção e salvaguarda estratégica da região, a atuação do NAEA desde esta tríade seria importante tanto para alinhar a interface ciência e políticas públicas de desenvolvimento, quanto para tornar esta interface também uma via de construção respeitosa e equitativa com aqueles sujeitos que são detentores de muitos dos saberes e recursos vistos e tratados como estratégicos a esse desenvolvimento.

Assim, o princípio da indissociabilidade poderia se tornar uma norma executável no planejamento do Núcleo, em associação e diálogo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPA. O princípio da indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão é a marca das universidades públicas brasileiras, e a atuação do NAEA nesta direção, como é tido desde sua concepção, com potencial de ser integrador entre a construção de saberes na universidade, aponta para um papel importante que pode ser revitalizado frente aos principais desafios da época no mundo e na Amazônia, tais como a promoção e garantia de justiça social, ambiental e climática e a mitigação das desigualdades econômicas e sociais.

Em resultado às observações dessa tese, há outros desafios que precisam ser considerados pela UFPA e pelo NAEA que elencamos como cinco ações baseados em pontos que apresentamos a seguir.

Primeiro, a cooperação internacional científica de maior evidência na UFPA é a cooperação Norte-Sul, com mais recursos financeiros, conforme planilhas analisadas ao longo da pesquisa. Por outro lado, essa cooperação aumenta o distanciamento entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento e, muitas vezes, os últimos saem em desvantagem. Nos documentos da PROINTER, há demonstração dessas desvantagens.

A cooperação Sul-Sul, baseada na solidariedade entre os povos, ainda encontra uma série de barreiras que podem ser observadas nas rotinas da UFPA, como falta de apoio dos agentes educacionais. Verificamos que isso ocorreu a exemplo da **Rede IntegraSul**, que surge a partir da UFPA e da **Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ)**, propondo-se ser espaço de promoção de cooperação internacional com ações coletivas, concretas de instituições científicas da Amazônia. Estas iniciativas de cooperação Sul-Sul podem ser resgatadas. Em entrevista realizada para esta tese, foi dito que **se espera que a importância da UNAMAZ possa ser revista.**

Ao aspecto anterior, soma-se a constatação de que a Amazônia é complexa, e que a promoção do desenvolvimento ainda é imprescindível para a superação dos desafios compostos especialmente pelas desigualdades sociais e ambientais acometendo a região.

Como observamos pelas entrevistas, a globalização e a internacionalização da educação tomam caminhos crescentes e sem volta, e mesmo que a UFPA e o NAEA busquem acompanhar essas dinâmicas, a forma de desenvolvimento necessária e adequada para a região ainda permanece como um desafio a ser enfrentado. Há diferentes pontos de vistas.

Um terceiro ponto observado é que, em muitos casos, há uma relação internacional direta a partir do doador, sem a intervenção da PROINTER. **A PROINTER ainda não se constitui como um espaço de integração de cooperação internacional.** A fala do então pró-reitor de Relações Internacionais da UFPA, Edmar Costa, em sítio institucional<sup>79</sup> que trata da avaliação do Plano de Internacionalização, denuncia a ausência de consolidação.

[...] Apesar de termos inúmeras atividades de internacionalização[...] um plano estratégico irá nos permitir visualizar e organizar esforços institucionais, em torno de temas estratégicos, indicadores e metas, que irão transformar ideias em ações, no sentido de tornarmos pleno e abrangente o processo de internacionalização na UFPA (PORTAL.UFPA, 2020).

Neste fluxo, a Universidade, por meio da PROINTER, está em fase de elaboração de um Plano Estratégico de Internacionalização<sup>80</sup>. Conta com uma consultoria externa realizada pelo American Council on Education (ACE), dentro de um programa denominado ACE INTERNATIONALIZATION LABORATORY. Essa consultoria faz parte de um acordo entre o MEC/CAPES com o ACE Laboratory, visando impulsionar a internacionalização de universidades brasileiras.

O que se pode inferir que o MEC dá continuidade em suas políticas públicas de forma

79 Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/13141-plano-estrategico-de-internacionalizacao-da-ufpa-recebe-avaliacao-do-conselho-americano-de-educacao>. Acesso em: 7 fev. 2020.

80 Até o fechamento deste trabalho, o Plano de Internacionalização ainda não tinha sido concluído.

massiva sem considerar as especificidades da a região amazônica, uma vez que este Ministério parece considerar como mais importante o mercado do conhecimento, que se tornou um lócus dos mais privilegiados na acumulação capitalista global, do que como pode ser implementada a política de internacionalização na região , uma vez que, desta forma proposta, há uma série de desencadeamentos.

A PROINTER, em mais uma iniciativa, parece valorizar a mercadoria-conhecimento, como base material do capitalismo e uma nova forma de economia do desenvolvimento capitalista em detrimento do ensino gratuito e colaborativo.

O NAEA pouco vem dialogando com a Pró-Reitoria de Relações Internacionais, que está construindo um Plano de Internacionalização para toda a Universidade. Além disso, um dos entrevistados faz uma crítica ao referido Plano de Internacionalização. Do ponto de vista da análise dos materiais acessados para a elaboração desta tese, seria importante na construção do plano de internacionalização com a UFPA construir canais de diálogo com a comunidade universitária, inclusive com o NAEA, que atua em processo de internacionalização desde a sua fundação.

Em um quarto momento de relação entre promoção de desenvolvimento e internacionalização da educação superior, observamos que a Amazônia ainda tem muitos problemas com relação à desigualdade entre grupos sociais e étnicos, nos espaços rurais e urbanos. Assim, levando em consideração os aspectos humanos e coletivos de processos de promoção e garantia de desenvolvimento inclusivo ainda há longo caminho a seguir.

A riqueza da flora e da fauna, a riqueza ambiental e natural que a torna importante e estratégica no mundo todo contrastam com os indicadores socioambientais e histórias como a de Chico Mendes e tantas outras personalidades que se destacaram na luta pela região, mas acabaram sendo assassinadas ou tendo seus direitos territoriais e humanos seriamente violados.

**O peso do capital político no fazer público ainda é muito maior que o capital intelectual.**

Dessa forma, além do conhecimento gerado com a internacionalização da educação superior, o que falta é o fortalecimento da comunidade para buscar fazer valer seus direitos de forma coletiva. Há muitas pesquisas realizadas pelo NAEA que poderiam ser melhor aproveitadas pela comunidade, no âmbito da extensão, se estas fossem efetivamente colocadas à disposição da comunidade no sentido de fortalecê-la. O Núcleo ainda é limitado na conexão de suas atividades e resultados de pesquisa com a aplicabilidade e a difusão para a sociedade, tanto no que tange a informação como a transformação da pesquisa em execução de projetos relacionados à promoção do desenvolvimento e redução das desigualdades. Nesse sentido, há limitação especialmente no item extensão na ação universitária.



A pesquisa realizada revelou que o NAEA nem sempre baseia suas atividades no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Princípio esse estabelecido em Regimento Geral, Estatuto da UFPA e Regimento do NAEA e que, desde a Constituição de 1988, vem sendo discutido como papel da universidade pública. Este princípio visa a contribuir para o fortalecimento da sociedade, a partir de um maior diálogo baseado no conhecimento gerado a partir das pesquisas e da (in)formação acadêmica. O que, todavia, se percebe no NAEA é que há muitos seminários nacionais e internacionais que são muito limitados à comunidade acadêmica, não atendendo à sociedade em geral.

Desta forma, reafirma-se que o ensino, a pesquisa científica e a extensão da Universidade Federal do Pará são indispensáveis para o desenvolvimento da Amazônia, sendo a internacionalização da educação na região importante para a qualificação dos processos educacionais. Entretanto, constatamos que esse processo de internacionalização, quando ocorrente, não favorece a comunidade enquanto sociedade. Há um pensar para fora, isto é, para o resto do mundo, mas é necessário refletir de que forma a informação que é gerada em outros países e com outros países, desde a cooperação bilateral ou multilateral, pode contribuir com as pessoas na Amazônia. Acredita-se que, assim, pode-se efetivamente contribuir para o desenvolvimento da humanidade diversa que habita e desenvolve seus modos de vida na região com a complexidade que essa abriga, nos campos, nos rios e nas cidades.

À guisa de conclusão, espera-se que este trabalho possa ser útil ao NAEA, no sentido de rever seu planejamento, e à Universidade Federal do Pará, no sentido de melhor analisar as ações de internacionalização desenvolvidas, considerando os mitos da internacionalização da educação superior, apresentados por Jane Knight.

Assim, espera-se que o planejamento das ações do Plano de Internacionalização da UFPA possa caminhar no sentido de que realmente essas ações sejam eficazes na construção de um plano que visa internacionalizar, de fato, a educação na e da região. Com isso, pensando a internacionalização da região, seria não apenas a atração de cooperação internacional para o ensino e a pesquisa, mas uma que possa considerar as características da Amazônia e de seus processos criativos não como regionais, mas como universais, dada sua diversidade. Assim, poderia a internacionalização estar mais em diálogo com a sociedade e, também, levar o conhecimento que as sociedades amazônicas produzem como saber fazer para o mundo, particularmente nos aspectos socioambientais e territoriais. Uma instituição como a universidade pública, que tem a função de salvaguardar e multiplicar o conhecimento como bem público, não pode estar destacada do processo de internacionalização, nem tampouco o

processo de internacionalização deve ser desenraizado desta função, que tem como objetivo último fornecer e contribuir com o desenvolvimento inclusivo na região amazônica frente a seus desafios contemporâneos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, F. J. M. A evolução da cooperação técnica internacional no Brasil. **Mural Internacional**, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2013.
- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO –ABC. **100 anos da Academia Brasileira de ciências**. Coordenadores José Murilo de Carvalho e Ildeu de Castro Moreira. Academia Brasileira de Ciência 2017.
- UM AJUSTE JUSTO: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil. **REVISÃO DAS DESPESAS PÚBLICAS**, v. 1, Síntese, nov. 2017.
- ALMEIDA, S. **Autonomia: princípio estruturante do conceito de universidade**. 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autonomia-e-elemento-estruturante-do-conceito-de-universidade>. Acesso em: 6 abr. 2021.
- ALVES, J. R. C. A. **O conselho econômico e social das Nações Unidas e suas propostas de reforma**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 535 p. (Coleção CAE).
- AMARAL, G.; NOVA, S. V. Economia política do conhecimento: sua importância para o conceito de cultura. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 21, 1993.
- AMORIM, A.; SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação Institucional da Universidade Brasileira: questões polarizadoras. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, n. 10, p. 123-136, 1994.
- AMORIM, M. L. O surgimento da comissão brasileiro-americana de educação industrial (CBAI). **Revista História da Educação**, v. 11, n. 23, set./dez. 2007.
- ANDES-SN. Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira. Cadernos ANDES nº 2. 3. ed. atualizada e revisada. Brasília: ANDES-SN, 2003.
- ANNALS OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF GEOGRAPHERS, v. 1, p. 1-24, 2018.
- ARAGÓN, L. E. Encontro aberto Amazônia: cooperação internacional e o papel das instituições de ensino e pesquisa do Brasil. *In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC*, 59., 2007, Belém. **Anais [...]** Belém.
- ARAGÓN, L. E. Cooperação Sul-Sul, uma alternativa para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica dos países em desenvolvimento. *In: Educação Superior, Desenvolvimento e Cooperação Sul-Sul*. FREIRE, J. C. S.; VARELA, B. L.; PACHECO, J. A.; GALVÃO-BAPTISTA, M. (org.). Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2017. p. 153-169.
- ARAGÓN, L. E. Cooperação Sul-Sul, uma alternativa para o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica dos países em desenvolvimento. **PAPERS**, NAEA, n. 342, 2014.
- ARAGÓN, L. E. Cátedras UNESCO e reservas da biosfera: parcerias estratégicas entre dois programas da UNESCO em busca do Desenvolvimento Sustentável. *In: FREIRE, J. C. S. et al. (org.). Integração no Sul Global: territórios, ambiente, saberes, educação e políticas públicas em foco [recurso eletrônico]*. Belém; NAEA: Cabo Verde: Edições Uni-CV, 2019.

ARAGÓN, L. E. NAEA 45 anos: uma utopia criadora. **Paper**, NAEA, v. 28, n. 1, 2019.

ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. El proyecto de desarrollo sostenible del medio rural y conservación de la biodiversidad en las reservas de biosfera de la Amazonia: resultados y perspectivas. *In*: ARAGÓN, L. E.; STAEVIE, P. M. (org.). **Desenvolvimento, integração e conservação da Pan-Amazônia**. Belém: NAEA; UFPA, 2016.

ARSLANIAN, R. P. O Mercosul, do Tratado de Assunção até hoje. **A América do Sul e a integração regional**. Rio de Janeiro: Brasília, DF: FUNAG, 28 set. 2011.

ATCON, R. P. **Rumo à reformulação estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1966.

AZEVEDO, M. L. N. Internacionalização ou transnacionalização da educação superior: entre a formação de um campo social global e um mercado de ensino mundializado. **Crítica Educativa**, Sorocaba, SP, v. 1, n. 1, p. 56-79, jan. /jun. 2015.

BANCO MUNDIAL. Relatório nº. 20475-BR. **O combate à pobreza no Brasil**: relatório sobre pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a redução da pobreza. Washington, DC: Departamento do Brasil – Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico. Região da América Latina e do Caribe, 2001. v.1.

BANCO MUNDIAL. **Aid architecture**: an overview of the main trends in official development assistance flows International Development Association Resource Mobilization (FRM), feb. 2007.

BARBOSA, F. C.; ALVES, J. R. C. A. **O conselho econômico e social das Nações Unidas e suas propostas**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 535 p. (Coleção CAE).

BAREMBLITT, G. F. (2002) **Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática**, 5ed., Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari (Biblioteca Instituto Félix Guattari; 2)

BASTOS, J. A. S. L. A. (org.). **Tecnologia e interação**. Curitiba: CEFET-PR, 1998. p. 13.

BASTOS, A. P. V. S.; CASTRO, E., RAVENA, N. **O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia**. Belém, 2010.

BATISTA JR, P. N. Estudos Avançados Print version. **Estudos. Avançados**, São Paulo, v.12, n. 32, jan./apr. 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000100012> *Mitos da globalização*. Acesso em: 6 abr. 2021.

BERNHEIM, C. T.; CHAUI, M. S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília, DF: UNESCO, 2008.

BERTRAND, Doris. **Some measures to improve overall performance of the United Nations System at the country level. Part I, a short history Of United Nations reform in development. Joint Inspection Unit Geneva**, 2005. United Nations. Disponível em: [https://www.unjiu.org/sites/www.unjiu.org/files/jiu\\_document\\_files/products/en/reports-notes/JIU%20Products/JIU\\_REP\\_2005\\_2\\_Part\\_1\\_English.pdf](https://www.unjiu.org/sites/www.unjiu.org/files/jiu_document_files/products/en/reports-notes/JIU%20Products/JIU_REP_2005_2_Part_1_English.pdf). Acesso em: 6 abr. 2021.

BOLETINS DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO, MINERAÇÃO E DESIGUALDADE- CLUA. Boletim estratégias de desenvolvimento, mineração e desigualdade: cartografia social dos conflitos que atingem povos e comunidades tradicionais na Amazônia e no Cerrado: a guerra no território do conde: comunidades tradicionais, migrantes, Estado e empresas na disputa territorial. **PPGCSPA; PNCSA**, São Luís, UEMA Edições, n. 5, set. 2019; 2020.

BRASIL. **Lei nº 3.191, de 2 de Julho de 1957**. Cria a Universidade do Pará e dá outras providências. Brasília, DF, 1957.

BRASIL. **Lei nº. 4.283, de 18 de novembro de 1963**. Reestrutura a Universidade do Pará, cria cargos na Universidade de Alagoas, e dá outras providências. Brasília, DF. 1963.

BRASIL. **Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968.

BRASIL. **Decreto nº. 63.341/68, de 1 de outubro, 1968**. Brasília, DF, 1968.

BRASIL. **Decreto nº. 65.880, de 16 de Dezembro de 1969**. Aprova o Plano de Reestruturação da Universidade Federal do Pará. Brasília, DF, 1969.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, Diário Oficial da União, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Pós-Graduação –PNPG**. 2011-2020. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. **Lei n. 12.189, de 12 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

BRASIL, M. V. O.; POMPEU, R. M.; OLIVEIRA, F. C. As bases epistemológicas do desenvolvimento sustentável. *In*: ENCONTRO DA ANPAD, 38., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: [http://www.anpad.org.br/diversos/down\\_zips/73/2014\\_EnANPAD\\_EOR848.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/73/2014_EnANPAD_EOR848.pdf). Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação – PNE. 2014-2024**. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Medida provisória nº. 914, de 24 de dezembro de 2019**. Ementa: Dispõe sobre o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. **Decreto. n. 10.195, 2019**. Brasília, DF; Diário Oficial da União, Edição: 252 | Seção: 1 31 dez. 2019 || Página: 1, disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.195-de-30-de-dezembro-de-2019-236099560>. Acesso em: 6 abr. 2021.

BRASIL. Decreto nº. 42.427, de 12 de outubro de 1957. Aprova o Estatuto da Universidade do Pará. **Anuário estatístico 2022: ano-base 2021**. Belém: UFPA, 2021.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da macroeconomia clássica à Keynesiana**, 1976. Versão revisada em maio de 1976 de apostila publicada originalmente em abril de 1968 abril, “Da microeconomia à macroeconomia keynesiana”.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Amplia e aperfeiçoa “O processo histórico do desenvolvimento econômico: ideias básicas” (Texto para Discussão EESP/FGV 157, dezembro 2006). Versão de 31 de maio de 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Desenvolvimento, progresso e crescimento econômico. **Lua Nova**, São Paulo, v.93, p. 33-60, 2014.

BROWNE, S. **Aid and influence: do donors help or hinder?** London, Earthscan, 2006.

BRUNDTLAND, G. **Our common future report of the world. Commission on environment and development**. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2021.

BURMANN, P. A. Prefácio. *In*: BURMANN, P. A. Prefácio. **Educação superior como bem público perspectivas para o centenário da reforma de córdoba**. Asociación de Universidades Grupo Montevideo Enseñanza superior como bien público: perspectivas para el centenario de la Declaración de Córdoba Educação Superior como Bem Público: perspectivas para o centenário da reforma de Córdoba, 2017.

BURT, R. **Brokerage and closure: an introduction to social capital**. Oxford University Press, 2005.

CADERNOS ANDES. Proposta do ANDES-SN para A Universidade Brasileira, n. 2, 4. Ed. atualizada e revisada. Brasília, DF jan. 2013.

CALDERÓN, A. I.; PEDRO, R. F.; VARGAS, M. C. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. **Interface (Botucatu)**, v. 15 n. 39, oct./dec. 2011.

CANTO, I. **A partnership of equals? A study of academic collaboration between britain and Brazil**. 1999. Tese (Doutorado), University of Nottingham, 1999.

CARNEIRO, H. S. História da Ciência, da técnica e do trabalho no Brasil. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Bibliografías**, 2002, Puesto en línea el 09 février 2005. URL : <http://nuevomundo.revues.org/index573.html> DOI : en cours d'attribution

CANTO, I.; HANNAH, J. Colaboração (Neocolonial) avançada: um novo modelo de parceria entre o centro e a periferia. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, v. 3, n. 6, 2006.

CASTRO, E. **Pensamento crítico Latino-Americano** (org.). São Paulo: Annablume: 2019

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra.1999. v.1-2.

CAVALTANTI, F. C. S. Formação socioeconômica do Estado do Acre. *In* CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. (org.). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CHERMANN, L. P. **Cooperação Internacional e Universidade: uma nova cultura no contexto da globalização**. São Paulo: [s.n.], 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes; 2006.

COELHO, P. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado**. Brasília. Fundação Alexandre Gusmão, 1992.

COLIGAÇÃO Lula Presidente. **O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil**. Programa de governo 2002, coligação Lula Presidente, Belém, multigr., set. 2002.

COMISSÃO europeia. **Europa 2020: estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo**. Bruxelas: [s.n.], 3 mar. 2010.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CAPES. **Parecer da comissão de área**. Tipo de Avaliação: avaliação de programas Instituição de ensino: Universidade federal do Pará (UFPA) Programa: Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido: (15001016002P5) Modalidade: Acadêmico Área de Avaliação: Interdisciplinar. Período de Avaliação: avaliação quadrienal 2017. 20 set. 2017.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-  
CAPES. **Parecer da comissão de área.** Tipo de Avaliação: avaliação de programas  
Instituição de Ensino: Universidade Federal do PARÁ (UFPA) Programa: Desenvolvimento  
Sustentável do Trópico Úmido (15001016002P5) Modalidade: Acadêmico Área de  
Avaliação: Interdisciplinar. Período de avaliação: avaliação quadrienal 2021 Data da  
Publicação: 02/09/2022.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR-CA-  
PES. **Ficha de avaliação.** Belém: UFPA, 2022.

COMISSÃO Econômica para a América Latina e o Caribe –CEPAL. Estudo econômico da  
América Latina e do Caribe, 2022. **Resumo Executivo.** Santiago, LC; PUB, nov. 2022.

COOPERAÇÃO brasileira para o desenvolvimento internacional: levantamento 2014 – 2016.  
Brasília: IPEA, ABC, 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR -  
CAPES. **Ficha de avaliação,** Belém, 2017; 2020; 2022.

COSTA, C. E. L; GONZALEZ, Manuel. J. F Infraestrutura e integração regional: a experiên-  
cia da IIRSA na América do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional,** BEPI, n.  
18, set./dez. 2014

COSTA, J. M. M. **Relatório de gestão (1973-1983).** Desenvolvimento regional: NAEA, uma  
década de experiência amazônica. Belém: NAEA, 2008.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal.  
São Paulo: Editora Boitempo, 2016.p. 402.

DESLANDES, S. T. (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis,  
RJ: Vozes, 2009.

DE WIT, H. **International higher education. Repensando o conceito da  
internacionalização.** UNICAMP, 2013. Disponível em:  
[https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-  
o-conceito-da-internacionalizacao](https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/international-higher-education/repensando-o-conceito-da-internacionalizacao). Acesso em: 12 fev. 2022.

DIAS, M. A. Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da reforma  
de Córdoba. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO SUPERIOR. 2017.  
Montevideo. **Anais [...]**, 2017. Montevideo: Grupo Montevideo, 2017.

DZIEKANIAK, G.; ROVER, A. Sociedade do conhecimento: características, demandas e  
requisitos. **Datagramazero, Revista de Informação,** v. 12, n. 5, art. 1, 2011. Disponível em:  
[http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/\\_repositorio/2011/06/pdf\\_c1f5369930\\_00171118.pdf](http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2011/06/pdf_c1f5369930_00171118.pdf)  
Acesso em: 24 out. 2017.

EASTERLY, W.; PFUTZE, T. Where does the money go? Best and worst practices in foreign  
Aid. **Journal of Economic Perspectives,** v. 22, n. 2, p. 29–52, 2008. Disponível em:  
<https://pubs.aeaweb.org/doi/pdfplus/10.1257/jep.22.2.29>. Acesso em: 19 mar. 2021.



ESTADOS E À UNIÃO EUROPEIA – EU. Disponível em: [https://www.oas.org/pt/so-bre/quem\\_somos.asp](https://www.oas.org/pt/so-bre/quem_somos.asp). Acesso em: 19 mar. 2021.

ESTEVES, P.; MAIA, F. N. C.; ABREU, A.; NIV, A.; ASSUNÇÃO, M. **Policy brief BRICS, cooperação para o desenvolvimento e o Fórum de Busan**. Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia BRICS Policy Center; Centro de Estudos e Pesquisa BRICS, dez. 2011.

FILIPPI, E. E.; MARCUS, V. M. A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. **Revista tempo do mundo, RTM**, n. 27, dez. 2021.

FENZL, N. Estudo de parâmetros capazes de dimensionar a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento. *In*: XIMENES, T. (org.). **Perspectivas do desenvolvimento sustentável: uma contribuição para Amazônia 21**. Belém: NAEA; UNAMAZ, 1997. 657p.

FIGUEIREDO, L. S.; RAVENA, N. (org.) *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINARIDADE, SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO: crítica e atualização do debate na produção do conhecimento na Amazônia, 2., 2018, Belém. **Anais [...]**. Belém, 2018.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 24, n. 1, p. 1-23, 2020.

FREIRE, J. C. S. *et al.* Entrelace de culturas e histórias: interculturalidade e integração internacional como princípios educativos na Formação Inicial de Professores na UNILAB. *In*: FREIRE, J. C. S. *et al.* (org.). **Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul**. Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2017. p. 19-54.

FREIRE, J. C. S. *et al.* Rede integrasul: tecitura de elos que entrelaçam Universidades e instituições parceiras no Sul global. *In*: Integração no Sul Global: territórios, ambiente, saberes, educação e políticas públicas em foco [recurso eletrônico]. FREIRE, J. C. S. *et al.* (org.). **Rede interdisciplinar de pesquisa e diálogos no Sul global: dados eletrônicos**. Belém: NAEA; Cabo Verde: Edições Uni-CV, 2019.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FURTADO, C. A. A construção de uma comunidade de pesquisadores em língua portuguesa e a independência do pensamento e ação. *In*: FREIRE, J. C. S. *et al.* (org.) **Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul**. Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2017. p. 9-15.

GALVÃO, E. F. C.; GALVÃO, J. B. Pesquisa intervenção e análise institucional: alguns apontamentos no âmbito da pesquisa qualitativa. **Revista Ciências da Sociedade (RCS)**, v. 1, p. 54-67, jan./jun. 2017.

GALVÃO-BAPTISTA, M. Parceria UFPA – Uni-CV: uma possibilidade de extensão da rede de cooperação Sul-Sul na CPLP em desenvolvimento curricular e educação superior. *In*: FREIRE, J. C. S. *et al.* (org.). **Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul**. Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2017.

GALVÃO-BAPTISTA, M. (org.). **Educação superior, desenvolvimento e cooperação Sul-Sul**. Belém: UFPA; Praia: Edições Uni-CV, 2017. p. 99 - 120.

GOV. BR. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/divisao-de-temas-educacionais> Acesso em: 17 mar. 2021.

HABERMAS, J. **Direito e democracia entre facticidade e validade**, *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1997.

HABERMAS, J. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. **Novos Estudos**, São Paulo: CEBRAP. No. 43. Nov./1995. P. 87-101.

HAGE, S. M. **Por uma escola do campo de qualidade social**: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. *Brasília*, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr/ 2011.

HAGE, S. **A II reunião da ANPEd Norte**. Rio Branco: [s.n.], 2018.

HELD, D. Democracy and globalization. *In: ARCHIBUGI, D. et al. Re-imagining political community*. Cambridge: Polity Press, 1998.

HIRST, P.; THOMPSON, G. **Globalização em questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HIRST, P.; THOMPSON, G.; BROMLEY, S. **Globalization in question**. Cambridge, UK: Malden, MA: USA: Polity 2009.

HUNTINGTON, S. P. Foreign Aid for what and for whom. **Foreign Policy**, v. 1, p. 161-189, 1970. Disponível em: <https://contemporarythinkers.org/samuel-huntington/essay/foreign-aid-for-what-and-for-whom/> in Flashback, 30 dec. 2010. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2010/12/30/foreign-aid-for-what-and-for-whom/> Acesso em: 17 mar. 2021.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1993.

IANNI, O. **Globalização**: novo paradigma das ciências sociais. *Estud. av.* v. 8, . 21, ago. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000200009>. Acesso em: 2 out. 2017.

IANNI, O. As ciências sociais na época da globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200002>. Acesso em: 2 out. 2017.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001. Disponível em: [http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/5206/IANNI\\_Octavio\\_-\\_Teorias\\_da\\_Globalizac\\_o.pdf](http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/5206/IANNI_Octavio_-_Teorias_da_Globalizac_o.pdf). Acesso em: 12 out. 2017.

IMBIRIBA, N. Demandas e desafios da cooperação Sul-Sul Para. O desenvolvimento sustentável da Amazônia. *In: Reflexões amazônicas*: encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta. Thomas A. Mitschein (org.) Belém, Pará, 2017.

IPEA. Disponível em: [www.ipea.gov.br/cts/pt/](http://www.ipea.gov.br/cts/pt/). Acesso em: 23 jun. 2021.

JOURNAL OF CONTEMPORARY ECONOMICS, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v24n1/1980-5527-rec-24-01-e202416.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

JOURNAL OF CONTEMPORARY ECONOMICS. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rec/v24n1/1980-5527-rec-24-01-e202416.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2021.

KAMOLA, I. Why global? Diagnosing the globalization literature within a political economy of higher education. **International Political Sociology**, doi: 10.1111/ips.12008 2013 International Studies Association, 2013.

KEOHANE, R. **After hegemony: cooperation and discord in world political economy**. After hegemony: cooperation and discord in the world political. New Jersey. Princeton University Press Princeton, New Jersey, 1984.

KEOHANE, R.; NYE, J. S. **Poder e interdependência. La política mundial en transición**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988,

KNIGHT, J. **Internationalization: management strategies and issues**, international education magazine, 1993. v. 9.

KNIGHT, J. Internationalization remodeled: definition, approaches, and rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 5, 2004. Disponível em: <http://jsi.sagepub.com/cgi/content/abstract/8/1/5>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KNIGHT, J. Modele d'internationalisation ou comment faire face aux réalités et enjeux nouveaux. In: KNIGHT, J. **Banque Mondial/OCDE. L'enseignement supérieur en Amérique Latine: la dimension international**. Paris: OCDE, 2005. p. 11-45.

KNIGHT, J.; WOLDEGIORGIS, E. T. **Regionalization of African higher education**. Roterdã: Sense Publishers, 2010.

KNIGHT, J. Five Myths about Internationalization. **International Higher Education**, n. 62, 25 Mar. 2011. Disponível em: <https://ejournals.bc.edu/index.php/ihe/article/view/8532>. Acesso em: 5 dez. 2021.

KNIGHT, J. **Internacionalização da educação superior: conceitos, tendências e desafios**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos, 2020. E-book

LANCASTER, C. **Foreign AID: diplomacy, development, domestic politics**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2007.

LAU, N. C. S. Revisando a economia política do conhecimento: o lugar do colonialismo na atividade acadêmica. **Esboços**, Florianópolis, v. 29, n. 51, p. 449-468, maio/ago. 2022.

LEITE, P. S. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva / Patrícia Soares Leite**. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 228 p.

LIMA, M.; MARANHÃO, C. **O sistema de educação superior mundial: entre a internacionalização ativa passiva, Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, 2009. v. 14.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**, Florianópolis, v. 10, n. especial, p. 37-45, 2007.

LOUREIRO, V. R. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002.

O LUGAR da Amazônia no desenvolvimento do Brasil. Programa de Governo. 2002 Coligação Lula Presidente. Disponível em <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/13-olugardaAmazonianodesenvolvimento.pdf> .Acesso em: 13 dez. 2021.

MAGLIA, A. Prefácio. *In*: MAGLIA, A. **Educação superior como bem público perspectivas para o centenário da reforma de córdoba. Asociación de Universidades grupo Montevideo Enseñanza superior como bien público: perspectivas para el centenario de la declaración de Córdoba** Educação Superior como bem público: perspectivas para o centenário da reforma de Córdoba. Cordova; [s.n.], 2017.

MALAN, P. S. Apresentação. *In*: ALVES, J. R. C. A. **O conselho econômico e social das Nações Unidas e suas propostas de reforma**. Brasília, DF: FUNAG, 2013. 535 p. (Coleção CAE).

MALHEIRO, B. C.; MICHELOTTI, F.; GUEDES, S., Thiago Alan. Aqui o capitalismo não Parou! Espoliação e brutalidade em tempos de pandemia, o que a Amazônia tem a dizer? **GEOgraphia**, Niterói, Universidade Federal Fluminense, v. 22, n. 48, 2020.

MARX, K. **Progreso técnico y desarrollo capitalista (manuscritos 1861-1869). Introducción de mauro lisa**. Mexico: Ediciones pasado y presente. Impreso y distribuido por siglo XXI editores s.a,1982.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR. Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis**, Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001. Disponível em: <http://www.ufpa.br/Amazônia21/publicacoes/armin/Instrumentos.pdf>. Acesso em: 15 out. 2017.

MEC. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20740-.mercosul#:~:text=O%20Setor%20Educativo%20do%20MERCOSUL,Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20MERCOSUL%20\(RME\)](http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20740-.mercosul#:~:text=O%20Setor%20Educativo%20do%20MERCOSUL,Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20MERCOSUL%20(RME)). Acesso em: 21 set. 2021.

MEDEIROS, A. P. C. As organizações internacionais e a cooperação técnica. *In*: MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 273-299.

MILANI, C. APRENDENDO COM A HISTÓRIA: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, maio/ago. 2012.

MILANI, C. R. S. Discursos y mitos de la participación social en la cooperación internacional para el desarrollo: una mirada a partir de Brasil. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, v. 22, p. 161-182, 2008.

MILANI, C. R. S. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, A. M. (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24257](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257). Acesso em: 21 set. 2021.

MILANI, C. R. S.; DA CONCEIÇÃO, F. C.; M'BUNDE, T. S. Cooperação sul-sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Dossiê Cad. CRH 29**, v.76, jan./ apr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000100002>. Acesso em: 21 set. 2021.

MILANI, C. R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. 224 p.

MILANI, C. R. S. **Solidariedade e interesse: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento**. Curitiba: Appris, 2018.

MCTI; CNPq; CAPES; FAPs, n.16, 2014.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D. L.; BEHRENS III, W. W. **Limites do Crescimento: um relatório para o projeto do clube de Roma sobre o dilema da humanidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972 (Coleção Debates Dirigida por J. Guinsburg. Título do original: *The Limits to Growth* © Dennis L. Meadows 1972).

MEDEIROS, A. P. C. As organizações internacionais e a cooperação técnica. In: MARCOVITCH, J. (org.). **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: EDUSP, 1994. p. 273-299.

MENDES, A. D. **A cidadela transversa**. Segunda versão Revista e aumentada Fevereiro de 2011. 1983. NAEA.

MILANI, C. R. S. Discursos y mitos de la participación social en la cooperación internacional para el desarrollo: una mirada a partir de Brasil. **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, v. 22, p. 161-182, 2008.

MILANI, C. R. S. Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André de M. (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. Brasília, DF: IPEA, 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=24257](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257). Acesso em: 21 set. 2021.

MILANI, C. R. S.; DA CONCEIÇÃO, F. C.; M'BUNDE, T. S. Cooperação sul-sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Dossiê Cad. CRH 29**, v.76, jan./ apr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792016000100002>. Acesso em: 21 set. 2021.

MILANI, C. R. S. **ABC 30 anos: história e desafios futuros**. Brasília, DF: Agência Brasileira de Cooperação, 2017. 224 p.

MILANI, C. R. S. **Solidariedade e interesse**: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Appris, 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Art. 9º da Portaria MRE 717, de 09 de dezembro de 2006**. Brasília, DF, 2006.

MITSCHEIN, T. A. O direito à diversidade sociocultural e ambiental: insumo indispensável de uma utopia andino-amazônica no século xxi Thomas. *In*: MITSCHEIN, T. A. (org.). **As reflexões Amazônicas encarando o mundo globalizado a partir da maior floresta tropical do planeta**. Belém: [s.n.], 2017.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, Editora UFPR, n. 28, p. 107-124, 2006.

MOROSINI, M. C. Internacionalização na Produção de Conhecimento em IES Brasileiras: Cooperação Internacional Tradicional e Cooperação Internacional Horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. -112, abr. 2011.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. Internacionalização da educação superior no Brasil: a produção recente em Teses e Dissertações. Minas Gerais, **Educação em Revista**, Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 33, e155071, 2017.

MOROSINI, M. C.; CORTE, M. G. D. Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil Teses e realidades no contexto da internacionalização da educação superior no Brasil. **Revista Educação em Questão**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 56, n. 47, p. 97-120, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5639/563960162005/html>. Acesso em: 7 out. 2021.

NAEA. 2019. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/institucional-apresentacao>. Acesso em: 25 maio, 2022.

NAEA.UFPA. 2023. Disponível em: <https://www.naea.ufpa.br/index.php/vertical-naea45anos>. Acesso em: 25 mar. 2022.

NASCIMENTO, D. M.; SILVA, R. S.; MOURÃO, R. C. (org.). **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA: 2000-2017**. Belém: NAEA, 2019, 161 p.

NEDDERMEYER, M. **The Brazilian policy of funding scholarship abroad**: the case of CAPES. 2002. Tese (Doutorado)- University of London. Institute of Education. School of Culture, Language and Communication, 2002.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A.; SOLA, F. A questão ambiental, a sustentabilidade e inter, pluri ou transdisciplinaridade. *In*: **Sustentabilidade ambiental [recurso eletrônico]**: estudos jurídicos e sociais. CUNHA, B. P.; Augustin, S. (org.). Dados eletrônicos Caxias do Sul. RS: Educs, 2014.

NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2-anos/2-anos-1/politica-externa-e-comercio-exterior>. Acesso em: 16 jul. 2021.



NIÑO, E. A. L. Amazônia, fronteiras e política externa: elementos para pensar a integração na América do Sul. In: NIÑO, E. A. L. **O lugar da Amazônia nas Relações Internacionais: novas abordagens**. Whitney Cabral e Daniel Chaves (org.) Macapá: Editora da UNIFAP, 2017.

NOTA a ciência brasileira contra os vetos. Disponível em: <https://www.abc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Ci%C3%Aancia-brasileira-contra-os-vetos.pdf>

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Art. 4º do Regimento**. Belém, 1972.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Art. 11º do Regimento**. Belém, 1972.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Art. 18, resolução 80**. Belém, 1972.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. 1973. Disponível em: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/institucional-apresentacao>. Acesso em: 21 set. 2021.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Resolução n. 3.870, de 1 julho, 2009**. Regulamenta o aproveitamento de créditos de outras instituições em pós-graduação. Belém, 2009.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA 1973-2000**, Belém, 2020.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Resolução n. 647, de 29 de fevereiro de 2008**. Aprova o Regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 2008.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Resolução, n. 160, de fevereiro de 1973**. Ementa. Aprova a criação do Programa Internacional para Formação de especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas – CEIPAM. Belém, 2011.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU). **Regimento aprovado na Resolução, n. 4.513, de 20 de maio de 2014**. Belém, 2014.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, em nível de Mestrado Profissional (PPGGP). **Art. 1. Resolução, n. 4.258, de 22 de março de 2012**. Belém, 2012. p. 2.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Plano de Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 2013-2015**. Belém, 2013.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Plano de Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 2015-2018**. Belém, 2015.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Plano de Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 2018-2020**. Belém, 2018.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Resolução, n. 789, de 13 de dezembro de 2018**. Aprova o regimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Belém, 2018.

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS - NAEA. **Plano de Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - 2022-2025**. Belém, 2022.

NASCIMENTO, D. M.; SILVA, R. S.; MOURÃO, R. C. (org.). **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA: 2000-2017**. Belém: NAEA, 2019.161 p.

NEDDERMEYER, M. **The Brazilian policy of funding scholarship abroad: the case of CAPES**. 2002. Tese (Doutorado)- University of London. Institute of Education. School of Culture, Language and Communication, 2002.

NOTA. Governo Federal sacrifica a ciência brasileira. Disponível em <http://www.jornaldaciencia.org.br/ictp-br-se-manifesta-contrano-novo-corte-no-fndct/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

NOTÍCIAS. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2-anos/2-anos-1/politica-externa-e-comercio-exterior>. Acesso em: 16 jul. 2021.

OAS. Disponível em: [https://www.oas.org/pt/sobre/quem\\_somos.asp](https://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp). Acesso em: 16 jul. 2021.

OLIVEIRA, M. F.; GERALDELLO, C. S. A construção da paz perpétua como teoria liberal da política internacional. **Brazilian Journal of International Relations**, v. 5, n. 3, 2016.

OLIVEIRA, E.; FILGUEIRAS, L. Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE. A economia política do conhecimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 2 (69), p. 359-383, maio-agosto 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Agenda 21**, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração da Conferência de ONU no ambiente humano**, Estocolmo, 5-16 jun.1972. Disponível em: Declaração da Conferência de ONU no Ambiente Humano, Estocolmo, 5-16 de junho de 1972 .

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3202 (S-VI)**, de 1974: Programa de ação sobre o estabelecimento de nova ordem econômica internacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3281 (XXIX), de 1974**: carta dos direitos e deveres econômicos dos Estados. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3362 (S-VII)**, de 1975: Desenvolvimento e Cooperação Econômica Internacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3486 (XXX)**, de 1975: conclamando os Estados-Membros a instaurarem uma nova ordem econômica internacional. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3489 (XXX)**, de 1975: Transferência de recursos reais aos países em desenvolvimento. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 3517 (XXX)**, de 1975: Avaliação dos resultados - até então obtidos - da II Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Res. AG 34/138**, de 1979: Aprovação da iniciação das "negociações globais", no âmbito das Nações Unidas. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bitstream/handle>. Acesso em: 15 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. 2013. **Sixty-eighth session item 118 of the provisional agenda. Follow-up to the outcome of the millennium summit a life of dignity for all: accelerating progress towards the millennium development goals and advancing the United Nations development agenda beyond 2015**. Report of the Secretary-General. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/about-unodc/Post-2015-Development-Agenda/A\\_Life\\_of\\_Dignity\\_for\\_All1.pdf](https://www.unodc.org/documents/about-unodc/Post-2015-Development-Agenda/A_Life_of_Dignity_for_All1.pdf). Acesso em: 25 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Carta da ONU**. Disponível em: [http://csnu.itamaraty.gov.br/images/Carta\\_da\\_ONU\\_-\\_Versao\\_Portugues.pdf](http://csnu.itamaraty.gov.br/images/Carta_da_ONU_-_Versao_Portugues.pdf). Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Disponível em: [undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016](https://undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016), v. 1.pdf. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA - OCTA. **Agenda estratégica de cooperação Amazônica aprovada na X Reunião de Ministros de Relações Exteriores do TCA**. Brasília, DF, nov. 2010.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU ECONÓMICO - OECD. **Os princípios da OCDE sobre o governo das sociedades**, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceprinciples/33931148.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU ECONÓMICO- OECD. 2016. **Development co-operation report**. 2016: the sustainable development goals as business opportunities, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/dcr-2016-en>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO OU ECONÓMICO - OECD. **Sítio institucional**. Disponível em: <https://www.oecd.org/latin-america/countries/brazil/brasil.htm>. Acesso em: 4 mar. 2021.

PAN-AMAZÔNIA. Disponível em: <https://www.ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/programa/apresentacao>. Acesso em: 3 jun. 2022.

PDU; PROINTER. 2018. p. 10;18. Disponível em: [http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br](http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br). Acesso em: 3 jun. 2022.

PEDRÃO, F. **A globalização e as sociedades Latino-Americanas**. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/arquivos/fernando-pedrao\\_1.pdf](https://www.abphe.org.br/arquivos/fernando-pedrao_1.pdf). Acesso em: 3 jun. 2022.

PEREIRA, J. M. M. **O banco mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Orientadora: Virginia Fontes. 2009. 382 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

PINHEIRO, V. C. modelos de desenvolvimento e políticas sociais na américa latina em uma perspectiva histórica. **IPEA. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS**, n. 12 – jun./dez. 1995.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F. **Rompendo o marasmo: a retomada do desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

PINO, Bruno Ayllón. A cooperação triangular e as transformações da cooperação internacional para o desenvolvimento. *In*: PINO, Bruno Ayllón. **Texto para discussão 1845**.: Rio de Janeiro : IPEA, 2013.

SAWYER, D. **População e desenvolvimento sustentável na Amazônia [livro eletrônico] / [pesquisa/texto Donald Sawyer]**. Brasília: UNFPA-Fundo de População das Nações Unidas, 2015. – Série população e desenvolvimento sustentável).

PORTAL.UFPA. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11311-novo-centro-de-internacionalizacao-da-ufpa-amplia-as-oportunidades-de-internacionalizacao-da-instituicao>. Publi. Acesso em: 7 fev. 2020.

PORTAL.UFPA. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/267-naea-abre-inscricoes-para-o-28-programa-internacional-de-formacao-de-especialistas-em-desenvolvimento-de-areas-amazonicas>. Acesso em: 26 fev. 2021.

PPGDSTU.PROPESP.UFPA. Disponível em: <https://ppgdstu.propesp.ufpa.br/index.php/br/impacto/repercussao>. Acesso em: 7 fev. 2020.

PROINTER. 2019. Disponível em: [http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br](http://www.prointer.ufpa.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245&Itemid=487&lang=pt-br). Acesso em: 7 fev. 2020.

PUENTE, C. A. I. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD-** no

período 1995. Brasília, DF: FUNAG, 2010. 340 p. Disponível em: [http://funag.gov.br/loja/download/715-Cooperacao\\_Tecnica\\_Horizontal\\_Brasileira\\_como\\_Instrumento\\_da\\_Politica\\_Externa\\_A.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/715-Cooperacao_Tecnica_Horizontal_Brasileira_como_Instrumento_da_Politica_Externa_A.pdf) . Acesso em: 21 mar. 2021.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA- RUF. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 3 jun. 2022.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade necessária**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1969.

RIST, G. **The history of development: from western origins to global Faith**. 3. ed. London: Zed Books Ltd, 2008.

REVISTA SCIENCE. Disponível em: <https://www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime>

RODGERS, K. *In*: RODGERS, K. **OAS. Programas Binacionales de Cooperación Fronteriza: un modelo para el desarrollo de la Amazonía**. 2000 Disponível em: <https://www.oas.org/dsd/publications/Unit/oea08b/oea08b.pdf>

ROSSI, A.; PASSOS, E. Análise institucional: revisão conceitual e nuances da Pesquisa intervenção no Brasil. **Revista EPOS**, Rio de Janeiro-RJ, v.5, n. 1, p. 156-181, jan./ jun. 2014. ISSN 2178-700X.

RUVALCABA, D. M. **El fin del ciclo hegemónico de Estados Unidos, ITAM Instituto Autonomo do México**, 2017. Artículos, asuntos globales. Disponível em: <https://revista-fal.com/el-fin-del-ciclo-hegemonico-de-estados-unidos/#prettyPhoto/0/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. (Coleção Ideias Sustentáveis, Paula YoneStroh

SACHS, I.; STROH, P. Y. (org.). **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SAID, F. **Os acordos MEC-USAID e a reforma universitária de 1968: as garras da águia na legislação de ensino brasileira – PUCPR**, [S.l. : s. n.], 2015.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y desarrollo: nueve preguntas sobre el tema**. Burgos, España: Amycos. 2002. Disponível em: [http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion\\_y\\_desarrollo\\_Nueve\\_preguntas\\_sobre\\_el\\_tema.pdf](http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf). Acesso em: 5 out 2017.

SANTOS, B. S. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set./dez. 2016.

SÁNCHEZ, E. R. **Cooperación y desarrollo: nueve preguntas sobre el tema**. Burgos, España: Amycos. 2002. Disponível em: [http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion\\_y\\_desarrollo\\_Nueve\\_preguntas\\_sobre\\_el\\_tema.pdf](http://www.ciberoamericana.com/documentos/introcoopdes/Cooperacion_y_desarrollo_Nueve_preguntas_sobre_el_tema.pdf)

tos/introcoopdes/Cooperacion\_y\_desarrollo\_Nueve\_preguntas\_sobre\_el\_tema.pdf. Acesso em: 5 out. 2017.

SCIENCE. Disponível em: [www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime](http://www.science.org/content/article/hostile-environment-brazilian-scientists-face-rising-attacks-bolsonaro-s-regime). Acesso em: 21 mar. 2021.

SCHULZE-CLEVEN *et al.* **The new political economy of higher education: between distributional conflicts and discursive stratification** Published. [S.l.;sn.], 1 mar. 2017. *On line*

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA- SBPC. **Carta de Brasília**. Rio de Janeiro, 28 jul. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA- SBPC. **Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável**. São Paulo, 8 ago. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, set./dez. 2016.

SANTOS, Ana da Silva; MOREIRA, Valdenira Maria de Jesus. **Catálogo de monografias dos cursos de especialização do NAEA 1973** (org.). Belém. UFPA; NAEA, 2000. v. 2. (Série Divulgação).

SANTOS, N. Breda. **Guia de organizações internacionais das Américas**. In: RIBEIRO, E. S.; GONTIJO, A. P.; ANTUNES, E. M. (org.). Brasília, DF: UniCEUB: ICPD, 2018.

SATO, E. Cooperação internacional: uma componente essencial das relações internacionais. **RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n.1, p. 46-57, mar. 2010.

SCHERER, L. M. A política externa do governo Bolsonaro: a autonomia pelo distanciamento. **Revista Relações Exteriores**, 2021. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/politica-externa-governo-bolsonaro>. Acesso em: 23 jan. 2022.

SCHLESINGER JUNIOR. The alliance for progress: a retrospective. In: HELLMAN, R. G.; ROSENBAUM, H. J. (ed.). **Latin America: the search for a new international role**. New York: J. Wiley, 1975.

SEN, AMARTYA Kumar. **Desenvolvimento Como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Mota; revisão; Revisão Técnica Ricardo D. Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEERS, D. The limitations of the special case. **Bulletin of the Oxford University Institute of Economics & Statistics**, 1963. v. 25.

SILVA, G. B. **A educação superior no regime militar: rupturas ou continuidades?** Anuário Estatístico da Universidade Federal do Pará.

SILVA, F. C. A contribuição de armando mendes para a construção de uma universidade cidadã na Amazônia. **Paper do NAEA**. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/viewFile/11303/7784> . Acesso em: 23 jan. 2022.

SILVA JUNIOR, J.; KATO, F. A política de internacionalização da educação superior no Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020). **Rev. Inter. Educ. Sup.** Campinas, SP v.2 n.1 p.138-151 jan./abr. 2016.

SILVA JÚNIOR, J. R.; SPEARS, E. Globalização e a mudança do papel da universidade federal brasileira: uma perspectiva da economia política. **Revista HISTEDBR**, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 3–23, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640036. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640036>. Acesso em: 2 jan. 2023. *On-line*.

SOARES, J. C. B. **OAS. Programas binacionais de cooperación fronteriza: un modelo para el desarrollo de la Amazonía**. 2000. Disponível em : <https://www.oas.org/dsd/publications/Unit/oea08b/oea08b.pdf> . Acesso em: 23 jan. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA- SBPC. **Ciência e saberes tradicionais por uma Amazônia soberana e sustentável**. São Paulo: [s.n.], 2022.

SOUZA, A. M. (org.). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. [Brasília], DF: IPEA, 2014.

SOUZA, 2020. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11311-novo-centro-de-internacionalizacao-da-ufpa-amplia-as-oportunidades-de-internacionalizacao-da-instituicao>. Acesso em: 23 jan. 2022.

STEIN, A. *Why nations cooperate? Circumstance and choice in international relations. Ithaca*. NY: Cornell University Press, 2017.

SUHRKE, A.; OFSTAD, A. Filling “the gap”: lessons well learnt by the multilateral Aid Agencies. **CMI Working Papers WP**, v. 14, p. 12 2005.

TAUCHEN, G. **O princípio da indissociabilidade universitária**: um olhar transdisciplinar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Faculdade de educação programa de pós-graduação em educação doutorado em educação Porto Alegre. [S.l.:s.n.], 2009.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação superior no século XXI**: visão e ação 1998. Conferência Mundial sobre Educação Superior UNESCO, Paris, 9 out. 1998.

Disponível em:

[http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao\\_mundialsobreeducacaosuperiornoseculoxxivisaoea](http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/DireitoaEduca%C3%A7%C3%A3o/declaracao_mundialsobreeducacaosuperiornoseculoxxivisaoea). Acesso em: 5 out. 2017.

UNESCO. **Repensar a educação: rumo a um bem comum mundial?** – Brasília: UNESCO Brasil, 2016. 91 p., il.. Título original: Rethinking education: towards a global common good?

UNESCO. Conferência mundial sobre ensino superior 2009 as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. **Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP**, Paris, p. 5 - 8 jul. 2009.

UNITED NATIONS. **Declaration on the right to development**. Disponível em: <https://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNITED NATIONS. **Our common future**. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNITED NATIONS. **Monterrey consensus of the international conference on financing for development**. Disponível em: <https://www.un.org/esa/ffd/monterrey/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNITED NATIONS. **Doha declaration on financing for development**. Disponível em: <https://www.un.org/esa/ffd/monterrey/>. Acesso em: 21 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Decreto n.º. 42.427/57, cap. 3, art. 98, 1957**. Belém, 1957.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Resolução n.º. 376, do CONSEPE de 27 de outubro de 1976**. EMENTA: aprova a criação do Curso de Planejamento do Desenvolvimento Belém, 1976.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Resolução n.º 409, de 19 de abril de 1977**, do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa. Art.2. Belém, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Decreto n.º 42.427/57 cap. III, Art. 98**. Belém, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **PDI-2001/2010**, Belém, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Decreto n.º. 3.860, de 9/07/2001, art. 8**. Belém, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **PDI 2001-2010**. Belém, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. 2011-2015. Belém, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Regimento geral. Art. 192**. Belém, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Regimento interno, Art. 2**, Belém, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Estatuto da Universidade, Art. 3**. Belém, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Estatuto da Universidade, Art. 66**, Belém, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Resolução n.º. 647/2008-CONSUN**. Belém, 29 fev. 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Resolução n.º. 665, de 2 de abril de 2009**. Cria a Pró-Reitoria de Relações Internacionais. Belém, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. Pró-Reitoria de Relações Internacionais – PROINTER. **Artigo 1º do anexo da Resolução n. 665**, Belém, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA – UFPA. PROPESP. **Resolução n.º. 4. 065, art. 11º - Regulamento**, Belém, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Resolução n.º. 4.258-A, de 22 de março de 2012. Art. 1º**. Belém, 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA – UFPA. **Resolução n.º. 4.513, de 20 de maio de 2014**. Aprova o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **PDI 2016-2025**. Belém, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. Pró-Reitoria de Relações Internacionais. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2016-2025**. Belém, 2014; 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. Pró-Reitoria de Relações Internacionais-PROINTER. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU), 2019 a 2022**. 2018. Disponível em [http://www.prointer.ufpa.br/ images/PDU\\_PROINTER\\_2019-2022.pdf](http://www.prointer.ufpa.br/images/PDU_PROINTER_2019-2022.pdf)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. 2020. Disponível em: <https://www.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/11290-ufpa-inaugura-centro-de-internacionalizacao>. Acesso em: 23 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA. **Comitê de internacionalização**. 31 jan. 2021. Disponível em: [http://www.prointer.ufpa.br/images/artigos-em-imagens/relatorio-capes/Relatorio\\_UFPA\\_CAPES.pdf](http://www.prointer.ufpa.br/images/artigos-em-imagens/relatorio-capes/Relatorio_UFPA_CAPES.pdf)

VASCONCELLOS SOBRINHO, M. *et al.* Notas introdutórias sobre desenvolvimento e desenvolvimento territorial. *In*: VASCONCELLOS SOBRINHO, M. *et al.* **Desenvolvimento local e direito à cidade na floresta amazônica**. Belém: NUMA; UFPA, 2013.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. Política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, v. 29, n. 2, dez. 2007.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração, **Tempo Social**, Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, v. 15, n. 2, p. 31-61, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/mvGDVSGydQkVyxxCSjxyQ9f/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 4. ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.